

Glauber Eduardo Nascimento Ribeiro Santos

**A IDENTIDADE E A CARREIRA PARLAMENTAR DO PARTIDO  
DOS TRABALHADORES NOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS  
FEDERAIS E SENADORES (1983-2006)**

Belo Horizonte  
2014

Glauber Eduardo Nascimento Ribeiro Santos

**A IDENTIDADE E A CARREIRA PARLAMENTAR DO PARTIDO DOS  
TRABALHADORES NOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E  
SENADORES (1983-2006).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Dra. Priscila Carlos Brandão

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

3 de setembro de 2014

981.063

S237i

2014

Santos, Glauber

A identidade e a carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores nos discursos dos deputados federais e senadores (1983-2006) [manuscrito] / Glauber Santos. - 2014.

284 f.

Orientadora: Priscila Brandão.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil) – Teses -2. História – Teses. 3. Partidos políticos - Teses. I. Antunes, Priscila Carlos Brandão. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Glauber Eduardo Nascimento Ribeiro Santos**, intitulada: **“A IDENTIDADE E A CARREIRA PARLAMENTAR DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES (1983-2006)”**, no dia 03 de setembro de 2014 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

**Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão - Orientadora**  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

**Prof. Dr. Rodrigo Pato Sa Motta (UFMG)**  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

**Prof. Dr. Eurelino Coelho Neto (UEFS)**  
Universidade Estadual de Feira de Santana

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Priscila Carlos Brandão pela orientação segura, dedicada e profissional. Suas leituras, suas críticas e suas observações no texto dissertativo tiveram uma contribuição inestimável para o aprendizado da escrita e para o desenvolvimento da crítica as fontes.

Aos professores Dr. Rodrigo Patto Sá Motta e Dr. João Pinto Furtado pelas críticas, observações e contribuições no exame de qualificação. Espero que estas estejam incorporadas na dissertação.

Aos professores Dr. Rodrigo Patto Sá Motta e Eurelino Teixeira Coelho Neto pela disponibilidade para participação na banca examinadora e pelas análises e críticas a dissertação. Os seus trabalhos acadêmicos foram referências e motivações fundamentais para o estudo do objeto de pesquisa.

Aos professores (as) do mestrado Dr<sup>ª</sup>. Gisella de Amorim Serrano, Dr<sup>ª</sup>. Juniele Rabêlo de Almeida, Dr<sup>ª</sup>. Miriam Hermeto, Dr. José Antônio Dabdab Trabulsi, Dr. Rodrigo Patto Sá Motta e Dr. José Newton Coelho Meneses pelo profissionalismo e pela instigação histórica desenvolvido nas aulas ministradas.

Aos professores da graduação, realizada no Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH, entre os anos de 2005 e 2008, pela dedicação profissional e pelo conhecimento histórico transmitido.

Aos amigos do mestrado e do doutorado Ângelo Anderson Andrade Coimbra, Guilherme Bacha de Almeida, Maxwel Assis Carvalho e Silmária Fábria de Souza Soares pelas conversas, dúvidas, inquietações, decepções e alegrias vivenciadas no percurso.

À Carla Corradi Rodrigues, pelo incentivo inicial pela definição e escolha do Partido dos Trabalhadores com objeto de pesquisa.

Aos amigos da graduação Bruno Marques, Gelithon Tavares, Gleidson Benedito, Marcus Vinícius e Ramon Izidoro, pela amizade, pela sabedoria e pelos encontros, que nos aproximaram e nos fortaleceram como pessoas e profissionais da área de História. Ainda aos amigos da graduação Ângela Araújo, Elton Jones, Fernando Otávio, Geovany Lourenço, Lidiane Ramos, Luciana Mara e Viviane Santiago pelas experiências e pelo companheirismo construído.

Aos amigos Fabiano Barros de Oliveira, Jéssica Pollyana de Sousa e Welbert Gomes de Oliveira pela ajuda e pelo auxílio com o Diário do Congresso Nacional, o

Diário da Câmara dos Deputados e o Diário do Senado Federal, fontes fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos que presenciaram a escrita da dissertação e contribuíram com uma palavra de incentivo e apoio, André Nascimento, Eduardo Abreu da Silva, Jackson René, Maria Lindalva Desidério, Maria das Graças Coral Alves, Roneisson Leandro Lisboa da Silva, Thiago Vieira Silva, Wallison Leandro Assunção da Silva.

Aos professores das escolas estaduais por onde ministrei aulas, principalmente no horário noturno da Escola Estadual Carmélia Gonçalves Loffi representado por Marilza Martins e Márcia Simões pelo companheirismo, pela amizade e pela crença na educação.

A minha família, mãe, Margarida Nascimento e pai, Valdecir Ribeiro pela educação e pelo carinho, e minha esposa, Danúbia Cruz pelo amor, compreensão, dedicação e respeito.

A contribuição de todos acima citados transformaram a escrita da dissertação em um trabalho coletivo, de minha responsabilidade.

*“Voltando ao assunto da Previdência, assim como o deputado Arnaldo Faria de Sá, venho acompanhando essa questão há muito tempo. Não que seja um especialista. Na verdade sou médico de saúde pública, e a minha área de atuação é da saúde. Mas, desde a Constituinte, eu, o Deputado Paulo Paim e a ex-Deputada, hoje Senadora Benedita da Silva fomos encarregados pelo Partido dos Trabalhadores -1987 e 1988 de acompanhar a área de seguridade social. Desde aquela ocasião temos nos interessado pelo assunto, fazendo parte das Comissões que fizeram a regulamentação das leis de seguridade social, saúde e assistência social e, previdência, em 1991 ”.*

Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 35, 1/3/1996, p. 5332.

***Discurso do deputado federal Eduardo Jorge no período da discussão da reforma da Previdência Social.***

*“Havia maior atuação de Deputados do meu partido quando fizemos oposição ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso do que agora. Não é possível termos a mesma atuação, que neste momento pertence aos partidos de oposição. A expectativa pela ação parlamentar cai, mas não desaparece; ela apenas muda de qualidade. No sistema presidencialista, causa mais efeito defender, encampar e aprovar a proposta do Governo do que se opor a ela”.*

Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 56, 2/5/2003, p. 17948.

***Discurso do deputado federal Paulo Delgado sobre as críticas dos parlamentares situacionistas ao Governo Federal do PT.***

*“Por isso, neste momento em que, pela primeira vez, não acompanharei a orientação do Partido dos Trabalhadores em questão tão sagrada para mim, como o salário mínimo, fico com a frase do compositor que diz ‘a orquestra nos chama, vamos ter que recomeçar’”.*

Diário do Senado Federal. 17/6/2004, p. 18596.

***Discurso do senador Paulo Paim sobre a votação do salário mínimo.***

*“Esse estado de espírito coloca-me, e aos Senadores do PT, numa situação como nunca ocorreu desde que sou Parlamentar. Sempre procurei seguir a orientação do Partido e quero transmitir o enorme dilema que estou vivendo”.*

Diário do Senado Federal. 24/5/2005, p. 16084.

***Discurso do senador Eduardo Suplicy sobre a instalação da CPI dos Correios.***

*“Sr. Presidente, dirijo-me aos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores: não é hora de sair do PT, não é hora de abandonar o nosso navio, que está a perigo, sim. Deve sair do partido quem desonrou a história de luta deste País e desse partido. Não saio do PT. Quem deve sair são os corruptos, aqueles que nos mancharam. Mais do nunca, precisamos da bancada unida, de um partido que vence as adversidades. Sabemos que os caminhos para reconstruir o PT não são muito fáceis”.*

Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 146, 26/8/2005, p. 42276.

***Discurso do deputado federal Fernando Ferro sobre a situação interna no PT na crise do “mensalão”.***

## RESUMO

O presente estudo tem como foco central a análise da identidade e da carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores por meio dos discursos dos deputados federais e dos senadores eleitos entre os anos de 1983 e 2006. A atuação parlamentar petista foi construída na luta contra o Colégio Eleitoral, o regime militar e o neoliberalismo e no apoio a Assembléia Nacional Constituinte, as reformas sociais e estruturais e as greves dos trabalhadores no plenário do Congresso Nacional. Assim, o trabalho se propõe a analisar a construção da identidade e da carreira parlamentar petista por meio das permanências e das mudanças nos discursos e identificando a capacidade de crítica e de resolução de temas políticos direcionados para os trabalhadores, os cidadãos e a sociedade brasileira.

**PALAVRAS CHAVES:** Partido dos Trabalhadores, parlamentares do PT, Identidade, discurso parlamentar.

## ABSTRACT

The present study aims to analyse the identity and the parliamentary career of the *Partido dos Trabalhadores* - Workers' Party through the speeches of the members of parliament and senators elected from 1983 to 2006. The parliamentary actions of the Workers' Party were constructed based in the fight against the Electoral College, the military regime and the neoliberalism, and supporting the National Constituent Assembly, the social and structural reforms and the workers' strikes in the National Congress plenary session. Thus, this study aims to analyse the construction of the identity and of the parliamentary career of the Workers' Party through its continuities and changes in speeches and identifying its capacity for criticism and resolution of political issues directed to workers, citizens and Brazilian society.

**KEYWORDS:** Workers' Party, parliamentary of the Workers' Party, Identity, the speeches of the members of parliament.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANFIP	Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARES	Associação Recifense de Estudantes Secundaristas
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDES	Centro de Estudos Direito e Sociedade
CET	Central Estadual dos Trabalhadores
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
COTEMINAS	Companhia de Tecidos Norte de Minas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRM	Conselho Regional de Medicina

CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DR	Democracia Radical
DRU	Desvinculação de Recursos da União
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FASUBRA	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
JEC	Juventude Estudantil Católica
LIBELU	Liberdade e Luta
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado

MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PESCART-Norte	Programa de Financiamento da Pesca Artesanal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PNETE	Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes
PROAGUA	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
SESC	Serviço Social do Comércio
Sind-UTE/MG	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SNI	Serviço Nacional de Informações
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIBH	Centro Universitário de Belo Horizonte
URP	Unidade de Referência de Preços
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV	Unidade Real de Valor
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>RESUMO / ABSTRACT</b>	8
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	9
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	14
<b>CAPÍTULO 1: TEMPO DE LUTAS (1983-1989).....</b>	40
1.1 As expectativas partidárias: construindo o perfil do parlamentar.....	40
1.2 O Colégio Eleitoral e os dois lados da moeda autoritária: Tancredo e Maluf.....	52
1.3 As greves: apoio e solidariedade.....	66
1.4 O PT na Constituinte: as bandeiras de luta e a participação dos trabalhadores.....	82
<b>CAPÍTULO 2: TEMPO DE MUDANÇAS (1990-1998).....</b>	93
2.1 A relação entre o PT e as bancadas parlamentares na inserção institucional.....	93
2.2 O neoliberalismo: privatização, cidadania e conseqüências sociais.....	100
2.3 As greves: negociação e crítica.....	123
2.4 As reformas sociais: agrária, previdenciária e salarial.....	137
<b>CAPÍTULO 3: TEMPO DO ENTENDIMENTO (1999-2006).....</b>	162
3.1 O Brasil em crise.....	162
3.2 Os movimentos, os sindicatos, as marchas e os gritos.....	169
3.3 As reformas estruturais: agrária, previdenciária, trabalhista e tributária..	182
3.4 A relação entre o Governo Federal petista e os parlamentares: apoio, crítica e silêncio.....	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	231
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	235
<b>FONTES.....</b>	242
<b>ANEXOS.....</b>	255

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é identificar como foi construída, ao longo dos anos, uma identidade do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como uma carreira parlamentar “petista”, por meio de uma análise dos discursos de dez (10) deputados federais e dois (2) senadores do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 1982 e 2006.

O recorte temporal abrange dos anos de 1983, após a primeira eleição em que participou o Partido dos Trabalhadores, até o ano de 2006, após a crise do que a imprensa denominou de “mensalão”, a qual foi considerada por parlamentares petistas como um motivo para ressignificar, reidentificar, assumir ou abandonar a identidade do partido. Contudo, a principal questão envolvida nesta pesquisa não diz respeito às perspectivas individuais, como bem destaca Homi Bhabha em sua discussão sobre cultura, “o que se interroga não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas” (BHABHA, 2005, p. 81).

O primeiro desafio da pesquisa foi a definição e priorização das fontes, que se constituíram em três tipos: os Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal<sup>1</sup>; a imprensa periódica, principalmente os jornais; e as fontes partidárias, principalmente as resoluções de encontros e congressos.

O uso dos discursos disponíveis nos Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise. Nos Diários, os discursos proferidos no pequeno e no grande expediente serão analisados para compreender a atuação parlamentar dos deputados federais e senadores do PT.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Os Diários do Congresso Nacional foram publicados a partir de 1º de agosto de 1953. Em 1995 ocorreu o desmembramento dos Diários do Congresso Nacional em Diários da Câmara dos Deputados publicados a partir de 2 de outubro de 1995 e Diários do Senado Federal publicados a partir de 3 de outubro de 1995.

<sup>2</sup> José Genoíno descreve o pequeno expediente, considerado pelos parlamentares como “pinga-fogo”, como espaço para falar por cinco minutos, e o grande expediente como espaço para falar por trinta minutos, sendo considerado mais relevante, porque o que se falava passava no programa de rádio *A Voz do Brasil* e “também saía publicado nos Anais do Congresso” (GENOÍNO, PARANÁ, 2006, p. 134). Domingos Leonelli e Dante de Oliveira ressaltam o uso do pequeno expediente, dos cinco minutos usados diariamente e do grande expediente como “horários em que os deputados, durante trinta minutos, plenário bem mais cheio, se expõem temas mais elaborados e quando efetivamente ocorrem os debates, pois, neste espaço, são permitidos os apartes” (LEONELLI, 2004, p. 116).

Os Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cobrem vinte e quatro anos de história do Brasil, descrita por meio dos discursos dos parlamentares. Para organizar o acesso aos discursos, foram definidas três categorias cronológicas, catalogando os Diários por ano, por mês e por dia.<sup>3</sup>

Os anais, como o próprio nome diz, procuram relatar uma história ou narração organizada ano a ano, podendo consistir em um registro de fatos históricos ou pessoais. No caso, as publicações do Congresso Nacional possuem um caráter histórico por excelência, pretendendo registrar a atuação do Legislativo de maneira bastante detalhada. A análise das sessões parlamentares mostra os políticos em atividade, podendo-se observar os temas discutidos e votados, as homenagens e denúncias, as efemérides sempre presentes, as tomadas de posição dos governistas frente ao Executivo, a ausência de votações-chave (...). Quem pesquisa os anais encontra tanto discursos redigidos previamente quanto falas improvisadas. Na maior parte dos casos, há apartes de outros parlamentares, configurando debates nos quais se pode observar as relações entre as diversas lideranças (GRINBERG, 2009, p. 20).

No decorrer da pesquisa também foi identificada a importância de se levantar, na imprensa periódica, a presença e a concepção de jornalistas e da opinião pública diante do Partido dos Trabalhadores, consolidando o segundo tipo de fontes: os jornais.

Os jornais foram utilizados durante a pesquisa com o objetivo de perceber a presença e a construção das imagens do Partido dos Trabalhadores em suas páginas diárias, a partir de opiniões dos e sobre os deputados federais e senadores. Para Lúcia Grinberg (2009), a utilização da imprensa, por meio de jornais, deve partir da análise dos fatos como notícia e fontes contemporâneas às atividades do partido, “desse modo, constituem fontes para o exame das circunstâncias, identidades, e, antes dos efeitos profundos de muitos fatos, indicam as idéias, as identidades e as culturas políticas daqueles atores” (GRINBERG, 2009, p. 21).

Vale destacar que a atividade jornalística nas décadas de 1970 e 1980 sofreu mudanças na estrutura dos jornais e na forma de conceber o cotidiano. Alzira Alves de Abreu (2002) afirmaria que até os anos de 1950, o jornalismo tinha como marca a paixão, o combate, a crítica, a doutrina e a opinião política. Mas a partir da década de 1970 e 1980, influenciados pela repressão e pela censura imposta pelo regime militar aos jornais, encontrar-se-ia um cenário para a valorização do jornalismo econômico, do jornalismo investigativo e do jornalismo cidadão. O econômico publicava diariamente

---

<sup>3</sup> Agradeço especialmente Fabiano Barros de Oliveira, Jéssica Pollyana de Sousa e Welbert Gomes de Oliveira pela ajuda com os arquivos dos Diários do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

temáticas “fundamentais para a divulgação de cenários econômicos dominantes, desempenhando papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia liberal de mercado, fabricando o consenso sobre a superioridade das economias abertas e insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais” (BARBOSA, 2007, p. 224). O investigativo e do jornalismo cidadão colocava em foco as denúncias diárias sobre corrupção, mal uso do dinheiro público e mal serviço prestado pelo poder público, assim como fatos relacionados à violência cotidiana, tais como mortes, tráfico de armas e de entorpecentes.

O cenário das atividades jornalísticas propiciaria o desenvolvimento de textos curtos, de notícias com padrão impessoal e “os comentários pessoais foram reservados aos artigos e às colunas assinadas” (ABREU, 2002, p. 30). Assim, os jornais se colocariam como órgãos independentes e desvinculados de partidos e governos, seguindo o modelo americano, o que “não excluía preferências ideológicas, compartilhamento de valores políticos e até mesmo apoios eleitorais circunstanciais” (AZEVEDO, 2009, p. 220). Fernando Azevedo (2009) afirmaria que a tradição do campo jornalístico brasileiro era um jornalismo opinativo, com “uma forte ênfase na opinião expressa por meio de editoriais, artigos e colunas assinadas” (AZEVEDO, 2009, p. 221).

Para a utilização da imprensa periódica, principalmente os jornais, seguiremos a trilha deixada por Azevedo (2009) e Abreu (2002), recorrendo aos jornalistas e articuladores que escreveram colunas assinadas e deram ênfase na opinião e na crítica política, entre os quais destacamos:

- Carlos Castello Branco (entre os anos 1983 e 1989).

Foi repórter político desde 1949, trabalhou nos Diários Associados, no O Jornal, no Diário Carioca e na revista O Cruzeiro, foi Secretário de Imprensa do presidente Jânio Quadros (1961), chefe da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília (1962-1972) e colunista político (1963-1993).

- Fernando Alcoforado (entre os anos 1990 e 1998).

É engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, consultor de órgãos públicos e privados nas áreas de planejamento econômico, energético e empresarial e articulista de jornais da imprensa.

- Luiz Werneck Vianna (entre os anos 1999 e 2006).



É professor universitário, coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES) e estuda fundamentos da Sociologia, democracia, judicialização da política e das relações sociais, sindicalismo, corporativismo, intelectuais e pensamento social brasileiro.

- Rubens Ricupero (entre os anos de 1995 e 2006).

Foi diplomata e embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Itália, ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal (1993-1994), ministro da Fazenda e participante da equipe do Plano Real (1994), embaixador do Brasil junto à ONU e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (1995-2004) e articulista do jornal *Folha de São Paulo* a partir de 1995.

A análise pessoal dos articuladores e dos jornalistas e os discursos dos deputados federais e senadores podem se entrecruzar para examinar os eventos, as atitudes e as perspectivas da atividade política entre os governos federais e os parlamentares petistas.

O terceiro tipo de fonte priorizada no trabalho foi as partidárias, focalizadas nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores, que serviram como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 18).<sup>4</sup>

A nossa proposta é analisar as resoluções de encontros e congressos sob a ótica parlamentar: como o Partido dos Trabalhadores construiu, delimitou e definiu a atuação dos deputados federais e dos senadores no Congresso Nacional em cada período histórico e no cotidiano político.

---

<sup>4</sup> Em seu trabalho sobre as correntes internas: *Articulação e Democracia Radical*, Eurelino Coelho (2005) também está convicto das limitações do uso das resoluções de encontros e congressos do PT: “A maioria dos estudos históricos sobre este partido toma como fonte, quase exclusivamente, os textos das resoluções dos Encontros e Congressos. Ora, aqueles documentos expressam, a cada momento, o *resultado* do processo político que constitui o PT. A trama das relações políticas que resulta ora em consenso, mais ou menos amplo, ora em imposição da vontade da fração majoritária, não é diretamente perceptível nos textos aprovados nas plenárias dos encontros ou nas instâncias dirigentes. O estudo da dinâmica das relações internas no PT e das relações dos militantes e do PT com a realidade exterior ao partido exige a ampliação e a diversificação das fontes, tal como tentei fazer aqui” (COELHO, 2005, p. 25).

Por isso pretendemos, a partir da análise deste material, cotejá-las com os discursos políticos dos senadores e deputados federais, analisando a coerência do discurso dos parlamentares petistas com as fontes partidárias, investigando permanências e mudanças discursivas durante os mandatos. Por fim, também procuraremos perceber como se entrecruza a atuação dos deputados federais e senadores, agindo individual ou coletivamente e a função definida pelo partido para os parlamentares, contribuindo na construção de uma identidade partidária petista, que espera influenciar a política e a sociedade brasileira.

Os conceitos mobilizados e definidores para a análise da identidade e da carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores são: partidos políticos, discursos e identidade. Os partidos políticos têm sido objeto de estudo de sociólogos e cientistas políticos desde o fim do século XIX, sendo analisados por meio do comportamento, da estratégia e da organização. A perspectiva da organização e da distribuição do poder interno foi utilizada por Robert Michels (1982) ao examinar no Partido Social-Democrata Alemão, a vontade coletiva, a solidariedade, e os interesses idênticos que exigiriam uma direção forte, instruída e profissional, com autoridade competente para conduzir o partido e as massas. Para o autor, os chefes seriam indispensáveis, espontâneos e estáveis, constituindo a oligarquia partidária por meio de uma direção profissional e permanente, utilizando a instrução como “possibilidade de exercer sobre as massas um poder de sugestão” (MICHELS, 1982, p. 54).

Maurice Duverger (1970) seguiria a linha interpretativa da organização, acrescentando a ideologia e a origem no desenvolvimento e comportamento dos partidos políticos europeus. Para o autor, a estrutura partidária influenciaria a origem, os elementos da base, a articulação, os membros, os participantes, a direção e os parlamentares dos partidos. Os sistemas partidários delimitariam o número de partidos, as dimensões, as alianças e o regime político, garantindo a participação política das massas populares e constituindo nos partidos “a criação de novas elites, que restituem à noção de representação o seu sentido verdadeiro, o único real” (DUVERGER, 1970, p. 458).

A perspectiva organizativa é a escolhida por Ângelo Panebianco (2005) para o estudo dos modelos de partido. Para o autor, o grau de institucionalização, o modelo genético e o desenvolvimento dos partidos estariam interligados pelos incentivos, pela participação, pela burocratização, pela profissionalização e pelo poder. Os ambientes eleitorais e institucionais tais como a complexidade, a estabilidade, a hostilidade, o

profissionalismo e a burocracia influenciariam a vida partidária e promoveriam mudanças e adaptações no agir político, pois “as organizações partidárias sofrem pressões para se adaptar à fisionomia institucional do regime político” (PANEBIANCO, 2005, p. 405).

A perspectiva organizativa, examinada sob a ótica da Ciência Política, ofereceu possibilidades para o entendimento dos partidos por meio da oligarquização do partido, com a burocratização e a condução das massas pelas elites partidárias; por meio da origem, da ideologia e dos sistemas partidários; e por meio da institucionalização, do modelo genético e do desenvolvimento de cada partido. Trabalhos como os de Rachel Meneguello (1989), Margareth Keck (1991), Pedro Floriano José Ribeiro (2008) e Oswaldo Amaral (2010) utilizam a contribuição dos estudos acima citados para a elaboração de suas análises sobre o PT. Neste ponto, a nossa contribuição não pretende testar as teorias sobre o partido político, mas sim reconhecê-las e garantir sua importância para a perspectiva histórica.

Na perspectiva histórica, o estudo dos partidos políticos demonstrou a necessidade de cruzar a longa duração e o acontecimento singular, por meio da ação dos homens que influenciaram sua existência. Para Serge Berstein, o partido é um lugar de mediação política que se definiria pela duração no tempo, pela extensão no espaço, pelas aspirações ao exercício do poder e pela vontade de buscar o apoio da população, e se transformaria em um testemunho da sociedade, o qual o historiador deve considerar a distância entre a realidade e o discurso partidário.

Na verdade, entre programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que tem como uma das suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações (BERSTEIN, 2003, p. 61).

O partido é produto de motivação ideológica, de ambição pelo poder e um canal de expressão dos anseios da sociedade, sendo formado com o ideário político e pessoas que lutam para sua implantação. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2008), os partidos políticos seriam agentes mobilizadores e organizadores da vontade popular e almejavam conquistar e conservar o poder de um governo de um determinado Estado ou nação.

No mínimo serviram como elemento politizador, elaborando propostas para o encaminhamento dos problemas nacionais e animando as discussões dos grandes temas do interesse do país. Também cumpriram o papel de divulgadores dos projetos políticos, auxiliando na tarefa de levá-los ao conhecimento da opinião pública (MOTTA, 2008, p. 10).

As análises sobre partidos políticos na perspectiva da oligarquia, da origem, da ideologia, da institucionalização, do modelo genético, do desenvolvimento, da mediação política, do poder por meio da mobilização e da organização popular mostraram a multiplicidade e as possibilidades do estudo do objeto. As utilizaremos em nossa proposta relativa ao Partido dos Trabalhadores.

A atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas, priorizada e analisada na dissertação, será a praticada no plenário do Congresso Nacional, pois se trata do *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político. A atividade parlamentar e o discurso são elementos necessários para a conquista de apoio e para o desenvolvimento de paixão política.

A análise do discurso e do pensamento político é importante para pensar e identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procurar-se-ia apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p. 64).<sup>5</sup>

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, lingüísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica seriam as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, porque o discurso político é prático e animado por necessidades do presente: “a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia” (POCOCK, 2003, p. 39).

---

<sup>5</sup> Pocock estuda a história do pensamento político anglo-americano no século XVIII, interpretando o pensamento dos escritores políticos por meio do contexto lingüístico, delimitando época, lugar, grandes autores e autores menores e utilizando como método a língua, como contexto lingüístico a fala, como modo que o sujeito se apropria da língua.

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deve revelar a continuidade e a mudança, é onde devemos reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. O discurso pode causar abalos e agitações, constituindo-se no instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e “certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito” (POCOCK, 2003, p. 82).

Há necessidade de conceber os discursos e os pronunciamentos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos, como afirmaria Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009).

Quando falar aqui de discursos, estarei me referindo a uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Estarei me referindo a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através de distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, a fotografia etc. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 223-224).

Nesta perspectiva, o lugar social é a fonte para análise do discurso<sup>6</sup>: a própria produção, a época, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna. A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exige interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. Albuquerque Júnior (2009) afirmaria que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requereria a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e

---

<sup>6</sup> Encarar os discursos como monumentos é examiná-los, não apenas como “ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador. Não são apenas fontes através das quais pesquisamos, estudamos um dado objeto ou acessamos as idéias, sentimentos, desejos ou objetivos de dados sujeitos, mas eles se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que deles falam, mas são constituídos por eles” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 235).

em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, lutas políticas e batalhas discursivas, e “é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 243).

Na nossa proposta teórica e metodológica, os discursos serão considerados como elementos identitários que se multiplicaram com a diversidade dos deputados federais e senadores selecionados que se elegeram entre os anos de 1982 e 2006. Os discursos proferidos na atividade partidária se consolidam como fonte de inspiração, paixão e consciência para a consolidação de um grupo, dando-lhes uma identidade política.

No que tange à concepção de identidade, é entendida como fonte de significado e experiência dos atores sociais e está baseada em um atributo cultural. Manuel Castells (1999) compreenderia que a identidade seria construída como forma de se legitimar, de resistir e de se projetar para a sociedade em um contexto social, pressupondo uma história compartilhada ao longo do tempo. Para o autor, o sentimento de pertencimento e a mobilização social, por meio da ação e da construção da memória coletiva, mostrariam interesses em comum e consolidariam unidade e coesão do grupo: legitimados, resistidos ou projetados contra o outro: as “identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originados, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Assim, entre o indivíduo (parlamentar) e o ator coletivo (partido político) pode haver múltiplas identidades demonstrando fontes de tensão e contradição na defesa dos interesses políticos e na ação em prol de uma determinada parcela da sociedade. Estas identidades devem ser sólidas para resistir à inserção institucional, se projetar como opção para governar e solucionar os problemas do país, e se legitimar como alternativa política diante do outro.

A relação entre partido político e identidade já foi estudada por Dulce Pandolfi (1995) em sua análise sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB), na qual a identidade seria o elemento construtivo e relacional que asseguraria o sentimento de pertencimento, “pode-se dizer que buscar uma identidade é forjar uma imagem de si, para si e para os outros. Por ser o resultado de uma interação, que implica uma afirmação do ‘nós’ diante dos ‘outros’, a identidade é sempre um fenômeno construtivo” (PANDOLFI, 1995, p. 14). Para a autora, a memória seria fundamental no estudo da identidade, pois

fortaleceria o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, o que manteria coesão e unidade dos membros de um grupo.

A história política institucional de um partido político foi realizada por Lúcia Grinberg (2009) em seu estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no qual, por meio do método processual, utilizando o tempo mais curto dos eventos políticos e os discursos procuraria examinar a atuação dos políticos e das disputas pelo exercício da atividade política. Os partidos políticos seriam objetos concretos para a análise histórica e “além do estudo das relações entre os membros do partido, assim como das relações com os militantes de outros partidos, com os representantes do governo, eleitores, imprensa, é fundamental estudar a elaboração da memória e da identidade dos partidos políticos” (GRINBERG, 2009, p. 24). Para a autora, o discurso deveria ser analisado sob a perspectiva histórica para contribuir ao estudo dos partidos políticos.

Uma das soluções possíveis para o estudo dos partidos políticos no Brasil, diante dessa cultura política que reitera a sua falta de representatividade, é historicizar os debates, para não cair no senso comum da inadequação ou impossibilidade de consolidação de instituições democráticas no país. Inclusive esse talvez seja um diferencial em relação aos estudos realizados por cientistas políticos, que, muitas vezes, generalizam e comparam sistemas partidários de épocas distintas (GRINBERG, 2009, p. 38).

A função institucional do partido também foi examinada por Rodrigo Patto Sá Motta (1997) no estudo sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em que o partido como agente central da transição para a democracia seria percebido na atuação das forças opositoras e na luta pelas liberdades democráticas, como importante locus de experimentação política e de formação de quadros. Motta (1997) utilizaria a análise do discurso dos emedebistas para examinar a trajetória e a relação do partido com a sociedade, na perspectiva de primeiro: averiguar “se o eixo programático emedebista era concretamente assumido em nível retórico. Segundo, promover uma análise do referido discurso, procurando dele inferir as possíveis relações ou ligações do partido com a sociedade” (MOTTA, 1997, p. 65).<sup>7</sup>

Considerando os debates acima expostos, o horizonte da dissertação está centrado na perspectiva de entender o Partido dos Trabalhadores como lugar de

---

<sup>7</sup> A relação entre o MDB e a sociedade mostraria que “a análise do discurso emedebista indica que o objetivo do partido era atingir um amplo espectro social, indo desde os trabalhadores até os pequenos e médios proprietários (urbanos e rurais), passando pelas classes médias e estudantes” (MOTTA, 1997, p. 73).

mediação política, da mobilização e da organização da vontade popular. A atuação e o exercício da atividade política se entrecruzam no eixo programático do PT e nos discursos parlamentares, onde se constroem a identidade e a carreira parlamentar, pelo pertencimento, pela coesão e pela unidade partidária.

Nossa análise delimitou-se no estudo dos deputados federais e senadores com maior número de mandato parlamentar, aqui entendidos como os “políticos profissionais”, com a forma de dedicação a política baseada em quem vive “para” a política “seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação a sua vida” (WEBER, 2005, p. 64-65).

Na perspectiva da carreira política, a atividade parlamentar está relacionada a valores e ideias, na qual surgiram os sentimentos coletivos de reconhecimento duradouro e incondicional. A prática cotidiana de enfrentamento da descrença na política, do ceticismo dos eleitores, da violência dos adversários, das dificuldades financeiras, da falta de tempo nas campanhas, do risco de perder e da infelicidade da derrota mostraram os percalços da função parlamentar. Para Karina Kuschnir (2000), as características da carreira política seriam: o treinamento, a entrada na política por meio de alianças e de potenciais eleitores, a fidelidade partidária, a baixa estabilidade e a experiência, com exercício profissional valorizado para a formação de uma identidade parlamentar, sendo que “o estudo dos processos de mudança, ascensão, mobilidade e estabilidade são fundamentais para a compreensão das características de uma carreira” (KUSCHNIR, 2000, p. 58).

Amparada pelo discurso teórico de Max Weber, Karina Kuschnir utilizaria a carreira política como uma categoria analítica, conforme aqui faremos. O nosso critério para análise da carreira política dos parlamentares petistas foi a participação no Congresso Nacional acima de quatro mandatos, proporcionando aos deputados federais e senadores a continuidade na vida legislativa, o sentimento de poder, os problemas éticos, a paixão política e o senso de responsabilidade.

Ressalta-se que os parlamentares analisados não serão encarados como singulares, exemplares e padronizados a todos os que no Congresso Nacional dedicaram suas vidas para a política. Nota-se nos deputados federais e senadores petistas, o preenchimento de temas e de espaços vazios formando, especializando, colocando e delimitando-se a posição interna e a externa ao partido. Porém, é importante notar que



temas como Direitas Já, *Impeachment* e Revisão Constitucional não estiveram de forma regular e em série nos discursos dos parlamentares analisados, o que não representa dizer que não fizeram parte do discurso do Partido dos Trabalhadores.<sup>8</sup> Enfim, a análise da identidade e da carreira parlamentar petista pode ter uma contribuição para a experiência política e a continuidade na vida legislativa.

---

<sup>8</sup> Se escolhermos outros deputados federais e senadores encontraremos outros temas.

*Deputados federais*

<i>Nomes</i>	<i>Anos</i>	<i>Mandatos</i>
Virgílio Guimarães de Paula	<b>1986, 1998, 2002, 2006:</b>	<i>Quatro</i>
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho	<b>1986, 1990, 1994, 1998:</b>	
João Paulo Cunha	<b>1994, 1998, 2002 e 2006:</b>	
Fernando Dantas Ferro		
José Barroso Pimentel		
<b>TOTAL: 5</b>		
Paulo Gabriel Godinho Delgado	<b>1986, 1990, 1994, 1998, 2002:</b>	<i>Cinco</i>
Carlos Augusto Alves Santana	<b>1990, 1994, 1998, 2002, 2006:</b>	
Paulo Roberto Galvão da Rocha		
Adão Pretto		
<b>TOTAL: 4</b>		
José Genoíno Neto	<b>1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2006:</b>	<i>Seis</i>
<b>TOTAL: 1</b>		
<b>TOTAL DE DEPUTADOS FEDERAIS: 10</b>		

Fonte: Dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

*Senadores*

<i>Nomes</i>	<i>Anos</i>	
Eduardo Suplicy	<b>1982 (deputado federal): 1990, 1998 e 2006 (senador):</b>	<i>Mandatos comuns de deputados federais e senadores</i>
Paulo Renato Paim	<b>1986, 1990, 1994 e 1998 (deputado federal): 2002 (senador):</b>	
<b>TOTAL DE SENADORES: 2</b>		

Fonte: Dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

<i>Total de deputados federais e senadores</i>	<b>TOTAL: 12</b>
--	------------------

Os estudos sobre o Partido dos Trabalhadores são diversificados em relação ao tempo e à temática desenvolvida. Tentar classificá-los seria ingenuidade diante da quantidade de trabalhos e das tentativas classificatórias já realizadas. Abaixo seguem alguns temas já examinados e a nossa contribuição para o estudo do partido.

Os anos de formação do partido sob o viés político-organizacional foram estudados por Rachel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991). As autoras analisariam a interação do partido, considerado um fato novo, com o movimento operário autônomo, principalmente no estado de São Paulo, mostrando o PT como diferenciado por manter a fidelidade na representação dos interesses dos trabalhadores e por concretizar a “revinculação entre demandas sociais e as instituições políticas” (MENEGUELLO, 1989, p. 104).

O movimento sindical foi estudado por Isabel Ribeiro de Oliveira (1987), com o foco no discurso de suas lideranças como motivação para ação do operariado. A autora identificaria como as lideranças tinham um duplo discurso diante dos trabalhadores: externamente mostrava-os conscientes e maduros diante das greves, da proposta de reformular as leis trabalhistas e dos salários, e internamente estava preocupada com a conscientização e falta de identidade e de conhecimento do operariado.

Outras análises, considerando as esquerdas por diferentes ângulos, foram realizadas por Juarez Guimarães (1990) e Márcia Regina Berbel (1991). O PT foi estudado dentro da perspectiva do movimento socialista, por meio do método comparativo e da totalidade por Juarez Guimarães (1990). Os seguintes temas seriam delimitados para a comparação entre o PT, a I e II Internacional e o Partido Social-Democrata Alemão e o Partido Socialista Italiano: a economia e a sociedade, a institucionalidade e os partidos burgueses, a ideologia e o programa, a relação entre os partidos e os sindicatos, a organização e a democracia partidárias e a dinâmica e a correlação das tendências. Na perspectiva do autor, a similaridade entre o partido e a I Internacional aconteceu por meio do sentido clássico de partido de classe, do nascimento de classe que adquire consciência dos seus interesses e entre o partido, sendo que a II Internacional refletiu os anseios de representação, participação e emancipação do proletariado.

Por meio do método comparativo, não há uma tradição socialista homogênea, sendo atravessada pelo dissenso entre integração à ordem de forma plena (aspecto social), ativa (aspecto institucional) ou passiva (aspecto ideológico). No caso do PT, a integração seria passiva, pois o partido teria tido dificuldades para ultrapassar os marcos

do Estado burguês, diluído sua feição socialista, se adaptando às pressões de institucionalização e bloqueando o potencial transformador dos trabalhadores. O termo ‘passivo’ serviria “apenas para qualificar, para além da ideologia petista, os limites, as insuficiências destas ‘rupturas’, insuficientes em sua soma e projeção para gerar uma transformação qualitativa da ordem capitalista” (GUIMARÃES, 1990, p. 99).

Berbel (1991) analisaria as diferentes tradições do pensamento político de esquerda e identificaria o PT como integrante da tradição e da ruptura esquerdista. Sindicalistas, intelectuais, alguns representantes autênticos do MDB, os setores da Igreja Católica e a esquerda clandestina no regime militar criariam vínculos com a sociedade, formando a base para o Partido dos Trabalhadores. A relação entre o PT e a sociedade, por meio das bases sociais, colocaria o partido dentro da crise da trajetória da esquerda brasileira, pois “decidir por uma estratégia significaria excluir outras tantas e o partido optava por abrigar todas elas” (BERBEL, 1991, p. 137).

A perspectiva de análise conceitual do partido foi proposta por Marco Antônio Brandão (2003), Paulo Henrique Martinez (2007), Mauro Luis Iasi (2006). Brandão (2003) iniciaria sua reflexão em torno do conceito de socialismo democrático na história partidária entre 1979 e 1994. Na fundação (1979-1983) do PT, o partido o relacionaria por meio da luta pela democratização da sociedade com as lutas dos movimentos sociais; no ‘acúmulo de forças’ (1984-1989), a relação delimitaria as bases de intervenção na sociedade para construir o socialismo por meio do movimento social, da aliança com a pequena burguesia, da combinação entre reforma e revolução; na batalha (1990-1994), a relação aconteceria para a conquista da hegemonia dos trabalhadores.

Entre 1990 e 1994, com o fim do socialismo do leste europeu, o partido criticaria os governos socialistas por falta de democracia, o que seria o valor para o futuro do socialismo. O autor, ao realizar um balanço do socialismo democrático do PT, confirmaria o esquecimento do conceito pelo partido, que se deixaria levar pela realidade política do país.

O “socialismo democrático” do Partido dos Trabalhadores durante todos esses anos (1979 a 1994) sofreu progressos no que diz respeito à teoria. Ao mesmo tempo (desde a barreira representada pelas tênues diferenças de votos de 1989 que o partido não conseguiu transpor), consolidou-se cada vez mais como uma utopia. Ou como algo que parte do mundo vivido, ao mesmo tempo que o transcende e o nega, mas, obrigatoriamente, precisa do mundo vivido para se transformar em realidade (BRANDÃO, 2003, p. 185-186).

A consciência de classe foi analisada por Mauro Luis Iasi como conceito na trajetória do PT. Para o autor, o surgimento do partido entre os anos de 1979 e 1986, mostraria a manifestação autêntica das classes trabalhadoras por meio das lutas sociais e da luta operária e sindical. No 5º Encontro Nacional, no ano de 1987, teria iniciado uma inflexão na luta de classes, com o setor majoritário do partido propondo a aliança com a pequena e a média burguesia e se aproximando da perspectiva de revolução permanente em etapas do PCB. A inflexão moderada continuaria com o 7º Encontro Nacional no ano de 1990, produzindo o distanciamento entre as bases e a direção do partido, construindo os modelos sociais, militantes e partidários, tendo uma profusão de palavras do ideário liberal. Na perspectiva de Iasi, haveria a “ausência de uma reflexão um pouco mais aprofundada da relação entre certa ordem de produção fundada no capital e as formas institucionais e políticas que lhe correspondem” (IASI, 2006, p. 457).

Iasi (2006) argumentaria que no I Congresso o PT definiria o caminho e o eixo central da estratégia socialista: disputa de hegemonia e democracia, abrindo um campo abstrato de valores e juízos éticos e colocando instrumentos do Estado burguês a serviço dos trabalhadores. No 10º, no 11º e no 12º Encontros Nacionais, entre os anos de 1995 e 2001, o partido teria como objetivo ser um movimento de resistência ao neoliberalismo, substituindo o caráter socialista pelo projeto nacional de desenvolvimento. O nacional para o Partido dos Trabalhadores contemplaria o novo pacto entre os trabalhadores, o capital produtivo, o grande capital, os pequenos e os médios empresários e as milhares de pessoas excluídas, não sobrando inimigos e tendo como objetivo unificar a nação. Assim, o PT garantiria os interesses da burguesia a partir de 2002, completando uma experiência da classe trabalhadora, mantendo o modelo neoliberal e se acomodando a ordem “que se operava no ser mesmo da classe no interior destas relações por meio da reestruturação produtiva e o momento geral de defensiva na dinâmica da luta de classes” (IASI, 2006, p. 535).

Paulo Henrique Martinez (2007), por meio do conceito de conquista do estado e dos fatos, dos projetos políticos, da atuação e da inserção na vida nacional, distinguiria a vida partidária do PT nos anos 1980 e nos anos de 1990. Para o autor, na década de 1980, a atuação do partido buscaria conduzir o governo e a direção do Estado, se opondo ao regime militar, ao Colégio Eleitoral e ao governo da Nova República. O PT tentaria a aproximação com a sociedade na campanha das Diretas Já! e na Assembléia Nacional Constituinte. Na década de 1990, o partido teria como estratégia a conquista do governo federal com mudanças estruturais, a oposição ao neoliberalismo, a

revolução democrática, o acúmulo de forças e o projeto alternativo de desenvolvimento. O Partido dos Trabalhadores conseguiria benefícios para aos segmentos sociais por meio da institucionalidade estatal e a participação na ordem política estabelecida teria se dado, precisamente, “em nome de reformas e da busca de uma nova ordem nacional e também internacional” (MARTINEZ, 2007, p. 273).

A perspectiva do poder local foi examinada por João Bosco Araújo da Costa (1998), tendo como ponto de partida a relação entre o comando dos governos locais e regionais e os dirigentes partidários, para analisar cada fase partidária com redimensionamentos, reelaborações e ressignificações do vocabulário político. Para o autor, o novo sindicalismo, os movimentos sociais, os movimentos do campo, as organizações marxistas-leninistas, os intelectuais e os movimentos pela diferença perceberiam as possibilidades de luta no espaço local entre os anos de 1982 e 1988. A partir de 1988, as forças constituintes do PT compreenderiam no poder local a virtualidade democrática com a inclusão da sociedade por meio dos conselhos populares e dos orçamentos participativos.

Os programas de governo apresentados pelo partido para as eleições de 1989, 1994 e 1998 foram analisados por Oswaldo Amaral (2003), sob a perspectiva da mudança: em 1989, por meio do encadeamento processual da história do país, o partido colocar-se-ia como força transformadora e estaria capacitado para lutar contra a exclusão social, a dívida externa e a apropriação fundiária no Brasil, provocados pelas elites conservadoras, como uma opção à esquerda com um programa para governar, sem detalhar propostas específicas. Em 1994, o programa mostraria um conjunto de reformas sociais, dirigidas por Luís Inácio Lula da Silva, como opção de esquerda, oposição ao projeto neoliberal e propostas genéricas em torno de democratização, de desprivatização, de políticas de renda, de reforma agrária, de salários e de garantia de renda mínima, com a perspectiva socialista aparecendo timidamente. Em 1998, o programa incluiria os projetos executados nos governos municipais e estaduais, seria generalista e superficial nas propostas econômicas relacionadas às reformas tributária e fiscal e seria similar as propostas governista do PSDB relativa à política industrial, comércio exterior, desemprego, crédito, qualificação de mão-de-obra e investimentos. “A ausência de propostas realmente transformadoras acabou por reforçar a idéia de que o governo estava no caminho certo apesar das inúmeras dificuldades existentes” (AMARAL, 2003, p. 151).

Para Osvaldo Amaral (2003), as diferenças existentes entre os programas de governo do PT e do PSDB seriam relacionadas a função do Estado. O Partido dos Trabalhadores defenderia o Estado como ator direto na promoção do desenvolvimento econômico e o Partido da Social-Democracia Brasileira colocaria o Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, não restringindo o desenvolvimento a função estatal.

Essas diferenças não são ressaltadas ou melhor explicitadas, sendo privilegiados os objetivos e metas, o que fez com que o programa econômico petista aparecesse como uma lista de intenções. Isto acaba por reforçar a hipótese levantada anteriormente de que a agenda estabelecida pelo governo acabou orientando a elaboração programática petista, pois, ao abandonar uma discussão mais estrutural sobre a economia e apresentar um efetivo projeto alternativo, o PT acabou, mais uma vez, por se concentrar na contraposição de políticas específicas, que, em muitos casos, não chegavam nem mesmo a ser opostas às do governo (AMARAL, 2003, p. 150).

As campanhas eleitorais de 1989 e 2002 do partido foram examinadas por Pedro José Floriano Ribeiro (2004B) visando apreender a atitude do PT em relação ao sistema político, por meio dos seguintes critérios: profissionalização dos participantes, marketing, centralidade dos meios eletrônicos, personalização do candidato e uso do apelo sedutor-emotivo. Para o autor, as diferenças entre as campanhas de 1989 e 2002 com a modernização, a revisão de posturas e o deslocamento para o centro político, por meio de interesses, dos atores, das estratégias e dos acontecimentos, seriam vitais para o PT “relegitimar” o sistema político nacional.

O abandono da postura de partido anti-sistema tornou possível a migração do Partido rumo ao centro do aspecto político nacional, na medida em que o partido deixava gradualmente de tomar atitudes deslegitimadoras do regime político brasileiro e de exercer uma oposição irresponsável – no sentido sartoriano do termo – ao mesmo tempo em que cultivava uma clara separação entre ideologia partidária e jogo eleitoral (RIBEIRO, 2004B, 125).

A organização interna do partido foi estudada em diferentes contextos por Pedro José Floriano Ribeiro (2008) e Osvaldo Amaral (2010). Ribeiro (2008) testaria o modelo de partido cartel, no qual os vínculos estatais garantiriam recursos vitais para sobrevivência da instituição. Entre os anos de 1980 e 2005 haveriam transformações na organização interna do PT relativas à base, à burocracia, às finanças, à direção, às tendências internas, à estrutura decisória com os núcleos, aos encontros, aos congressos e ao processo de eleições diretas. As transformações ocorridas seriam influenciadas pela

legislação partidária, pelo federalismo e pela arena eleitoral, em que o PT se transformaria em um partido profissional e eleitoral com a proeminência dos representantes públicos, os filiados teriam poucas funções, o discurso se tornaria generalista e o financiamento teria no Estado e nas doações de grandes empresas seu principal fundo. Para Ribeiro, as mudanças ocorridas mostrariam que na transformação “*de partido de massa a partido profissional-eleitoral, o PT confirma a tendência geral de evolução das agremiações contemporâneas*” (RIBEIRO, 2008, p. 271).

Amaral (2010) entenderia a organização interna por meio de mudanças no programa, na ideologia, no comportamento partidário e no relacionamento entre o governo federal e o partido entre os anos de 1995 e 2009. A participação dos filiados em núcleos e no processo de eleições diretas, o recrutamento e o perfil ideológico das lideranças, as alterações das regras eleitorais e das tendências internas mostrariam as transformações ocorridas no PT entre 1995 e 2009. Para o autor, as mudanças refletiriam a continuidade dos vínculos partidários com a sociedade, por meio da elaboração de propostas e de políticas públicas e da manutenção dos filiados nos processos decisórios e da acomodação “do partido a uma posição que concilia sua história/origem com a necessidade de vencer eleições e governar” (AMARAL, 2010, p. 222).

O programa e a estratégia política com ênfase no Partido dos Trabalhadores para a sociedade foram analisados por Valter Pomar (2005). O conflito de classes, a coerção e o convencimento na disputa de hegemonia burguesa, por meio de alterações organizativas do partido, da participação eleitoral e institucional, do comportamento da burguesia e da concretização da estratégia do etapismo seriam as características dos programas e das estratégias do PT diante da sociedade e da política brasileira. Para Pomar, a partir do momento político em que o partido vencesse a eleição para presidente da República haveria a adequação do partido ao Estado burguês, com a “noção de que o governo e o PT estão submetidos a diferentes níveis de hegemonia burguesa” (POMAR, 2005, p. 282).

Em relação às tendências internas do PT: a Articulação e a Democracia Radical foram examinadas por Eurelino Coelho (2005), em função da profunda reviravolta teórica e programática, e da crise do marxismo e dos marxistas em crise, sob a perspectiva da totalidade. No primeiro momento, os projetos políticos seriam estruturados em elementos marxistas: a Articulação até 1989 e Partido Revolucionário Comunista (PRC) até 1987. A Articulação seria a principal responsável por rejeitar a



inclusão nos documentos programáticos do PT, de afirmações explícitas de filiação do partido ao marxismo. Organizar-se-ia em 1983 com militantes cujas trajetórias se cruzariam na mobilização dos trabalhadores e nas greves em fins dos anos 1970, saindo vitoriosa na disputa pela hegemonia no interior da nova organização, por meio do número de militantes, do peso da figura de Lula e do grupo de sindicalistas. A tática da Articulação para ter o poder interno do PT seria incorporar os aspectos parciais das correntes internas do partido, exigir a fidelidade partidária e colocar-se na “defesa do PT autêntico contra a interferência de forças políticas estranhas” (COELHO, 2005, p. 71). Os projetos da Articulação na década de 1980 envolveriam o boicote ao Colégio Eleitoral, se a emenda Dante de Oliveira fosse derrotada no Congresso, seria preciso perseverar na campanha pelas diretas; ser oposição à Nova República; constituir-se-ia uma aliança de forças na Assembléia Nacional Constituinte, e construir-se-ia um consenso em torno das suas definições.

Após 1989, a Articulação modificaria substantivamente seu projeto político, afastando do princípio da independência de classe, priorizando a disputa por hegemonia por meio das eleições com amplas alianças, da inserção institucional de mandatos parlamentares e da crença na conquista da presidência da República em 1994. E a partir de 1995, quando a Articulação passou a denominar-se Campo Majoritário, haveria uma redefinição do projeto estratégico com o capitalismo democraticamente organizado, o projeto de desenvolvimento nacional sem lutas de classes, as alianças com a burguesia e a desqualificação das correntes internas de esquerda.

A outra tendência examinada por Coelho (2005) foi o Partido Revolucionário Comunista (PRC) que de acordo com o autor, não tivera início dentro do PT. Teria sido formado em 1984 por ex-militantes do PC do B e grupos políticos regionais, com motivação para continuar a luta dos comunistas brasileiros. Dentro do PT seriam inspirados pelo pensamento de Lênin, com o foco nas tarefas políticas da direção para construir a vanguarda da classe operária, por meio da luta pela hegemonia no interior do Partido dos Trabalhadores e combatendo o grupo hegemônico que “representava um obstáculo à definição de uma orientação marxista para o partido” (COELHO, 2005, p. 101). Contudo, o PRC teria um problema no núcleo da concepção política: a relação orgânica com as classes subalternas seria insuficiente, a construção partidária não produziria os resultados previstos e não teria sustentação financeira, por isso restringiria a atuação política na atividade editorial e nos mandatos institucionais.

A dissolução do PRC aconteceria concomitantemente ao fim do socialismo no leste europeu, à derrota do PT na eleição presidencial no ano de 1989, e a exigência para as correntes internas se transformarem em tendências dentro do Partido dos Trabalhadores. O fim do PRC e a criação da tendência interna Democracia Radical (DR) mostraria um deslocamento no projeto político dos ex-membros do Partido Revolucionário Comunista. O fundamento ético, o interesse geral pela humanidade, a aquisição da cidadania pelos excluídos, o humanismo radical, os valores universais e a estratégia democrática deveriam ser os critérios e as propostas políticas defendidas pelo PT (COELHO, 2005, p. 282).

Coelho (2005) mostraria que o abandono do marxismo pelas tendências não seria uma decorrência inevitável, teria ocorrido por causa de interesses e de uma outra visão de mundo que passou a conferir novo sentido aos dirigentes. A mudança do deslocamento da práxis da esquerda ao bloco dominante ocorreria por meio da burocratização,<sup>9</sup> da adesão ao liberalismo e ao pós-modernismo, da rendição ao presente e ao futuro, em um projeto restauracionista, em que “o compromisso da esquerda com o presente é, na verdade, um compromisso com a ordem que domina o presente, a ordem do capital, que ela propõe modificar e ‘humanizar’, mas não abolir” (COELHO, 2005, p. 499).

De modo geral, nas análises acima verificamos as seguintes premissas: a priorização do sindicalismo surgido na década de 1970 como argumento para a origem e para a formação do partido, Meneguello (1989) e Keck (1991); a existência no discurso das lideranças dos sindicalistas de debates diferenciados sobre a classe trabalhadora, Oliveira (1987); a existência de uma continuidade do PT como parte da esquerda política desde o fim do século XIX e começo do século XX com Guimarães (1990) e do século XX com Berbel (1991); o exame do PT por meio de conceitos como socialismo democrático, Brandão (2003), consciência de classe, Iasi (2006) e conquista do Estado, Martinez (2007); a perspectiva do estudo sobre o poder local com Costa (1998); a perspectiva da mudança, da moderação ou da transformação nos programas de governos por Amaral (2003), nas campanhas eleitorais por Ribeiro (2004B), na organização interna entre 1980 e 2005 por Ribeiro (2008) e entre 1995 e 2009 por Amaral (2010),

---

<sup>9</sup> Para o autor, a burocratização seria importante para entender a mudança dos intelectuais da esquerda porque “trata-se do esgarçamento e ruptura da conexão orgânica viva, existencial, das duas tendências com a classe trabalhadora. O fato já analisado de que a Articulação e a DR apagaram as referências de classe dos seus projetos políticos encontra uma correspondência material nos novos lugares sociais, apartados da experiência concreta da classe, proporcionados pelos intelectuais da esquerda pela expansão da própria organização – isto é, da burocracia” (COELHO, 2005, p. 467).

nas tendências internas por Coelho (2005) e a influência da burguesa no PT e na sociedade brasileira por Pomar (2005).

Sob diferentes perspectivas, os autores constroem análises sobre as continuidades e as mudanças no PT, as características internas e externas em relação à sociedade e a esquerda brasileira e os conceitos teóricos e políticos. Mas poucos se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, havendo lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar. Os trabalhos de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto Figueira Leal (2005), e Sônia Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008) estão entre os poucos que têm como foco os deputados federais.

Ana Lúcia Aguiar Melo (1998) analisaria a trajetória da elite petista na Câmara dos Deputados, a relação entre os parlamentares federais e as tendências internas, e a nova concepção de partido. Para a autora, os deputados federais petistas entre 1995 e 1998 atuariam no Parlamento nacional preocupados com a “consolidação como representante de estratos sociais organizados e dos desassistidos, imprimindo assim uma visão mais abrangente de democracia” (MELO, 1998, p. 49). Melo (1998), ao analisar biografias, questionários, realizar entrevistas construiria o seguinte perfil da elite parlamentar petista na legislatura 1995-1998: plural, participante do sindicalismo e dos movimentos sociais e populares, constituída de ampla base social e que possuía confiança na representação orgânica.

A pluralidade interna teria sido diferencial do PT e estaria representada na Câmara dos Deputados por meio da Articulação com 38%, da Articulação de Esquerda com 12%, da Democracia Radical com 4%, da Democracia Socialista com 2%, e da Força Socialista com 2%, e de 42% dos deputados petistas que não se alinhariam às correntes nacionais que alinhados a Articulação, “resultaria em que 80% da bancada petista têm um projeto político que busca representar uma ampla parcela da sociedade” (MELO, 1998, p. 53).

Para a autora, os projetos políticos dos deputados federais em políticas públicas ressaltariam a necessidade do exercício pleno da cidadania, das minorias, da criança, da reforma agrária e da questão étnica. As responsabilidades cumpridas como partido de oposição, a consolidação da democracia na defesa da igualdade política e econômica e a distância do jogo político interno pelos parlamentares do PT seriam as características do crescimento institucional partidário e “esta intermediação lhe confere um novo papel na

arena política, pois o faz reconhecido dos outros partidos e o coloca presente nas decisões e relações de poder” (MELO, 1998, p. 58).

Eles procuram atender aos anseios de sua base eleitoral, que é muito mais ampla que a tendência e ainda primam pela representação dos cidadãos, condição exemplar na bancada petista, isso comprovada pelos projetos de lei os quais são encaminhados pela bancada, que atendem indiscriminadamente a representação do cidadão brasileiro (MELO, 1998, p. 58-59).

A necessidade de compreensão dos valores e da atuação da bancada petista<sup>10</sup> na Câmara dos Deputados entre 1999-2002 foi a motivação do estudo de Paulo Roberto Figueira Leal (2005). O autor teria como objeto de análise cada deputado federal isoladamente, suas escolhas e posições hegemônicas como “ajudam a construir um projeto coletivo como o PT (ajustando-se às suas estruturas) e tentam satisfazer seus projetos pessoais – o que inclui, primordialmente, o desejo de reeleição ou de crescimento na carreira” (LEAL, 2005, p. 25). Os deputados federais petistas teriam mostrado como ocorria a vida legislativa com o mandato partidário, a necessidade da fidelidade partidária, da adequada interferência do partido, da frequência das reuniões, dos esforços para as eleições, da valorização e do atendimento às bases e do movimento social.

A relação entre o mandato, a individualidade parlamentar e as concepções hegemônicas do partido teriam sido importantes para a dedicação do trabalho dos deputados federais no atendimento dos movimentos sociais e das bases, com atenção e tempo às demandas.

A bancada vê como legítimo o recurso ao fechamento de questão em assuntos que não sejam de foro íntimo. A concepção de que os mandatos parlamentares devem ser de tipo delegado-imperativo (e não de tipo livre-virtual) é amplamente hegemônica. Enfatiza-se com frequência a admissibilidade de que outros atores – bases e partido, por exemplo – interfiram nas decisões tomadas pelos parlamentares em suas atividades legislativas (LEAL, 2005, p. 76).

Sônia Ranincheski e Nathália Cordeiro (2008) analisariam nos discursos dos deputados federais do PT e do PSDB, as perspectivas de democracia proferidas em

---

<sup>10</sup> “A escolha da bancada de deputados federais como objeto específico de abordagem decorre do fato de o Congresso Nacional – e mais ainda a Câmara dos Deputados, cuja missão constitucional é representar o povo – ser um *locus* privilegiado para discutir o problema da representação e, mais especificamente, as relações entre políticos e bases eleitorais, com o conseqüente debate sobre estratégias de conexão eleitoral” (LEAL, 2005, p. 27).

plenário nos anos de 1998, 1999, 2002 e 2003. As autoras identificariam a existência de duas democracias: 1 - a participativa, com participação política efetiva, o pluralismo, a soberania popular, o governo do povo, os movimentos sociais, a igualdade substantiva e material, a discussão pública, a virtude cívica, o respeito às minorias, a busca do bem comum e do amplo consenso social, o interesse geral e a transparência; e 2 - a processual, com a valorização dos aspectos institucionais, a concorrência eleitoral, a alternância no poder, a representação, o respeito às leis, os direitos e liberdades individuais, a igualdade perante a lei, e o equilíbrio entre poderes.

Por meio de 181 discursos, 108 do PSDB e 73 do PT, Ranincheski e Cordeiro (2008) mostrariam a existência de um maior número de discursos sobre democracia nos anos pós-eleitorais, a exemplo de 1999 e 2003, por causa da entrada e saída de parlamentares, a defesa do recurso à democracia se tornaria “um meio de legitimação” (RANINCHESKI E CORDEIRO, 2008, p. 226). Os deputados que mais profeririam discursos foram: Arthur Virgílio, Aécio Neves, José Genoíno, Chico Alencar e Paulo Delgado. Os petistas conciliariam a democracia formal e a participativa como etapas inconclusas, e os deputados do PSDB priorizariam o jogo político-eleitoral como argumento democrático.

Nos anos em que não era governo, nos discursos sobre democracia, há a crítica ao modelo econômico implementado pelo Executivo e uma maior ênfase à democracia substancial. Nos anos em que o PT é governo, nos discursos sobre democracia, encontra-se o tema da herança maldita e a defesa processual da democracia (RANINCHESKI E CORDEIRO, 2008, p. 238-239).

Melo (1998) analisaria nos deputados federais do PT na Câmara, a existência de um perfil parlamentar, com a presença das tendências internas e a existência de projetos e políticas públicas com foco para o cidadão brasileiro. Leal (2005) examinaria a atuação da bancada petista com a direção partidária e com as suas bases, e Ranincheski e Cordeiro (2008), por meio dos discursos sobre democracia entre os deputados federais do PSDB e do PT, afirmariam que os petistas têm uma concepção conciliadora entre a democracia formal e a participativa.

Assim, nossa contribuição para o estudo do Partido dos Trabalhadores pretende analisar a atuação dos deputados federais e senadores por meio dos discursos proferidos no Congresso Nacional, perpassando vinte e quatro anos de história política brasileira. Interpretar a dedicação e o foco dos discursos dos deputados federais e dos senadores

diante de temas relativos aos trabalhadores, aos cidadãos e à sociedade brasileira será o nosso principal objetivo e nosso diferencial em relação aos trabalhos analisados. Os deputados federais e senadores estão localizados em um lugar de intervenção, de experiência, de aquisição de poder e de atuação política para o reconhecimento da sociedade, como atores capacitados a modificar a vida nacional.<sup>11</sup> Assim, os parlamentares petistas tiveram costumes e expectativas, aprendendo o comportamento esperado pelo partido diante do seu representante na Câmara dos Deputados e no Senado, estando, eles mesmos, incluídos dentro das regras partidárias.<sup>12</sup>

Considerando-se as fontes e objetivos apresentados, o trabalho se divide em três capítulos. O primeiro capítulo examina a atuação parlamentar, focada nos deputados federais do PT entre os anos de 1983 e 1989, por meio dos discursos proferidos no processo de atuação do Colégio Eleitoral; o período da Assembleia Nacional Constituinte, com suas bandeiras de luta e tentativa de conscientização dos trabalhadores; bem como as greves na década de 1980, que contaram com apoio e solidariedade do partido; e a relação entre o PT e os Governos Federais dos presidentes João Figueiredo e José Sarney.

No segundo capítulo, a análise dos discursos dos parlamentares do PT tem o foco nos anos entre 1990 e 1998, com a inserção institucional do partido, a oposição ao neoliberalismo, o crescimento da perspectiva de negociação e de crítica das greves realizadas no período, a defesa das reformas sociais para o crescimento do país, e a relação entre o Partido dos Trabalhadores e os Governos Federais dos presidentes Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

O terceiro capítulo examina a atuação dos parlamentares petistas entre os anos de 1999 e 2006 – o fim do governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva – com uma continuidade na prática política legislativa, com a crítica à crise proporcionada pelo neoliberalismo ao país, a relação ambígua entre o partido e os movimentos sociais, a defesa das reformas estruturais para o desenvolvimento do Brasil, e o apoio, o silêncio e a crítica existentes na relação entre o Governo Federal petista e seus deputados federais e senadores.

A luta parlamentar se iniciaria nos anos entre 1980 e 1989, na busca pela demarcação do espaço institucional dos deputados federais petistas. Foi marcada pelo

---

<sup>11</sup> Afinal, “uma das dimensões cruciais da experiência é o processo de construção de sentido por parte dos sujeitos” (COELHO, 2005, p. 47).

<sup>12</sup> Entendemos as regras partidárias como a cultura do partido, em que “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence” (LARAIA, 2009, p. 87).

apoio aos trabalhadores e às greves, o combate à política de negociação das elites e a luta pela conscientização e pelas bandeiras defendidas pelas esquerdas na Assembleia Nacional Constituinte, temas que ora passamos a analisar.

## TEMPO DE LUTAS (1983-1989)

O presente capítulo visa analisar a atuação do Partido dos Trabalhadores durante os seus primeiros anos de existência. Os anos entre 1983 e 1989 foram marcados pelo retorno das eleições diretas em todos os níveis governamentais, pelo movimento *Diretas Já*, pela criação da Assembleia Nacional Constituinte e pela primeira eleição direta para presidente após o fim do regime civil-militar. Em sete anos o Partido dos Trabalhadores, por meio dos discursos dos seus parlamentares, promoveu o debate sobre eleições diretas, apoiou as greves dos trabalhadores e as manifestações populares, propôs uma Assembléia Nacional Constituinte mais popular, direcionada para os trabalhadores, reafirmou a função do Congresso Nacional, e defendeu a candidatura Lula para presidente em 1989. Analisaremos como foram os anos iniciais e as expectativas do Partido dos Trabalhadores sob os seus parlamentares e procuraremos, por meio da análise dos discursos dos deputados federais, das resoluções de encontros e dos jornais, examinar como surgiu a identidade e carreira parlamentar entre os anos de 1983 e 1989.

### 1.1 As expectativas partidárias: construindo o perfil do parlamentar.

Nos documentos pré-PT, delimitados internamente por tensões e escolhas políticas, a tese de “Santo André-Lins”, a Carta de Princípios, a Declaração Política e a Plataforma Política, encontram-se as primeiras definições políticas do Partido dos Trabalhadores na luta contra o regime militar, contra o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela afirmação da organização política dos trabalhadores.

Naquele momento, para o Partido dos Trabalhadores, o capitalismo teria como fim o lucro por meio da exploração desumana de homens, mulheres e crianças, e seria propício para que houvesse a luta, a conscientização e a mobilização dos trabalhadores. A conquista do poder político aconteceria por meio da sua independência política e partidária, sem se transformar em um partido eleitoreiro, que simplesmente elegeisse representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso, e principalmente, seria “um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 48).

O partido surgiria como uma necessidade de participação política para os trabalhadores, afirmando sua autonomia perante a política do Estado e das elites,



principalmente em relação ao MDB. O PT consideraria o Movimento Democrático Brasileiro um partido de exclusiva atuação parlamentar, de composição heterogênea e de direção liberal e conservadora, sendo impermeável aos temas sociais e políticos de interesses dos trabalhadores. Em relação à participação e à autonomia política dos trabalhadores, a democracia formal e parlamentar que permaneceria no regime autoritário seriam débeis e descomprometidas com os problemas que afligiriam o povo. Nesse sentido, o PT proclamaria “que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 53).

Por meio das primeiras definições políticas e críticas aos partidos existentes, o PT quis se colocar nos novos lugares da arena político-partidária, expressando como centralidade a luta e a noção de alteridade, para ressignificar as lutas populares. A crítica do partido ao MDB pela desconfiança ao pacto das elites mostraria a opção pela luta política construída na organização dos trabalhadores. A luta do MDB no legislativo em prol da democracia durante o regime militar seria para a atuação institucional das forças oposicionistas. Motta (1997) afirmaria a existência de um programa mínimo do MDB, em torno de três elementos: desenvolvimento nacional, justiça social e política externa independente, como “uma questão de sobrevivência política de ter garantias mínimas para o exercício da atividade política” (MOTTA, 1997, p. 41).

Para Motta (1997), a relação entre o MDB e a sociedade estaria centrada em propostas, reivindicações e denúncias relacionadas à democracia, à justiça social e ao nacionalismo. A democracia seria defendida com o retorno do sufrágio direto, com à liberdade das organizações sindicais e estudantis, com o apoio aos direitos humanos (denunciando prisões, torturas e desaparecimentos), à liberdade de expressão, à anistia e à Constituinte. A justiça social teria como proposta a melhoria das condições de vida, a contrariedade da política salarial de arrocho e a necessidade de reforma agrária. O nacionalismo mostraria a defesa da economia nacional em relação à interferência estrangeira e ao capital multinacional, a proteção oficial e o crédito para as empresas nacionais e a interferência direta do Estado em setores produtivos (MOTTA, 1997, p. 66-73). Assim, o MDB após as eleições de 1974, adquiriria a imagem de partido popular se aproximando do empresariado, dos intelectuais, dos estudantes e das esquerdas, repudiando o autoritarismo militar em um período de uma identidade difusa e pouco elaborada. A identidade política dos emedebistas seria, para Motta, real e

arrojada, buscando atingir um amplo espectro social: os trabalhadores, as classes médias e os pequenos e médios proprietários, urbanos e rurais, mostrando a diversidade de interesses e de demandas (MOTTA, 1997, p. 73).

Em relação ao PCB, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo estreito vínculo existente entre o partido e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o partido e as lutas sociais em que perdeu influência política desde a década de 1960, a prática do caminho pacífico para a revolução, a falência das convicções comunistas pelas principais lideranças e a continuação da relação entre a democracia e o socialismo.

Nos anos de 1970, o partido lutaria contra a ditadura marcada por meio da frente única oposicionista e do caminho institucional “que, primeiro, garanta o enfraquecimento do regime; depois, sustente a transição e, posteriormente, subsidia o regime democrático” (SANTANA, 2001, p. 31). O PCB buscaria o estreitamento das alianças com os sindicatos conservadores, o afastamento do pólo dinâmico dos movimentos grevistas, o apoio ao MDB e seria contrário à proposta de formação de novos partidos, principalmente o surgimento do Partido dos Trabalhadores, a qual seria considerada precipitada, por dividir a classe trabalhadora: “o PT é visto como um potencial obstáculo à reorganização não só do PCB, como também do PTB” (SANTANA, 2001, p. 199). Ao partido restaria a tentativa de controlar a radicalização política dos sindicatos, propondo a negociação como solução e repudiando a greve geral por receio de os grevistas levarem a situação para um movimento revolucionário. A subordinação dos interesses dos trabalhadores à questão democrática e a conquista das reivindicações operárias, estariam no apoio ao pacto social. Para Santana, “cautelosos, os comunistas indicavam que defendiam os interesses dos trabalhadores, mas, como sempre haviam feito atrelavam esses interesses a planos maiores da política mais geral” (SANTANA, 2001, p. 224).

Nos anos de 1980, com a política de negociação, a busca da legalização e do apoio à Aliança Democrática e ao programa de governo do presidente empossado, José Sarney, “o partido optou assim pelo caminho mais seguro para a concretização de seus objetivos e a reconquista de um Estado de direito no Brasil” (TAFARRELLO, 2009, p.67). As propostas comunistas mostrariam que no debate interno, entre o partido deixar de ser vanguarda da classe operária e o partido defender a democracia como um valor histórico e universal, haveria projetos distintos que “dividiam os militantes e em função desses projetos as leituras sobre o passado e as projeções para o futuro também eram significativamente distintos” (PANDOLFI, 1995, p. 213). Contudo, a tese democrática

mostraria a opção política do partido que geraria a perda da representatividade na classe operária e no sindicalismo, e com o distanciamento da intelectualidade por causa da continuidade do centralismo democrático. Assim, “o antigo partido da insurreição e da revolução estava se afirmando, na década de 80, como partido da legalidade e da ordem” (PANDOLFI, 1995, p. 232). As políticas praticadas pelo governo da União Soviética, *Glasnost e Perestroika*,<sup>13</sup> influenciariam o PCB por meio da crítica aos modelos burocráticos e antidemocráticos, pois “a democracia como valor universal passou a ser vista como elemento fundamental na conjuntura do fim da guerra fria” (DIAS, 2002, p. 35).

A presença na arena política nacional no fim dos anos de 1970 e na década de 1980, por meio dos movimentos sociais e institucionalmente, mostrou a existência de projetos políticos diferenciados entre os partidos que consideravam representar a sociedade e os trabalhadores brasileiros. Assim, é necessário entender o discurso do PT sobre o MDB e o PCB como uma arma no jogo da disputa entre as forças partidárias, porque o PCB sempre acreditou representar os trabalhadores e o MDB foi a oposição democrática no regime militar que lutou por democracia, justiça social e nacionalismo, e restringiu o cenário político entre governo militar e oposição democrática, agregando forças anti-regime. A identidade política do PT entre os anos de 1980 e 1989 tentou romper concomitantemente com o período autoritário e com as tradições históricas, diferenciando-se do MDB, ao ressaltar os direitos dos trabalhadores como constituintes dos procedimentos democráticos fundamentais, e não os incluindo dentro dos direitos democráticos em geral. A disputa pela representação da sociedade e dos trabalhadores perpassou a década de 1980 com propostas gerais para a sociedade, e restritas para os trabalhadores, mostrando a existência de concepções políticas diferenciadas na arena política e nos movimentos sociais. O Partido dos Trabalhadores nos dois espaços demarcou, construiu e consolidou sua atuação e sua presença junto às greves, aos direitos sociais, às bandeiras e às conquistas dos trabalhadores na Assembleia Nacional

---

<sup>13</sup> Para Rodrigo Dias (2002), a *Perestroika* seria uma reestruturação econômica e política e a *Glasnost*, uma busca pela transparência do regime da URSS, seriam críticas internas que abalariam o socialismo. A *Perestroika* criaria instituições de tipo ocidental de democracia e restauraria o capitalismo nos países socialistas e a *Glasnost* garantiria a livre expressão dentro do regime capitalista. “A *Perestroika* e a *Glasnost* foram de fundamental importância para recolocar a URSS no contexto do capitalismo, mesmo que se queira argumentar que estas não eram as intenções iniciais. Estas críticas foram decorrentes do esgotamento de um modelo e se aprofundaram com os problemas econômicos, sociais e políticos vividos na URSS desde a década de 1970”. (DIAS, 2002, p. 14-15).

Constituinte, e na oposição ao Colégio Eleitoral e ao pacto das elites, conforme veremos posteriormente.

O Partido dos Trabalhadores pretendia ampliar o debate político e construir uma nova concepção de democracia com as bases dos movimentos populares e o respeito às decisões das maiorias. “O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 56). As forças democráticas deveriam se unir em uma frente de massa para derrotar o regime ditatorial, dando respostas concretas às lutas dos trabalhadores diante das liberdades democráticas, das melhores condições de vida e de trabalho, e das questões nacionais. A reforma partidária que pretendia impedir a organização política dos trabalhadores seria criticada como artifício do regime militar para a manutenção do poder, e por isso “grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia, e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 60).

Com isso, os documentos pré-PT, internamente por tensos em suas definições políticas, mostraram uma concepção crítica relativa às instituições políticas do regime militar, em que os parlamentares não se comprometeram com temas sociais e políticos do interesse dos trabalhadores, e por isso a primeira expectativa do partido para os futuros parlamentares foi que o estímulo e o aprofundamento da organização dos trabalhadores. Os interesses dos trabalhadores foram demarcados diante das liberdades democráticas, principalmente porque o retorno à democracia não garantia a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Para o PT, era o momento para exigir os direitos dos trabalhadores, para o MDB e o PCB a luta era contra o arbítrio e o autoritarismo militar. Eram duas sinfonias que ecoavam sobre os anseios da sociedade e dos trabalhadores, demarcando o território político para consolidar a atuação partidária num período de transição.

A mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma motivaria o PT a ser expressão política dos explorados, com estrutura interna democrática e apoiada em decisões coletivas contra um sistema econômico e político que beneficiaria uma minoria de privilegiados. O partido se dispunha a lutar contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos

cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia teria um significado singular, um valor permanente: o direito de livre organização dos trabalhadores, que afirmaria “o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 70).

Assim, a luta partidária era para garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático por meio do direito de livre organização, sem as amarras opressoras do regime militar, sem o sufocamento dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, e sem a violência contra as manifestações e as greves. Neste ponto, democracia era sinônimo de livre organização dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores definiria sua linha e seu plano de ação baseado nos interesses dos trabalhadores: liberdade de organização partidária e sindical, desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção, combate à política de arrocho salarial, melhores condições de vida, questão agrária, independência nacional e movimentos de defesa dos direitos das mulheres, dos negros e dos índios. O estatuto do PT definiria como prioridade a construção dos compromissos nas bases e sua defesa pelos parlamentares petistas.

Art. 72º - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 74º - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar em um futuro próximo.

Art. 75º - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem a consideração das Bancadas e órgãos de Direção (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 89-90).

Os núcleos de base como elementos da história política do PT foram analisados pelos seguintes autores: Rachel Meneguello (1989), Margareth Keck (1991), Márcia Regina Berbel (1991), Marco Antônio Brandão (2003), Pedro José Floriano Ribeiro (2008) e Oswaldo Amaral (2010).

Meneguello (1989) estudaria os núcleos do PT como novidade e parte integrante da organização interna e do funcionamento do partido com as organizações de bases em uma atuação extra-eleitoral. Keck (1991) analisaria os núcleos como elementos constitutivos da organização partidária, que seria fundamental para o processo orgânico

de conscientização gradual dos trabalhadores, de membros ativos e participativos, mas que por causa da exigência do número de filiados para legalização do partido, não ocorreria. Berbel (1991) examinaria os núcleos por meio do caráter democrático e da representação das bases como importantes para o funcionamento e expressão do partido. Seriam constituintes da decisão do conteúdo programático e da proposta política partidária e representariam a resistência à opressão ditatorial com a presença de sindicalistas, intelectuais, setores da Igreja Católica e da esquerda. Brandão (2003) afirmaria que os núcleos seriam os agentes do socialismo democrático e conteriam as heranças da estrutura construída pela Igreja Católica, com a função de filiar e de formar o militante partidário, seriam “uma forma do partido se comunicar com os movimentos sociais” (BRANDÃO, 2003, p. 57).

Os autores acima, focados no espaço temporal dos anos 1980 e no lado positivo da nucleação, ressaltaram como aspectos dos núcleos: serem partes integrantes da organização interna, serem importantes para a conscientização dos trabalhadores, serem relevantes na tomada de decisão do programa e da proposta partidária, e serem uma forma de comunicação do partido com os movimentos sociais.

Porém, Ribeiro (2008) mostraria a estagnação dos núcleos após os três primeiros anos do PT, fracassando na segunda metade da década de 1980, e indo à falência em 1990 por falta de estrutura básica e de recursos financeiros, colocando um fim no paradoxo da representatividade interna e transformando-os em comitês eleitorais. Os anos de 1990 mostrariam duas concepções diferentes sobre os núcleos: a ressurreição, proposta das tendências internas de esquerda no PT, e a diluição, proposta da Articulação e do Campo Majoritário, tendência interna do PT. A proposta do Campo Majoritário se consolidaria no ano de 2001 quando, “os núcleos não teriam qualquer canal de representação junto a Encontros, Diretórios ou Executivas. Tampouco receberam alguma garantia no sentido do repasse obrigatório de verbas” (RIBEIRO, 2008, p. 252). Amaral (2010) afirmaria que os núcleos seriam órgãos básicos de organização e agentes de mobilização com intensa participação social nos anos 1980 e nos anos 1990, as declarações partidárias sobre o tema seriam menos comuns nas resoluções partidárias, haveria breves comentários sobre como revitalizar ou retomá-los. A década de 1990 seria um momento em que a participação nas atividades do partido não passaria pelos núcleos, momento de inserção institucional e de expansão dos diretórios municipais, e o fato de “terem deixado de ser objeto de comentários mais

longos e críticos por parte das resoluções partidárias ilustra a redução de sua importância junto à organização interna petista” (AMARAL, 2010, p. 111).

Assim, uma literatura existente sobre os anos finais da década de 1980, até início dos anos 2000, analisou os núcleos como elementos contribuintes para a formação e consolidação do Partido dos Trabalhadores como democrático internamente e como representantes das bases. Ribeiro (2008) e Amaral (2010) ressaltaram as mudanças ocorridas nos núcleos entre os anos de 1980 e 2001, de parte integrante da organização interna à reduzida importância, os núcleos foram ignorados pela direção partidária que sempre teve receio da sua monopolização pelas tendências de esquerda. A redução da importância dos núcleos representa que os projetos como a conscientização dos trabalhadores, a decisão do programa e da proposta partidária e a forma de comunicação do partido com os movimentos sociais já não eram mais importantes para o PT, principalmente após 2001, com a publicação do Estatuto do partido.

Neste ponto, ainda ressaltamos que não houve, entre os deputados federais e senadores petistas analisados na dissertação, nenhum discurso que mobilizasse, influenciasse, ressaltasse ou afirmasse a relevância dos núcleos na atuação do partido entre 1980 e 2000. Os núcleos foram ignorados como elementos para apoio às propostas, aos projetos e à política do partido, os parlamentares não enxergaram nenhum valor na atuação dos núcleos para a sociedade brasileira durante o período analisado.

No seu 1º Encontro Nacional, realizado nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o partido afirmaria sua disposição na luta por eleições livres e diretas em 1982 e 1984, com a ampliação da organização da base por meio dos núcleos. Assim, “o PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 101). Esta “faixa própria” estaria amparada pelas discussões nos encontros democráticos com os movimentos populares para elaboração de programas e táticas eleitorais, a indicação de candidatos e a realização de debates.

O Partido dos Trabalhadores confirmaria o apoio partidário à luta dos trabalhadores contra o desemprego e a política econômica do governo, com a realização do Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego no dia 1º de outubro de 1981, em que os dirigentes sindicais entregariam as reivindicações ao presidente da República. O partido

colocaria “seus parlamentares”<sup>14</sup> à disposição da campanha: contribuindo para o sucesso político, “os parlamentares do PT estarão nas ruas, nas portas das fábricas, nas praças, ao lado de todos os trabalhadores. E nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas, no Congresso Nacional, todos se pronunciarão contra a política econômica do governo e em defesa das reivindicações dos trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 104).

Os desafios iniciais do Partido dos Trabalhadores estariam relacionados às eleições de 1982<sup>15</sup> e à classe trabalhadora. Em relação à classe trabalhadora, o partido deveria ouvi-la para expressar, defender e consolidar politicamente os anseios do movimento popular e dos sindicatos. A atuação partidária no poder, e principalmente no Legislativo, só teria sentido se o movimento popular se organizasse, mobilizasse, fortalecesse e lutasse por seus direitos.

No 2º Encontro Nacional, realizado entre os dias 27 e 28 de março de 1982, no Instituto *Sedes Sapientiae* em São Paulo, o PT lançaria sua plataforma denominada “Trabalho, Terra e Liberdade” para a campanha eleitoral de 1982, encarada como educação política, prometendo assumir as reivindicações dos trabalhadores e as condições para a participação popular organizada e autônoma. As expectativas seriam para eleição de “parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar a tribuna de denúncia e ser caixa de ressonância das lutas travadas fora do Parlamento” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 130). No resultado das urnas, o PT elegeu oito deputados federais.<sup>16</sup>

Preocupado em ser o representante da classe trabalhadora, o PT dedicou seus primeiros anos de atuação partidária à tentativa de ressaltar a importância política do partido para os trabalhadores. Os núcleos, os encontros democráticos com os movimentos populares, a indicação de candidatos, a realização de debates, o apoio aos dirigentes sindicais, e as reivindicações contra o desemprego e a política econômica do governo eram as lutas iniciais do partido. A expectativa para que os trabalhadores considerassem o PT um partido representante dos seus interesses motivou os

---

<sup>14</sup> Com o fim do bipartidarismo existente entre os anos de 1966 e 1979, cinco deputados federais do MDB aderiram à proposta partidária petista e concluíram os mandatos até 1982: Aírton Soares, Antônio Carlos de Oliveira, Benedito Marcílio, Freitas Diniz e Luiz Cechinel.

<sup>15</sup> As eleições estão entre os temas que não iremos examinar na dissertação.

<sup>16</sup> São eles: Aírton Soares, Djalma de Souza Bom, Eduardo Matarazzo Suplicy, Elizabete Mendes de Oliveira, Irma Rosseto Passoni, José Eudes Freitas, José Genoíno Neto e Luiz Dulci. Para Gláucio Ary Dillon Soares, “as eleições de 1982 foram realizadas num clima de entusiasmo cívico e liberdade que havia sido esquecido pelos brasileiros” (SOARES, 1984, p. 38).



parlamentares a direcionar a atuação política em relação às greves, ao Colégio Eleitoral e aos direitos da classe trabalhadora na Assembléia Nacional Constituinte. Os atores sociais e políticos defendidos pelo Partido dos Trabalhadores foram os trabalhadores assalariados.

O ano de 1983 se iniciaria com uma crise política e econômica afetando gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, com o governo pedindo consenso e trégua e continuando a aplicar a Lei de Segurança Nacional. Neste ponto, caberia aos parlamentares, especialmente da oposição, não frustrarem o desejo e a aspiração da sociedade brasileira, construindo um compromisso coletivo com os trabalhadores em torno da sucessão presidencial. Para José Genoíno, a luta seria a única alternativa aos trabalhadores para saírem da crise política, econômica, social e moral imposta pelo regime.

Luta coletiva e corajosa de milhões e milhões. Na recusa à secular exploração e opressão. Na busca transformadora de seu próprio destino. Os operários, camponeses, trabalhadores, querem ser governos de si mesmos. Construir uma democracia daqueles que hoje são os oprimidos, os explorados, os perseguidos, os aviltados, os empobrecidos, os emudecidos, os espancados. Uma democracia que coloque os monopólios e a terra sob controle de seus produtores. Que ponha sob controle do Estado o sistema financeiro. Que rompa radicalmente a dependência externa. Que melhore as condições de vida da população.<sup>17</sup>

Em 1983 a economia estaria em profunda recessão. Com a chegada de Delfim Netto no Ministério do Planejamento em agosto de 1979, aumentariam as reivindicações trabalhistas, a taxa de inflação, o déficit em conta corrente, a dívida externa, os juros, assim como cairia o ingresso do capital estrangeiro no país. Recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) geraria ao Governo Federal descrédito na sociedade sobre os planos econômicos. A restrição da economia às metas do FMI, a desaceleração da economia e a perda de valor do salário e do emprego deteriorariam a imagem dos militares, “o remédio consistia simplesmente na aplicação de sua fórmula ortodoxa: reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais frequentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais” (SKIDMORE, 1988, p. 460). Em meio aos problemas econômicos construídos pelo governo João Figueiredo, aumentaria a movimentação política em torno da campanha por eleição direta para presidente.

---

<sup>17</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1784.

A participação do Partido dos Trabalhadores na campanha das Diretas Já! foi analisada superficialmente pelos seguintes autores: Margareth Keck (1991), Oswaldo Amaral (2003), Ângela Marques (2005), Daniel Aarão Reis (2007) e Boris Fausto (2009).

Keck (1991) afirmaria que o PT se mobilizaria para combinar democratização das instituições com reivindicações de justiça social e econômica e, “à medida que a campanha se desenrolou, o partido ficou preso ao discurso unitário da própria campanha” (KECK, 1991, p. 298). Amaral (2003) analisaria a campanha das diretas como o momento para integração entre a ação institucional e a popular, em que “o PT foi um dos primeiros partidos a clamar por uma ampla mobilização em prol das eleições diretas” (AMARAL, 2003, p. 44). Marques (2005) examinaria a campanha pela perspectiva de ser um movimento de massa na história do Brasil e o partido teria a oportunidade de exercer sua função, refletindo nos resultados eleitorais de 1985, pois “atuando junto à sociedade, o PT foi o primeiro partido a lançar a campanha das Diretas-já” (MARQUES, 2005, p. 101).

Reis (2007) mostraria que a campanha das diretas seria de extraordinária importância para o PT, com um caráter de massas e a participação das esquerdas, pois o partido assumiria desde o início o engajamento com decisão e entusiasmo, “foi o PT que mais se beneficiou com os dividendos políticos daí advindos, embora outros políticos e lideranças, mesmo aderindo num segundo momento, também tenham se projetado, ou consolidado sua projeção através da campanha” (REIS, 2007, p. 512-513). Fausto (2009) afirmaria que o PT queria promover uma campanha por eleições diretas no ano de 1983, por meio de uma frente com a presença de partidos que teriam expectativa similar e, “por sua parte, em junho daquele ano, a direção nacional do PMDB decidiu lançar uma campanha no mesmo sentido que começou com um pequeno comício em Goiânia” (FAUSTO, 2009, p. 509).

As análises acima são consideradas superficiais porque não conseguiram ultrapassar a perspectiva de que o PT participou da campanha das Diretas Já: como o primeiro partido ou um dos primeiros partidos a lançar a campanha, na afirmação de Marques (2005) ou de Amaral (2003); como a combinação entre democracia e justiça social, na análise de Keck (1991); como se beneficiando dos dividendos políticos, no exame de Reis (2007) ou promovendo a campanha conjuntamente com uma frente de partidos, para Fausto (2009).

As análises pretenderam enaltecer a presença e a participação do partido, mas não conseguiram a sustentação por meio de fontes para afirmarem a função do PT na campanha das Diretas Já! A interpretação dos autores acima levou à tentação da origem do fato,<sup>18</sup> a menosprezar a função parlamentar da proposta de emenda à constituição,<sup>19</sup> a ignorar a incapacidade do Partido Democrático Social (PDS) e do Governo Federal na administração da economia e da escolha do próximo presidente,<sup>20</sup> a sobrepor o Partido dos Trabalhadores aos atores políticos e sociais que contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da campanha,<sup>21</sup> e a ressaltar o lado da mobilização e ignorar a luta parlamentar existente.<sup>22</sup>

Para o PT, no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, a campanha das eleições diretas tivera como saldo positivo a mobilização dos setores populares e dos trabalhadores por meio da autoconfiança e da capacidade de organização das manifestações, dos comícios e de lutas como “fator de politização, a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 179).

Após mais de um ano da votação da emenda Dante de Oliveira, o PT manteria o posicionamento de apoio irrestrito à mobilização popular e à organização dos trabalhadores como forma de desestruturar o regime militar e desagregar o partido do governo. Contudo, o Partido dos Trabalhadores silenciaria sobre a participação de atores

---

<sup>18</sup> Para Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, a história foi corrigida, pois os manuais relatam o início da campanha com o comício na Praça Charles Miller no dia 27/11/1983, contudo “a campanha pelas Diretas estava sendo lançada oficialmente, pelo PMDB, em Goiânia, no dia 15 de junho, de forma cautelosa, discreta e ainda em meio a discordâncias internas e muitas contradições” (OLIVEIRA & LEONELLI, 2004, p. 165). Contudo, entendemos que a busca pela antecedência do proponente da emenda ou da campanha por eleições diretas seria uma pista falsa, se restringindo à anterioridade do proponente e esquecendo do seu conteúdo político e programático.

<sup>19</sup> “A PEC, apresentada em 2 de março de 1983, vinha assinada por Dante de Oliveira, seu autor, e mais 176 deputados e 23 senadores” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 78).

<sup>20</sup> “As denúncias de irregularidades acabaram provocando forte erosão na credibilidade do governo e, sobretudo, do ministro Delfim Netto” (RODRIGUES, 2003, p. 26).

<sup>21</sup> Afinal, as meticulosas preparações para as manifestações em diferentes cidades envolveram “diferentes personagens, muitos dos quais ferrenhos adversários, entre partidos políticos, entidades, sindicatos e centrais sindicais, associações e igrejas as mais diversas” (RODRIGUES, 2003, p. 44).

<sup>22</sup> Em seu *Diário da Campanha das Diretas*, Ricardo Kotscho afirmou antes da votação da emenda Dante de Oliveira, ocorrida em 25/4/1984: “mas a campanha já atingiu seus objetivos – levantou o Brasil para dizer não ao regime que ai está, para dizer sim ao futuro, inundando as praças e as ruas de festas e de esperanças, apesar de tudo” (KOTSCHO, 1984, p. 6). Leonelli e Oliveira criticam a proposta da mobilização social como única forma de pressão aos parlamentares para votarem a favor da emenda Dante de Oliveira, “para alguns, ditos mais radicais, o processo, o movimento, a mobilização eram mais importantes que o resultado. E o defeito dessa postura não era o simples oportunismo de aproveitar-se politicamente de uma grande motivação popular, mas, sim, o de não levar em conta as conseqüências da frustração do país com a derrota da Emenda Dante de Oliveira” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 456).

políticos e sociais com projetos políticos diferentes das propostas do PT em uma política de alianças<sup>23</sup> contra o regime militar, uma opção viável na atuação parlamentar nas circunstâncias existentes desde o início do ano parlamentar de 1983 e se sobrepunha com um caráter de massas. Os deputados federais do PT se restringiram a dez (10) discursos no plenário da Câmara entre os dias 5/4/1983 e 25/4/1984, o que seria um indício de que o partido se estruturou como atuação central no movimento e nas mobilizações, e subordinou a função parlamentar como elemento necessário da campanha. Neste ponto, como um movimento de mobilização popular e luta institucional, seria precipitado analisar os discursos dos deputados federais petistas e ignorar os parlamentares que apoiaram a campanha Diretas Já! Para não cairmos na tentação de enaltecer o PT e ignorar os atores políticos e sociais que lutaram por eleições diretas entre os anos de 1983 e 1984, a campanha das Diretas Já! não será objeto de análise na dissertação.<sup>24</sup>

## **1.2 O Colégio Eleitoral e os dois lados da moeda autoritária: Tancredo e Maluf.**

No 3º Encontro Nacional realizado entre os dias 6 e 8 de abril de 1984 na cidade de São Bernardo do Campo, o partido alertaria para a necessidade de uma rápida resposta diante da situação política do país com as eleições livres e diretas, e na luta contra o Colégio Eleitoral. As propostas sugeridas pelo PT para atuação política e parlamentar não conseguiriam ser traduzidas em objetivos concretos, dificultando sua consolidação em âmbito nacional. Seria necessário, na perspectiva partidária, diante da limitação do Legislativo, estabelecer critérios norteadores na sua atuação e “lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua

---

<sup>23</sup> Em 1987, no seu 5º Encontro Nacional, o PT reconsideraria a atuação partidária no movimento Diretas Já!: “Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT, objetivamente, fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a Ditadura Militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da *Nova República* não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 324).

<sup>24</sup> Para o movimento Diretas Já! ver: uma análise jornalística com KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil*: diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984; uma análise memorialística com LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já*: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004; e uma análise sociológica com RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já*: o grito preso na garganta. São Paulo: FPA, 2003.

independência diante do Executivo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 146).

Para o partido, o parlamentar petista não deveria ter privilégios, não deveria ser discriminado pelos militantes e deveria atuar concretamente nos movimentos populares e sindicais e nas lutas dos trabalhadores. A atuação parlamentar estaria subordinada às diretrizes gerais do PT, pois “as iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 165). Os parlamentares deveriam cumprir três funções básicas no Legislativo brasileiro: “a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 147).

Neste ponto, nas teses políticas defendidas pelo partido estariam: a questão internacional, na defesa dos interesses dos povos que lutam por sua libertação, a luta contra a política econômica e pelo fim do regime militar, a necessidade de reforma agrária no campo, a conquista de governos, a greve geral, o isolamento dos setores reacionários e conciliadores, e a luta pelas eleições livres e diretas em todos os níveis “por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 151). Por isso, a derrubada do regime militar e a frustração as tentativas de conciliação, mostraria o PT favorável ao boicote do Colégio Eleitoral, considerado como espúrio e ilegítimo.

Assim, a atuação parlamentar foi valorizada pelo Partido dos Trabalhadores com a intenção de demarcar os limites da sua funcionalidade: consolidar o partido nacionalmente, ter autonomia parlamentar para a conquista dos trabalhadores, dos movimentos populares e do fortalecimento do PT, e travar luta contra os reacionários e os conservadores, que legitimaram o Colégio Eleitoral. Definir o Parlamento como espaço de luta política para expressar e oferecer sentido aos anseios sociais era importante para que partido delimitasse sua atuação institucional a favor dos trabalhadores e repudiasse as decisões políticas dos gabinetes e das salas do poder.

Neste momento político de exigência das eleições diretas, o presidente João Figueiredo em declaração controversa, revelaria clara e inequivocadamente que “só existe uma oposição organizada à tese das eleições diretas para Presidente da República,

à materialização desse sonho nacional. E essa oposição – quem diria – parte justamente do PDS”.<sup>25</sup> Carlos Castello Branco, repórter político desde 1949, trabalhou nos Diários Associados, no O Jornal, no Diário Carioca e na revista O Cruzeiro, foi secretário de Imprensa do presidente Jânio Quadros (1961), chefe da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília (1962-1972) e colunista político (1963-1993) afirmaria que os candidatos pedessistas a presidente da República seriam os maiores opositores a emenda de eleição direta e que “a coordenação do Presidente terminou e ele já não tem nomes a indicar. A convenção virou um salve-se quem puder. E os vetos à eleição direta decorrem de simples jogo de conveniências pessoais”.<sup>26</sup> Para o jornalista, os interesses pessoais do presidente da República, dos candidatos e dos parlamentares do PDS poderiam se sobressair e apoiar uma candidatura para as eleições diretas, caso houvesse consenso em torno de um candidato. Para Eduardo Suplicy, a parte do PDS que insistiria na eleição do Presidente pelo Colégio Eleitoral não perceberia “que o povo está consciente de que este organismo eleitoral não representa a vontade popular. Trata-se de um Colégio Eleitoral cuja legitimidade é contestada pelo povo”.<sup>27</sup>

As concepções sobre o Colégio Eleitoral começaram a ficar visíveis no ano de 1983: uma, em torno das decisões entre o presidente da República, João Figueiredo e o PDS, procurando legitimá-lo, e outra, procurando descaracterizá-lo como instituição criada pelos militares, que não conseguiram representar a vontade popular.

Em termos práticos, o Colégio Eleitoral poderia ser entendido como um arbítrio militar criado na Constituição de 1967, que aumentaria a desigualdade e a discriminação entre as populações dos estados e se tornaria a instituição pela qual o presidente seria escolhido por membros do Congresso Nacional e por três delegados a cada quinhentos mil habitantes, de cada um das assembleias estaduais. Em 1977, o presidente Ernesto Geisel, no “pacote de abril”,<sup>28</sup> ampliaria para um milhão de eleitores sendo

---

<sup>25</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 154, 18/11/1983, p. 12867. Para Gláucio Ary Dillon Soares, “as eleições indiretas estão contribuindo para um rápido desgaste eleitoral do PDS que significaria que o ‘presidente biônico’, escolhido indiretamente, teria que governar em minoria no Congresso” (SOARES, 1984, p. 59).

<sup>26</sup> A caminho da eleição direta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/11/1983.

<sup>27</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 156, 22/11/1983, p. 13034. A ilegitimidade do Colégio Eleitoral está presente em: As diretas e a eleição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/11/1983.

<sup>28</sup> Para Thomas Skidmore, o “pacote de abril” foi uma resposta aos resultados das eleições parlamentares de 1974, impedindo o MDB de fortalecer-se significativamente pelo voto. Para o autor, “invocando os poderes arbitrários do AI-5, Geisel anunciou uma série de importantes reformas constitucionais (apeladas de “pacote de abril”), todas visando direta ou indiretamente tornar a ARENA imbatível nas próximas eleições. Doravante as emendas constitucionais exigiriam maioria simples apenas; todos os governadores de estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente em 1978 por colégios

representados por três delegados no Colégio Eleitoral, (Emenda Constitucional nº. 8 de 14 de abril de 1977). A escassez de representatividade se concretizaria em 29 de junho de 1982, com a emenda nº. 22 implantando as regras para as próximas eleições para presidente, em que o Colégio Eleitoral passaria a ser formado “pelos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) e por seis representantes escolhidos pelo partido majoritário em cada assembléia estadual” (SOARES, 1984, p. 102).

Na opinião do jornalista Carlos Castello Branco, os atos do governo em abril de 1977 representaria um desprestígio do Parlamento e o rebaixamento da representação dos estados no Senado. A legislação eleitoral seria casuística e com um conjunto indefensável de organização do sistema político que aspirasse à consolidação de um caminho para a democracia, que não interessaria aos políticos da ARENA e do MDB e “o Presidente Geisel, porém, parece pouco flexível e dificilmente alterará as decisões que tomou no seu gabinete, sob sua própria responsabilidade, enquanto, fechando-se, deixou o Congresso na mais ansiosa das expectativas”.<sup>29</sup>

As reformas elaboradas e colocadas em prática pelo Governo Federal tiveram a intenção de assegurar a continuidade da ARENA como partido governista no poder, no governo dos estados e no Congresso Nacional, por meio de processos políticos escusos. Para a manutenção do partido do governo no poder eram necessárias as reformas na legislação eleitoral, em uma combinação entre força e eleição, deslegitimando os políticos eleitos e menosprezando as instituições políticas como meros instrumentos existentes para satisfazer as vontades e os interesses do regime militar.

O resultado da votação da emenda Dante de Oliveira trouxe novos caminhos para alcançar os interesses dos trabalhadores, pondo fim ao regime e sua política econômica. Coube à sociedade brasileira o julgamento do comportamento do PDS que votou contra, que se ausentou, que se absteve, e que colocou a instituição do Congresso Nacional como decorativa. A negativa dos deputados federais à emenda Dante de Oliveira representou a intenção dos militares de continuar controlando a transição para a democracia, sem traumas, por meio da eleição do presidente da República pelo

---

eleitorais estaduais (que incluiriam os vereadores, ficando assegurado o controle da ARENA); os deputados federais teriam o seu número fixado à base da população e não do total de eleitores registrados (como fora nas eleições de 1970 e 1974); e o acesso dos candidatos ao rádio ou à televisão ficava rigorosamente limitado nos termos da lei Falcão já aprovada pelo Congresso em 1976”. (SKIDMORE, 1988, p. 373).

<sup>29</sup> Os problemas da abrilada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/4/1977.

Congresso Nacional. Para os militares, a ditadura não cairia simplesmente pela votação no Parlamento e pela instituição das eleições diretas.

A realização da escolha do presidente por meio do Colégio Eleitoral foi frustrante para a sociedade brasileira. Principalmente com a crise agravada no PDS, com a viabilidade da candidatura de Paulo Maluf e seu comportamento na vida política nacional, acusado de incompetente, corrupto e representante do continuísmo dos interesses dos militares. Para Eduardo Suplicy, “aceitar essa proposição seria uma traição ao povo que, por toda parte, continua exigindo a aprovação das eleições diretas para a escolha do sucessor do Presidente Figueiredo”.<sup>30</sup>

Contudo, este não seria o pensamento dos políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Governo Federal, que estariam dispostos à negociação e ao consenso com um candidato presidenciável no Colégio Eleitoral, principalmente porque, “a intransigência desta vez não está no PMDB e nos partidos oposicionistas, com exclusão do PT. A intransigência é do PDS e poderá ser agravada por seus candidatos à Presidência”.<sup>31</sup>

Para José Genoíno ainda haveria espaço para a conquista das eleições diretas, por meio da ação política, da retomada da mobilização popular e da preparação das jornadas de luta com greves, protestos e comícios. O deputado federal acreditaria na articulação e na consolidação no interior dos comitês suprapartidários, e na unidade das forças populares para a viabilidade da pressão dos movimentos populares sobre o Congresso Nacional “e essa saída das ruas deve ser combinada com uma atitude firme no plano institucional, em defesa das eleições diretas já”.<sup>32</sup> O parlamentar ressaltaria a necessidade de continuidade da mobilização nas ruas para pressionar o Governo Federal e os parlamentares a revisarem suas atitudes, e que levaria uma nova possibilidade para ser votada emenda favorável às eleições diretas para o cargo de presidente da República.<sup>33</sup>

Para setores do PMDB, a permanência da campanha popular em favor da eleição direta após a votação da emenda Dante de Oliveira tornar-se-ia uma abstração e um jogo político, pois “o povo não se reuniria mais na praça pública, país afora, sem motivação concreta e a opinião da imensa maioria já se produziu com pleno conhecimento dos

---

<sup>30</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 36, 1/5/1984, p. 2665.

<sup>31</sup> Onde se resiste ao entendimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/5/1984.

<sup>32</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.

<sup>33</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.



órgãos deliberativos”.<sup>34</sup> Enfim, o PMDB que apoiaria a campanha das Diretas Já! se rendeu aos desfechos da negociação política e começaria a criticar o PT por manter a proposta das eleições diretas, vista como abstração, intolerância e intransigência partidária. Para o Partido dos Trabalhadores, a continuidade da mobilização pelas eleições diretas significaria a reafirmação das necessidades da participação dos trabalhadores na escolha do próximo presidente.

A candidatura de Tancredo Neves, naquele momento componente da oposição, se fortaleceria com o apoio unânime dos governadores do PMDB, o qual havia ficado manifesto em reunião do dia 20 de junho de 1984 e na formação da Aliança Democrática com os partidários do PMDB, do Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>35</sup> e os dissidentes do PDS, que “se concretizou com a recusa do presidente Figueiredo em realizar as prévias para os candidatos do PDS que fossem disputar a candidatura no Colégio Eleitoral, e com a renúncia do presidente do PDS, José Sarney, do cargo” (DIMENSTEIN, 1985, p. 45). Para Carlos Castello Branco, “a própria escolha do Governador Tancredo Neves como candidato indica o propósito de se encontrar algum consenso e algum ponto de conciliação que, através de mudanças, assegure um clima de paz para o êxito do gigantesco esforço para solucionar problemas acumulados”.<sup>36</sup> Tancredo Neves representaria a tentativa do Executivo e do Legislativo em encontrarem ‘a única saída política para o País’, o ‘salvador da pátria’ que seria eleito pelo Colégio Eleitoral, capacitado para resolver os problemas nacionais com responsabilidades, compromissos e unidade política.

Para José Genoíno, o Governo Federal e a Aliança Democrática nos seus gabinetes de conciliação pretendiam esquecer a palavra de ordem emitida e repetida apaixonadamente nos comícios e nas praças por milhares de pessoas: Diretas já!, e abafar as propostas de novas manifestações. Para o parlamentar, a principal proposta para combater o Colégio Eleitoral seria não regulamentá-lo, pois com a maioria simples de deputados e 240 votos seriam suficientes para colocar novamente as eleições diretas

---

<sup>34</sup> Entre Ulysses e Tancredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/6/1984.

<sup>35</sup> Para Denise Paiva Ferreira, o programa e o compromisso do pensamento liberal foram constituintes da formação do PFL: “Os principais temas refletem o momento em que foi constituído o partido, isto é, no bojo do processo de transição política. Dessa forma, questões como restauração do regime democrático, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, consolidação do pluripartidarismo (assegurando ampla liberdade de organização aos partidos políticos), revigoramento da federação (concessão da autonomia política e financeira aos estados e municípios), universalização do princípio da representação política (abrangendo todos os entes federativos, os territórios e o Distrito Federal), reorganização da administração pública e diminuição da máquina estatal são privilegiadas no programa da legenda que então se estabelecia” (FERREIRA, 2002, p. 57).

<sup>36</sup> Estratégia com sinal trocado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/7/1984.

em pauta. A participação no Colégio Eleitoral e a sua não regulamentação estariam “no mesmo plano e o mesmo nível. Podem ser assumidas pelo mesmo órgão: a Câmara. Depende das vontades políticas dos mesmos indivíduos: os Deputados”.<sup>37</sup>

Os compromissos da Aliança Democrática integrar-se-iam decididamente na candidatura e na campanha de Tancredo Neves à Presidência, mobilizando a sociedade em duas etapas: de 10 de agosto de 1984 até 15 de janeiro de 1985 e daí até novembro de 1986. Para Domingos Leonelli (PMDB), a participação da sociedade teria os seguintes objetivos: legitimar o governo de transição eleito por via indireta, assegurar os compromissos assumidos com o povo, aprofundar a discussão da nova Constituição, fiscalizar o cumprimento dos compromissos populares do governo de transição e consolidar a construção de um processo constituinte com efetiva participação popular. Para o parlamentar, “para que a nova Constituição não represente mais um pacto das elites é preciso que asseguremos a participação popular e democrática na campanha e no Governo Tancredo Neves. As forças que reunirmos já serão a base de nossa participação futura”.<sup>38</sup>

Partimos da premissa que o representante da Aliança Democrática quis definir como era a atuação da sociedade esperada pelo governo formado pelo PMDB e pelo PFL: a expectativa para que a sociedade se consolidasse e fiscalizasse o próximo governo, sem críticas, sem mobilização social e sem reivindicação aos direitos civis, políticos e econômicos ignorados pelo regime militar. A sociedade manteve uma postura similar ao período ditatorial, legitimando um presidente e um governo, em quem nem sequer teriam a oportunidade de escolha e de voto.

O Senado e a Câmara teriam posições distintas sobre o Colégio Eleitoral. Para Eduardo Suplicy, a Câmara, por meio do seu presidente, esperaria colocar em regime de urgência o projeto de lei regulamentando o Colégio Eleitoral, mesmo sem a anuência das lideranças do PT, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e de considerável parcela do PMDB. No Senado, o presidente informaria a não marcação da data para colocar a emenda em pauta, porque não haveria a unanimidade das lideranças. Para o parlamentar seria necessário haver unidade de ação da Câmara e do Senado.

Não podemos aceitar esta incongruência de critérios entre as duas Mesas da Casa. Se a Mesa da Câmara pode colocar na ordem do dia projeto de lei sem a anuência de diversas lideranças, então a Mesa do Senado e da sessão do

---

<sup>37</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 81, 9/8/1984, p. 7405.

<sup>38</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 82, 10/8/1984, p. 7553.

Congresso Nacional deveria também obedecer à vontade da maioria dos parlamentares, praticamente de dois terços no Senado e na Câmara, correspondente hoje à vontade esmagadora do povo brasileiro que quer ver os seus representantes votarem o estabelecimento das eleições diretas para a sucessão do Presidente João Figueiredo.<sup>39</sup>

Os deputados petistas mostraram a credibilidade dada pelo partido ao Legislativo federal como espaço de luta política, e compreenderam que os parlamentares da Aliança Democrática, no Senado e na Câmara, já não usaram a instituição para a mobilização popular e a luta por eleições diretas. O ambiente político no Congresso Nacional em meados do ano de 1984 não estava para as lutas, mas sim para a negociação. A negociação, não era a proposta do PT e a crença do partido no Congresso Nacional aconteceu em um momento político em que os próprios parlamentares se submeteram as decisões das lideranças e as decisões em torno de um nome de consenso nacional, Tancredo Neves. Assim, o PT mostrou que a expectativa para que a transição política se concretizasse com a condução, a participação e a decisão dos trabalhadores.

As candidaturas ao Colégio Eleitoral, de Paulo Maluf e Tancredo-Sarney, não poderiam ser consideradas alternativas para o fim do regime militar. José Genoíno afirmaria que o importante seria excluir a polarização imposta pelo Congresso Nacional e “escolher o muito melhor - e esse muito melhor é a mobilização do povo brasileiro, é a sua organização e a sua unidade em torno de uma plataforma política que represente o fim do regime militar”.<sup>40</sup>

Para Carlos Castelo Branco, a concepção governista sobre os candidatos no Colégio Eleitoral mostraria que a candidatura Maluf geraria instabilidade e crise, por causa dos seus métodos e da falta de apoio popular, “ele ofereceu flores, medalhas, carinho e assistência médica e pessoal a um aglomerado de políticos que o tipo de poder existente no país deixava entregues à sua própria solidão e à generalizada falta de recursos”.<sup>41</sup> A candidatura Tancredo teria heterogeneidade, abrangência, precariedade, flexibilidade ideológica e mostraria a diversidade de compromissos e metas para a manutenção do Estado, sendo que “o espectro das forças tancredistas vai da simpatia do General Ernesto Geisel ao apoio do Sr. João Amazonas, egresso da guerrilha de Xambioá”.<sup>42</sup> Pelo lado governista, o receio em relação a Tancredo seria por ter apoio da

---

<sup>39</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 91, 23/8/1984, p. 8306-8307.

<sup>40</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 102, 7/9/1984, p. 9395.

<sup>41</sup> Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

<sup>42</sup> Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

esquerda, e pelo fato de alguns militares temerem revanchismo e a penalização dos crimes cometidos no período, caso a esquerda chegasse ao poder.<sup>43</sup>

Para José Genoíno, os que queriam polarizar a transição visariam manter o povo em posição política passiva e de expectativa, e a faceta do povo mostraria o descontentamento, a miséria, a revolta e as lutas dos trabalhadores. Por isso, essa seria a posição, muito clara: “nem Maluf é esperança, nem Tancredo é mudança. Queremos o fim deste Regime, com base numa plataforma de luta”.<sup>44</sup> A situação das candidaturas para o Colégio Eleitoral era crítica para o PT, porque os dois candidatos representaram a continuidade do regime. O PT defendeu a luta pelo fim da ditadura militar e sua legislação casuística e autoritária, que não incluía leis favoráveis aos trabalhadores.

Para José Genoíno, participar do Colégio Eleitoral seria concordar com as elites e sua fachada popular, seria concordar com a consolidação do regime militar em crise, com o jogo de cartas marcadas. A recusa do PT estaria na recusa de parcelas da população que representaria, principalmente porque o partido poderia capitalizar todo o descontentamento que surgiria no próximo governo, transformando-se em alternativa operária e popular. Essas características motivariam os parlamentares ao boicote do Colégio Eleitoral e “não é preciso dizer a ninguém que a participação no Colégio não é um mero ato que depois podemos riscar do nosso passado político. Ao contrário, ela tem implicações, repercussões que se estenderão pelos próximos anos e que determinarão o grau de respeito político de que uma determinada posição ou partido desfrutará”.<sup>45</sup>

Neste ponto, entenderam que Tancredo não seria a única alternativa. O PT era uma alternativa para as vontades e os interesses dos trabalhadores, debatendo seus problemas cruciais, reivindicando sua independência de classe e realizando debates e reuniões abertas, como o tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral. Para o partido, o Congresso Nacional, instituição que encaminharia a sucessão presidencial, mostraria evidências de distanciamento da vontade de mudança da maioria do povo brasileiro. Rachel Meneguello argumentaria que Tancredo Neves seria uma indicação consensual e aceita pelos setores políticos para a transição ao governo civil, “com a exceção do Partido dos Trabalhadores, formou-se no Congresso um consenso entre os

---

<sup>43</sup> Para Dimenstein, Tancredo Neves teria escrito uma carta direcionada para Aureliano Chaves em tom conciliatório, pregando a união e acima das divergências passadas pela reconstrução do país que “insinuava garantias de que, em seu Governo, não haveria revanchismos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 86).

<sup>44</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, n.º. 114, 26/9/1984, p. 10780.

<sup>45</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, n.º. 131, 23/10/1984, p. 12691.

partidos de oposição em torno do projeto de democratização encabeçado pelo PMDB” (MENEGUELLO, 1998, p. 81). Ao apoio dos políticos poderia incluir os setores militares com as garantias do poder civil: “o candidato Tancredo Neves ia ao Ministro do Exército assegurar que não haveria revanchismo no seu Governo, considerar muito remotas as possibilidades da legalização das organizações clandestinas, e prometer que os Ministros militares seriam todos ouvidos no momento da escolha de seus sucessores” (DIMENSTEIN, 1985, p. 181).

O colunista Carlos Castello Branco afirmaria a ocorrência, por parte dos militares, da perda de controle da maioria parlamentar e dos governadores, por não evitarem as duas candidaturas do PDS na convenção partidária ocorrida no dia 11 de agosto de 1984<sup>46</sup> e por se submeterem à escolha realizada pelo partido. O candidato escolhido pelo PDS seria Paulo Maluf e mostraria os objetivos das forças armadas: preservar o poder, pois “o Deputado Paulo Maluf não é o candidato popular, não é o candidato da maioria da representação política. Mas é o candidato do regime. E o regime sabe impor suas decisões, preservando-se o uso do poder”.<sup>47</sup>

O PT continuou se colocando como força política dissonante da conciliação e do consenso nacional, ressaltando a falta de compromisso dos candidatos ao Colégio Eleitoral com os trabalhadores e a impossibilidade de escolha por via direta por causa dos militares e dos políticos, ansiosos por uma transição sem traumas. Enquanto isso, o consenso político se consolidou em torno do candidato Tancredo Neves, com um projeto de democracia envolvida e subjugada pelos civis e pelos militares e a tentativa dos militares de permanecer no poder sob o candidato Paulo Maluf. As concepções políticas estavam no cenário: o PT se colocou como negação ao governo escolhido no Colégio Eleitoral, Tancredo ou Sarney, por representarem o regime militar; Tancredo, sob os olhares da Aliança Democrática e dos militares, costurou um governo de conciliação e consenso nacional, sem revanchismo, sem crítica e sem esquerdas, e Maluf esteve sob a tutela dos militares, reafirmando a decadência das forças armadas no poder.

A eleição no Colégio Eleitoral teve como resultado 180 votos para Paulo Maluf e 480 votos para Tancredo Neves. Os malufistas ficariam indignados com a falta de apoio e de atitude da cúpula militar, ao se omitirem e não exigirem a fidelidade

---

<sup>46</sup> Os dois candidatos foram: Paulo Maluf e Mário Andreazza, e “a apuração dos votos terminara e Maluf ganhara a indicação do PDS com uma folga de 143 votos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 127).

<sup>47</sup> Sistema assume Maluf e o impõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1984.

partidária para os participantes do PDS, que teriam ressentimento pelo candidato e pela sua péssima imagem pública.

Merecidamente ou não, ele foi identificado com o regime próximo do fim e com todas as suas mazelas. Maluf deu motivos de sobra para isso: foi contra as “Diretas já!” quando 90% dos brasileiros eram a favor; recusou-se a criticar o Governo mais impopular das últimas duas décadas – só o fez quando a eleição estava perdida; deixou prosperar o perfil de um político vaidoso, autosuficiente, autoritário, que não media conseqüências para alcançar seus objetivos; e cercou-se de parlamentares considerados os mais conservadores do Congresso (DIMENSTEIN, 1985, p. 135).

Eleito, Tancredo Neves estaria cercado pelos compromissos programáticos da Aliança Democrática: combater a inflação, renegociar a dívida externa, gerar empregos, revalorizar o país com o mercado interno e o bem-estar da população e, concluir um pacto constitucional, convocando uma constituinte. A formação dos ministérios teria impacto na política do presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, principalmente na definição da composição e do programa governista e na formação das mesas da Câmara e do Senado. As reivindicações para participar do governo nos ministérios seriam marcadas por ameaças, imposições, pressões e vetos com interesses políticos particulares. Para o jornalista Carlos Castello Branco, Tancredo acreditaria que as mudanças seriam institucionais com a elaboração de novas leis que “são notadamente mudanças de atitudes e, no setor econômico, visam a combater a inflação sem prejuízo do propósito de gerar empregos e de assegurar maior participação do setor privado na economia”.<sup>48</sup>

A imagem pública de Maluf foi o critério utilizado para não apoiá-lo no Colégio Eleitoral e as mudanças propagadas pelo governo encabeçado por Tancredo estavam direcionadas para suas atitudes, sem sequer ressaltar a importância dos trabalhadores para a construção do governo civil. O presidente eleito manteve-se cercado de liberais, de conservadores, de latifundiários, de banqueiros, de industriais, de grupos estrangeiros e de setores militares, sem um projeto político e econômico consistente que modificasse a situação do país e dos trabalhadores. Para o PT, os compromissos e os objetivos fundamentais dos grupos que apoiariam Tancredo Neves já estariam definidos.

São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma de Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e o capital financeiro

---

<sup>48</sup> As mudanças e as pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1985.

do País e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra; em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64 (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 184).

A luta do PT manteve-se focada contra os ideais dos militares, que continuavam no poder, sob as hostes do presidente civil e dos interesses políticos restritos à manutenção da presença de capitalistas, da reforma constitucional e dos proprietários de terra. Assim, na perspectiva petista, o governo eleito no Colégio Eleitoral não teria legitimidade porque não faria nada pelos trabalhadores e nem sequer seria escolhido por eles. O Partido dos Trabalhadores definiria o seu inimigo político que nascia do Colégio Eleitoral ilegítimo: o governo Tancredo-Sarney.

A posse do presidente eleito no Colégio Eleitoral estaria marcada para o dia 15 de março de 1985. Contudo, Tancredo Neves seria afastado do cargo por motivos de grave doença,<sup>49</sup> que o levaria a ficar hospitalizado, no Hospital de Base de Brasília e no Instituto do Coração em São Paulo. Para o jornalista Carlos Castello Branco, a situação gerada com a doença do presidente não poderia perdurar por muito tempo, pois geraria instabilidade no governo com a ausência do presidente eleito e a omissão do vice-presidente. O vice-presidente na chapa da Aliança Democrática, José Sarney, seria empossado no cargo presidencial na data pré-determinada e seria pressionado para assumir as funções e evitar a paralisia governamental.

As hipóteses de “governo provisório” e de redução do período de permanência de José Sarney na Presidência da República surgiram como questionamento à ilegitimidade e a ilegalidade à posse do vice-presidente. Para o Partido dos Trabalhadores, a presença de José Sarney na Presidência da República se tornaria um incômodo no cenário político nacional, pois seria ele o coordenador da negativa na votação da emenda Dante de Oliveira em 1984. Para Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, José Sarney “não tinha a legitimidade histórica da resistência democrática, nem uma camisa amarela estampada com “Diretas Já” numa gaveta qualquer do seu guarda-roupa” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 608). Para Sarney, a idéia de eleições diretas após a sua confirmação como presidente seria uma tentativa de golpismo da esquerda e poderia insuflar a idéia do golpe nos militares.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Para Carlos Castello Branco, “sequer se conhece ainda a exata definição dos males que o afligiram e o afligem, perdendo confiabilidade os sucessivos anúncios dados de boa fé pelos meios oficiais”. A hora ainda é de preocupação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/03/1985.

<sup>50</sup> Pela primeira vez não se fala em golpe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/1/1985.

Para o PT, a presença de Tancredo já parecia inaceitável como presidente civil, e após a sua morte e a posse de Sarney, apenas se concretizaria a permanência dos militares no poder. Como político da ARENA e do PDS, José Sarney foi subserviente, apoiador e defensor das estratégias das forças armadas em permanecerem no poder. Assim, a perspectiva para os trabalhadores estava comprometida principalmente porque os políticos da Aliança Democrática e seus apoiadores nada ofereceram favoravelmente aos trabalhadores.

O tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral seria debatido em reuniões e encontros do Partido dos Trabalhadores por meio de três propostas para serem decididas pelos militantes: “manter-se fiel às origens e não participar; participar por compreender que dever-se-ia derrotar o candidato Maluf identificado como continuidade do regime; comparecer ao Colégio Eleitoral após a negociação de um programa com a Aliança Democrática garantindo conquistas para os trabalhadores” (COSTA, 1998, p. 141). E o partido teria decidido por não homologar e nem corroborar com uma decisão já reconhecida: se for Tancredo Neves ou Paulo Maluf, o presidente teria a face do autoritarismo. A deputada Bete Mendes não aceitaria a decisão partidária e utilizaria entrevistas e cartas a 1.817 eleitores, consultando-os sobre a sua presença ou não ao Colégio Eleitoral. A parlamentar pretenderia se basear nas opiniões populares, ignorando as decisões partidárias do PT. Bete Mendes concluía que:

Como em minhas hastes partidárias 68,7% querem que eu vá votar por eles na escolha do próximo Presidente da República, e como dentre os eleitores de outros partidos, inclusive eleitores do PDS, 78% também são dessa opinião, afirmo desta tribuna, ao fim da Sessão Legislativa do ano de 1984, que irei ao Colégio Eleitoral, por vontade dos eleitores petistas e dos demais partidos, votar no candidato Tancredo Neves.<sup>51</sup>

Em 15 de janeiro, na votação no Colégio Eleitoral, Bete Mendes compareceria e votaria em Tancredo Neves. Para a parlamentar, a coerência com o entendimento do político obrigá-la-ia estar onde o povo estaria e esta atitude contrária à decisão do partido geraria sua expulsão. A parlamentar afirmaria que “sabia de antemão que o seria, segui adiante. Dei o meu voto consciente de estar contribuindo para que se tornasse realidade um sonho de nosso povo”.<sup>52</sup> Para a deputada, seu voto seria uma “homenagem maior a Tancredo. Foi o reconhecimento que lhe dei em vida por sua

---

<sup>51</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 159, 5/12/1984, p. 15990.

<sup>52</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.



trajetória política marcada pela seriedade, pela coerência, pela honestidade e pelo espírito democrático e conciliador”.<sup>53</sup>

O Partido dos Trabalhadores passaria por um dos primeiros casos de desobediência partidária com a votação dos deputados federais Bete Mendes, Aírton Soares e Eudes Júnior no candidato Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Como um partido que buscava se diferenciar dos existentes, em que as decisões seriam tomadas junto às bases, por meio dos encontros partidários com consulta aos filiados, o PT procuraria demarcar as suas fronteiras políticas nitidamente, porém “tal consulta não foi por meio dos Núcleos de Base, que teoricamente se vinculavam aos movimentos sociais, podendo proporcionar uma maior abrangência à consulta” (BRANDÃO, 2003, p. 89). A atitude dos parlamentares que compareceriam ao Colégio Eleitoral está diretamente relacionada ao cerne da nossa proposta na dissertação: a identidade e a carreira parlamentar estão submetidas às diretrizes do partido, pois este é um local de socialização e aprendizado político e social. No caso do PT, em que as propostas eram colocadas em votação interna e seguidas, independentemente do resultado, concordar ou não com o resultado do partido na decisão de ir ou não ao Colégio Eleitoral, não era o suficiente para que os parlamentares exercessem suas escolhas pessoais, mas assim o fizeram.

E no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o PT afirmaria que não queria que as prerrogativas de decisão política se tornassem exclusivas dos dirigentes ou das bancadas parlamentares como nos partidos de burguesia ou de vanguarda, por isso defenderia a democracia interna partidária como forma de debate e de discussão das propostas pelos filiados. Caso o parlamentar permanecesse com a posição individual e descumprisse as diretrizes partidárias, seria necessário que a Executiva Nacional solicitasse seu desligamento do partido, pois “a recusa de parlamentares do Partido em acatarem deliberações tiradas em convenção partidária, traz à tona questões cujo equacionamento poderá trazer ao Partido, nos próximos anos, reflexos tão profundos quanto os resultados da manutenção de nossa decisão de não comparecer ao Colégio Eleitoral” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 191).

Assim, o Partido dos Trabalhadores durante o ano de 1984 e 1985, lutando contra o Colégio Eleitoral, delimitou sua ação para as soluções institucionais existentes

---

<sup>53</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.

no regime militar: exigir as eleições diretas para que o trabalhador tivesse o direito de escolha do presidente. O partido corroborou sua inserção institucional ao valorizar o elemento político e as eleições como método para disputa do poder político nacional. As resoluções do PT sobre ir ao Colégio Eleitoral mostraram a opção política tomada pelo partido, em que a instituição militar teve um método espúrio na política, por causa da eleição indireta e da exclusão da classe trabalhadora pelas elites das decisões políticas. Assim a compreensão do Colégio Eleitoral como questão política fez com que o PT utilizasse as eleições como um método de possibilidade de participação da classe trabalhadora na democracia burguesa. Politicamente o PT, ao inserir-se nas lutas institucionais, iniciou um processo político de reconhecimento do *status quo* e da conquista dos espaços legítimos para atuação partidária que favorecesse os trabalhadores.<sup>54</sup>

### **1.3 As greves: apoio e solidariedade.**

O Partido dos Trabalhadores realizaria entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o Encontro Nacional Extraordinário, com o objetivo de demarcar a posição partidária contrária ao continuísmo e ao pacto social proposto pelo Governo eleito no Colégio Eleitoral. Para o partido, a Aliança Democrática manteria a tutela militar e reeditaria a política de arrocho econômico aos trabalhadores como paliativo da situação econômica e social do país: o pacto social com compromissos e objetivos fundamentais de manter-se fiel aos ideais de 1964.

Considerando a perspectiva do continuísmo governamental, a política do PT deveria concentrar sua atuação no combate ao pacto social e à transição conservadora, apoiando e incentivando as lutas sociais por meio de campanhas, protestos, invasões e ocupações, e principalmente, a greve geral, um instrumento para quebrar o pacto social: “assim, somos frontalmente contrários à reforma da Constituição proposta pela Aliança

---

<sup>54</sup> Para uma análise do PT diante do Colégio Eleitoral ver: DUARTE, Ozeas. Para uma tática revolucionária sob a Nova República. *Teoria & Política*, n. 7, São Paulo, 1985, p. 9-52. In: LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009, p. 54; COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, Niterói: UFF, 2005, p. 131-133.

Democrática ou à concessão de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 188).

O Partido dos Trabalhadores propunha como alternativa democrática e popular, a mobilização da propaganda pela Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática, com a organização e a participação dos movimentos com suas reivindicações contra as frentes parlamentares que não se baseariam nas lutas sociais. Para o PT a democracia se construiria pelas mãos dos trabalhadores e não canalizando as lutas no Parlamento. Nesse sentido, seria necessário o Diretório e a Executiva Nacional redefinirem suas tarefas e seus membros, organizarem a atuação da bancada federal em novas bases e visarem a atuação legislativa e institucional do PT em torno das seguintes questões: a legislação eleitoral-partidária, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Constituinte e a lei salarial. Crer-se-ia que as bancadas do PT conseguiriam ter uma atuação considerável em relação à sua reduzida expressão numérica, e reafirmaria a necessidade dos parlamentares seguirem as resoluções aprovadas.

Subestimar a importância do trabalho parlamentar e institucional, assumir posturas de permanente desconfiança em relação aos companheiros detentores de mandato popular, negar-lhes o direito de defender suas idéias no interior do Partido, mesmo que minoritárias, considerá-los como meros despachantes de luxo do movimento popular ou, então, como simples contribuintes à caixa do Partido, representa uma concepção tão equivocada para a construção do PT quanto a que aponta no sentido de partido parlamentar (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 192-193).

O PT, em oposição à Aliança Democrática, delimitou o seu método de ação: a organização e a mobilização dos movimentos, principalmente porque as lutas institucionais não foram suficientes no Colégio Eleitoral, quando o partido atuou sozinho contra a conciliação e o consenso nacional. Os deputados federais eram valorizados porque os interesses, os objetivos e os direitos dos trabalhadores dependeram da dedicação e da atuação no Congresso Nacional, espaço para a socialização e a luta política direcionada para a classe trabalhadora, uma confluência entre luta institucional e luta dos movimentos sociais.

A presença do PT nos movimentos grevistas na década de 1980 aconteceria por meio da direção, da solidariedade e do apoio às greves. Estas não teriam um único significado, poderia acontecer por motivos trabalhistas ou corporativos, por descontentamento social ou político, por demandas reprimidas pelo autoritarismo, ou

como estratégias de consolidação de novas lideranças sindicais. As greves estariam envoltas por discursos contrários que acusariam os grevistas de usarem motivos políticos e a influência das esquerdas sobre os trabalhadores ou motivos econômicos que minimizariam a influência dos sindicatos. A realização das greves na década de 1980 “não fundamentam as análises mais acuradas de cada um dos campos, mas, além do impacto político que possuem enquanto tal, às vezes, à força da repetição, funcionam como autoconvencimento” (NORONHA, 1991, p. 96).

Na década de 1980, o conflito trabalhista esteve concomitantemente relacionado à transição, o que colocou as greves como canais de manifestação mais duradoura e elemento potencializador do conflito com as perdas do poder aquisitivo dos salários, o desrespeito às leis trabalhistas, o nível de conflitos do trabalho, a exclusão do movimento sindical da transição, a negociação praticada na esfera privada e negada na esfera pública. As reivindicações dos trabalhadores eram marcadas por reivindicação de aumento dos salários e contra o arrocho salarial, denúncia da manipulação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), em favor da fixação dos reajustes salariais, pela contestação à política econômica do Governo e do FMI, contra falta de liberdade sindical e política imposta pelo regime, às más condições de trabalho, pelo direito de criarem a própria organização, no caso dos funcionários públicos, pelo direito a sindicalização, pelo direito de negociação, pelo direito de liberdade em assembleias, por protesto contra a demissão arbitrária dos trabalhadores e pela paridade salarial entre funcionários municipais, estaduais e federais, no caso dos funcionários da saúde.<sup>55</sup>

Entre os anos de 1978 e 1984, as demandas econômicas estariam em pauta nos sindicatos, com o objetivo de reconquistar a defesa dos salários e a greve como cidadania política e estratégia privilegiada na política de abertura do Governo Federal. Segundo Skidmore (1988), nos anos entre 1980 e 1982, os empresários e o governo mudariam o comportamento diante das greves, levando os trabalhadores à derrota, com impacto forte e prolongado com as demissões em massa, a política econômica recessiva e a elevação da taxa de juros. O momento político seria favorável para a revalorização da organização interna dos sindicatos com a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em meio à situação política dos militares, “Delfim Neto, João Figueiredo e o sexto governo revolucionário achavam-se agora no pior dos mundos

---

<sup>55</sup> Os temas reivindicados pelos trabalhadores estão presentes em 57 discursos com a temática grevista desenvolvidos pelos parlamentares petistas entre 1983 e 1989.

possíveis. O crescimento econômico, meta consensual da elite, acabara. O Brasil era agora apenas mais um suplicante das boas graças do FMI” (SKIDMORE, 1988, p. 452).

No ano de 1983 a situação em que estaria o país seria motivo de preocupação por parte dos trabalhadores, do Executivo e dos empresários. O Governo Federal mostrar-se-ia empenhado em combater os salários com a publicação de decretos contrários ao aumento contínuo dos salários, “era preciso conseguir barrar o inimigo de sempre com novas formas de contenção e, se necessário, repressão. Iniciava-se, em janeiro de 1983, a elaboração dos famosos decretos-leis da política salarial, que movimentariam todo o ano do Congresso Nacional” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 48). A política governista estaria delimitada pelos acordos firmados com o FMI, em que “o Brasil se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária” (SKIDMORE, 1988, p. 459).

O Partido dos Trabalhadores tentaria negociar com o Executivo, soluções para a situação de crise vivenciada pelos trabalhadores no país. Para Eduardo Suplicy, o PT convidaria o Governo Federal “juntamente com o Congresso Nacional, para redigir uma nova Carta de Intenções ao povo brasileiro, aos credores internacionais, no sentido de se estabelecerem novas prioridades de política econômica”,<sup>56</sup> principalmente que não afetariam os rendimentos pagos aos trabalhadores do país e convocá-los-iam para participar das decisões governamentais.

As propostas dos trabalhadores, dos empresários e do governo não eram coincidentes. Enquanto o Executivo se subordinou ao FMI e aos ditames do capitalismo internacional, os trabalhadores lutaram para participar das decisões que os afetassem. As propostas dos trabalhadores eram ignoradas pelo Governo Federal e o PT demarcou a atuação em prol dos trabalhadores no combate aos interesses capitalistas e a política econômica governista.

A revitalização das greves nos serviços público e privado aconteceria nos anos de 1983 e 1984. As críticas aos decretos salariais e as decisões governistas na área econômica mostrariam que “a política salarial foi a razão das principais greves de 1983” (NORONHA, 1991, p. 109). Em 1984, governador de São Paulo, Franco Montoro, analisando a situação dos movimentos grevistas, definiria o PT como um bode expiatório, mas o partido daria a conhecer os dois motivos para as greves: o arrocho e a

---

<sup>56</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 121, 28/9/1983, p. 9943. Para o governo, o ideal seria chegar a convenção do PDS com a vitória do seu candidato para que não haja mudanças na política econômica. Não passa por Maluf ou Andreazza. *Jornal do Brasil*, 18/9/1984.

fome dos trabalhadores. Para José Genoíno, o PT não deflagraria e não teria responsabilidade pelas greves, porque “os responsáveis pelas greves são os trabalhadores, movidos por causas legítimas. Agora, querem dizer que o PT jamais vai cumprir um papel de bombeiro das reivindicações e da luta dos trabalhadores. Cabe a nós apoiá-las, organizá-las e cumprir o papel de defensores dos trabalhadores”.<sup>57</sup>

Os anos de 1985, 1986 e 1987 seriam marcados pela ampliação do conflito entre os movimentos grevistas e o Executivo, a disseminação das greves para categorias profissionais, a inserção do direito de greve na agenda governamental, a relação direta entre os sindicalistas e os patrões, e a luta pela melhoria salarial e de vida. Em 1985 as expectativas seriam frustradas e gerariam um descontentamento na classe trabalhadora nas declarações governistas, oriundas dos ministros da Justiça, Fernando Lyra, e do Trabalho, Almir Pazzianotto. Para os ministros, as greves em andamento no país seriam de natureza política e teriam o objetivo de tumultuar o Governo da Aliança Democrática. A postura governamental motivaria a criação de audiências entre o presidente nacional do PT e da CUT, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Menegheli, com a intenção de ressaltar as greves como instrumentos para melhoria das condições de vida e de trabalho. Eduardo Suplicy e Djalma Bom, em visita a Empresa de Transportes Coletivos de Brasília, constatariam a agilidade do procedimento das autoridades responsáveis na consideração da ilegalidade da greve, negando o direito de negociação e o direito de liberdade em assembléias.

O importante é que seja considerado um direito normal numa democracia os trabalhadores poderem fazer suas reivindicações, poderem organizar-se, poderem realizar greves sempre que julgarem que os empregadores, os patrões, não desejam ouvi-los, não querem arredar pé diante de uma situação de injustiça, tal como ocorre em quase todos os setores da economia brasileira.<sup>58</sup>

O jornalista Carlos Castello Branco afirmaria que o Governo Federal, no momento político como a doença do presidente eleito pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves, teria como principal fator de inquietação política a área sindical e as mobilizações grevistas. O ministro Almir Pazzianotto e os deputados ligados aos partidos de esquerda, como o PCB, procurariam “sustar, evitando que, nesta hora de crise por que passa o país com os problemas de saúde do Sr. Tancredo Neves, as greves

---

<sup>57</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, n.º. 116, 28/9/1984, p. 11067.

<sup>58</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, n.º. 24, 4/4/1985, p. 2456.

programadas pela CUT (inspiradas pelo PT), principalmente a dos metalúrgicos, prevista para o dia 11”.<sup>59</sup>

A atitude governista de não aceitar e não entender os motivos das greves como direito de manifestação mostrou a intransigência do governo civil com a sociedade: não pode haver greves e nem mobilizações populares e sociais porque o Governo da Aliança Democrática conseguiu restituir a democracia e isso já seria suficiente para a sociedade. Na concepção petista, os direitos não eram restritos, garanti-los e ampliá-los como a negociação e as reuniões públicas era necessário para os trabalhadores se colocarem com atores políticos e sociais relevantes no momento específico.

As reivindicações dos trabalhadores se constituiriam, naquele momento, em: estabilidade no emprego, criação e manutenção das comissões de fábricas, reajuste salarial de acordo com a inflação e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade por seis meses. Para José Genoíno, o instrumento de greve teria relevância nas reivindicações, pois “é necessário que esse direito seja usado pelos trabalhadores, para reivindicarem direitos políticos, aumentos salariais e melhores condições de vida”.<sup>60</sup>

O Governo Federal teria na proposta do pacto social o objetivo de encerramento das contingências políticas no âmbito grevista, mas não enfrentaria as questões relativas a salário, o que manteria os interesses conservadores do empresariado brasileiro relativos aos lucros. Por isso, para os trabalhadores seria a mobilização e a luta que possibilitariam o atendimento das reivindicações: a trimestralidade do reajuste salarial, as 40 horas semanais, a reposição das perdas salariais, a liberdade de autonomia sindical e a aprovação da Convenção de 1981.<sup>61</sup> O Governo da Aliança Democrática pretendia dialogar com a Igreja Católica para contornar a resistência do Partido dos Trabalhadores ao pacto, porque a recusa do partido não contribuiria para a política de conciliação e consenso nacional, “na medida em que o PT se sectariza na sua política obreirista, que evoluiria para uma proposta revolucionária e uma rejeição da caridade”.<sup>62</sup> Para Carlos Castello Branco, a radicalização e a infiltração do PT na sociedade, por meio das lutas dos trabalhadores e na proposta de constituinte estaria “na lista das apreensões prioritárias do Governo”.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> A hora continua a ser de orações. *Jornal do Brasil*, 7/4/1985.

<sup>60</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 26, 10/4/1985, p. 2620.

<sup>61</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 120, 1/10/1985, p. 11076.

<sup>62</sup> O PT bloqueia o pacto de Sarney. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/10/1985.

<sup>63</sup> O PT bloqueia o pacto de Sarney. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/10/1985.

O número de trabalhadores em greve reivindicando aumento salarial mostraria que o Plano Cruzado<sup>64</sup> serviria para confiscar o salário, com o Executivo atacando a inflação pelas causas monetárias e circunstanciais e ignorando os problemas estruturais tais como os sonegadores e o ágio. Para José Genoíno, o salário do trabalhador seria achatado, o que propiciaria o aumento do número de greves contra as perdas salariais e mostraria o deslocamento da renda do salário para o capital, por isso as greves representariam “a resposta correta dos trabalhadores brasileiros ao ‘pacote’ que confiscou os salários”.<sup>65</sup>

O ano de 1986 seria marcado pela segunda greve geral dos trabalhadores na década de 1980, como reação a reafirmação do pacto social que manteria a Aliança Democrática com uma postura similar à dos militares. A presença e o monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) nas greves mostraria que o governo considerá-las-ia como problemas de segurança nacional, casos de polícia e ilegítimas, e manteria a política econômica e a defesa dos interesses patronais. Para José Genoíno, a opinião governista seria de “que não se pode negociar sob pressão, não se pode negociar com os trabalhadores em greve. Força-se o fim da greve justificando demissões, repressões da polícia e uma série de ameaças de represália contra os grevistas”.<sup>66</sup>

As mudanças nos ministérios do Executivo seriam entendidas pelo Partido dos Trabalhadores como uma crise governamental causada pelo Plano Cruzado, pela Aliança Democrática e pela transição. Para José Genoíno, o Governo Federal não teria coragem e nem competência para realização das mudanças estruturais e haveria necessidade de mudanças nas ruas, com campanhas contra Sarney, a dívida externa e a favor de eleição direta para presidente, uma vez que “a passagem da ditadura militar para este Governo conservador e autoritário se deu mantendo os interesses econômicos do velho regime”.<sup>67</sup> O deputado federal afirmaria a tentativa do Executivo em esconder a situação de arrocho e de sufoco dos trabalhadores brasileiros em meio à crise

---

<sup>64</sup> Para David Maciel, o Plano Cruzado teve como principais medidas: a reforma monetária, o congelamento de preços, o “gatilho” salarial e o seguro-desemprego, e “era fruto da fusão entre a proposta de congelamento de preços de Francisco Lopes e a proposta de reforma monetária e indexação generalizada de Pêrsio Arida e André Lara Resende” (MACIEL, 2008, p. 122).

<sup>65</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, n.º. 104, 5/9/1986, p. 8596.

<sup>66</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, n.º. 117, 24/9/1986, p. 9361.

<sup>67</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLII, n.º. 8, 28/4/1987, p. 1410. Rachel Meneguello identifica a realização de quatro reformas ministeriais, mostrando a influência dos partidos na condução e na intervenção da política econômica, sendo a atuação ministerial um caráter majoritariamente partidário. “As dificuldades observadas para a implementação dos planos de estabilização em momentos específicos sugerem a concorrência entre a influência partidária e a autonomia da Presidência da dinâmica de elaboração e implementação das medidas” (MENEGUELLO, 1998, p. 107).



econômica e social existente no país e a insatisfação generalizada da sociedade, por isso “o povo brasileiro sente-se traído porque várias promessas foram jogadas na lata do lixo”.<sup>68</sup>

Os empresários utilizariam as demissões por motivos políticos, sindicais, partidários e ideológicos para afastar os grevistas de seus empregos. Na Copasa e na Usiminas, localizadas em Minas Gerais, a prática das demissões seria realizada sem o mínimo pudor pelo empresariado. Para Virgílio Guimarães, a conquista da estabilidade no emprego discutida pelos constituintes seria essencial para garantir os direitos dos trabalhadores, evitaria a demissão por motivos injustificados e manteria suas reivindicações.<sup>69</sup>

Na concepção do PT, o comportamento da Aliança Democrática em relação à economia, com submissão às normas do FMI, à ditadura e à tirania da dívida externa levaria o arrocho, à recessão, ao desemprego e à contenção dos gastos públicos. O autoritarismo trabalhista do governo relativo às greves, aconteceria por meio de demissões, de políticas vingativas de retaliação e de repressão aos trabalhadores, do pacto social e dos pacotes econômicos impondo o arrocho salarial e endurecendo no momento de votação da garantia do direito de greve pelos constituintes para todos os trabalhadores.<sup>70</sup>

Para Eduardo Jorge, a conseqüência imediata dessa política econômica seria o congelamento da aplicação da Unidade de Referência de Preços (URP), no aumento dos funcionários públicos federais civis e militares. Por isso, seria importante o bloqueio dos pacotes econômicos do Executivo, que trariam consigo repressão e demissão, pois “o congelamento da URP para os funcionários civis e militares é a senha para o arrocho salarial de todos os trabalhadores brasileiros”.<sup>71</sup>

No 5º Encontro Nacional do partido, realizado entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987, no Senado Federal, os petistas definiriam como seria sua relação com os sindicatos. Para o PT, os militantes e os sindicalistas petistas deveriam ter propostas políticas similares, respeito aos limites, a autonomia e o nível de mobilização e de consciência dos sindicatos e do partido, na medida em que “seria um erro grave, que

---

<sup>68</sup> Diário do Congresso Nacional. Ano XLII, nº. 27, 30/6/1987, p. 2211.

<sup>69</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLII, nº. 51, 2/12/1987, p. 3597.

<sup>70</sup> Constituinte admite todas as formas de greve. *Correio Braziliense*, Brasília, 2/3/1988.

<sup>71</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 8, 3/3/1988, p. 331. O governo admitiria a gravidade da crise na gestão financeira, na insatisfação militar e na rejeição de servidores e trabalhadores, com isso a proposta é para redução do custeio demitindo 100 mil funcionários públicos. Demitir 100 mil, a alternativa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/3/1988.

romperia com os limites e a autonomia do movimento sindical, se os militantes petistas procurassem fazer com que os sindicatos e a CUT assumissem como seu o projeto alternativo do PT” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 290). O PT consideraria que o partido não deveria interferir nos movimentos sindicais e sociais e a dedicação do militante e do sindicalista, em relação ao sindicato e ao partido deveria ser mútua, diante do princípio orientador: “os militantes do PT devem submeter-se à disciplina sindical, acatar as decisões aprovadas democraticamente nas assembléias, mesmo que tais decisões não coincidam com as propostas do Partido” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 328).

No mesmo encontro seria avaliada e definida a política do partido como reflexo e direção dos movimentos sindicais. Nesta perspectiva, a política do Partido dos Trabalhadores como reflexo dos movimentos sociais delimitaria o partido como braço parlamentar das lutas sociais, e “o PT não poderia querer dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 348). Esta concepção política estaria confusa e incorreta, porque o partido teria a capacidade de ser um instrumento real de definição dos rumos da luta e de ser dirigente político dos trabalhadores. “Para nós, trata-se de, respeitando a democracia dos movimentos, suas instâncias e características, disputar sua direção com propostas previamente debatidas nas instâncias do PT, articulando nossa atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e nossa estratégia de luta pelo poder” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 348).

As duas propostas de atuação do PT junto aos movimentos sociais mostraram as dificuldades da direção do partido na definição de um caminho relativo às instituições sociais que lutavam por objetivos similares ao Partido dos Trabalhadores. A existência de propostas diferentes e contraditórias surgiu como decisão partidária para controlar a pauta de reivindicações e a direção dos movimentos sociais, entendendo-os como reflexo do partido na luta social.

A relação entre o partido e os sindicatos seria motivo de preocupação por parte de José Genoíno, principalmente durante o período de votação, na Assembléia Nacional Constituinte, das questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores. Para o parlamentar, o uso de cartazes, painéis e listas pela CUT como método de luta para informar a sociedade seria legítimo, pois seria preciso incentivá-la a cobrar e denunciar as posições adotadas pelos constituintes, principalmente aqueles que votaram contra as

reivindicações mais importantes dos trabalhadores. A divulgação de nomes e a cobrança de posições e “a apreensão dos cartazes, por ordem do Presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, constituiu grave atentado à liberdade de manifestação tornando a CUT e o PT vítimas de medida arbitrária”.<sup>72</sup> O deputado federal ressaltaria a necessidade de a CUT fazer correções durante as manifestações, tais como: nos cartazes deveriam constar nomes, endereços e telefones públicos, jamais telefones residenciais; usariam a expressão “esses são contra os trabalhadores”, para demonstrar claramente a posição dos parlamentares envolvidos; concentrariam os cartazes nos membros da direita, para serem corrigidos erros e generalizações porque estariam sendo divulgados endereços e telefones particulares dos constituintes, o que seria considerado ameaça a privacidade. Para José Genoíno, os erros deveriam ser corrigidos pelo movimento, pois “isto o engrandeceria e fortaleceria a luta dos trabalhadores, da CUT e de todas as demais entidades populares”.<sup>73</sup>

A proposta de intervenção do PT nos movimentos sindicais e sociais era advogada por José Genoíno e justificada com os “erros” cometidos pela central sindical e a necessidade de corrigi-los, com o objetivo de fortalecer a luta e as entidades populares e dos trabalhadores. O deputado federal ignorou que as decisões para a manifestação sobre os constituintes foram deliberadas em encontros da CUT, e que intervir sobre as decisões era uma forma de censurar a liberdade de expressão dos trabalhadores. As críticas de José Genoíno expressaram um sentimento de censura sobre os erros cometidos pela CUT, e não a busca por melhorar a atuação sindical durante o período da Assembléia Nacional Constituinte.

Os direitos à livre sindicalização e à greve do funcionalismo público estariam nos debates na Assembléia Nacional Constituinte. Para Paulo Paim, a Constituinte deveria assegurar aos funcionários públicos tais direitos, contra o risco de continuarem as demissões e os abusos e “porque, em todos os estados do País, esses funcionários fazem greves históricas em defesa de suas categorias e possuem suas associações profissionais”.<sup>74</sup> Contudo, no dia da votação em plenário, a ausência de 215 constituintes motivaria o inconformismo dos parlamentares petistas, porque os direitos seriam rejeitados. Para Eduardo Jorge, o servidor público brasileiro já conquistaria na prática o direito de sindicalização e de greve e queriam colocá-los na ilegalidade, mas

---

<sup>72</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 13, 10/3/1988, p. 527.

<sup>73</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 13, 10/3/1988, p. 527. Os cartazes da CUT estão nos anexos: 14 e 15.

<sup>74</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 14, 11/3/1988, p. 613.

os constituintes petistas iriam “batalhar para que o direito de greve e de sindicalização dos servidores públicos” fosse consagrado na Constituição. “Não podemos admitir a discriminação dos servidores públicos em relação aos demais trabalhadores no Brasil”.<sup>75</sup>

O documento do empresariado brasileiro denominado “Propostas Supressivas para a Nova Constituição” demonstraria o objetivo de suprimir os interesses dos trabalhadores, tais como: a estabilidade no emprego, o estabelecimento do salário mínimo e do piso salarial, a redução da jornada de trabalho para um turno de seis horas, a regulamentação do serviço extraordinário, a remuneração de férias, a licença-gestante, o aviso prévio de trinta dias, a assistência médica gratuita, a questão da prescrição, a questão sindical, o direito de greve e a licença-paternidade. Para Paulo Paim, os sindicatos brasileiros precisariam de mobilização para o acompanhamento das votações do segundo turno dos direitos dos trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte e para a observação dos parlamentares que defenderiam a eliminação das conquistas sociais.

Turno de seis horas ao pessoal de rodízio; jornada de 40 horas semanais; direito de greve para todos; adicional de férias; prescrição quinquenal dos direitos trabalhistas; soberania nacional; autonomia e liberdade sindical; proibição de demissão imotivada; aviso prévio proporcional; licença-paternidade; adicional de periculosidade, insalubridade e para os trabalhos penosos; igualdade de direito entre trabalhadores rurais e urbanos; reforma agrária; suspensão do pagamento da dívida externa; fim das intervenções das Forças Armadas na vida política do País.<sup>76</sup>

A Assembléia Nacional Constituinte, longe de ser um espaço para a concretização da proposta da Aliança Democrática de conciliação e consenso nacional, mostrou-se um espaço de lutas políticas pelas garantias dos direitos. A greve e a sindicalização dos funcionários públicos eram direitos levantados e defendidos pelos constituintes petistas, sob o escudo protetor de defesa dos direitos dos trabalhadores, que tiveram por serem de categorias similares. Não conseguir o direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos era constituir em uma diferenciação entre os trabalhadores, o que para um partido que se intitula dos trabalhadores era péssimo, afinal, como promover a união em uma classe trabalhadora, se os seus direitos não são iguais? A universalização dos direitos dos trabalhadores era a meta almejada pelo PT na Assembléia Nacional Constituinte e em meio ao Legislativo submisso ao Governo da

---

<sup>75</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 16, 16/3/1988, p. 707.

<sup>76</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 67, 10/8/1988, p. 2721.

Aliança Democrática e ao empresariado, com suas propostas de supressão. As denúncias sobre cassação ou não permissão dos trabalhadores em terem seus direitos garantidos na Constituição era combatida implacavelmente no plenário.

A votação em segundo turno do direito irrestrito de greve seria vitoriosa e motivaria a comemoração pelo PT no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Para José Genoíno, a garantia da greve como elemento para os trabalhadores na luta por suas reivindicações seria “o dispositivo mais avançado nesta Constituição e é histórico, porque no Brasil nunca havíamos tido direito de greve”,<sup>77</sup> principalmente em atividades essenciais. A falta de quorum na votação do primeiro turno, a aflição imposta pelo Plano Verão,<sup>78</sup> a submissão da economia ao FMI, o confisco dos salários, o congelamento dos preços, a dívida externa, a política cambial, a defasagem no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e na poupança, seriam as armas utilizadas pelo Executivo e pelos parlamentares para impedir os trabalhadores de reivindicarem seus direitos, e “se o PT não tivesse batido o pé, o direito de greve tinha ido por água abaixo”.<sup>79</sup>

Para o Partido dos Trabalhadores, o empresariado, os setores do governo e os sindicalistas de resultados deveriam ser denunciados por causa do pacto social, construído para iludir e impedir os trabalhadores da realização de greves, de mobilizações e de lutas.<sup>80</sup> Para o jornalista Carlos Castello Branco, o pacto social estaria sendo negociado entre o dirigente sindical Luiz Antônio Medeiros e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em que o reajuste salarial teria como base de cálculo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O Governo Federal estaria convencido da relação entre a reversão das dificuldades nacionais e a retomada do desenvolvimento e da estabilidade na economia, “o presidente acredita que com a consolidação da vida política coincidirá uma restauração da atividade econômica, tudo convergindo para um final feliz do seu governo”.<sup>81</sup>

As propostas governistas em torno do pacto social teriam os objetivos de restringir a atuação do PT, que em torno do seu sectarismo seria motivo da desestabilização econômica e social do país. Responsabilizar o outro seria o argumento

---

<sup>77</sup> Aprovado direito irrestrito de greve. *Correio Braziliense*, Brasília, 17/8/1988.

<sup>78</sup> “O Plano Verão foi a última tentativa programada e globalmente articulada de combate à inflação pelo governo Sarney. Retomando o hibridismo do Plano Bresser, o Plano Verão combinou um variado elenco de medidas ortodoxas com algumas de conteúdo heterodoxo, sendo as principais uma reforma monetária e um ‘choque’ de desindexação” (MACIEL, 2008, p. 316).

<sup>79</sup> Aprovado direito irrestrito de greve. *Correio Braziliense*, Brasília, 17/8/1988.

<sup>80</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 75, 14/9/1988, p. 3000.

<sup>81</sup> Presidente crê em uma reversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14/9/1988.

suficiente para que o Executivo agisse e culpasse o PT por sua falta de ação na dívida externa, nos empréstimos com credores internacionais, na inflação, no desemprego gerado no país e na crença da consolidação política para a melhoria da economia. A afirmação da democracia na vida política do país era relacionada à aceitação do pacto social pelos atores sociais e políticos da sociedade brasileira, e assim as mobilizações, as greves e as lutas dos trabalhadores eram ignoradas pelo Governo da Aliança Democrática como forma de luta e de conquista dos direitos dos trabalhadores.

Ao priorizar as reformas monetárias, o congelamento de preços e as mudanças nos ministérios, o Governo Federal não conseguiu melhorar a economia do país. O Executivo ignorou a função econômica do aumento salarial para o consumo interno e a movimentação econômica, bem como a presença dos sonegadores e do ágio no país. As atitudes governistas mostraram argumentos para os deputados petistas sustentarem a proposta salarial como suficiente para mobilização da sociedade contra a Aliança Democrática. A utilização do argumento salarial para afirmar a atuação parlamentar do PT como arma de denúncia e negação ao pacto proposto pelo governo levou o PT ao isolamento e a consolidação como ator político em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A nova Constituição brasileira, no item direcionado ao salário mínimo, despertaria esperança em parte razoável do povo com o resultado das lutas específicas promovidas pelos movimentos populares e pelas articulações progressistas no Congresso Constituinte. Para Virgílio Guimarães, permaneceria no Congresso Nacional um boicote ao salário mínimo sabotado por parte das forças reacionárias que ocupariam suas cadeiras.<sup>82</sup> A Câmara deveria assumir responsabilidades de fixar, clara e independentemente, a regulamentação da relação capital-trabalho no Brasil, definir as prioridades do Governo Federal para a política e os investimentos na área estatal e legitimar os interesses dos trabalhadores.

O jornalista Carlos Castello Branco analisaria a situação política existente nos debates sobre o orçamento da união e nas medidas de ajuste fiscal e financeiro propostas pelo Governo Federal no ano de 1988 e afirmaria que poderia ficar mais nítido o exercício coerente e objetivo das atribuições constitucionais dos poderes públicos.

A restauração democrática não é processo simples e não se completa com a simples enunciação de textos legais. A experiência dirá da eficácia das leis e

---

<sup>82</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 121, 6/12/1988, p. 4629.

da Constituição e do seu correto entendimento para viabilizar o exercício do poder público. Tudo indica que só no futuro governo, que emergirá de uma eleição popular, haverá mais correto acerto entre Executivo e Legislativo cujos titulares estarão sendo escolhidos sob inspiração comum.<sup>83</sup>

Para os parlamentares petistas, a definição da função da Câmara dos Deputados seria fundamental para não continuar sendo ressonância das prioridades do Executivo e “porque nós, no Congresso brasileiro, estamos cansados – e é bem pesada a expressão – de ser ‘meninos de recado’ do Palácio do Planalto”.<sup>84</sup>

Os debates existentes no Congresso Nacional após a publicação da Constituição concentraram-se em torno da funcionalidade do Legislativo como instituição democrática, contrapondo a concepção de subserviência ao Executivo no regime militar, e na expectativa de que com a publicação da Constituição, houvesse a divisão dos poderes. A completa divisão entre os poderes, principalmente entre o Legislativo e o Executivo, era colocada em prática rapidamente, corroborando a hipótese de separação, autonomia e autoridade de cada poder governamental e mostrou a necessidade do Legislativo como instituição política atuar favoravelmente aos trabalhadores.

Novamente, os deputados federais petistas acreditaram no Legislativo como forma de luta institucional para a conquista e a permanência dos direitos dos trabalhadores como o salário para a melhoria das condições de vida. A crença na experiência democrática com o futuro governo e as eleições frustraram a funcionalidade e a viabilidade dos poderes governamentais, porque manteve-se restrita a prática institucional e a naturalidade das decisões políticas, e não consideraria a prática política autoritária pelo qual passaram os políticos brasileiros, que no regime democrático, poderiam reproduzi-las.

O salário mínimo seria uma preocupação para os parlamentares, os trabalhadores e o Governo Federal, que proporia aos negociadores do pacto social o reexame da política salarial, por considerar que a manutenção da URP não permitiria diminuir a inflação. Para Carlos Castello Branco, não se pensaria em arrocho salarial, para não atingir os interesses dos trabalhadores, já impactados com o surto inflacionário e “uma nova regra, a partir da discussão, terá de ser encontrada, sem se perder de vista que não se pretende afetar o valor real dos salários, cujo poder aquisitivo terá de ser preservado”.<sup>85</sup> A obstrução e os pedidos de verificação de quorum continuariam a ser

---

<sup>83</sup> Governo: todos no mesmo avião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/12/1988.

<sup>84</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 124, 9/12/1988, p. 4898.

<sup>85</sup> Substituir a URP, proposta do Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/12/1988.

utilizados como armas nas discussões sobre o salário mínimo no Senado, e seriam motivos de preocupação dos parlamentares petistas que afirmariam que “o Senado Federal terá de assumir toda a responsabilidade, caso o salário mínimo não seja votado antes do recesso” do fim do ano de 1988.<sup>86</sup>

O Congresso Nacional votaria o aumento do salário mínimo e o Governo Federal vetaria sua aprovação. Paulo Paim afirmaria que este poderia ser um dia histórico para a demarcação do novo salário mínimo, que poderia alterá-lo para NCz\$ 139,00, atingindo 12 milhões de aposentados, por isso convocaria os parlamentares para participação na votação do veto presidencial, esta seria uma grande oportunidade: “Vamos dar quorum e votar unanimemente também o veto ao novo salário mínimo, atendendo a esses milhares de trabalhadores”.<sup>87</sup> No entanto, os parlamentares não derrubariam o veto presidencial e manteriam um salário baixo diante da crise econômica e social e da exploração capitalista no Brasil.

Para José Genoíno, a questão salarial no Governo da Aliança Democrática teria similaridade com o arrocho salarial do Governo João Figueiredo, por meio dos decretos, das perdas salariais e da miséria dos trabalhadores proposta pelos governistas e pelo empresariado e “essa atitude demonstra, além de subserviência ao Planalto, insensibilidade política e conservadorismo econômico, um atestado político de morte desta Casa perante a opinião pública”<sup>88</sup> e que “se o Congresso Nacional não levantar a cabeça diante desse problema poderá, politicamente, apressar junto à opinião pública o processo de seu esfacelamento, de seu desgaste e isolamento, como aconteceu no triste episódio referente ao salário mínimo”.<sup>89</sup>

Para Paulo Paim, a única forma de conter os movimentos paredistas seria aprovar “no Congresso Nacional, uma nova política salarial”.<sup>90</sup> O jornalista Carlos Castello Branco afirmaria que o governo exigiria ponderação que envolvesse o diálogo entre os partidos, os candidatos a presidente, os empresários e os trabalhadores na votação da lei de greve e do reajuste salarial, para evitar o acirramento e a luta. Expressões tais como ‘vai ou racha’ e ‘desta vez ou nunca’, que traduziriam uma

---

<sup>86</sup> Diário do Congresso Nacional. Ano XLIII, nº. 127, 14/12/1988, p. 5185. O deputado federal Eduardo Jorge licenciou-se do mandato para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde na cidade de São Paulo entre 1º de janeiro de 1989 e 2 de abril de 1990.

<sup>87</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 32, 5/4/1989, p. 1773.

<sup>88</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 34, 7/4/1989, p. 1924.

<sup>89</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 35, 8/4/1989, p. 1980.

<sup>90</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 53, 10/5/1989, p. 3309.



radicalização e extremismo, deveriam ser substituídas, segundo a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, “por um otimismo realista”.<sup>91</sup>

A reafirmação do Legislativo como espaço para socialização e luta institucional era importante para os deputados federais petistas porque permitiram a continuidade da luta pela consolidação dos direitos dos trabalhadores no Parlamento brasileiro. Continuar, neste ponto, significou priorizar, principalmente para o aumento do salário mínimo, que definitivamente não estava nos planos do Governo da Aliança Democrática. As propostas governistas não eram suficientes para melhoria salarial, e, entre vetos no Congresso e no Executivo, intransigência e extremismo pareceram, juntos, uma dupla infalível contra os trabalhadores brasileiros. O Congresso Nacional, na imagem dos parlamentares governistas, não quis e não teve interesse em votar uma nova política salarial, afinal seus vínculos com industriais, latifundiários, empresários, militares e o “capital” internacional, bem como seus objetivos políticos, eram incompatíveis com os anseios dos trabalhadores. O Governo Federal, ainda com a proposta de conciliação e consenso nacional, quis a ponderação em meio à crise econômica e social vivida pelos trabalhadores com o pacto social, como algo retórico, com a intenção apenas de esconder a situação dos trabalhadores brasileiros. O PT considerou a aprovação da nova política salarial como única maneira de os grevistas voltarem ao trabalho normalmente, mostrando a intransigência dos deputados federais diante da falta de cumprimento do Executivo com os direitos dos trabalhadores.

Os discursos dos deputados federais do PT voltariam seus interesses, após a luta e a conquista do direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público garantidos na Constituição federal, e se unificariam em torno da responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação do salário mínimo. No plenário da Câmara evidenciaria a falta de interesses dos parlamentares governistas na aprovação da política salarial que viabilizasse a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, responsabilizando o Executivo pela “situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que vêem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 377).

As greves na década de 1980 foram apoiadas pelos deputados federais do PT, que ficaram no pêndulo entre a interferência ou não-interferência junto aos movimentos sindicais, que lutaram pelo direito de greve e de sindicalização do funcionalismo

---

<sup>91</sup> Ulysses tentando assumir o comando. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10/5/1989.

público e pela política salarial. As greves reivindicaram o crescimento econômico, o bem-estar social e novos canais de negociação, e consolidaram os trabalhadores e os sindicalistas como atores políticos relevantes no processo de decisão política. Estas seriam “a forma básica de ação sindical e não apenas de reação, colocando questões não previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites” (NORONHA, 1991, p. 122). Os deputados federais petistas lutaram institucionalmente pelas reivindicações dos trabalhadores na busca pela efetivação, legalização e incorporação dos direitos sociais e trabalhistas na Constituição Federal de 1988.

#### **1.4 O PT na Constituinte: as bandeiras de luta e a participação dos trabalhadores.**

No 4º Encontro Nacional realizado entre os dias 31 de maio e 1º de junho de 1986, no hotel Danúbio em São Paulo, o PT definiria sua linha sindical e os objetivos para a campanha eleitoral: avançar no nível de organização e conscientização dos trabalhadores e a atuação na Assembléia Nacional Constituinte, lutando pela real democratização. As recomendações partidárias para a campanha eleitoral de 1986 teriam como objetivo divulgar as resoluções e a plataforma democrática do partido para unificação política e descentralização administrativa, tendo como um dos objetivos: “compor uma expressiva e significativa bancada petista no Congresso Constituinte, capaz de marcar profundamente o processo de elaboração da nova Constituição” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 236).

Nas eleições de 1986 seriam eleitos os constituintes, deputados federais e senadores que elaborariam a nova Constituição. O Partido dos Trabalhadores, preocupado com a possibilidade de haver novas situações de insubordinação, reafirmaria para os seus candidatos o dever de representar os trabalhadores, as lutas, os movimentos e as minorias sociais. O PT definiria o caráter partidário do mandato parlamentar: “os candidatos, considerando o caráter partidário do seu mandato, desde já reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito que tem o Partido de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos, fraudando a vontade do eleitorado, de não permanecerem no Partido” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 243).

Para o Partido dos Trabalhadores, a Assembléia Nacional Constituinte seria uma batalha em meio às lutas contra a transição conservadora e a crise da burguesia, contra o pacote econômico, a carestia, o arrocho salarial e a violência no campo. Na concepção

partidária, os candidatos deveriam lutar por um projeto alternativo de sociedade, que englobaria a liberdade e a autonomia dos trabalhadores nas cidades e nos campos, a demarcação por terras indígenas, a luta por reforma agrária e a consolidação da democracia e do socialismo:

A nossa linha de intervenção na Constituinte, portanto, deve assumir um perfil de radicalização da democracia, apontando a direção de conquistas fundamentais no plano social e político; mas, ao mesmo tempo, deve-se colocar na ordem do dia transformações econômico-sociais que levem a uma mudança efetiva na estrutura da sociedade (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 279).

“Marcar profundamente” a elaboração da Constituição, manter o mandato partidário sob as decisões parlamentares e as lutas que envolveram o partido eram os objetivos e as táticas do PT para a atuação na Assembléia Nacional Constituinte. A bancada federal eleita em 1986 era a “diferença” como marca partidária na Assembleia Nacional Constituinte. A definição da tática partidária na radicalização da democracia, nas conquistas para sociedade e na política, bem como a luta pelas transformações econômico-sociais, eram os objetivos criados pelo PT para a mudança efetiva na estrutura da sociedade. A crença do partido na democracia como participação dos trabalhadores para realização das transformações políticas, econômicas e sociais, mostrou a possibilidade de resolução dos problemas na sociedade brasileira. O partido defendeu a função democrática que se construía, se divulgava e se consolidava na prática, no cotidiano e na experiência dos trabalhadores.

A Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, convocada e funcionando simultânea, independente e democraticamente do Congresso Nacional, seria a proposta do PT para viabilizar a elaboração da Constituição por causa da influência, das propostas e do conteúdo do Governo da Aliança Democrática.<sup>92</sup> Neste ponto, o Congresso Nacional deveria resolver a data de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, para definir a sucessão presidencial. O Partido dos Trabalhadores teria como proposta convocar a Assembléia Nacional Constituinte para 15 de novembro de 1986, sendo composta por pessoas pertencentes ou não a partidos políticos, que determinariam com soberania, representatividade e autenticidade, o tempo exato do mandato presidencial.

---

<sup>92</sup> Para Luziano Pereira Mendes de Lima, a Constituinte “objetiva tornar legal (jurídica) e legítima (conformação ideológica) de uma determinada dominação de classe” (LIMA, 2009, p. 34).

Para Eduardo Suplicy, os constituintes reunidos unicameralmente e representando a vontade da sociedade brasileira, definiriam “se em 15 de novembro de 1986 teríamos eleições livres e diretas para a Presidência da República, assim como a eleição dos membros do Congresso Nacional - a Câmara dos Deputados e o Senado Federal”.<sup>93</sup> O Governo Federal teria problemas para as formulações políticas, o pacto político e a decisão de convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Para Carlos Castello Branco, a emenda constitucional de iniciativa do Executivo seria ilegítima, pois como “convocar uma Assembléia desse tipo se formalmente não houve ruptura da ordem legal”.<sup>94</sup> Assim, a proposta governista deveria ser liderada pela Aliança Democrática, que na concepção do jornalista, não representaria mais o regime militar.

O Governo Federal definiria a data e como seria constituída a Assembléia Nacional Constituinte, por meio de um ato convocatório feito pelo presidente da República.<sup>95</sup> O colunista Carlos Castello Branco afirmaria que os projetos elaborados para a Constituição antecipariam um debate ideológico de centro liberal e propugnariam uma Constituição progressista, nacionalista e socializante. A futura Constituição teria a base do progressismo constituído pela juventude universitária, pela universidade, pelos órgãos representativos das entidades civis e religiosas, que sofreram o impacto da luta contra o regime militar. “A força dominante da sociedade brasileira emana ainda das suas classes econômicas dirigentes na cidade e no campo e, nessa vertente, estará o futuro do Governo Sarney, que se atribui a missão de mudar, conciliando”.<sup>96</sup> Para José Genoíno, a proposta governista de um Congresso-Constituinte a ser eleito em 1986 e a criação da comissão de notáveis não representaria um “ato de uma Constituinte com ampla liberdade, com ampla participação popular, mas amoldada à estrutura jurídica e política do velho regime”.<sup>97</sup>

Em oposição à proposta governista, o PT defenderia a criação da plenária democrática pró-participação popular na Constituinte, que nasceria do debate popular, por meio da eleição dos seus constituintes, “cujo objetivo era criar um espaço de entrosamento, articulação de propostas e iniciativas, troca de experiências, visando a mobilização pela Constituinte, para conquistar a participação popular na elaboração da nova Carta” (LIMA, 2009, p. 61) e “não de uma comissão de juristas, de empresários, de

---

<sup>93</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 31, 17/4/1985, p. 3177.

<sup>94</sup> É geral a falta de coesão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/5/1985.

<sup>95</sup> Sarney decide convocar Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31/5/1985.

<sup>96</sup> De conservadores e progressistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/6/1985.

<sup>97</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 77, 29/6/1985, p. 7203.

intelectuais, criada por um decreto do Poder Executivo que atropela o Congresso Nacional e a própria vontade popular, que se deve expressar livre e soberanamente na Assembléia Nacional Constituinte”.<sup>98</sup>

O ano de 1985 foi marcado profundamente pelo debate político sob a forma de convocação da Constituinte. Duas teses se confrontavam de modo radical. De um lado, a maioria das entidades representativas – sindicatos (especialmente os ligados à CUT), associações de moradores, movimento de negros, movimento feminista, movimento indígena, Ordem dos Advogados do Brasil, Igreja Católica, setores “progressistas” das Igrejas Evangélicas, setores do empresariado, partidos de esquerda reconhecidos legalmente (PT e PDT), além de setores do PMDB, etc. – defendia uma *Assembléia Nacional Constituinte exclusiva*, isto é, convocada com a tarefa única de produzir o texto constitucional, dissolvendo-se após cumprir essa função. Do outro lado estavam a maioria da burguesia, as Forças Armadas, setores do sindicalismo (especialmente os ligados à Conclat), o Governo Federal e a maioria parlamentar dos partidos que constituíam a sua base de sustentação, e defendiam uma *Constituinte Congressual*, isto é, um *Congresso Nacional, a ser eleito em 1986, com atribuição e poderes para elaborar a Constituição* (LIMA, 2009, p. 57-58).

A definição do formato da Assembléia Nacional Constituinte mostrou no cenário político o interesse do Governo Federal e do PT. A agilidade e a ampla liberdade e participação popular eram necessários para o seu funcionamento, para que os constituintes pudessem definir as prioridades para o país, como as eleições livres e diretas, no viés petista. A comissão de notáveis, a convocação da Assembléia dentro da ordem do regime militar e o apoio das classes econômicas eram suficientes para a conciliação, na concepção governista. As conseqüências das propostas governistas seriam os militares interferindo diretamente na convocação da Constituinte, no funcionamento paralelo às atividades do Congresso, na manutenção dos senadores biônicos, o que colocaria em xeque a legitimidade do Congresso Nacional como poder independente, autônomo e de decisão política.<sup>99</sup>

Com a implantação da comissão de notáveis, cresceria no Congresso Nacional o sentimento de crítica e repúdio à proposta de emenda à Constituição enviada pelo Executivo. Para José Genoíno, haveria a necessidade da convocação da Assembléia Nacional Constituinte pelo Congresso Nacional, palco de decisão política, o que abriria “a discussão e o diálogo entre todas as forças políticas, os partidos e os autores de emendas, analisando, num espectro mais amplo e num horizonte mais aberto, as

---

<sup>98</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 101, 4/9/1985, p. 9286.

<sup>99</sup> As conseqüências políticas do ato convocatório da Assembléia Nacional Constituinte pelo Governo da Aliança Democrática estão em: LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. pp. 64-65.

questões que dizem respeito ao ato convocatório da Constituinte”.<sup>100</sup> Para o parlamentar, o Congresso Nacional poderia responder aos anseios da sociedade brasileira, resguardando a soberania popular por meio do ato convocatório da Constituinte e evitando o aprofundamento da distância entre a instituição e a sociedade brasileira. O Congresso Nacional teria como única saída “recorrer a uma consulta popular sobre a melhor forma e os melhores requisitos a serem observados na convocação da Assembléia Nacional Constituinte”.<sup>101</sup>

A promulgação da emenda constitucional de convocação do Congresso Constituinte mostraria que o Congresso Nacional negaria, mais uma vez, a vontade do povo brasileiro de eleger uma Assembléia Constituinte com liberdade e soberania. Para José Genoíno, a constituinte não seria livre porque continuariam em vigor as leis repressivas, e não seria soberana, porque a sua ação esbarraria no aparato jurídico do regime militar.

Denunciaremos junto à população as falsidades que encobrem esse ato convocatório. Defendemos as Eleições Diretas em 1986, bandeira capaz de atender à luta por mudanças efetivas e profundas e desmascarar essa Constituinte Congressual e a Comissão de ‘notáveis’, presidida por Affonso Arinos.<sup>102</sup>

Os plenários nacionais pró-participação popular na Constituinte nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Goiás, do Distrito Federal, da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco exigiriam, por meio de abaixo-assinado, com 19.214 assinaturas, a participação e a convocação do povo para discussão dos temas constitucionais. Para Eduardo Suplicy, os plenários seriam constituídos por “comitês, comissões e movimentos que estão hoje espalhados em todos os Estados, com a finalidade básica de promover a participação do povo na discussão do que será a Constituinte”.<sup>103</sup>

Para o PT, apesar das limitações do Congresso Constituinte, o momento seria importante no processo de transição política no país, para a burguesia e para os trabalhadores. Para a burguesia seria a legitimação dos projetos de transição

---

<sup>100</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 121, 2/10/1985, p. 11176.

<sup>101</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 127, 10/10/1985, p. 11818-11819.

<sup>102</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 154, 28/11/1985, p. 14664.

<sup>103</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 8, 13/3/1986, p. 539. Para Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes, “ademais, a ANC refletia, em sua própria composição, a heterogeneidade das forças sociais e a fragilidade dos elos entre o movimento social organizado e a estrutura partidária – à exceção do PT” (MENDONÇA, 2006, p. 90).

conservadora; e para os trabalhadores e os explorados pelo capitalismo, seria a deslegitimação dos projetos político-institucionais da Aliança Democrática e o avanço da luta pela democracia e pela organização econômica e social, “uma concepção que exprima os interesses dos trabalhadores e a sua decisão de manter a sua independência de classe no processo de transição” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 267).

A constituinte seria uma importante experiência para o povo brasileiro, na visualização dos interesses das classes dominantes que queriam sancionar na Constituição sua dominação, restringir a participação dos operários e dos segmentos populares no processo eleitoral, e constituir a hegemonia conservadora. Para José Genoíno, seria importante criar e compor um projeto que questionaria a dominação política, ideológica e econômica da burguesia baseada no capital, na propriedade privada, no lucro e na discriminação. O projeto dos trabalhadores deveria conscientizar os próprios trabalhadores e o povo com as bandeiras de luta, tais como: a propriedade privada, que deveria se subordinar ao interesse social; a autodeterminação dos povos, com o direito de escolher sua forma de governo; o direito do poder pertencer ao povo; as forças armadas com caráter eminentemente profissional, e o direito das mulheres e das minorias sexuais e raciais.

É preciso dizer que ele não se afasta daquelas que são as bandeiras tradicionais do movimento, reivindicações salariais, educação e saúde pública gratuita para todos os níveis, nacionalização da indústria farmacêutica, estatização do sistema bancário e crédito e da exploração do subsolo, exigências de completa liberdade política, direito de greve, liberdade e autonomia sindical, desmantelamento dos aparatos repressivos e fim da legislação ditatorial, não pagamento da dívida externa e ruptura com o FMI, entre outras, como, por exemplo, a reforma agrária e a defesa dos direitos humanos, punição do crime de tortura e esclarecimento sobre os desaparecidos políticos.<sup>104</sup>

A comissão proposta pelo Governo Federal tentou manter o controle das propostas da futura Constituição. A proposta governista não foi aceita pelo Partido dos Trabalhadores, porque excluía os movimentos, as igrejas, os partidos e os sindicatos das decisões, e ignorava a presença da sociedade na definição dos projetos políticos para o país. Por isso, o apoio consolidado do PT aos plenários democráticos como atores sociais que lutaram pela garantia da presença da sociedade na Assembleia Nacional Constituinte, pela tática política da luta pela consolidação dos direitos na Constituição

---

<sup>104</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 60, 4/6/1986, p. 5220.

Federal, e pela consolidação do posicionamento das esquerdas no interior da Constituinte.

As eleições de 1986 teriam como fatores influentes o Plano Cruzado e a polarização nas campanhas para os governos estaduais, que dificultariam “a possibilidade de um debate específico sobre os temas constitucionais e as plataformas da esquerda” (LIMA, 2009, p. 82). O resultado eleitoral mostrou o crescimento da bancada federal petista, com a eleição de 16 deputados federais.<sup>105</sup>

Para o partido, os parlamentares eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte deveriam ter como tática e ação: a radicalização da democracia, as conquistas no plano social e político, as transformações econômico-sociais, a questão da propriedade, da educação pública, da socialização da medicina, da estatização dos bancos e da indústria farmacêutica, da garantia da efetivação da distribuição da renda, da taxaço sobre o estoque de terra urbana e agrária, que constituiriam nos “seus princípios garantidos também na Constituição, sob pena de o sistema político que resultar da Constituinte não avançar no resgate da questão social” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 279).

As eleições de 1986 também consolidariam a imagem das esquerdas desunidas sem “um *programa* e uma *tática* com objetivos socialistas mais definidos que marcassem a relevância do processo constituinte no conjunto da luta de classes” (LIMA, 2009, p. 81). Para o PT, todos os constituintes eleitos em 1986 realizariam “uma campanha baseada na verdade e no compromisso autêntico com os interesses dos trabalhadores e demais oprimidos pelo capitalismo”.<sup>106</sup> Na opinião do colunista Carlos Castello Branco, o momento após as eleições seria importante para o prévio entendimento entre o PMDB e o PFL, e uma avaliação antecipada dos problemas em busca do consenso na atuação na Assembléia Nacional Constituinte. A emenda constitucional que atribuiria poderes constituintes ao próximo Congresso, a instalação concomitante das câmaras legislativas e da Constituinte, a definição de uma data para conclusão da nova Constituição, o roteiro prévio de trabalhos da Constituinte, a presidência da Constituinte, a criação da comissão constitucional com seus postos de presidente, de relator e de líder, deveriam ser questões decididas pela Aliança Democrática. Para o jornalista, “esse trabalho de seleção é que deve começar agora entre as lideranças partidárias e políticas a fim de que se proponham ao plenário,

---

<sup>105</sup> Ver anexo 3.

<sup>106</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 161, 26/11/1986, p. 10935.



soluções de consenso que permitam o funcionamento tranquilo da Assembléia Constituinte”.<sup>107</sup>

O Congresso Nacional seria responsabilizado por definir o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. A decisão encontrada seria o funcionamento simultâneo das duas instituições, uma proposta inoportuna e inadequada, um casuísmo político, que mobilizaria propostas como a extinção do Senado. Para Paulo Paim, “a Câmara Alta é responsável por sucessivas derrotas do movimento sindical brasileiro, incluindo temas como as 40 horas semanais, estabilidade no emprego e autonomia sindical”.<sup>108</sup> Com a extinção do Senado, o Legislativo teria uma aproximação com a opinião pública e estaria mais suscetível às pressões populares. Para o deputado federal, a Constituinte deveria ser exclusiva, proporcionando mudanças na sociedade e autodissolvendo-se com a convocação das eleições diretas para Câmara Federal e para presidente em 15 de novembro de 1988: “os constituintes eleitos devem defender uma Constituição detalhista, com o maior número de questões possíveis como forma de permitir um avanço social no País”.<sup>109</sup>

Após os resultados eleitorais, o PT acreditou que os trabalhadores e os oprimidos pelo capitalismo estavam representados pelos constituintes eleitos pela sociedade para a Assembléia Nacional Constituinte. A preocupação governista era em definir rapidamente questões direcionadas sobre a Assembléia Nacional Constituinte para que, ao se iniciarem, os trabalhos eram realizados conforme o direcionamento definido pelo Governo Federal, para que não houvesse nenhuma interferência nos cargos de direção e de definição na Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte constituída por 559 congressistas teria a sua composição política definida na esquerda com 95, na centro-esquerda com 77, no centro com 61, na centro-direita com 142 e na direita com 184. A composição dos congressistas seria direcionada para os seguintes critérios definidos por Luziano Lima (2009): à esquerda e a centro-esquerda defenderiam os interesses dos trabalhadores e dos movimentos populares; à direita e a centro-direita defenderiam os interesses do “capital”, dos patrões e dos latifundiários, e o centro defenderia os direitos e os interesses do “capital” e dos trabalhadores. O autor priorizaria “a participação de cada

---

<sup>107</sup> Vai engordar a cesta básica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/12/1986.

<sup>108</sup> Líder da CUT propõe a extinção do Senado. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/12/1986.

<sup>109</sup> Líder da CUT propõe a extinção do Senado. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/12/1986.

*parlamentar, aqueles que realmente atuaram e fizeram a Constituição*” (LIMA, 2009, p. 91).

O início dos trabalhos dos constituintes seria marcado pela votação do regimento interno e da composição das comissões e subcomissões. No regimento interno, a esquerda proporia a suspensão e a desativação dos dispositivos autoritários da Constituição vigente, mas o Governo Federal e a direita afirmariam que o Congresso Constituinte elaboraria a Constituição futura e não poderia alterar a vigente. Em relação à definição da composição das comissões e subcomissões, principalmente dos cargos de presidente e de relator, “ficava patente o poder de manobra que possuía o cargo de presidente das comissões e das subcomissões” (LIMA, 2009, p. 155). Lima analisaria as subcomissões:

1. De princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do solo e atividade econômica;
2. Da política agrícola e fundiária e de reforma agrária;
3. De ciência e tecnologia e da comunicação;
4. Do sistema eleitoral e dos partidos políticos;
5. De defesa do Estado, da sociedade e da sua segurança;
6. De garantia da constituição, reforma e emendas;
7. De tributos, participação e distribuição de receitas;
8. Do sistema financeiro;
9. Da questão urbana e transporte;
10. Dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos;
11. De saúde, segurança e meio ambiente;
12. De educação, cultura e esportes;
13. Da família, do menor e do idoso.

Para o autor, nas subcomissões 1, 2 e 3 haveria transgressão regimental, obstrução e conivência de Ulysses Guimarães como presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Nestas comissões os constituintes conseguiriam “impedir a votação de uma legislação constitucional que possibilitasse uma via legal de combate ao latifúndio e que abrisse caminho para a reforma agrária” (LIMA, 2009, p. 186). Nas comissões entre 4 e 13, os trabalhos aconteceriam normalmente, com disputas nos temas específicos, na hegemonia em cada subcomissão por parte da esquerda ou da direita e na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos aconteceria a votação do pleno emprego, da estabilidade, da licença-gestante de 120 dias e da questão sindical.

As comissões analisadas por Lima (2009) foram: da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher e de ordem econômica, que continuariam com a prática de transgressão regimental com troca de acusações e reclamações sobre alteração dos relatórios das subcomissões. As comissões aprovariam as propostas de recuperação dos direitos cassados pela ditadura militar como a estabilidade no emprego, a não intervenção do Estado nos sindicatos, a anistia geral e a ampliação de direitos trabalhistas com a “diminuição da jornada de trabalho para quarenta horas semanais; igualdade de direitos trabalhistas e previdenciários entre o trabalhador rural e o trabalhador urbano; o período de licença à gestante passava de 86 para 120 dias na época do parto; a greve seria livre para todas as categorias profissionais” (LIMA, 2009, p. 267). As propostas aprovadas com o objetivo de defesa dos interesses capitalistas seriam: *“derrubar ou impedir a aprovação de propostas de caráter desnacionalizante, de maior abertura ao capital estrangeiro, a quebra de monopólios e venda de estatais consideradas estratégicas para a independência política e econômica”* (LIMA, 2009, p. 267).

As votações em primeiro e segundo turno do texto constitucional confirmariam a existência de divisões que impediriam o consenso interno entre os congressistas que defenderiam as propostas dos trabalhadores. Os constituintes das esquerdas conseguiriam as conquistas na legislação trabalhista, na defesa dos interesses nacionais e contra a usura dos banqueiros, mas mostrariam a divisão de projetos políticos no direito de propriedade, no sistema de governo, na duração do mandato presidencial e na reforma agrária. Os partidos de esquerda mostrariam a existência de divisão política entre si, que seriam “exploradas pelas frações burguesas, que buscavam aliança para a defesa de determinados interesses. Exemplo disso é a questão da legislação sindical” (LIMA, 2009, p. 293).

O exame das subcomissões, das comissões e das respectivas votações, do funcionamento e da função da presidência e da relatoria, e dos interesses das classes trabalhadoras e “burguesas” na Assembléia Nacional Constituinte contribuíram para o entendimento da atuação política das esquerdas e dos trabalhadores. O PT definiu a tática e a estratégia que eram utilizadas pelos constituintes em torno dos direitos dos trabalhadores, que lutaram e conseguiram as conquistas na legislação trabalhista e concretizaram as expectativas de participação popular nas audiências públicas e com emendas para a Constituição.

O processo constituinte revelou a dificuldade das esquerdas em se unirem para aprofundar as conquistas e propor uma concepção de Estado diferente da praticada pelos governos militares e pelo Governo da Aliança Democrática. A luta das esquerdas e dos constituintes petistas se delimitaram para às conquistas dos direitos dos trabalhadores e corroboraram com a vitória governista e dos seus apoiadores na Constituição Federal, no instante em que assinaram a carta e concordaram com a existência de políticas prejudiciais ao Estado e aos trabalhadores. As esquerdas, e principalmente o PT, ao assumirem a luta institucional, especificamente a luta na Assembléia Nacional Constituinte, acataram as regras existentes do jogo político e dos objetivos para a conquista dos direitos dos trabalhadores, buscando melhorias para a vida dos trabalhadores por meio do Estado brasileiro.

A luta parlamentar teve continuidade entre os anos de 1990 e 1998 na busca pela inserção no espaço institucional dos deputados federais e senadores petistas. A crítica ao neoliberalismo e as privatizações, a relação ambígua nas greves entre a crítica e a negociação e a defesa das reformas sociais como prioridade partidária serão os temas apresentados e discutidos no segundo capítulo.

## TEMPO DE MUDANÇAS (1990-1998)

Os anos entre 1990 e 1998 foram marcados pelo fim do socialismo praticado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pela prática política neoliberal no país, pela luta institucional da regulamentação dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1998 e pelas reformas sociais defendidas pelos parlamentares petistas no Congresso Nacional. Dentro de nove anos, o Partido dos Trabalhadores, por meio dos discursos dos deputados federais e senadores passou por mudanças com a efetivação dos direitos sociais constitucionais, o apoio as greves dos trabalhadores e a análise da conjuntura política nacional por meio da consolidação do neoliberalismo no país.

Neste capítulo analisaremos as expectativas dos parlamentares do PT, entre os anos de 1990 e 1998, em torno das possibilidades de ampliação dos direitos sociais e de greves, bem como sua nova posição em relação à forma de se fazer política. A luta parlamentar passou a ser entendida naquele momento, por um grande número de parlamentares, como o caminho possível na busca de soluções para os problemas da sociedade brasileira.<sup>110</sup> Os discursos dos parlamentares, as resoluções de encontros e congressos e os jornais serão examinados como constituintes do desenvolvimento da identidade e da carreira parlamentar petista entre os anos de 1990 e 1998.

### **2.1 A relação entre o PT e as bancadas parlamentares na inserção institucional.**

A década de 1990 iniciou para o PT com a derrota na eleição presidencial de 1989 do candidato do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, para Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e com o aumento do número de parlamentares no Congresso Nacional nas eleições de 1990, consolidando a inserção institucional do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional.<sup>111</sup>

Durante o 1º Congresso, realizado entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, o PT definiria

---

<sup>110</sup> Para Rodrigo Dias (2002), o PCB, o PC do B e o PT mudariam a atuação política como partidos de esquerda no Brasil a partir do fim da Guerra Fria, o que desmobilizaria a sociedade, desarticulária os movimentos sociais e declinaria os movimentos de massa. “Os movimentos de sociais passaram a funcionar de forma mais independente dos partidos de esquerda, ao passo que estes se deslocaram das disputas sindicais de massa e passaram a atuar no campo parlamentar” (DIAS, 2002, p. 107).

<sup>111</sup> Ver anexos 4 e 9. O crescimento parlamentar do PT se verificaria nas eleições de 1994 e 1998 com o aumento numérico dos deputados federais e senadores, ver anexos 5, 6, 10 e 11.

sua relação com os governos e os legislativos, se posicionando como uma alternativa real de governo e buscando sua ampliação institucional por meio de bancadas parlamentares e de prefeituras. Para o Partido dos Trabalhadores, o crescimento da participação institucional deveria ocorrer concomitantemente a uma mudança de mentalidade partidária, de dirigentes, de personalidades públicas e dos detentores de mandatos eletivos, os quais deveriam ter um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina, de controle e de compromisso com as normas regimentais do partido.

A atuação do parlamentar petista deve encarnar e representar não apenas um projeto individual, mas o projeto coletivo do Partido. O candidato petista a cargo eletivo deve ter demonstrado, ao longo de sua prática social, um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 530-531).

O PT definiria os meios de se alcançar o seu objetivo, a conquista do Governo Federal. Isto ocorreria por meio da ação dos parlamentares, de prefeituras, da indicação orgânica das candidaturas e do exercício do mandato partidário.

Neste momento, a proposta de mudança partidária ocorreu para que a ação de dirigentes, de personalidades e de mandatários fosse coerente junto à sociedade brasileira. A intenção de reformular sua arquitetura institucional mostrou a tentativa do PT em diferenciar seus partidários. As escolhas de dirigentes, de personalidades públicas, de deputados estaduais e federais, de senadores e de prefeitos como exemplos para serem mais responsáveis, mais éticos e mais disciplinados significaram que o Partido dos Trabalhadores considerava a responsabilidade, a ética e a disciplina partidária insuficiente até o início da década de 1990.

Aos eleitores e aos militantes, a responsabilidade, a ética e a disciplina partidária eram diferenciadas, o que significou a forma desigual do PT em relacionar com todos os partidários. Ao direcionar suas expectativas aos dirigentes, as personalidades públicas, aos parlamentares e aos prefeitos, o Partido dos Trabalhadores iniciou a década de 1990 com o objetivo de direcionar maior importância aos mandatos eletivos e aos parlamentos na estrutura partidária e concomitantemente se afastou dos seus militantes. O projeto político partidário esteve compromissado com a luta dos trabalhadores, mesmo que estes aos poucos não fossem a prioridade do partido.

Neste ponto, Carlos Alberto Marques Novaes (1993) mostraria que o PT, no início da década de 1990, teria problemas de burocratização para alcançar a eficiência dos interesses partidários, o que levaria a ação autônoma da Direção Nacional, sem a consulta aos movimentos sociais. As eleições na década de 1990 consolidariam a posição hierárquica do partido sobre os movimentos sociais com abrangência nacional e institucional, por meio da remuneração de seus militantes para ação nas instituições do Estado. As mudanças no partido se fortaleceriam na negociação como método político e no aumento do controle sobre os parlamentares, como temor de “uma burocracia consolidada ou em vias de consolidação, que tende a ver a mobilidade das lideranças com apelo popular como ameaça tanto às suas posições na estrutura do partido quanto à realização de suas ambições impessoais da ocupação dos espaços institucionais” (NOVAES, 1993, p. 233). O PT insistiria na ampliação da cidadania dos trabalhadores e lutaria para não se tornar prisioneiro da profissionalização política, “um partido programático motivado a redesenhar a face institucional do país” (NOVAES, 1993, p. 236).

As eleições nos anos de 1989 e 1990 mostraram a necessidade de mudanças no programa partidário. As transformações ocorreram na burocratização<sup>112</sup> na remuneração dos militantes para atuação nas instituições do Estado, no controle dos mandatos dos parlamentares, na profissionalização política e na negociação como método político.

O primeiro desafio institucional do Partido dos Trabalhadores seria o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.<sup>113</sup> Atores políticos e sociais

---

<sup>112</sup> Para Carlos Alberto Marques Novaes (1993), o termo burocratização teria uma concepção técnica: descrever o processo de consolidação de uma organização. “Dessa perspectiva, a burocratização de uma entidade coletiva qualquer (uma empresa, um sindicato, um partido político ou uma agência pública) tem virtualidades positivas e negativas. São exemplos de confirmação de virtualidades positivas em uma organização a demarcação clara entre o que pertence ao âmbito interno e o que pertence ao âmbito externo, o reconhecimento público e, como decorrência de uma estruturação orgânica adequada, a representação eficiente dos interesses daqueles que, por assim dizer, compõem a organização. Entre as virtualidades negativas, o exemplo cabal é a sobreposição das atividades-meio às atividades-fim, quando o corpo burocrático passa a agir segundo seus próprios interesses e não segundo as metas coletivas que justificavam até então a existência da organização” (NOVAES, 1993, p. 217-218).

<sup>113</sup> Para Danilo Martuscelli, o processo de *impeachment* envolveria o papel da mídia na crise do governo, a solução constitucional como um crime contra a probidade administrativa e a relação entre o isolamento político do Governo Federal e a prática de corrupção no Estado burguês com denúncias sobre a equipe governamental entre os anos de 1990 e 1992. “Em 5 de maio de 1992, numa entrevista concedida à revista *Veja*, Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, fez sérias denúncias contra o presidente, acusando-o de participar de negócios escusos com PC Farias. Tais denúncias, somadas às investigações que vinham sendo realizadas, deram origem, em 1º de junho de 1992, à abertura da CPI do caso PC Farias. Esse acontecimento político foi o elemento detonador da crise do governo. Na verdade, as denúncias envolvendo a participação do presidente da República em casos de corrupção tiveram a função de radicalizar um processo de crise política em curso, isto é, essas denúncias surgem num momento político

entenderiam a crise do Governo Federal de maneiras diferentes: em parte, o grande capital industrial reclamaria do acelerado processo de abertura comercial; o grande capital bancário e financeiro estaria insatisfeito pela morosidade na desregulamentação da economia; o movimento popular e sindical reclamaria da desvalorização salarial e do desemprego; e os estudantes reclamariam pelo confisco da poupança.

A defesa do PT pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello no ano de 1991 teve como justificativa o risco institucional da possibilidade de golpe pela direita civil ou pelos militares, por isso a participação no “Fora Collor!” se restringiria até o ano de 1992 para o partido. Em fevereiro desse ano haveria uma proposta de plebiscito e em março as críticas se direcionariam para o sistema de governo, a corrupção, os efeitos da política econômica e as alianças com os partidos de oposição. Nos meses de maio e junho o partido apoiaria a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, em julho o *impeachment* já estaria na pauta do Congresso Nacional, e em agosto haveria a proposta de constituição do novo governo.

As propostas da Comissão Executiva Nacional do PT para o *impeachment* seriam ou o afastamento de Collor pela via constitucional e a posse do vice-presidente como solução para a crise governista ou, a luta contra o projeto neoliberal como alternativa global para o país e a realização das eleições gerais. A proposta escolhida seria a via constitucional.

Tudo se passava como se as raízes profundas dos problemas sociais existentes no Brasil pudessem ser solucionadas a partir da luta moralista contra a corrupção no governo. No entanto, ao enfatizar o combate moralista contra o governo, conferia-se uma suposta universalidade a essa luta e, com isso, mascarava-se o conteúdo de classe das propostas em confronto (MARTUSCELLI, 2005, p. 99).

Para Danilo Martuscelli (2005), a crise do Governo Collor e a tática do PT no discurso do *impeachment*, limitar-se-ia a um discurso sobre moralidade e corrupção, e ignoraria a crítica ao neoliberalismo. Para o autor, o partido participaria do movimento em torno do *impeachment* e da denúncia da política recessiva, comportamento político que poderia ser considerado “como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais” (MARTUSCELLI, 2005, p. 3). Martuscelli defenderia o argumento de aceitação das propostas neoliberais pelo Partido dos

---

em que a tolerância em relação ao Governo Collor já estava bastante reduzida” (MARTUSCELLI, 2005, p. 53).



Trabalhadores pelo fato do partido não ter entendido o momento do *impeachment* como espaço político para a crítica e o rompimento ao neoliberalismo implantado no país no Governo Collor.

Nesta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores restringiu sua atuação durante a crise do Governo Collor a uma postura crítica, amparada em uma concepção ética, moral e denunciante do conflito familiar de Collor sob a justificativa de risco institucional. A omissão partidária da crítica direcionada para o neoliberalismo, a corrupção e o fisiologismo mostrou a defesa da retirada do presidente Collor pela solução constitucional. O partido acreditou que o afastamento presidencial fosse suficiente para derrotar a prática neoliberal no país e para corrigir os erros do presidente deposto.

No início da década de 1990 os partidos de esquerda estariam focados na crise do socialismo internacional, relegando para plano secundário as ações da oposição neoliberal. Para Rodrigo Dias (2002), o colapso do comunismo internacional mudaria a perspectiva de atuação política das esquerdas na década de 1990, quando a crise dos valores comunistas mobilizaria o discurso nacionalista, o deslocamento da orientação internacionalista e proletária, e o aprofundamento das políticas neoliberais. Para o autor, “um dos efeitos deste processo para os partidos de esquerda no mundo foi terem tomado para si parte dos projetos que anteriormente caracterizavam governos nacionalistas de direita e da social-democracia” (DIAS, 2002, p. 9).

No Brasil as esquerdas utilizariam a defesa da democracia como método de ação política na década de 1990. Caio Navarro de Toledo (1994) afirmaria que a democracia moderna permaneceria com o caráter de classes e se adaptaria ao capitalismo por meio de um discurso limitado e limitador, que não garantiria uma sociedade sem exploradores e sem desigualdades sociais e permaneceria na tentativa de conjugar liberdade e igualdade. Para Toledo (1994), as esquerdas teriam uma postura defensiva em relação a democracia representativa burguesa e silenciariam sobre a ruptura política como método de ação: “a esquerda democrática, ao evitar ou silenciar-se sobre a questão da ruptura política, não deixa de fazer ampla concessão ao pensamento liberal e social-democrata” (TOLEDO, 1994, p. 135).

Na década de 1990, o impasse e a paralisia nas decisões políticas no Brasil relativas ao neoliberalismo, às greves e às reformas abririam espaço político para a concepção neoliberal de redução da função estatal na economia. Para Luiz Werneck Vianna, professor universitário, coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade

(CEDES) e pesquisador nas áreas de sociologia, democracia, judicialização da política e das relações sociais, sindicalismo, corporativismo, intelectuais e pensamento social brasileiro, as esquerdas estariam equivocadas com o abandono do centro político, das alianças políticas e na definição pela opção do social, o que representaria a dissociação entre a democracia política e a democracia social, e como se o político estivesse garantido na Constituição Federal, sem questionamentos e sem críticas.

A especialização monográfica da esquerda no *social* que, na prática, importava abdicação política em conceber um projeto para a nação, não só conduziu a que a coligação neoliberal viesse a assumir o controle do processo de transição, como também não preparou aquela para ser o núcleo de uma oposição identificada com um projeto alternativo de governo.<sup>114</sup>

O PT teria uma postura crítica em relação ao socialismo praticado na URSS e ao fim da Guerra Fria, por causa do partido único, da burocratização e da falta de democracia. Para o Partido dos Trabalhadores, a democracia deveria garantir consenso e estratégia, combinando a luta institucional e o poder popular por meio das reformas como método de ação política. “Para o PT, estes acontecimentos determinaram a reorganização de suas posições no sentido de tentar ampliar as suas bases sociais e a sua intervenção na direção das classes subalternas e muitas vezes para as classes médias (dependendo das tendências predominantes)” (DIAS, 2002, p. 93). A perspectiva petista para ampliar as bases sociais mostraria a tentativa partidária de se colocar como ator principal na vida social e política do país. “Com efeito, o Partido dos Trabalhadores coloca-se ostensivamente como epicentro de uma nova alternativa de poder, confessadamente destinada a conduzir o país rumo a reformas profundas de suas estruturas econômicas e sociais” (LYRA, 1994, p. 125).

As interpretações colocaram a esquerda e o PT para a mudança de perspectiva na atuação política na década de 1990. Toledo (1994) e Dias (2002) ressaltaram a aproximação ao pensamento liberal e social-democrata por causa dos critérios democrático e nacionalista; Vianna mostrou o argumento da opção pela luta social e Lyra (1994) demonstrou no PT uma alternativa de poder por meio da defesa das reformas. As análises sobre a situação da esquerda na década de 1990 mostraram e criticaram as opções da atuação partidária no país. Contudo, as circunstâncias viáveis para atuação partidária direcionaram as esquerdas para a luta dentro dos limites da

---

<sup>114</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Cadernos de Conjuntura*, n.º. 53, Rio de Janeiro, Iuperj, 2/1996. Os artigos de Luiz Werneck Vianna foram retirados de: VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

legalidade, o que representou uma mudança na luta das esquerdas, de um viés radical para uma atuação reformista e democrática.

As esquerdas, principalmente o Partido dos Trabalhadores, revisaram os métodos de atuação política no início da década de 1990, com a valorização da democracia institucional e representativa, e sua radicalização como meio e fim; a ampliação das bases sociais; a aceitação da negociação; e do diálogo como métodos políticos para a garantia dos direitos dos trabalhadores. A revisão realizada pelo PT negou os métodos praticados pelo partido na década de 1980, tais como o não à negociação política realizada no Colégio Eleitoral e a exigência intransigente da atuação do Governo Federal favoravelmente às greves e aos trabalhadores brasileiros. A revisão concebida pelo Partido dos Trabalhadores priorizou a luta parlamentar como método de ação partidária, que garantiu os direitos sociais, dos trabalhadores, das greves e da luta contra o neoliberalismo, e se afastou dos movimentos populares e sindicais. O Parlamento como espaço de socialização e luta política era o local em que o PT colocou em prática a negociação, o diálogo e as forças contra os adversários políticos, principalmente os neoliberais durante toda a década de 1990 no Brasil.

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT definiria como resolução sobre fidelidade partidária, a necessidade dos mandatos executivos ou parlamentares serem mandatos partidários. Os parlamentares eleitos estariam a serviço do programa do Partido dos Trabalhadores, da prática cotidiana das decisões, dos cumprimentos coletivos, e da subordinação das bancadas parlamentares às instâncias decisórias do partido.

§ 4º - Os candidatos a cargos eletivos pelo PT, considerando o caráter partidário do seu mandato, reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos que, fraudando a vontade do eleitorado, por qualquer razão, rompam com o programa pelo qual foram eleitos e decidam não permanecer no Partido.

§ 5º - O parlamentar que desobedecer a deliberações ou resoluções legitimamente estabelecidas pelas instâncias dirigentes do Partido poderá perder o mandato, por deliberação do Encontro respectivo, cabendo recursos às instâncias superiores (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 607).

Neste ponto, o Partido dos Trabalhadores reforçou a necessidade da aceitação dos parlamentares petistas, do mandato partidário. O partido se resguardou novamente de abandonos ou desligamentos voluntários de parlamentares ou executivos petistas,

como no caso de Luíza Erundina, convidada pelo presidente Itamar Franco para participação no Governo de união nacional. Erundina se desligou do PT e participou do ministério do Governo Federal no ano de 1993. No caso dos parlamentares a participação, o respeito e o cumprimento das decisões coletivas eram prioridades para a fidelidade partidária do PT, afinal o deputado federal ou senador era eleito para o Partido dos Trabalhadores e não tinha o direito de se transferir para outro partido, gerando a perda de uma vaga no Senado ou na Câmara dos Deputados para o PT. Em tese, o partido se resguardou do direito de manter o número dos seus parlamentares para atuação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e consolidou a falta de espaço no PT para as decisões individuais, para a carreira política individualizada e para a defesa dos interesses particulares.

## **2.2 O neoliberalismo: privatização, cidadania e conseqüências sociais.**

As idéias políticas neoliberais praticadas no Brasil no período da Assembléia Nacional Constituinte se consolidariam com a eleição presidencial de 1989 e a vitória de Fernando Collor de Mello. A defesa da política neoliberal pelo Governo Federal entre os anos de 1990 e 1992 procuraria atender os interesses burgueses com a política de privatização e de abertura comercial e financeira, e transformaria os direitos sociais e dos trabalhadores em benefícios. O neoliberalismo tentaria suprimir e revisar os direitos sociais e dos trabalhadores conquistados na Constituição Federal de 1988 e representaria o “acirramento progressivo da crise de hegemonia burguesa iniciada em 1987 com o colapso do Plano Cruzado e o início do processo constituinte” (MACIEL, 2011, p. 99).

No âmbito internacional, o neoliberalismo seria defendido como projeto político pelos conservadores na década de 1970, que vincularia o fim da prosperidade e do crescimento capitalista à regulação e do igualitarismo proposto pelo Estado de Bem-estar social. A política neoliberal teria a capacidade para resolução da crise monetária e financeira internacional por meio de ajustes econômicos e tendências protecionistas aos capitalistas e que prejudicariam os trabalhadores com o aumento do desemprego. Para Denise Gros (2003), na Inglaterra e nos Estados Unidos, a defesa do neoliberalismo aconteceria por meio do enfrentamento com o movimento sindical e a oposição trabalhista, com o objetivo de reversão das leis sociais.

Aplicou todo o pacote de medidas estabilizadoras propugnadas pelo monetarismo (diminuição da emissão monetária, altas taxas de juros, decréscimo de impostos sobre ganhos elevados, eliminação de controles financeiros); foi duro com os movimentos grevistas, criou uma nova legislação antissindical, diminuiu os gastos sociais e elevou substancialmente o nível de desemprego; e, por fim, lançou um drástico programa de privatizações, que começou na habitação pública e atingiu as indústrias básicas, como a eletricidade, o petróleo, o aço, o gás e a água. O orçamento de 1981 ficou famoso, porque, em plena recessão, conseguiu diminuir o gasto e aumentar a arrecadação, invertendo a lógica keynesiana (GROS, 2003, p. 27).

Na concepção dos neoliberais, o Estado brasileiro estaria em crise de racionalidade e de legitimação, com o esgotamento e a paralisia fiscal, que mostraria o limite do Estado desenvolvimentista e intervencionista. A crise seria o momento fundamental para o realinhamento dos compromissos entre o Estado e a sociedade, para consolidação do desenvolvimento econômico, da reconstrução nacional, da economia de livre mercado e da modernização como soluções para a inflação. As propostas neoliberais seriam para a não intervenção do Estado na economia, pela liberdade econômica como pressuposto da liberdade política e social, pela cooperação das “classes” que substituiria a luta entre as “classes” sociais, e pela justiça e a harmonia social como critérios para a reforma do Estado.

Embora, então, muito se tenha evoluído com as ações do governo, a Reforma do Estado e a liberação econômica são os últimos patamares a serem conquistados. Tudo aquilo que foi proposto em 1989, que teve seu início em 15 de março de 1990 e que se encontrava numa encruzilhada no início do ano de 1991, são processos em implantação e as bases para isto estão dadas pelas próprias ações do governo, pelas privatizações, pelas Reformas Administrativa, Tributária e Constitucional, e pela quebra de monopólios e reserva de mercado para se alcançar a justiça social (ALVES, 2005, p. 15).

Os planos de estabilização monetária no Governo Collor teriam como efeito atacar e reduzir o funcionalismo público, ampliar o investimento do capital estrangeiro, desvalorizar as empresas estatais, controlar o déficit público, dificultar a articulação dos sindicatos e a produção nacional, impulsionar as privatizações, aumentar o desemprego e rebaixar o poder aquisitivo dos salários.

A formulação e a implantação do neoliberalismo aconteceriam com reduzida participação política, na elaboração de medidas provisórias do Governo Federal e uma composição ministerial feita principalmente por técnicos, o que mostraria a desvalorização dos partidos como atores políticos. Por isso no ano de 1991 haveria a deslegitimação e a perda da direção política pelo Governo Federal, que tentaria a

aproximação com partidos e lideranças políticas conservadoras.<sup>115</sup> A limitação da prática neoliberal no país seria demonstrada no *impeachment* do presidente da República, por causa da falta “de uma coalizão política ampla o suficiente para sustentar o governo e a aplicação continuada e progressiva do programa neoliberal” (MACIEL, 2011, p. 107).

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT definiria a necessidade de realização de reformas democráticas e populares para combater os monopólios sobre a economia nacional. Para o partido, a atuação das elites na economia nacional por meio dos monopólios seriam obstáculos para as reformas, com a contradição existente entre o discurso e a prática neoliberal no país, pois “as mesmas elites que defendem, de forma absoluta, o programa de privatizações e a redução do Estado na atividade econômica não abrem mão dos benefícios fiscais, isenções, subsídios e empréstimos generosos nos bancos oficiais” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 552).

A prática neoliberal no país mostrou os interesses da iniciativa privada e da defesa do livre mercado na área econômica, que representaram a liberdade econômica. As tentativas para minimização do Estado brasileiro mostraram os limites das propostas neoliberais na política, com a recusa da participação partidária na definição do projeto político para o país, e na sociedade, com a diminuição e a omissão estatal na relação entre trabalhadores e empresários, o que dificultou as conquistas dos movimentos sociais.

Os neoliberais atribuiriam ao Estado brasileiro os males da economia, o qual estaria gastando mais do que arrecadando, o que geraria o déficit público. A solução proposta seria a redução dos funcionários, das mordomias, a extinção de órgãos e a privatização das empresas públicas. Para Fernando Alcoforado, engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, consultor de órgãos públicos e privados nas áreas de planejamento econômico, energético e empresarial e articulista de jornais da imprensa, os neoliberais se omitiriam em relação à concessão de subsídios e de incentivos fiscais, à redução dos preços dos serviços públicos, à sonegação de impostos, o que significaria a desnacionalização da economia brasileira. O Estado seria importante no Brasil para o desenvolvimento, a

---

<sup>115</sup> Para Rachel Meneguello, a ocupação partidária nos ministérios no Governo Collor expressaria “uma dinâmica de concessão de controle partidário sobre pastas ministeriais como um mecanismo de obtenção de apoio no Congresso” (MENEGUELLO, 1998, p. 116).

industrialização, a autonomia e a superação dos entraves ao progresso, principalmente porque o setor privado no país não teria recursos suficientes para absorver as empresas estatais. “Nessas circunstâncias, as empresas multinacionais terão amplas condições de ocupar o espaço deixado pelas empresas estatais”.<sup>116</sup>

Os argumentos governistas para a prática da política neoliberal estariam no reordenamento, na eficiência da produção, da gerência e do racionamento da função estatal. A política de privatização defendida pelo Governo Federal funcionaria, naquele momento, como uma carta branca para privatizar o patrimônio público. Para Paulo Paim, a intenção governista seria entregar, a preços irrisórios, as empresas estatais que gerariam altos lucros para o Estado ao capital nacional e internacional. Não haveria, para o PT, uma perspectiva de que o desenvolvimento nacional e o aumento da produtividade aconteceriam “pela simples transferência de atividades, hoje exploradas pelo Estado, para a iniciativa privada, mas sim, por um projeto de desenvolvimento industrial, discutido amplamente com todos os setores representativos da sociedade e, principalmente, discutido com os trabalhadores”.<sup>117</sup>

Para o Governo Federal, as empresas estatais seriam deficitárias e os funcionários públicos ineficientes, o que levaria à desvalorização, à discriminação e ao sucateamento dos investimentos do Estado nas próprias empresas e nos funcionários públicos. José Genoíno reconheceria a necessidade do debate sobre as reformas pelo Congresso Nacional, “porém não nos moldes aplicados pelo Governo. Temos que rever profundamente esse processo, não só de sucateamento, como de aprofundamento da crise social, em função das demissões injustas, o que aumentará ainda mais a miséria dos trabalhadores”.<sup>118</sup>

Neste ponto o Governo Federal deveria esclarecer à sociedade o funcionamento do Programa Nacional de Desestatização, porque levaria à desorganização na economia nacional, à desestabilização da produção e o desestímulo ao capital. Para Paulo Rocha, o Governo Federal se encontraria incapacitado para atrair o capital internacional e lançaria o programa de privatização para conseguir os dólares das multinacionais e reverter o pagamento de sua dívida externa, sem diálogo com o Parlamento e com a

---

<sup>116</sup> A quem interessa o desmantelamento do Estado no Brasil. *A Tarde*, Salvador, 15/5/90. Os artigos de Fernando Alcoforado foram retirados de: ALCOFORADO, Fernando. *De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

<sup>117</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 96, 23/8/1990, p. 9522.

<sup>118</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 166, 7/12/1990, p. 13758.

sociedade. Para o deputado federal, haveria a necessidade de esclarecimentos sobre a política neoliberal direcionada para as privatizações:

1. Esclarecimentos sobre os critérios que nortearam a seleção dos setores e empresas a serem desestatizados prioritariamente.
2. Critérios utilizados no processo de avaliação das empresas sujeitas à privatização.
3. Critérios utilizados na seleção das empresas credenciadas pelo BNDES a procederem à avaliação e o agenciamento da privatização.
4. Demonstrações financeiras e relatórios da administração (1988-1989-1990) das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, Usiminas e da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST.
5. Estágio do processo de determinação dos preços mínimos dessas companhias, sendo informados, caso concluídos, os valores resultantes das duas avaliações exigidas por lei para cada uma delas.
6. Esclarecimento sobre a forma de licitação escolhida para alienação do controle acionário da CST e da Usiminas.
7. Estágio em que se encontram os entendimentos com os sócios estrangeiros dessas empresas, relativo aos seus direitos previstos em acordos de acionistas e à recomposição de sua participação acionária original.
8. Plano de Aplicação dos recursos oriundos da alienação dessas empresas estatais.<sup>119</sup>

O prejulgamento dos trabalhadores públicos e das empresas estatais era a justificativa governamental para sucatear e ignorar os trabalhadores e as empresas estatais brasileiras, bem como para priorizar o capital e as empresas internacionais na condução do neoliberalismo no Brasil. A falta de critérios para a privatização das estatais representou a truculência e a agilidade para a implantação neoliberal no país, sem críticas e sem questionamentos por parte da sociedade e com apoio do capital internacional.

A defesa neoliberal para a economia brasileira seria a abertura econômica para os produtos e a concorrência internacional com a intenção de melhoria da qualidade da produção do país, com a aceleração da modernização da indústria nacional, a redução das alíquotas e a importação dos produtos. Para Fernando Alcoforado, a prática política mostraria o desmantelamento da indústria brasileira, pela incapacidade de competir com os produtos importados e pela negação do Governo Federal em direcionar a reestruturação dos setores econômicos no país. O Executivo deveria reduzir os custos, os preços e a carga tributária da indústria brasileira para modernizá-las com máquinas, equipamentos, peças e componentes. Na perspectiva de Alcoforado, a abertura às importações tenderia “a produzir efeitos danosos à estrutura industrial do País,

---

<sup>119</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 29, 4/4/1991, p. 2917.



sucateando-a, e ao conjunto dos trabalhadores ao aprofundar o desemprego existente”.<sup>120</sup>

Em uma perspectiva o Governo Federal tentaria quebrar o monopólio das empresas estatais em áreas estratégicas para a produção nacional, tais como o petróleo e as telecomunicações, visando derrubar as conquistas constitucionais sobre as empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro. Para Paulo Rocha, os bancos estrangeiros, o FMI e o presidente Collor tentariam facilitar a entrada do capital internacional nas empresas estatais, em que “o novo conceito que está sendo imposto pelas forças conservadoras e o capital internacional é o de que empresa brasileira é aquela que está instalada no solo brasileiro, sem importar se o seu capital é nacional ou estrangeiro”.<sup>121</sup>

A defesa da privatização para reestruturação estatal teria como consequência a demissão de 10 mil trabalhadores nas empresas Eletrobrás, Light, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Rede Ferroviária Federal, o que os levaria para a economia informal e muitos, à miséria. Para Carlos Santana, as demissões nas empresas estatais ocorreriam principalmente em torno de trabalhadores especializados e acima de 40 anos de idade que teriam dificuldades para se recolocarem no mercado de trabalho.<sup>122</sup>

A proposta neoliberal para diminuir a presença do Estado na economia se concretizaria com a estabilização econômica, o ajuste fiscal, a criação da Unidade Real de Valor (URV) e a implantação da nova moeda. As relações existentes entre o Estado e a iniciativa privada no país seriam demarcadas pela queda dos juros e pela dependência do Governo Federal junto aos bancos e aos capitais especulativos. Para Fernando Alcoforado, a equipe econômica governista acreditaria que “o ajuste fiscal, com o fim do déficit público, levaria à queda nas taxas de juros bancários”.<sup>123</sup>

A saúde seria afetada pela falta de investimento do Governo Federal nos hospitais públicos. Para o deputado federal José Lourenço do Partido Progressista

---

<sup>120</sup> Os riscos da abertura às importações no Brasil. *A Tarde*, Salvador. 12/3/92.

<sup>121</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 72, 22/5/1992, p. 10054. Para o deputado federal, “o setor de telecomunicações é essencial à soberania de uma nação, com uma posição estratégica e pública desses serviços. Com um padrão internacional de serviços, o sistema Telebrás, hoje, possui as tarifas locais mais baixas do mundo, não depende de recursos da União, tem o mais alto índice de produtividade por empregado, contribuindo, dessa forma, para respostas qualitativas do sistema, com sua presença social e efetiva em todos os recantos, prestando um serviço padronizado e sem discriminações”. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 105, 9/7/1992, p. 16174.

<sup>122</sup> Diário do Congresso Nacional. Ano XLVIII, nº. 48, 25/3/1993, p. 5836.

<sup>123</sup> As barreiras ao sucesso do Plano FHC. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4/3/94.

Renovador (PPR), a situação seria precária em nível nacional, sem dinheiro para compra de material de trabalho e para pagamentos dos salários dos funcionários, o que mostraria a necessidade de apoio partidário para acabar com as estatais, principalmente porque não existiria dinheiro para duas realizações ao mesmo tempo. “Gostaria de saber se o PT prefere mandar recursos para um hospital de criancinhas, que, se não receberem o dinheiro, morrerão, ou para a Telebrás. Não temos dinheiro para as duas coisas; apenas para uma”.<sup>124</sup> O deputado federal afirmaria a necessidade do Congresso Nacional em escolher “se vai colocar no Orçamento cerca de doze bilhões de dólares para as estatais ou para os hospitais, que estão fechando porque não têm esparadrapo, não têm médicos, nem equipamentos”.<sup>125</sup>

Para o deputado federal petista Chico Vigilante, o Partido dos Trabalhadores não seria responsável pela falência do Estado brasileiro, “responsável por esse estado de coisas são as forças que apoiaram o regime militar, que torturou e cassou mandatos, que acabou com a inteligência nacional. Agora essas mesmas forças falam em privatização no Brasil”.<sup>126</sup> Para Vigilante, o Governo estaria mandando ex-integrantes do SNI para investigar a vida dos dirigentes da CUT e do PT e se negaria a investir na área da saúde, o que levaria o PT a luta contra a situação de abandono em que se encontraria o país e pela defesa das verdadeiras estatais brasileiras construídas pelo povo brasileiro. Para o deputado federal, os apoiadores das privatizações inviabilizariam os investimentos sociais porque “pegaram o dinheiro que seria para aplicar em educação, segurança, saúde, e aplicaram-no em projetos falidos que depois foram entregues ao Governo, ao Banco do Brasil, ao BNDES, à Caixa Econômica Federal, ao antigo BNH e outros”.<sup>127</sup>

A crise econômica e a incapacidade estatal para solucionar os problemas no país levariam à deterioração da convivência social no Brasil, com a corrupção desenfreada, a criminalidade crescente, a impunidade e a queda dos valores éticos e morais. Para Fernando Alcoforado, a sociedade brasileira desacreditaria nas leis e nas instituições políticas do país, o que mostraria a necessidade de um Estado forte e democrático para reduzir as disparidades sociais e assegurar o cumprimento das leis vigentes. A função estatal seria decisiva para o ordenamento da vida nacional, os investimentos em infraestrutura, a justiça social e o cumprimento das leis vigentes, com a participação e controle democrático da sociedade civil. “A superação desse quadro requer, antes de

---

<sup>124</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 61, 26/4/1994, p. 6531.

<sup>125</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 61, 26/4/1994, p. 6531.

<sup>126</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 61, 26/4/1994, p. 6531.

<sup>127</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 61, 26/4/1994, p. 6531.

tudo, o revigoramento e fortalecimento dos poderes constituídos da República, isto é, do Estado brasileiro a fim de que ele seja capaz de sustar o processo de barbárie que ameaça a democracia no Brasil”.<sup>128</sup>

A desvalorização das empresas estatais mostrou a tentativa de nivelamento das empresas públicas e privadas, como se os métodos, os objetivos e os resultados fossem similares e direcionados para o lucro, sem a preocupação com as necessidades da sociedade brasileira. A demissão dos funcionários públicos mostrou a tentativa da política neoliberal de ignorar a função do trabalhador para as estatais brasileiras e para a continuidade do serviço público prestado para a sociedade com o desmantelamento das indústrias nacionais. O desemprego gerado pelas demissões representou a prioridade da proposta neoliberal para as soluções na economia, com a prioridade para o ajuste fiscal e a falta de importância da área social. A defesa do plebiscito e do discurso denunciante sobre o PT demonstrou a radicalidade e a intransigência dos parlamentares governistas na agilidade da implantação do neoliberalismo no país, sem diálogo e sem negociação com a sociedade e com os parlamentares no Congresso Nacional e representou a crítica vazia direcionada ao Partido dos Trabalhadores pela falta de soluções políticas do Governo Federal para os problemas do país. Neste momento, a crença na função estatal era a justificativa das oposições para a continuidade do Estado como ator político.

Na disputa eleitoral de 1994, a proposta neoliberal seria defendida na candidatura de Fernando Henrique Cardoso pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Um partido continuador do projeto neoliberal, que teria o apoio dos partidos conservadores e defensores da aplicação do Consenso de Washington no Estado brasileiro.<sup>129</sup> A vitória do PSDB em 1994 aconteceria por causa da implantação Plano Real. O Governo Federal do PSDB teria como características neoliberais: aumento do desemprego e do emprego informal; a diminuição da função estatal pelas reformas e pela abertura para o mercado; a centralização das decisões no Executivo; a realização de privatizações; a presença do capital especulativo e a desqualificação da política, consideraria as oposições um empecilho para a estabilidade monetária e as reformas no Brasil.

---

<sup>128</sup> A degradação social no Brasil. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 28/4/94.

<sup>129</sup> O Consenso de Washington tornar-se-ia “o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias as novas regras” (NEGRÃO, 1996, p. 106-107). As regras do Consenso de Washington estariam centradas “doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado” (NEGRÃO, 1996, p. 107).

Essas, entre outras, permitem caracterizar o governo FHC como sendo de cunho neoliberal: somadas, essas medidas mostram a tendência deste governo: retirar os eventuais obstáculos a acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo – ou mesmo médio – prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão. Dessa forma, estaremos no Primeiro Mundo em breve. Até porque, lá também está se desenvolvendo ilhas de consumo e riqueza ladeadas por um aumento da exclusão e da miséria. Os pobres da Inglaterra pós-Thatcher e dos Estados Unidos pós-Reagan que o digam (NEGRÃO, 1996, p. 109-110).

As interpretações sobre a vitória para o cargo de presidente da República no ano de 1994 utilizariam a estabilidade monetária e as reformas do Estado como justificativas principais. Para Rachel Meneguello (1998), a política econômica formulada pelo PSDB no Governo Federal de Itamar Franco como plano de combate a inflação e estabilidade da moeda contribuiria para a implantação do Plano Real. “A vitória de Fernando Henrique na eleição presidencial de outubro de 1994 ilustra fortemente os benefícios do controle partidário de ministérios centrais às ações de governo” (MENEGUELLO, 1998, p. 136).

Para André Pereira Guiot, a reforma do Estado estaria na proposta de formação do PSDB como partido político, que juntamente com a abertura e a liberalização econômica “constitui o cerne do projeto neoliberal da terceira via peessedebista. No entanto, sua efetivação em ‘política do Estado’ o faz empreender esforços no caminho do seu aprimoramento” (GUIOT, 2006, p. 138). Para o autor, a estabilização econômica, os controles da inflação e do déficit público garantiriam “o aval necessário para a mudança de rumo. Condição indispensável também seria uma política macroeconômica que compreendesse a abertura da economia, a desregulamentação e a privatização” (GUIOT, 2006, p. 139).

A perspectiva política reformista abrangeria o PFL como partido político. Para Denise Paiva Ferreira, o novo programa do PFL publicado no ano de 1995 representaria a reiteração partidária aos princípios liberais.

O fio condutor que orienta o programa partidário de 1995 se assenta sobre a defesa do que o partido denomina *reformas*, preconizando que o PFL é o partido da ‘cidadania das reformas’. Aponta ainda que a legenda tem um compromisso com a modernização do país e com o liberalismo econômico, reafirmado e situado como contrapartida às ‘forças retrógradas e interessadas na preservação do atraso’. A tônica do eixo programático é dada pela reforma do Estado, percebida como essencial para o país. A reforma do Estado defendida pela legenda abrange os seguintes campos de ação: atualização e modernização da Constituição de 1988, reforma fiscal e tributária, reforma da administração pública, reforma do judiciário e mudanças nos critérios de recrutamento e avaliação do funcionalismo público (FERREIRA, 2002, p. 61).

No 11º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, o PT afirmaria que Fernando Henrique Cardoso seria a solução das elites empresariais e políticas para retomar o projeto neoliberal e que a aprovação da emenda da reeleição reafirmaria a força política da coalizão conservadora no Brasil. Na perspectiva do partido, política neoliberal desenvolvida desde a posse do presidente Fernando Collor de Mello em 1990 seria praticada pelo PSDB entre os anos de 1995 e 1997 como “uma estratégia de inserção subordinada do País à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional, que perde capacidade de indução, fiscalização e regulação da economia” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 552).

Neste ponto o PT se colocaria juntamente com a luta popular. Os partidos de esquerda e os setores da sociedade civil seriam a oposição ao neoliberalismo, questionando sua capacidade para viabilizar o crescimento e o enfrentamento da pobreza no país. Na concepção partidária, o nacional, o social e o democrático seriam os critérios necessários para o combate ao neoliberalismo e como projeto político e de desenvolvimento para o país. O nacional, com a busca pela presença soberana do país na ordem internacional; o social, com o enfrentamento da exclusão social na sociedade brasileira; e o democrático, com a ampliação da garantia da cidadania e da reforma do sistema político como mecanismos de controle do Estado pela sociedade brasileira. A resistência as idéias neoliberais aconteceriam por meio da luta e “através das grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 656).

A crença na possibilidade de apoio popular e no apoio para a luta institucional sobre o neoliberalismo mostrou a dificuldade do PT e dos partidos de esquerdas na atuação institucional. A força política neoliberal no Congresso Nacional delimitou aos petistas a tentativa de mobilização da sociedade para o questionamento à estabilidade monetária e às reformas como conquistas sociais. Por um lado a transformação dos aspectos econômicos em conquistas sociais era o critério para a sustentação neoliberal como projeto político para a sociedade brasileira, por outro, o nacional, o social e o democrático era o projeto político para combater o neoliberalismo na política brasileira.

O início do Governo Federal do PSDB colocaria a privatização com o objetivo de suprir o déficit público e alimentar os juros altos, por meio do desmanche de setores com excelência no serviço público, a exemplo do setor elétrico. Para Fernando Ferro, a

Câmara dos Deputados não poderia ignorar o desmanche sem nenhuma reação, e defenderia a convocação para esclarecimentos do ministro José Serra, na Comissão de Minas e Energia. A proposta era a elaboração de um seminário “que deverá dar explicações sobre o que se fará com o setor elétrico, que é um dos aspectos importantes na estrutura das empresas estatais do Governo Federal”.<sup>130</sup>

No setor bancário, na perspectiva petista, o Governo Federal pretendia fechar o Banco da Amazônia (BASA) e abrir espaço para o capital financeiro privado, sem transparência e sem debate político com os trabalhadores. No entanto, conforme atesta Paulo Rocha, os bancos públicos estaduais e regionais teriam as funções de reduzir as desigualdades regionais, fomentar a pequena e a média empresa e dinamizar a economia em pequenos e médios municípios. Para o deputado federal, as privatizações levariam ao esvaziamento econômico dos bancos regionais e seria o “cumprimento de um vergonhoso acordo firmado pelo Governo brasileiro com o Banco Mundial, com vista à reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, a troca de um empréstimo de 500 milhões de dólares para suporte da primeira etapa daquele programa”.<sup>131</sup>

As necessidades do crescimento econômico e das reformas internas seriam justificativas para as mudanças na economia no Brasil, por meio da reversão do fluxo de capitais estrangeiros, que não investiriam no país. Para Rubens Ricupero, ex-diplomata e ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Itália, ex-ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal (1993-1994), ex-ministro da Fazenda e participante da equipe do Plano Real (1994), ex-embaixador do Brasil junto à ONU e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (1995-2004) e articulista do jornal *Folha de São Paulo* a partir de 1995, o ajuste econômico teria êxito no equacionamento dos pontos fracos da economia brasileira evidenciados com a crise “1) insuficiente competitividade em termos de volumes e qualidade dos produtos exportados; 2) baixa taxa de reinvestimento de lucros; 3) investimento agudamente deficiente em infra-estrutura”.<sup>132</sup>

O método de privatização praticado pelo Governo Federal do PSDB seguiria a proposta neoliberal dos governos de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco: a contratação de consultorias estrangeiras para avaliação do patrimônio nacional e os privilégios aos empresários, sem debate e sem participação do Parlamento. Para o

---

<sup>130</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 67, 27/4/1995, p. 7555.

<sup>131</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 124, 17/8/1995, p. 18727.

<sup>132</sup> América Latina: de volta à UTI? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16/9/95.

Fernando Ferro, não haveria critério nas decisões sobre os valores das empresas estatais, o que preocuparia e mereceria “tal atitude, intervenção desta Casa e do Ministério Público”.<sup>133</sup> A expectativa governista seria para a rapidez das privatizações, sem debates com a sociedade brasileira, o que corroboraria o método intransigente de governar. Para Paulo Delgado, “querer acelerar o processo de privatização contra o Congresso Nacional, independente dele ou de costas para ele, é perder a noção, num Governo informado, como este, do que tem sido o processo em outros países [têm sido lento]”.<sup>134</sup>

A área de mineração seria defendida por meio de atos e fóruns como forma de luta da sociedade contra as privatizações. Para Paulo Rocha, o patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) incluiria jazidas minerais e riquezas incalculáveis, que direcionadas para o desenvolvimento social do Brasil e da Amazônia, beneficiaria a economia brasileira. Para o deputado federal, a necessidade da existência de mobilização na sociedade seria “mais uma oportunidade para questionarmos como é que o Governo Fernando Henrique Cardoso pensa em entregar para os grupos econômicos internacionais uma empresa que dá lucro”.<sup>135</sup>

Na concepção do articulista Rubens Ricupero, a defesa das soluções dos problemas econômicos nos países ignoraria o aumento dos trabalhadores desempregados mundialmente e a limitação da competitividade e da eficiência aos ganhos das empresas internacionais. Para Ricupero, a competição e a economia de mercado necessitariam de regras e de árbitros capacitados para atuar nas diferenças e nas desigualdades entre os países e na construção de uma estrutura de solidariedade que criaria condições para a participação de todos os trabalhadores na competição. “Em relação às economias marginalizadas, é preciso ajudá-las, com recursos e apoio técnico, a criar as bases para atrair investimentos, diversificar a produção e tornar-se capazes de exportar”.<sup>136</sup>

Na concepção de Fernando Alcoforado, a luta pela emancipação nacional no Brasil teria avanços e recuos com a incapacidade do povo de romper com os entraves ao desenvolvimento e os momentos de crise marcados pela conciliação entre as elites. Neste momento, o atraso e a dependência econômica seriam critérios do projeto neoliberal para a desnacionalização da economia, a desestatização e a política anti-social. Para o articulista, haveria a necessidade da construção de um modelo

---

<sup>133</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 12, 20/10/1995, p. 2270.

<sup>134</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3209.

<sup>135</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3194.

<sup>136</sup> Marginalizados e excluídos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27/4/96.

“alternativo”, que maximizaria as exportações, abriria seletivamente à economia, elevaria as receitas da exportação, fortaleceria os setores nacionais expostos à concorrência internacional, teria incentivos fiscais e financeiros para o aumento dos empregos, reduziria a jornada de trabalho, realizaria a reforma agrária para distribuir terras, expandiria o mercado interno, e promoveria a educação. “É preciso, portanto, que se adote um modelo de desenvolvimento como o já proposto, para que a independência do Brasil, nos planos político e econômico, se torne uma realidade no futuro, concretizando dessa forma o sonho de tantos quantos lutaram no passado por sua emancipação”.<sup>137</sup>

A abdicação da defesa da soberania nacional levaria à exclusão e aos conflitos sociais, e ao acirramento das contradições internas no país. Para Fernando Alcoforado, o Estado deveria coexistir com instituições internacionais, intervindo e direcionando ações políticas e econômicas na sociedade brasileira porque abdicar da soberania nacional representaria uma visão equivocada e uma traição nacional. “Mais do que nunca, o Estado brasileiro deveria exercer na plenitude sua soberania para assegurar os interesses do seu povo no atual momento histórico”.<sup>138</sup>

A justificativa neoliberal para a política privatizante seria a redução da dívida pública interna e a captação de recursos para as necessidades governistas. As privatizações aconteceriam e o Governo Federal continuaria operando com déficits e com o crescimento da dívida pública. Para Fernando Alcoforado, a privatização da CVRD não teria nenhum princípio de racionalidade econômica, porque seria uma estatal lucrativa e seria a maior empresa de mineração do mundo, o que mostraria o projeto político neoliberal para ignorar o patrimônio de recursos minerais incalculável no país. A redução da dívida pública teria como prioridade a diminuição do ingresso de capitais externos especulativos, porque não seria “por meio das privatizações de empresas estatais lucrativas, como é o caso da Vale do Rio Doce, que o serviço da dívida pública interna se reduzirá substancialmente”.<sup>139</sup>

A contrariedade às privatizações permaneceria na sociedade, principalmente com a divulgação da avaliação dos minerais presentes no subsolo brasileiro.<sup>140</sup> Paulo Rocha afirmaria que a perda e a entrega dos recursos econômicos pelo país gerariam

---

<sup>137</sup> O 2 de julho ontem e hoje. *A Tarde*, Salvador, 3/7/96.

<sup>138</sup> Getúlio Vargas e a soberania nacional. *A Tarde*, Salvador, 24/8/96.

<sup>139</sup> A privatização da Vale do Rio Doce. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7/12/96.

<sup>140</sup> As reservas de bauxita: US\$ 2,3 bilhões, as reservas de cobre: US\$ 21,6 bilhões, as reservas de caulim: US\$ 650 milhões, as reservas de manganês, reservas essas avaliadas em US\$ 1,44 bilhão. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 232, 13/12/1996, p. 33139.



desastrosas repercussões como a dependência do Brasil em relação dos países de capitalismo central, pois “nossas riquezas não estão sendo utilizadas para o desenvolvimento da Nação, mas para o enriquecimento de grupos privados nacionais, associados ao capital financeiro internacional”.<sup>141</sup>

Na Câmara dos Deputados, os parlamentares participantes da Comissão de Minas e Energia aprovariam anteprojeto que exigiria a discussão sobre a privatização da CVRD no Congresso Nacional. Para Fernando Ferro, o fato demonstraria uma conquista democrática e “neste plenário cumpriremos a nossa missão: debateremos o futuro da maior empresa brasileira. Com este ato, a população que nos elegeu se sentirá mais gratificada porque a estaremos representando, enfim, cumprindo nosso papel”.<sup>142</sup> O deputado federal argumentaria que Fernando Henrique Cardoso seria submisso aos empresários, um fantoche para os interesses internacionais que teriam a expectativa de que “as riquezas do Terceiro Mundo, ainda mais em se tratando de matéria mineral, devem ficar nas mãos do Primeiro Mundo. Fernando Henrique Cardoso, o rei, é na verdade só um brinquedo nas mãos deles. O que Collor iniciou - e acabou se afogando no mar de dinheiro à vista - FHC continua”.<sup>143</sup>

A união das oposições em uma frente ampla e com programa comum mais uma proposta para derrotar o neoliberalismo no Brasil. Para Fernando Alcoforado, o apoio das classes dominantes, dos meios de comunicação de massa, e dos setores beneficiados com a estabilidade econômica ao Governo Federal limitariam as formas de luta e a crítica permanente e organizada ao Executivo do país. Por isso, haveria a necessidade de reverter as forças políticas e de construir um novo projeto de sociedade pelas oposições no parlamento e nos estados.

Esse projeto de sociedade deve buscar a compatibilização das ações do Estado com as do setor privado na economia, apontar as soluções para os gigantescos problemas sociais do País com a adoção, entre outras medidas, de políticas públicas eficazes de educação, saúde, previdência social, distribuição de renda e geração de empregos, e indicar como inserir o Brasil em bases soberanas à economia mundial, atraindo investimentos externos, salvaguardando os interesses da empresa aqui estabelecida e incrementando a renda e o emprego no território nacional.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 232, 13/12/1996, p. 33139.

<sup>142</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 53, 3/4/1997, p. 8477.

<sup>143</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 53, 3/4/1997, p. 8477.

<sup>144</sup> Como derrotar o neoliberalismo no Brasil. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 17/4/1997.

Rubens Ricupero reconheceria que com o passar do tempo, o aumento do desemprego e a tirania do mercado representariam a necessidade de intervenção do Governo Federal no déficit comercial e no equilíbrio do orçamento, com mais investimento na área social e na infra-estrutura. Para o articulista haveria a necessidade de combater o déficit externo e a dívida interna e “o ideal seria baixar os juros, mas, se fizermos isso, estimulamos a economia, aumentamos o déficit e vamos precisar de mais dinheiro de fora”.<sup>145</sup>

Na concepção de Rubens Ricupero, a economia mundial estaria restringindo o mundo na crescente polarização entre ricos e pobres por meio das diferenças na distribuição de renda entre os países que, nos últimos 15 anos, teria aumentado a porcentagem de renda dos ricos e diminuído a renda da classe média. O mercado estaria livre para aumentar a renda e interferir negativamente no trabalho por meio do desemprego e da continuidade do excedente de mão-de-obra. Para o articulista, no Brasil a crise econômica e financeira teria fragilizado o Governo Federal e fechado as oportunidades de empregos nas empresas estatais em via de privatização, sendo que o setor privado, em processo dinâmico e em expansão, cresceria e geraria poucos empregos. O capital não estaria reinvestindo no setor na produção no país, porque seria priorizada a especulação financeira e os elevados juros da dívida pública, e ignorados os investimentos de risco, que criariam empregos, exportações e bem-estar. Na opinião de Ricupero, haveria a necessidade “de um novo contrato social por meio do qual os lucros crescentes e a desigualdade inicial sejam justificados por investimentos capazes de produzir o aumento da renda e dos padrões de vida da massa da população”.<sup>146</sup>

A tentativa do Legislativo na participação e no acompanhamento das privatizações por meio da Comissão de Minas e Energia seria frustrada pelo Governo Federal que não queria transparência no processo. Para Fernando Ferro, o Executivo criaria a expectativa de governar sozinho o país, excluindo o povo e os seus representantes do debate e “apesar de o Governo estar usando as suas armas mais fortes e sujas para impedir os trabalhos da subcomissão, não vamos esmorecer. Os debates ocorrerão, independente de sua vontade. Não somos vassalos do príncipe. Somos aliados do povo”.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> A cinza das horas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7/6/97.

<sup>146</sup> Uma espécie ameaçada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20/9/97.

<sup>147</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, n°. 192, 24/10/1997, p. 33981.

As áreas bancárias, elétricas e de mineração e a falta de negociação como método para as privatizações mostraram que o Governo Federal do PSDB não tolerava nenhum obstáculo para efetivá-las no país e mostrou a renúncia da administração do patrimônio público – bancos, energia e minérios – pelo Executivo. Ao ignorar a participação da sociedade e dos partidos políticos na definição das áreas privatizadas, o Executivo mostrou sua atitude intransigente com os opositoristas, que questionavam a viabilidade das empresas públicas para o Estado brasileiro. A tática da oposição ressaltando o valor do patrimônio das empresas estatais para o país representou a luta parlamentar nas decisões políticas sobre a privatização.

O debate existente na sociedade brasileira na década de 1990 mostrou a opção das propostas políticas para solucionar os problemas econômicos e sociais no país. A crença inquestionável no ajuste econômico, na definição de regras pelo mercado, na privatização e em um contrato social delimitou os problemas brasileiros para a solução econômica, o que reduziu o patrimônio estatal, ignorou o desemprego e a exclusão dos trabalhadores e supostamente construiu um acordo que beneficiou a todos e compatibilizou os interesses do mercado e dos trabalhadores. A crença no modelo “alternativo” para o Estado que assegurou os interesses da sociedade e compatibilizou os interesses privados dos capitais especulativos e das empresas internacionais e os interesses estatais para o país e restringiu a solução para a economia aos problemas econômicos, sem atuar na luta contra o desemprego. Entre a opção econômica e a solução social ficou nítida a limitação da alternativa política para solução dos problemas brasileiros. A solução política para os partidos políticos e os articulistas dos jornais como método de ação era o viés econômico e a opção pelo social.

A proposta governista para as privatizações seria questionada pela falta de eficiência e de qualidade na prestação de serviços pelas empresas privadas que comprariam as estatais. O projeto neoliberal mostraria sua essência com a desregulamentação das áreas privatizadas, a transformação do patrimônio público em privado, a transformação da sociedade em clientes e a retirada da função fiscalizadora do Estado. Para José Genoíno, o Governo Federal contraporaria o ineficiente modelo estatal ao moderno modelo privatista, ignoraria a relação entre o público, o privado e a sociedade brasileira e deveria regular e fiscalizar as empresas que forneceriam os serviços para a sociedade.

Acredito que essas relações deveriam ser definidas por três parâmetros: 1) garantia da qualidade de serviços e de investimentos das concessionárias; 2) garantia de acesso universal aos bens e serviços; e 3) prerrogativa de interferência do Poder Público na definição das políticas tarifárias. Esses parâmetros pressupõem o controle público sobre o fornecimento de serviços por parte das empresas privadas. E o controle público, para ser eficaz, deveria ter uma vertente estatal, com funções fiscalizadoras e reguladoras, e uma vertente do público consumidor, através de conselhos de consumidores, visando garantir a qualidade e a universalização dos serviços.<sup>148</sup>

Na concepção de Rubens Ricupero, a solução clara e incontestável para o combate ao desemprego seria a aceleração do crescimento por meio de investimentos e do aumento da demanda com o uso potencial da flexibilização junto ao crescimento econômico.

Deve-se evitar, contudo, a simplificação enganadora que faz crer, por exemplo, que uma legislação mais flexível será capaz por si só de representar mais que um paliativo. Algumas modalidades de flexibilização como a facilitação de despedidas maciças ou o corte de salários são particularmente traumáticas para os trabalhadores mais vulneráveis. Não se trata de abstrações macroeconômicas. Elas causam sofrimento e desespero a seres de carne e osso.<sup>149</sup>

A incapacidade do Estado, construída pelo Governo Federal, se consolidaria com a exploração dos serviços básicos por parte de empresas privadas. Para Paulo Delgado, 20 empresas controlariam o capital em 150 países, o que levaria ao questionamento da soberania dos Estados nacionais. Para o deputado federal, a pressão governista e social seria importante para o funcionamento e a melhoria dos serviços públicos, “portanto, ao Estado e a este Governo, cabe um trabalho talvez maior do que aquele que acaba de transferir à iniciativa privada. O Estado não mais operará, mas as empresas só operarão com eficiência se houver o poder público a cobrar delas esta qualidade”.<sup>150</sup>

Na perspectiva de Rubens Ricupero, a deslegitimação das práticas privatizantes serviria, para valorizar os servidores públicos brasileiros que teriam suas funções deterioradas pelos políticos que saqueariam verbas, nomeariam corruptos sem concurso nem competência e negariam salário digno. Para o articulista, as atitudes dos governantes brasileiros de desvalorização dos serviços públicos e de priorização da iniciativa privada culminaria no “desmonte do Estado brasileiro empreendido em nome

---

<sup>148</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 7, 16/1/1998, p. 989.

<sup>149</sup> Dança macabra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/1/98.

<sup>150</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 116, 5/8/1998, p. 19698.

da ideologia dominante e por meio de reformas administrativas frequentes, mal concebidas e pior implementadas”.<sup>151</sup>

Na prática, os parlamentares petistas mostraram a necessidade do fortalecimento do Estado na luta contra a perspectiva neoliberal e a efetivação das privatizações no país. A aceitação das relações entre o Governo, a sociedade e as empresas privadas demonstrou a possibilidade da construção e da defesa parlamentar do projeto político para o país. A restrição da função estatal para fiscalizar e regular os serviços públicos representou o fim do Estado interventor e a efetivação do Estado gestor dos serviços. A participação da sociedade na gestão, na fiscalização e na regulação dos serviços corroborou a tentativa da crítica e da participação social nos serviços públicos privatizados.

As conseqüências do neoliberalismo tais como desemprego e miséria para os trabalhadores e a má qualidade dos serviços públicos ocorreriam concomitantemente a compreensão da cidadania como campo teórico e político na década de 1990. O caráter político seria fundamental para discussão das tentativas de esvaziamento do sentido original e inovador do conceito. Na perspectiva de Evelina Dagnino (1994), a cidadania na década de 1990 conteria três dimensões: a luta por direitos, como igualdade e diferença; a experiência concreta cumulativa da construção da democracia; e o nexos constitutivo entre a transformação social e a construção democrática.

Neste momento, seria necessário enfatizar a dimensão da cidadania em meio ao agravamento da fome e da miséria, da privatização sem limites do Estado e dos recursos públicos. Para Evelina Dagnino, a década de 1990 seria marcada pela dinâmica dos conflitos reais, pela luta e criação de novos direitos e pela constituição de sujeitos sociais ativos, características constituintes do conceito de cidadania que não se vincularia “a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo” (DAGNINO, 1994, p. 108).

Na perspectiva de Evelina Dagnino, os anos de 1990 seriam marcados pelo alargamento das relações sociais igualitárias, a ampliação e a inclusão da sociedade civil nas propostas de reformas com a participação efetiva nas definições políticas e a conquista simultânea dos direitos civis, políticos e sociais. Para a autora, a década de

---

<sup>151</sup> Questão de cultura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28/11/98.

1990 mostraria a necessidade de redefinir a relação entre o Estado e a sociedade em um espaço público de conflito e compreender os movimentos sociais como redes políticas, múltiplas e heterogêneas, sob a perspectiva “representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, que revela uma alteração qualitativa nas suas práticas” (DAGNINO, 1994, p. 110). Assim, a noção de cidadania na década de 1990 seria sedutora pela possibilidade de respostas aos desafios existentes na sociedade brasileira.

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT defenderia no programa para o futuro governo, as reformas como medidas concretas para combater os monopólios, os latifúndios e os imperialistas, e se voltaria “para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios proprietários” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551). A cidadania como proposta partidária seria defendida no Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), considerado como importante instrumento para o combate da fome e da miséria e “com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551).

No 11º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, o PT afirmaria a necessidade da luta contra o capitalismo por meio da ética, da política e da economia, pois “neste final de século, o neoliberalismo, acompanhado dos valores da concorrência selvagem, do individualismo e consumismo, é a expressão acabada da crise de civilização promovida pelo capitalismo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 654). A proposta do Partido dos Trabalhadores na economia seria a orientação do desenvolvimento para a produção de bens de consumo de massa e para os serviços públicos essenciais, incluindo milhões de brasileiros, “que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 654).

A cidadania como proposta política defendida na década de 1990 mostrou a assimilação dos partidos de esquerda no país na construção de projetos políticos que vinculassem os movimentos sociais à institucionalidade democrática e que exigissem mais do que somente o mínimo de renda. A aceitação e a conformidade das esquerdas com o capitalismo representaram a corroboração do projeto político combatido na

década de 1980, que nos anos 1990 seria direcionado para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, por meio da crítica a política neoliberal e a efetivação dos direitos sociais contidos na Constituição Federal de 1988.

No Senado Federal, entre os anos de 1990 e 1994, Eduardo Suplicy defenderia a aprovação do projeto de lei que implantaria o Programa de Garantia de Renda Mínima no país. O projeto seria aprovado em 16 de dezembro de 1991 e teria o objetivo de melhorar da distribuição de renda e minimizar os graves problemas sociais no país. Durante os cinco anos, o senador tentaria aproximação entre o seu projeto e o do Governo Federal, por meio de estudos, de conferências e de seminários com a participação da sociedade e do Executivo, este, o qual, não demonstraria nenhum interesse em dialogar e em regulamentar o projeto aprovado no Senado. Para o senador, “se esse programa já estivesse vigorando, um trabalhador que estivesse ganhando o salário mínimo teria direito a mais 30% da diferença entre o patamar, por exemplo, de 200,00 reais e o seu nível de renda, o que elevaria a sua remuneração para mais de 100,00 reais”.<sup>152</sup>

A divulgação do relatório do Banco Mundial em 1995 mostraria a situação da desigualdade social e da distribuição de renda no país e motivaria a discussão do projeto nos estados e nos municípios brasileiros. O PGRM estaria fundamentado nas aspirações “solidárias, justas e humanas” como o objetivo de erradicar a miséria e a fome pelo acesso à cidadania de todos os habitantes do Brasil, garantindo o princípio de participação de todos os brasileiros na riqueza do País. “É instrumento que redistribui a renda de maneira eficaz e direta. Contribui decisivamente para erradicar a miséria, um objetivo prioritário explicitado no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal”.<sup>153</sup>

Na perspectiva de Rubens Ricupero, a proposta para o crescimento econômico dependeria do Governo Federal, quem teria condições para equilibrar o orçamento, sem ignorar os investimentos sociais ou as reformas. Os déficits orçamentários daquele momento seriam causados por uma política perversa de transferências e custeio de setores estatais ineficientes e improdutivos, e de criação e transferência de renda pelo Estado a grupos politicamente poderosos. Para o articulista, a opção privatizante seria coerente no combate aos bancos oficiais politizados e irrecuperáveis e aos déficits de estatais ineficientes, que estabilizaria a economia e equilibraria as contas governistas por meio de um pacto social e de um projeto nacional. “É por isso que a estabilização

---

<sup>152</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção II, 19/01/1995, p. 844.

<sup>153</sup> Diário do Senado Federal. 1/5/1996, p. 7459.

foi e continua a ser precondição indispensável de qualquer esforço eficaz e durável para melhorar o perfil da distribuição de renda e reduzir a pobreza”.<sup>154</sup>

O Governo Federal mostrar-se-ia temeroso com os gastos sociais do projeto que teria por finalidade atingir todos os brasileiros. A proposta governista limitaria os custos para implantação do projeto em 1.200 milhões de reais. Para Eduardo Suplicy, o parecer sobre o substitutivo do projeto deputado Germano Rigotto (PMDB) e relator na Comissão de Finanças e Tributação, feito pelo economista André Urani, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostrariam a possibilidade de erradicação da miséria do Brasil, por meio de investimentos em capital humano e a realização de justiça social.

No primeiro ano, nos Estados do Piauí, Maranhão e Tocantins, o que atingiria cerca de 2.386.000 pessoas, de 25 anos ou mais, cuja renda não atinge R\$25 per capita, excluindo-se as famílias com renda acima de R\$720, tendo um montante anual de transferência de R\$1,381 bilhão, com benefício médio mensal de R\$48. Isso significaria, para os Estados mais pobres, justamente o início de um projeto, o início de uma esperança, o início daquilo que nós e o próprio Presidente avaliamos como uma utopia realista.<sup>155</sup>

Para Eduardo Suplicy, a continuidade da defesa incansável do projeto para a garantia da cidadania como um direito de todos mostraria sua convicção em um direito universal – um mínimo de renda garantido ou uma renda de cidadania. “Vamos por etapas; não há problemas de se progredir por etapas, mas precisamos progredir com muito mais energia do que até agora o Governo vem empreendendo”.<sup>156</sup>

A estabilização monetária seria uma política social insuficiente para a sociedade brasileira. Para o senador, o impacto da estabilidade na diminuição da desigualdade e na distribuição de renda seria limitado, principalmente porque “os programas implementados pelo Conselho do Comunidade Solidária não constituem políticas que transformem em profundidade os resultados de uma política econômica que, basicamente, continua a reproduzir um quadro marcado por gritante injustiça”.<sup>157</sup> Para Suplicy, o PT estaria disposto a negociar com o Executivo, e o Congresso Nacional estaria disposto a receber sugestões para a melhoria do PGRM, para agilizar a votação do projeto.

---

<sup>154</sup> Um programa de metas contra a pobreza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22/6/96.

<sup>155</sup> Diário do Senado Federal. 25/10/1996, p. 17635-17636.

<sup>156</sup> Diário do Senado Federal. 4/2/1997, p. 3741.

<sup>157</sup> Diário do Senado Federal. 7/3/1997, p. 5071.



Falo para os cidadãos que estão nos assistindo, que poderão discar para o Disque Cidadão, no número 0800-612211 - repito, 0800-612211 - e, assim, transmitir a sua mensagem ao Senador no qual votou; aos Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos; ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador José Serra; ao Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães; ao Presidente desta sessão, Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário da Casa; enfim, a todos os Srs. Senadores, informando como devem votar no Projeto de Garantia de Renda Mínima.<sup>158</sup>

Os valores defendidos por Eduardo Suplicy para o PGRM seriam estímulos para a progressão das famílias na procura e na conquista do emprego, e no combate a ociosidade: “o benefício por família será uma proporção da diferença entre R\$60,00 vezes o número de pessoas na família”.<sup>159</sup> Contudo, o projeto do senador não teria apoio dos parlamentares no Congresso Nacional para aprovação.

O PFL, no ano eleitoral de 1998, divulgaria no documento partidário a justificativa para o seu posicionamento político como liberalismo social.<sup>160</sup> O senador Edison Lobão (PFL) consideraria fundamental as privatizações e o projeto de renda mínima para a sociedade brasileira, o que atenderia aos legítimos interesses da sociedade e “quanto ao programa social, à medida em que o País se aprofunda na privatização - e essa é também uma iniciativa a que somos favoráveis - é preciso que o Estado, aí sim, ingresse mais ativamente no social”.<sup>161</sup> Suplicy consideraria oportunismo eleitoral a divulgação do documento com o apoio ao PGRM e duvidaria da efetividade da erradicação da miséria no país pelo PFL, mas caso o documento “estiver expressando um desejo sincero, convido o referido partido a passar da retórica à prática”.<sup>162</sup>

A crença no Programa de Garantia de Renda Mínima como minimizador dos problemas sociais no país corroboraria a luta constitucional pela garantia dos direitos de todos os brasileiros. O uso do IPEA e da UFRJ como instituições capacitadas sobre o estudo da miséria no país representaria a caráter inquestionável da defesa do projeto do PGRM realizada por Eduardo Suplicy. A defesa pela implantação do projeto estaria

---

<sup>158</sup> Diário do Senado Federal. 21/10/1997, p. 22534.

<sup>159</sup> Diário do Senado Federal. 12/12/1997, p. 27945.

<sup>160</sup> “Tal proposta seria a ‘terceira via’, resultante do encontro do socialismo com o liberalismo na busca da conciliação entre as aspirações de liberdade e de justiça social. Nesta concepção, surgida no período entre as duas grandes guerras mundiais, aparece a noção de *Estado necessário*, nem mínimo nem máximo, deveria coexistir com a livre iniciativa e a economia de mercado, associando ao liberalismo a defesa dos princípios de igualdade” (TAROUCO, 1998, p. 69).

<sup>161</sup> Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2107.

<sup>162</sup> Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2109.

baseada em conceitos abstratos como universal, justiça e solidariedade, o que mostraria a opção do projeto político capacitado para minimizar, os problemas da sociedade e do país.

O critério governista da viabilidade financeira e do impacto na economia do projeto mostrou a negação do Executivo em dialogar e em negociar com a oposição a política para eliminação dos problemas sociais brasileiros, porque a crença governista seria de que a estabilidade econômica levasse à cidadania, à redução da pobreza e à distribuição de renda. A proposta governamental era a transformação dos direitos sociais em benefícios, em uma assistência, se omitindo do cumprimento constitucional com o Programa Comunidade Solidária. A visão etapista da implantação do projeto demonstrou a moderação e o gradualismo da efetivação do Programa de Garantia de Renda Mínima, o PGRM não questionaria e não criticaria o capitalismo e as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, apenas procuraria minimizá-las.

O projeto neoliberal no país representaria o estreitamento das opções. A crítica do PT ao neoliberalismo foi direcionada para os erros cometidos nas privatizações de empresas estatais relevantes para o funcionamento do Estado, no aumento dos trabalhadores desempregados, e na má qualidade dos serviços públicos fornecidos pelas empresas privadas. Assim, o Partido dos Trabalhadores defenderia como projeto político para o país a defesa da democracia e do social.

A forma inquestionável como o partido pretendia defender a função do Estado brasileiro delimitou a negação e a recusa partidária no projeto político neoliberal, que se colocou nos acontecimentos e na realidade política do país. O PT não conseguiu entender o neoliberalismo como normas e regras políticas que se constituiu em uma fase do capitalismo mundial. A prioridade econômica pelos neoliberais e a prioridade democrática e social pelas esquerdas mostraram a opção política na década de 1990 no país, que pareceria fadada aos limites da Constituição Federal de 1988 e às restrições da cidadania, que destituiu a crítica política pela abstração conceitual e pela universalidade ilusória. O critério político para a participação de todos por uma sociedade justa, igualitária e solidária delimitou conceitos abstratos que fragmentaram e dispersaram a ação dos trabalhadores corroborada pelos parlamentares petistas que tentaram minimizar os efeitos do neoliberalismo na sociedade brasileira por meio da aplicação dos direitos constitucionais.

### **2.3 As greves: negociação e crítica.**

A atuação parlamentar do Partido dos Trabalhadores na década de 1990 teve influência efetiva sobre os movimentos sociais e sindicais, principalmente em relação à Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Para José de Lima Soares (2005), o PT e a CUT passariam de uma linha conflitiva e de confronto, para uma linha afirmativa e de negociação num processo de adaptação, subordinação e absorção à ordem institucional. A CUT atuaria junto ao patronato, romperia a unidade e a solidariedade com os trabalhadores e manteria uma concepção economicista das greves e da atuação sindical.

Os fatores na sociedade brasileira como violência na classe operária, o desemprego dos jovens, a fragilidade do operariado industrial, o apego às formas de luta e de organização das décadas de 1970 e 1980, delimitariam a prioridade da luta sindical aos trabalhadores com carteira assinada, sem defesa para os trabalhadores informais e sem carteira assinada. Os sindicatos seriam questionados pela sociedade sobre a sua funcionalidade por causa do aumento das diferenças salariais, da relativa estabilidade, da precarização do emprego e da exclusão social, o que tornaria os trabalhadores mais heterogêneos e segmentados na relação entre o capital e o trabalho. Para Soares (2005), a falta do referencial socialista, bem como a força do ideário neoliberal, criariam o ambiente político e ideológico para aumentar a crise do sindicalismo no país, “não há dúvida que essa crise reforçou as tendências sempre presentes no meio sindical de aceitação das relações capitalistas de produção (o regime de trabalho assalariado), não só como marco, mas também como horizonte no qual deve se dar a ação sindical” (SOARES, 2005, p. 74).

Em relação ao PT, Soares (2005) afirmaria que a prioridade da institucionalidade não permitiria ao partido ter uma postura crítica na relação entre o capital e o trabalho, e se restringiria ao calendário eleitoral, “o partido não consegue compatibilizar sua função institucional com a exigência de construir enquanto instrumento de luta. Aí reside a base política do social-reformismo” (SOARES, 2005, p. 192). Contudo, na perspectiva de Márcio Pochmann, a década de 1990 seria marcada pela proliferação de sindicatos, pela desagregação e pela dificuldade de convenções coletivas, e pela fragmentação das negociações em acordos coletivos que ressaltaria a luta das categorias e diminuiria o poder sindical, com cinco mudanças políticas: “a queda na quantidade de greves; a redução na taxa de sindicalização; a proliferação do número de sindicatos; a

fragmentação das negociações e a diminuição na quantidade de cláusulas acordadas” (POCHMANN, 2001, p. 162).

A década de 1990 mostrou a retomada das lutas sociais com protestos, greves e mobilizações dos trabalhadores contra a política neoliberal e a independência em relação aos partidos de esquerda e aos sindicatos, que tiveram a falta de um referencial teórico com o fim do socialismo na URSS, a burocratização e a adesão à ordem institucional. E os movimentos sindicais puderam ressaltar e reafirmar a luta social e as reivindicações dos trabalhadores, colocando-se como ator político decisivo na política no país.

No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi em São Paulo, o PT definiria o apoio à mobilização sindical e popular contra o Plano Collor, por meio da edição de uma lei salarial, para os aumentos reais de salários, e para a reposição das perdas salariais. Para o partido, “no plano da sociedade, o PT deve-se opor à recessão, articulando o movimento sindical, popular, agrário, estudantil, da pequena e média empresa, entidades profissionais, evitando que a lógica recessiva do *Plano Collor* se imponha” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 463).

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT colocaria como prioridade para a vitória nas eleições em 1994, a retomada da mobilização dos movimentos sociais e sindicais e a luta contra a política neoliberal opressiva para a sociedade brasileira. Na concepção partidária, haveria a necessidade de vinculação dos movimentos sociais às lutas pelas reformas estruturais e propostas nacionais.

É nesse sentido que o PT deve orientar sua atuação nos movimentos populares, sindical, estudantil, de mulheres, negros, sua relação com as entidades da sociedade civil, com as Igrejas, com os partidos aliados e com os marginalizados. Trata-se de interessar milhões de trabalhadores e trabalhadoras para uma luta por mudanças, para a defesa de metas nacionais – como o combate à fome, a reforma agrária, a extensão da saúde e da educação a todos os brasileiros – que sinalizem o Brasil que queremos. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 567).

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT reconheceria a necessidade do engajamento da base social para as eleições de 1994 e para a realização das reformas sociais no Brasil. O movimento sindical seria importante como base social do partido e

garantiria a concretização do programa do futuro governo democrático e popular. Neste ponto, a criação de fatos novos potencializaria o movimento sindical e popular, pois “as lutas por reformas agrária, contra o pagamento da dívida externa, da desprivatização e função social do Estado e por uma política econômica que garanta a geração de empregos, devem fazer parte da agenda sindical do período” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 589).

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) / Guarapari no Espírito Santo, o PT reconheceria a necessidade de reorganizar e rearticular os movimentos sociais por meio de seminários, da reconstrução e do fortalecimento das secretarias sindicais, da reaproximação das lutas da CUT e da Central dos Movimentos Populares (CMP).

A função dos movimentos sociais seria colaborar para a reação ao projeto neoliberal, a ser realizado por meio de mobilização, de pressão, das atividades institucionais nos parlamentos e nos governos, e da articulação e da unificação dos projetos com os setores democráticos e populares, pois “o PT deve ter como meta dirigir politicamente a ação dos petistas nos movimentos sociais, assumindo, como Partido, o que hoje é feito pelas tendências do PT, principalmente no movimento sindical” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 640).

A década de 1990 evidenciou ao PT a árdua tarefa na defesa das lutas sociais no Congresso Nacional em meio a força política neoliberal. A aceitação da negociação como método de ação política foi relevante para a continuidade da luta parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores. A relação entre o partido, a central e os trabalhadores na década de 1990 representou a dificuldade da atuação política independente, transformadora e a emancipadora dos trabalhadores.

A restrição da luta partidária às questões econômicas, como no combate ao Plano Collor, mostrou a tentativa de submeter os movimentos sociais às reformas e às propostas nacionais. A dificuldade da defesa dos interesses e das reivindicações sociais foi colocada ao Partido dos Trabalhadores por causa da ampliação da perspectiva de atuação política e da interferência nos movimentos sociais como justificativa para o estreitamento da relação às instituições políticas. A ampliação dos objetivos partidários dificultaria o PT de construir o trabalho de formação política e de ações conjuntas com os movimentos sindicais e populares na década de 1990. “É preciso que o Partido seja capaz de propor aos movimentos objetivos que, mesmo não fazendo parte de suas reivindicações específicas, possam ser capazes de articular suas necessidades com as

necessidades do conjunto dos setores democráticos e populares” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 642).

O plano econômico do Governo Federal em 1990 buscaria soluções para o déficit público por meio da deterioração dos empregos, da restrição à contratação de novos empregados, da falta de investimentos nas indústrias existentes e na demissão dos trabalhadores. As reivindicações dos trabalhadores nos portos nacionais mostrariam a maneira precipitada e aventureira de condução dos serviços públicos e o arrocho salarial e o desemprego como consequência da livre negociação defendida pelo Governo Federal. Para José Genoíno, a eficácia, a competência e a transparência na reforma no Estado brasileiro, contrariaria a proposta governista que visaria “apenas, à eliminação dos obstáculos e à constituição de espaços para um processo lento e progressivo de privatização de fortalecimento do papel da iniciativa privada do sistema portuário”.<sup>163</sup>

A atitude governista encararia as greves, reivindicadas por causa das perdas salariais, do aumento do arrocho salarial, do custo de vida e das demissões, como casos para a polícia militar solucionar, o que mostraria o desconhecimento e o desrespeito dos governantes da Constituição Federal de 1988, a qual garantiria o direito coletivo à greve.

Em meio à proposta governista pelo entendimento nacional, por meio do Plano Collor, os petroleiros trabalhadores da Petrobrás reivindicariam uma reavaliação da demissão de mais de 300 trabalhadores em todo o país. Havia uma inflexibilidade e dureza do Governo Federal em não negociar com a categoria, e discutir a perda salarial que ultrapassaria os 300%. Os trabalhadores implantariam uma luta para impedir o sucateamento e a destruição da empresa estatal. A opção do Governo Federal pela falta de negociação significaria a humilhação, a demissão e o achatamento salarial dos petroleiros.

No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 30 de maio e 3 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores defenderia a necessidade de enfrentamento ao Plano Collor que geraria redução do salário e desemprego para os trabalhadores e sucateamento e privatização das empresas estatais. Por isso, far-se-ia “necessária uma ampla articulação sindical e popular, apoiada pelas entidades da sociedade civil e pelos partidos de esquerda, para lançar o movimento sindical em jornadas de protesto e luta contra o Plano e preparar

---

<sup>163</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 57, 30/5/1990, p. 5960.

uma greve geral” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 456).

A resolução do movimento grevista dos petroleiros envolveria as lideranças partidárias, a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a direção da Petrobrás e as autoridades governistas para evitar medidas precipitadas e arbitrárias como intervenção militar ou chantagem política e para encontrar uma saída negociada. Para Paulo Paim, o Congresso Nacional poderia contribuir para uma proposta de conciliação entre os interesses dos petroleiros em greve e as necessidades da sociedade brasileira na busca de um consenso para evitar a falta de combustíveis. Para o deputado federal não haveria possibilidades para “que este Governo que fala em entendimento para a reconstrução nacional, não esteja aberto ao diálogo e não inicie um trabalho de negociações sério e produtivo que venha a acabar com o referido impasse em que se encontra a categoria dos petroleiros e a direção da Petrobrás”.<sup>164</sup>

Para os deputados federais contrários ao movimento grevista, os líderes sindicais não respeitariam as decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que declararia a ilegalidade da greve, e não respeitariam os interesses dos consumidores de combustíveis e das donas de casa. Para José Lourenço (PDS), os líderes sindicais seriam irresponsáveis com as greves que afetariam a paz social do país, e por isso apelaria ao presidente Fernando Collor de Mello “no sentido de que mande hoje ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional, a fim de acabar com os privilégios de meia dúzia de maus brasileiros; uma proposta que acabe com o monopólio estatal do petróleo”.<sup>165</sup>

Para José Genoíno, o entendimento nacional se construiria por meio do fórum de debates no âmbito parlamentar para discussão de propostas, de alternativas democráticas e de iniciativas legislativas para reordenar e reformar as instituições brasileiras. Para o deputado federal, o fórum representaria a luta parlamentar para combater a farsa do pacto social e do consenso nacional defendidos pelo Governo Federal. Desejaria estabelecer “um procedimento democrático e uma discussão substancial, de mérito, de alguns temas nacionais, uma pauta política séria e transparente, com conteúdo, para discutir com a sociedade civil”.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2200.

<sup>165</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2217.

<sup>166</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2220.

A votação da Lei de Diretrizes e Bases da educação motivaria e direcionaria os deputados federais petistas para a necessidade de investimento dos governos nas instalações físicas, nas condições pedagógicas de ensino e aprendizagem, e na remuneração dos trabalhadores do ensino, que seriam as necessidades elementares para o funcionamento das escolas.

A falta de investimento dos governantes brasileiros, principalmente em Minas Gerais, que por meio de ações empreendidas pelo governador Newton Cardoso (PMDB) na área de educação, no ano de 1990, evidenciaria toda a indiferença governamental diante das reivindicações dos trabalhadores da educação. A pauta reivindicatória seria pelo piso nacional, pela carreira unificada e simplificada da pré-escola até o ensino superior, e pela definição de percentuais mínimos de investimento na educação, como exigência da aplicação do texto constitucional.<sup>167</sup>

Para Paulo Delgado, os movimentos grevistas seriam similares em todo o país porque “no Brasil, a educação transformou-se em elemento fundamental de manipulação, por parte dos governos, para promover a deseducação formal do nosso povo. Esta deseducação tem a função política de permitir a esses governos continuarem a manipular a população”.<sup>168</sup> Para o deputado federal, a escola brasileira deseducaria e impediria o surgimento da criatividade, da liberdade e da autonomia nos estudantes da pré-escola até o ensino superior.

O custo social, intelectual e político para a sociedade brasileira pela precarização da educação no país mobilizaria o Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais (SIND-UTE) na luta pela mudança de mentalidade nos governantes mineiros. No 1º Congresso, realizado entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, o PT definiria como objetivo da conjuntura do país, uma “política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 542).

Para Paulo Delgado, a educação teria uma visão preconceituosa como despesa do Estado “e como catástrofe orçamentária do governante, pela falsa ilusão, que a

---

<sup>167</sup> Para o PT, a ação governamental no país deveria ser modificada para superação da crise estrutural. “Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados, reorientem o desenvolvimento econômico-social” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 513-514).

<sup>168</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 59, 1/6/1990, p. 6194.



maioria tem, de que o investimento na educação tem um retorno demorado, significando uma obra inadequada para governos com períodos tão curtos”.<sup>169</sup>

A posição da categoria dos trabalhadores de ensino em Minas Gerais mostrou não haver possibilidade de recuperação das condições de funcionamento do país e de melhoria das condições de intervenção do cidadão brasileiro nos processos social e político, sem a valorização, pelo poder público, do setor educacional dos professores, dos serventes escolares e de estudantes.

Na perspectiva de Fernando Alcoforado, o Governo Federal deveria buscar a estabilidade macroeconômica, reverter as desigualdades sociais e promover o crescimento econômico por meio da estratégia gradualista de exposição da economia brasileira à concorrência internacional. A saída negociada, o pacto político e econômico, o diálogo com o Congresso Nacional, mostrariam a disponibilidade governista para a negociação política. Para o articulista, a reconstrução e a renovação política e econômica do país aconteceriam com um acordo entre governo, trabalhadores e empresários para superar a crise, porque “sem um projeto comum, não sairemos do estágio caracterizado pela estagnação econômica, inflação e desemprego em que nos encontramos”.<sup>170</sup>

Na concepção petista, os governantes paulistas, representados pelo governador do estado Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), no ano de 1993, utilizariam métodos de repressão e de truculência para inibir e dissolver as mobilizações dos professores grevistas, que reivindicariam aumento do piso salarial e melhoria nas condições de trabalho. Para José Genoíno, o governador de São Paulo e a Polícia Militar estariam exercendo práticas incompatíveis com o ambiente democrático do país e com as leis reguladoras da relação entre o capital e o trabalho. Na perspectiva do parlamentar, a negociação e o reconhecimento da legitimidade dos movimentos sociais seriam necessárias para a mudança de concepção do Governo paulista diante dos trabalhadores em greve.

Entendemos que, ao contrário, o Governador Fleury deveria negociar com os professores, integrantes de uma área fundamental para o Estado de São Paulo. Essa violência só piora a situação, porque querem tratar um movimento social legítimo – ninguém questiona a reivindicação dos professores por aumento salarial, basta olhar o visual da assembléia e

---

<sup>169</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 47, 3/5/1991, p. 5196.

<sup>170</sup> O governo Itamar Franco e o futuro do Brasil. *A Tarde*, Salvador, 27/1/93.

verificar a situação de penúria em que se encontram - com pancadaria, violência e truculência.<sup>171</sup>

O desmantelamento do serviço público era o método de ação política praticado pelos Governos Federais na década de 1990. A recusa em negociar as reivindicações dos movimentos grevistas, bem como a atitude privatizante, eram as soluções encontradas para criminalizar os servidores públicos brasileiros, acusados de ter interesses corporativos. A violência sobre o funcionalismo público representou a intransigência estatal para a prática do diálogo e da negociação, defendida e enfatizada pelos parlamentares petistas na crença democrática como único método capaz de solucionar os problemas sociais do país.

Neste ponto, mudanças nas estratégias e nas ações dos movimentos sindicais seriam importantes para que categorias profissionais não entrassem isoladamente em greve, para que conseguissem os objetivos das reivindicações, tais como reajuste salarial anual. Para Carlos Santana, o movimento sindical deveria amadurecer o suficiente para reconhecer que os métodos do passado não estariam se concretizando na década de 1990, principalmente pela falta de orientação e de direção política.

As Centrais Sindicais não estão dando nenhuma direção. Fui Presidente da CUT do Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, e sei que o movimento sindical está completamente arrasado. Estamos verificando, cada vez mais, a situação das categorias que estão sofrendo, que não estão tendo orientação no sentido de que temos de unificar. Sabemos que há vários operários que ganham R\$250,00, R\$400,00, com o que não dá para sobreviver. Ao mesmo tempo, Deputados do campo chamado progressista - e não podemos fazer demagogia quando algumas categorias entram em greve - se limitam simplesmente a mandar um telegrama de solidariedade para essas categorias.<sup>172</sup>

Para o parlamentar, a união das categorias que pretenderiam utilizar a greve como instrumento de reivindicação dos direitos salariais seria fundamental para combater o arrocho salarial vigente no país, porque “hoje, o movimento sindical está estraçalhado, porque não tem liderança, nem uma participação mais ampla. Não estamos conseguindo reunir nem as diretorias do sindicato para discutir um movimento mais amplo, e há necessidade disso neste País. Não podemos continuar nesta situação”.<sup>173</sup> Para Santana, o movimento sindical atravessaria o pior momento na história, com falta de perspectiva, de reunião e de ampliação dos debates com a sociedade e com o funcionalismo público das estatais. Por isso, “Nós e as centrais sindicais temos de tomar

<sup>171</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 155, 18/9/1993, p. 19898.

<sup>172</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15049.

<sup>173</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15049.

alguma providência, porque não podemos mais ficar vendo categorias partirem para greves isoladamente, sem qualquer resultado”.<sup>174</sup>

A crítica de Carlos Santana às centrais sindicais mostrou o distanciamento entre a prática parlamentar e a luta sindical no país. Para o parlamentar, os sindicatos estavam incapacitados para condução das greves dos trabalhadores com a utilização dos métodos entre os anos de 1970 e 1980, e não enxergavam a atitude governista para a divisão do movimento sindical. A falta de lideranças, de união entre os trabalhadores e de atuação parlamentar fragilizou os movimentos reivindicatórios no momento de negociação com os governos, que não enxergaram nenhuma pressão e não negociaram corporativamente com poucos trabalhadores. O movimento sindical se fechou para a sociedade, impedindo seu apoio, sua sustentação e sua defesa para os movimentos grevistas, daí a necessidade de mudanças.

O ano de 1995 iniciaria com os deputados federais petistas lutando pela negociação entre o Governo Federal e os trabalhadores em greve, e marcado pela crítica dos movimentos sindicais à política neoliberal. Para Fernando Ferro, a paralisação anunciada pela CUT serviria como uma resistência pacífica, “mas firme dos trabalhadores, do Congresso Nacional e das pessoas que não querem abaixar suas cabeças frente a essa ofensiva de desmanche do Estado brasileiro”.<sup>175</sup> A união e a mobilização da sociedade e dos movimentos sindicais seriam importantes na luta contra a política neoliberal assumida pelo Governo Federal do PSDB como meta para o Estado brasileiro, afinal “os intelectuais tucanos têm de assumir os seus compromissos com a lógica do capitalismo. Portanto, não há por que criar ilusões com esse tipo de aliança. Estão convivendo, estão coabitando com o ideário que propõe o desmanche do Estado brasileiro”.<sup>176</sup>

A continuidade do arrocho salarial, a falta de negociação, a construção da campanha publicitária que desqualificaria os movimentos grevistas e pressionaria o Congresso Nacional para a permissão da quebra dos monopólios estatais, mostraria a atitude do Governo Federal do PSDB diante as reivindicações dos trabalhadores. Para João Paulo Cunha, as greves teriam a função de resgate da dignidade do trabalho e do salário, sendo que o Executivo continuaria com a política da pobreza e da fome para os trabalhadores brasileiros. Para o deputado federal, “as greves que estão acontecendo,

---

<sup>174</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15050.

<sup>175</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 68, 28/4/1995, p. 7615.

<sup>176</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 68, 28/4/1995, p. 7615.

principalmente no Estado de São Paulo, também precisam ser tratadas com seriedade pelo Congresso e pelo Governo Federal. A participação do trabalho na cena brasileira é absolutamente secundarizada em detrimento do capital e da ordem econômica”.<sup>177</sup>

A greve dos petroleiros confirmaria a situação de convulsão social no país pela falta de combustíveis, e o Governo Federal evitaria a negociação para culpar e derrotar o movimento grevista perante a sociedade brasileira. Para Paulo Paim, haveria espaço para uma saída negociada como última tentativa para a greve, que interessaria aos petroleiros, os quais queriam “construir o entendimento e a saída negociada. Este País não resiste a mais uma semana de greve, e os petroleiros, que sabem disso, estão com a responsabilidade de chamar o Governo para o diálogo, para o entendimento”.<sup>178</sup> Para Fernando Ferro, o fim da greve dos petroleiros não representaria o fim da luta dos trabalhadores, principalmente para os parlamentares que teriam expectativas de destruir a organização sindical, proposta autoritária e antidemocrática que não permitiria a manifestação legítima dos trabalhadores brasileiros. Para o deputado, “não podemos incentivar a prática de destruição da organização dos trabalhadores”.<sup>179</sup>

A negociação como proposta política mostrou a tentativa dos parlamentares petistas de ressaltar os aspectos democráticos e constitucionais das reivindicações dos movimentos grevistas. A contrariedade ao neoliberalismo e a defesa do capital representou duas concepções políticas presentes no Congresso Nacional, em que a radicalidade política colocou parlamentares como autoritários e intransigentes na defesa das reivindicações dos trabalhadores. Ao evitar a radicalidade, os parlamentares petistas defenderam a negociação como método de ação política capaz de solucionar os problemas da sociedade e dos movimentos grevistas no país.

Os reajustes salariais continuariam como reivindicações dos movimentos grevistas, principalmente pela falta de negociação do Governo Federal com cada categoria de trabalhadores, como os metroviários no Rio Grande do Sul, os trabalhadores na fábrica de Fiação e Tecelagem Pedro Carneiro no Pará, na empresa Refresco Guararapes em Pernambuco e dos ferroviários no Rio de Janeiro. Para Fernando Ferro, haveria a necessidade de o Governo Federal intervir favoravelmente na situação dos trabalhadores demitidos em Pernambuco, pela participação na campanha salarial. Para o parlamentar, o discurso de modernidade do empresariado pernambucano

---

<sup>177</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 77, 12/5/1995, p. 9699.

<sup>178</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 84, 23/5/1995, p. 10814.

<sup>179</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 92, 3/6/1995, p. 12007.

seria a negação dos direitos elementares de organização e de expressão dos trabalhadores, “os empresários só não usam o chicote porque a organização do trabalho já não mais aceita esse tipo de atitude, mas mantêm o mesmo rancor e perversidade nas relações de trabalho”.<sup>180</sup>

Para Carlos Santana, a política de desenvolvimento proposta pelo governo neoliberal estaria demitindo os trabalhadores no Rio de Janeiro, transformando o estado carioca em local para a bandidagem e para a violência causada pela miséria dos salários e pelas demissões. Para o parlamentar, a negociação acontecia na ditadura militar entre os generais e os trabalhadores e “hoje, em nosso Estado, nem isso está acontecendo. Estão usando a caneta para demitir operários com mais de vinte anos de casa companheiros especializados, sem uma falta sequer”.<sup>181</sup>

A organização da sociedade pelos trabalhadores e pelos partidos populares seria importante para a política neoliberal, que conteria a inflação sem a geração de empregos, sem a recuperação da produção e sem a distribuição de renda. Para Paulo Rocha, a necessidade da luta no Parlamento aconteceria porque os parlamentares do PSDB, do PMDB, do PFL, do Partido Progressista Brasileiro (PPB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) seriam apêndices do Executivo no Congresso Nacional e a corroboração da política do fisiologismo.

Nós, do PT, sabemos que as batalhas são árduas, mas temos consciência de que nossa luta em defesa dos trabalhadores não é em vão. Vamos continuar lutando para que haja justiça social, pelo respeito à cidadania do nosso povo. Tenho certeza de que, juntos, propondo alternativas que conduzam às transformações reivindicadas pelos trabalhadores, podemos caminhar rumo à paz, à justiça, ao bem-estar e à igualdade social.<sup>182</sup>

A reação à política neoliberal com recessão, juros altos, arrocho salarial e desemprego pelos trabalhadores se concentrariam nas caminhadas, no Rio Grande do Sul entre Canoas e Porto Alegre, à greve geral em nível nacional. Para Paulo Rocha, as características do desemprego no Brasil seriam agravadas com a política econômica que conteria os investimentos, o poder de compra dos trabalhadores, e reforçaria a exclusão social de 10 milhões de trabalhadores desempregados. Para o parlamentar, o desemprego causaria a fome, a miséria e o aumento da violência nas cidades, e a greve geral exigiria a segurança, o emprego, a educação, a saúde e a agricultura: “as centrais

---

<sup>180</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 153, 29/9/1995, p. 24015.

<sup>181</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 33, 28/2/1996, p. 4974.

<sup>182</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 76, 1/5/1996, p. 12096.

sindicais brasileiras estão mobilizando os trabalhadores e exigem mudanças na política econômica. E nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos mais e melhores empregos”.<sup>183</sup>

Os atos preparatórios para a greve geral nas cidades de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de Salvador, de Porto Alegre, de Brasília e de São Paulo dimensionariam o tamanho da reivindicação dos trabalhadores contrários à política de desemprego, da falta da reforma agrária, da privatização da previdência social e do arrocho salarial do Executivo para com os trabalhadores. Paulo Paim consideraria a política do governo na área social como irrisória: com menos 82% de investimentos, a falta de verbas para a educação e para a saúde, e a retirada dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos servidores públicos por meio de reformas. A greve geral, convocada para o dia 21 de junho de 1996, marcaria a indignação da sociedade contra a política neoliberal e seria “uma data muito importante. O Governo Federal tem de notar que o povo brasileiro não quer que este País se torne um México, uma Argentina, um Suriname”.<sup>184</sup> Os três países, citados pelo deputado federal, continuariam com a inflação mensal com menos de 1% ao mês e estariam com os trabalhadores desempregados e com arrocho salarial. Para José Genoíno, a data seria marcada pelo protesto, pela paralisação e pela ação política real e concreta, com a pauta por mais empregos, reforma agrária, aposentadoria digna e direito à vida, “uma reação legítima das centrais sindicais à tragédia social do desemprego e exigência de melhores salários. Pesquisa do Gallup revela as principais reivindicações dos trabalhadores: emprego e salário”.<sup>185</sup>

Para Paulo Paim, a greve geral em nível nacional conseguiria os objetivos esperados: a paralisação e o protesto nas capitais, o descontentamento da sociedade com a política nas áreas econômica e social, a falta da reforma agrária, seria contra o arrocho salarial dos servidores públicos e dos aposentados e denunciaria a falta de investimento na educação, na saúde e na habitação. A greve seria importante para combater a divulgação da estabilidade monetária pelo Governo Federal do PSDB como um bem para o país e exigiria a consideração governamental pelo desemprego, pela miséria e pela violência provocados nos campos e nas cidades com a política neoliberal. Para o deputado federal seria importante o crescimento da consciência política em que “o povo vai se politizando, até que um dia possamos ter um Congresso que represente de fato a

---

<sup>183</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 105, 13/6/1996, p. 16741.

<sup>184</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 107, 15/6/1996, p. 17161.

<sup>185</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 109, 19/6/1996, p. 17469.

maioria do povo brasileiro e um Presidente da República que tenha preocupação com essa maioria, e não com a minoria que é a elite”.<sup>186</sup>

Na construção civil, as construtoras como Visor, OAS, Dinâmica e Wecon transformariam os canteiros de obras em campos de concentração, com violência e intimidação sobre os trabalhadores, agredindo os princípios básicos da legislação em que “os acordos trabalhistas não são cumpridos, as regras de segurança não são observadas, as condições de trabalho são de má qualidade; a alimentação, transporte e alojamento oferecidos significam um avilte à espécie humana”.<sup>187</sup>

As campanhas por reposições salariais e por melhoria nas condições de trabalho mostrariam a consistência das reivindicações dos trabalhadores aos seus governantes. Os trabalhadores em educação em Pernambuco, os eletricitários na região norte do país e os bancários a nível nacional. Para José Pimentel, os presidentes das empresas estatais perderiam o poder de negociação com os servidores públicos e haveria a necessidade da negociação direta com o governo. A Câmara dos Deputados teria uma função importante para solucionar o impasse existente por meio “de uma comissão de parlamentares, com representantes de cada partido, e integrada também por representantes das comissões de empresa, para uma conversa com o Ministro Pedro Malan”.<sup>188</sup>

A prioridade partidária na greve geral era pela mobilização das centrais sindicais e pela união com a sociedade no combate a política neoliberal e anti-social do Governo Federal do PSDB e mostrou a unicidade do método de luta do PT sobre o neoliberalismo. O partido criou alternativas para o confronto político com os neoliberais por meio da mobilização da sociedade e das centrais sindicais. O exemplo externo da situação dos trabalhadores demonstrou a inconformidade com a adoção do neoliberalismo como política que massacrava os trabalhadores com arrocho salarial e desemprego. A perspectiva generalizante se consolidou na pauta de greve geral e era colocada em prática com a proposta partidária para as reformas sociais. Na busca pela politização da sociedade, o PT denunciou os problemas sociais da prática neoliberal na tentativa por derrotá-lo.

Na greve nacional dos correios, a empresa demitiria 200 trabalhadores e os parlamentares do PT tentariam negociar com o Executivo por meio do Ministro das

---

<sup>186</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 113, 25/6/1996, p. 18047.

<sup>187</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 168, 11/9/1996, p. 25057.

<sup>188</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 193, 17/10/1996, p. 27012.

Comunicações, Sérgio Motta. Para Carlos Santana, o Governo Federal do PSDB desmoralizaria o Congresso Nacional ao mandar um assessor receber os parlamentares no saguão do Ministério e não dialogar diretamente com os deputados federais e os senadores. Para o deputado federal, o fato serviria para questionar a sua função e a do Legislativo na solução da greve: “Deputado só serve para tomar café e fazer discurso, porque não consegue nem uma audiência com um Ministro. Nem no tempo da ditadura militar as coisas eram do jeito que estão”.<sup>189</sup>

A mobilização da sociedade brasileira contra o desemprego e na luta pelo emprego continuaria com manifestações ocorridas na frente do Congresso Nacional e a reação do Governo Federal com o uso militar da polícia para resolução dos conflitos sociais. Para Paulo Delgado, os governantes encontrariam a forma de controlar os anseios da sociedade por meio da institucionalização da violência dos conflitos sociais, por isso seria “preciso evitar a criminalização dos conflitos sociais. Uma passeata, um ato público e uma manifestação de protesto são perfeitamente cabíveis e queridos dentro do sistema democrático. Ai do governante que busca a unanimidade”.<sup>190</sup>

Para José Genoíno, a força policial deveria ter a moderação, o controle e a autoridade nas manifestações legítimas e democráticas, evitar o uso da truculência e do radicalismo sobre os trabalhadores. A preparação firme, detalhada e controlada dos dirigentes sindicais para evitar o uso da violência pelos manifestantes seria importante para reivindicar o combate à crise social e a legitimidade da pauta. Para o deputado federal, “o descontentamento social aparece nas ruas, mas temos a tarefa e a responsabilidade de fazer com que essas manifestações tenham determinado nível de organização, preparo e direção, para impedir que, nesse clima de insatisfação e insegurança social, algum tipo de aventura comprometa seus objetivos”.<sup>191</sup>

O uso das forças de repressão em conflitos públicos teria similaridade nos países que aplicariam o modelo neoliberal, que receberiam verbas do Banco Mundial e do FMI para a compensação dos impactos dos ajustes estruturais. Para Paulo Paim, o Governo Federal se negaria a compreender os conflitos, se omitiria no atendimento das políticas sociais e agravaria a instabilidade social, por isso não haveria “dúvida, muitos dos

---

<sup>189</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 170, 24/9/1997, p. 29426.

<sup>190</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 85, 21/5/1998, p. 13527.

<sup>191</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 85, 21/5/1998, p. 13541.



recursos proporcionados pelos organismos financeiros são destinados a equipar os órgãos de repressão”.<sup>192</sup>

O método da negociação como prática política entre os trabalhadores e os Governos se mostrou insuficiente para que as reivindicações dos trabalhadores fossem aceitas. Negociar e não garantir uma resposta política concreta mostrou a ineficiência da prática negociadora defendida pelos parlamentares petistas. A incompetência do Congresso Nacional seria ressaltada com a prática do PSDB na condução do Governo Federal: governar sozinho, sem diálogo e sem negociação com nenhum ator político e social. A ineficiência da proposta governista se concretizou na tentativa de unanimidade por meio da repressão e do radicalismo do uso da força policial. Os parlamentares do PT mostraram a continuidade da tentativa de intervir nos movimentos sociais, repudiando o uso da violência e orientando o controle dos dirigentes sobre os manifestantes sociais. A relação entre a falta de investimentos sociais e os empréstimos com as instituições financeiras internacionais era ressaltada, como se o dinheiro fosse direcionado para a repressão policial, para os lucros dos capitais especulativos e das empresas internacionais, em contrapartida à baixa remuneração e a pouca estabilidade dos trabalhadores, em relação a seu emprego. Era a crítica pela crítica e a denúncia pela denúncia, sem comprovação de que o dinheiro destinado para os investimentos sociais era direcionado para a repressão dos trabalhadores. Os parlamentares petistas utilizaram da crítica e das denúncias vazias, sem provas, para justificar a prioridade dada às forças policiais pelo Governo Federal do PSDB, corroborando o estilo político denunciante e de direcionar a crítica ao mercado para as soluções dos problemas de desemprego e renda dos trabalhadores. Assim, o impacto do discurso denunciante se perdeu na insuficiência da crítica econômica e mostrou a falta da eficácia da negociação como proposta política dos parlamentares petistas.

O desafio para as instituições democráticas seria a incorporação da dimensão institucional dos movimentos sociais, para que ultrapassasse a pressão e o radicalismo do tudo e do nada. Os impasses artificiais entre os movimentos e as instituições seriam solucionados por meio dos instrumentos de negociação. Para José Genoíno, os impasses que surgiriam na intransigência de não negociar e não ceder às reivindicações e os objetivos do Governo Federal e dos movimentos sociais mostrariam a fragilidade do Congresso Nacional em solucionar as greves no país. Para o deputado federal, a

---

<sup>192</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 86, 22/5/1998, p. 13866.

dimensão institucional dos movimentos sociais seria fundamental para a defesa da “democracia social com a garantia de direitos, promoção da cidadania e construção de um patamar mínimo de dignidade e civilização do ponto de vista da decência social. E são da essência do movimento social a disputa, a pressão e a negociação”.<sup>193</sup>

A defesa da incorporação dos movimentos sociais e sindicais na institucionalidade democrática era o método político para a garantia dos direitos sociais, o que mostrou a intransigência parlamentar nas ações dos movimentos sociais e sindicais fora do Parlamento. A capacidade dos parlamentares de intervenção na solução das greves no país se mostrou limitada, porque iniciava da concepção intervencionista para construir a pauta, negociar com o Governo Federal e garantir os méritos partidários.

A prioridade da luta institucional pelo PT e pelos parlamentares mostrou a atitude partidária aos movimentos sociais e sindicais: estava com eles se institucionalizassem. As greves como práticas políticas dos trabalhadores eram intensas e as manifestações grevistas demonstraram a liberdade da atuação dos movimentos sindicais em relação a submissão partidária e a ordem institucional que impediu a independência dos seus projetos políticos. A luta dos parlamentares petistas, do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sindicais na década de 1990 se definiu pela defesa do pleno emprego e pela melhoria das condições de vida como uma proposta política de todos os trabalhadores no país.

#### **2.4 As reformas sociais: agrária, previdenciária e salarial.**

A expansão do neoliberalismo na América Latina, principalmente no Chile, no Uruguai e na Argentina na década de 1970, ocorreria com enfoque monetarista e na organização da economia e da sociedade, “o projeto neoliberal visava instalar uma nova disciplina no corpo social, imprimindo ênfase nas políticas econômicas como remédio para as economias altamente inflacionárias e com elevados déficits na balança de pagamentos que esses regimes tinham herdado do período anterior” (GROS, 2003, p. 33). No caso chileno, a participação dos empresários nacionais seria fundamental para a prática de políticas estabilizadoras, consolidadas com as reformas econômicas e institucionais. As propostas para a área econômica seriam: “privatizações e abandono

---

<sup>193</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 105, 19/6/1998, p. 16777.

das funções reguladoras e desenvolvimentistas do Estado; liberalização do mercado no que se refere a preços e mercado de capitais; e abertura da economia para o capital internacional” (GROS, 2003, p. 38-39). As mudanças institucionais propostas aconteceriam pela: “reforma trabalhista, do sistema de previdência social, privatização da prestação de serviços sociais, descentralização administrativa e, sobretudo, a reforma política” (GROS, 2003, p. 39).

As reformas chilenas eram exemplos de modernidade e de modernização neoliberal para os países que assimilaram as mudanças radicais e as políticas neoliberais: política trabalhista, previdência social, educação, saúde, descentralização regional, agricultura e aparato judicial. As reformas tiveram a eficácia de minimizar a importância da política e a ação coletiva organizada para a sociedade, a despolitização dos problemas sociais, a imposição da perspectiva individualista e da estabilidade capitalista.

No Brasil, a década de 1980 era marcada pela força e atuação dos trabalhadores na política, por meio dos sindicatos, dos movimentos sociais e populares e dos partidos políticos. Os trabalhadores tiveram presença e influência na Constituição Federal, principalmente pela necessidade de políticas distributivas e de combate na concentração de renda e alteração no modelo econômico vigente no período do regime militar. As elites brasileiras tentaram implantar o neoliberalismo como projeto político hegemônico na década de 1980 para enfrentar e vencer a resistência dos trabalhadores, e marcar a presença e a atuação na política brasileira, por meio dos institutos liberais. Estes tiveram a função de divulgar os princípios do liberalismo baseados na supremacia do indivíduo sobre o Estado, na atividade econômica, e na valorização do mercado para combater o planejamento e a regulação estatal. A ação política dos institutos liberais aconteceu com a tradução e a publicação de livros e de revistas, a divulgação de seminários, colóquios, conferências, cursos e palestras, a presença em jornais e rádios e principalmente as propostas de políticas públicas.

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT definiria como prioridade as bandeiras da reforma agrária, da distribuição de renda, da retomada do crescimento econômico, da erradicação da miséria, da revolução educacional e da recuperação dos serviços públicos para os brasileiros que sustentariam a vitória de Lula na eleição presidencial em 1994. Para o Partido dos Trabalhadores, o conteúdo do programa do futuro governo democrático e popular deveria ser resumido em idéias-força como: emprego, salário

decente, comida, terra, casa, escola, saúde, cadeia para os corruptos e fim da violência. A construção de projetos, de prazos, de metas e de números palpáveis seria considerada na “difusa vontade de mudança que hoje se aglutina em torno de Lula precisa ser politizada e transformada em compromisso concreto de luta pelas reformas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 586-587).

O Partido dos Trabalhadores reagiu às propostas de reformas neoliberais, priorizando o social como área de ação política. Por isso, as temáticas sociais generalizantes e universais como escola, saúde e crescimento econômico demonstraram a mudança na atuação no Congresso Nacional pelos parlamentares petistas. Na década de 1990, a luta parlamentar teve como prioridade a exigência do cumprimento da Constituição Federal de 1988 por parte dos Governos Federais em três temas: a reforma agrária, o salário mínimo e a previdência social. O PT tentou abranger suas bases sociais incluindo os trabalhadores rurais sem terra, os pequenos e os médios proprietários, os trabalhadores de empresas privadas e os servidores públicos, os aposentados e os pensionistas e os partidos democráticos e populares. O partido que se considerava dos trabalhadores, optou pela prioridade na luta parlamentar dos atores sociais descritos acima e não conseguiu um método para atingir os trabalhadores desempregados e informais. A escolha do PT pelo apoio institucional dos partidos democráticos e populares representou a definição de critérios para as alianças no combate ao neoliberalismo. A luta parlamentar na década de 1990 pelas reformas sociais priorizou o cumprimento das leis definidas da Constituição Federal, como se a Carta Magna fosse impecável e indiscutível, sem questioná-la.

A análise da reforma agrária deveria considerar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como ator político pertencente ao processo histórico de resistência do campesinato. Para Bernardo Mançano Fernandes (2000), o MST lutaria contra os projetos políticos e econômicos direcionados pelos governantes brasileiros para a agricultura e a concentração da propriedade de terras. As reivindicações pela reforma agrária teriam nas ocupações e nos acampamentos, a prática política do movimento diante dos órgãos públicos. A conquista das terras e a contrariedade à proposta governista de colonização marcariam os primeiros anos do MST, constituído no final da década de 1970, e representariam a ação contínua de espacialização da luta pela terra por meio da participação, da direção coletiva, da descentralização administrativa e do trabalho de base.

A ocupação de terras seria a identidade política do MST para reivindicar desapropriações de fazendas para assentar as famílias dos trabalhadores rurais sem terra, para resistir aos métodos repressivos e desmoralizadores dos governantes brasileiros, para produzir alimentos para a subsistência das famílias assentadas, porque “a solução para os conflitos só viria com a desapropriação” (FERNANDES, 2000, p. 124). O MST teria como finalidade contínua de organização e de desenvolvimento dos trabalhadores rurais sem terra por meio da formação política, da educação, da administração e da comunicação, que se constituíam na estrutura organizativa e nas instâncias de representação política do movimento.

Os governos neoliberais na década de 1990 reagiriam com repressão, violência, impunidade e perseguição política à expansão e a territorialização da reforma agrária defendida pelo MST que “intensificou a luta pela terra, de modo que na década de 1990 cresceram tanto o número de ocupações quanto o número o número de assentamentos, em todas as regiões” (FERNANDES, 2000, p. 200). Os assentamentos conquistados nos anos 1990 representariam as intensificações das ocupações contra as políticas neoliberais no país, que continuariam com o aumento do desemprego, a concentração de terras e a expropriação e a exploração da produção rural.

A ocupação como método de ação política envolveria terras de recuperação, devolutas e de latifúndios improdutivos, os acampamentos como espaços interativos e comunicativos das lutas e as marchas como expansão das negociações e de fatos novos colocariam a luta pela terra como luta contra o capital que criminalizaria as reivindicações pela reforma agrária no país. Para Fernandes, “criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam” (FERNANDES, 2000, p. 281).

A autonomia e a independência dos trabalhadores rurais sem terra na luta pela reforma agrária mostraram os limites das propostas governistas para o problema da propriedade no país. A colonização, a negação do acesso à terra, a violência nos campos e a criminalização dos movimentos rurais eram os critérios políticos utilizados pelos governos brasileiros diante da reforma agrária no país, que era questionada como um interesse corporativo, e não um interesse coletivo. O elemento político da terra mostrou a crença do movimento na reforma agrária, em que os governantes definiram as políticas agrárias e agrícolas, ignoraram o desemprego, a exploração e a expropriação dos trabalhadores e das produções rurais, continuaram com a desigualdade do acesso a terra e não aceitaram críticas e nem questionamentos.

A proposta de reforma agrária seria defendida pelo Partido dos Trabalhadores desde o início da década de 1980. No 1º Encontro Nacional, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, o PT definiria o problema da distribuição das terras no país como o causador dos ciclos migratórios, do inchaço das cidades, do aumento dos preços e da importação de alimentos. O Partido dos Trabalhadores mostrar-se-ia indignado com a falta de solução política para o problema da terra no país e defenderia o sindicalismo rural e a união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira, porque “o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 109).

No 3º Encontro Nacional, realizado no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campos, nos dias 6 à 8 de abril de 1984, o PT defenderia a principal reivindicação dos trabalhadores do campo: a posse e o uso da terra. Para o partido, as transformações nas relações de trabalho e de propriedade no campo não poderiam se limitar ao alcance econômico, porque a reforma agrária teria a perspectiva da mobilização, da conscientização e da organização dos trabalhadores. A realização da reforma agrária deveria ser complementada com “o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 150-151).

No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 30 de maio e 3 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores reafirmaria a continuidade da reforma agrária como bandeira de luta democrática, popular e anticapitalista, que se concretizaria com a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores. Para o PT, a reforma agrária defendida pela burguesia se limitaria aos interesses particulares e não atenderia os interesses dos trabalhadores rurais, por isso haveria a necessidade da existência de pequenas propriedades rurais, de empresas e de cooperativas socializadas, e de empresas agrícolas particulares para a construção do socialismo. “O fundamental é que o eixo do processo de socialização ocorra com a participação efetiva e democrática dos trabalhadores, com sua adesão voluntária às

medidas de socialização e que estas obedeçam tanto a razões econômicas quanto sociais e políticas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 474).

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções, em Brasília, o PT defenderia a democratização da terra como estratégia do projeto nacional partidário, que romperia com o latifúndio e combinaria a ação governamental e a mobilização das forças populares. O Partido dos Trabalhadores definiria a proposta da reforma agrária para estimular o desenvolvimento econômico do país e avançar na luta pelo socialismo por meio do “apoio à luta dos camponeses pela terra, através das ocupações, com a ação do nosso governo para viabilizar os assentamentos e possibilitar a formação de novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 555).

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) / Guarapari, no Espírito Santo, a proposta partidária seria pela defesa da reforma agrária, pelo fim da violência e pela punição dos responsáveis pelos crimes nos campos. As ações do MST e dos trabalhadores do campo seriam importantes na luta pela reforma agrária, e o PT deveria traduzir a sua proposta de reforma agrária “em ações partidárias concretas e permanentes” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 555).

As propostas do PT para a reforma agrária perpassaram os anos entre 1980 e 1990, com mudanças na forma de realização política. A década de 1980 representou a necessidade de união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira e a exigência das ações governamentais para a instalação, a produção e o desenvolvimento da reforma agrária e do trabalhador rural brasileiro. Nos anos de 1990, as alianças políticas e partidárias mostraram a necessidade do processo de socialização e de adesão voluntária à reforma agrária no país, por meio da ação governamental, da mobilização das forças populares, e da autonomia partidária para propor as reformas para o país.

Entre a autonomia e a exigência partidária como método partidário na década de 1980 e a negociação, as alianças e a limitação da luta institucional e da luta social na década de 1990, o Partido dos Trabalhadores mostrou-se envolvido nas soluções institucionais para defender a reforma agrária nos anos 1990. A crença na reforma agrária por meio da socialização das terras e da adesão voluntária de partidos e dos movimentos sociais demonstrou a tentativa do PT em ser o condutor da reforma agrária

no país, por meio das reivindicações dos trabalhadores do campo e do apoio de todos os aliados políticos, sem críticas e sem questionamentos.

Para os parlamentares petistas, a reforma agrária ampla e massiva, sob o controle dos trabalhadores, seria a solução para os problemas do Brasil, como a importação de alimentos, o êxodo rural, o inchaço das cidades e o desemprego. Para Adão Preto, “sem a reforma agrária o êxodo rural continuará contribuindo para aumentar o desemprego e a miséria, causa principal da violência na cidade e no campo”.<sup>194</sup> A defesa da regulamentação da reforma agrária seria fundamental para iniciá-la por meio da desapropriação de terras improdutivas no país.<sup>195</sup>

Os governos neoliberais dificultariam a realização da reforma agrária por meio da exigência do pagamento de dívidas dos trabalhadores do campo, da limitação dos créditos rurais, dos assentamentos de famílias acampadas, da falta de assistência técnica e do direcionamento dos recursos para os latifundiários.<sup>196</sup> O Governo Federal, entre os anos de 1990 e 1994, mostraria sua imobilidade nas decisões sobre o setor agrícola brasileiro. Para Adão Preto, os ministros e os secretários no Ministério da Agricultura seriam incompetentes e faltaria “coerência, dignidade, caráter e vontade política de fazer as coisas acontecerem. Enquanto isso não for feito, realmente o Brasil não encontrará o seu caminho”.<sup>197</sup>

O não reconhecimento dos movimentos que reivindicariam a reforma agrária por parte dos Governos Federais na década de 1990 representaria a tentativa de transformá-los em ilegais e considerá-los ilegítimos. Na concepção dos parlamentares petistas, a ilegitimidade do MST seria a justificativa para o uso da repressão e da violência sobre os trabalhadores rurais sem terra no país. A prática da violência nos campos seria realizada pelos latifundiários, com a omissão e a participação da polícia militar, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Justiça. Para os deputados federais do PT, a difusão da violência nos campos mostraria a existência de problemas agrários em todo o país: Alagoas, Pará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Espírito

---

<sup>194</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 149, 31/10/1991, p. 21563.

<sup>195</sup> Discurso do deputado federal Adão Preto. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 12, 28/1/1993, p. 1938.

<sup>196</sup> Discurso do deputado federal Adão Preto. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 68, 28/4/1993, p. 8151.

<sup>197</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 96, 30/6/1994, p. 10636.



Santo e Ceará que teriam casos de violência e de assassinatos registrados contra assentados, manifestantes e pequenos agricultores.<sup>198</sup>

O recrudescimento do uso da força militar para solucionar os problemas agrários no país aconteceu em Eldorado dos Carajás, como caso limite da violência extrema diante dos manifestantes pela reforma agrária. A polícia militar, o Governador do Estado do Pará – Almir Gabriel –, a Federação da Agricultura do Estado do Pará, o Presidente dos Sindicatos dos Fazendeiros, e o Presidente da República foram responsabilizados pela radicalização, pela autorização e pela omissão das mortes de famílias dos trabalhadores rurais sem terra.

Para Paulo Rocha, a responsabilidade pelo massacre em Eldorado dos Carajás<sup>199</sup> seria “do Estado, pela insensibilidade dos que foram alertados para o banho de sangue que poderia ocorrer, mas preferiram ignorar, trabalhadores inocentes e até crianças pagaram com a vida por reivindicarem o cumprimento de um direito que lhes foi negado”.<sup>200</sup> Para Adão Pretto, os massacres contínuos mostrariam a transformação das polícias militares em braço armado, o INCRA em braço institucional dos latifundiários

---

<sup>198</sup> Os discursos são respectivamente: Adão Pretto. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 120, 11/8/1995, p. 17550; Fernando Ferro. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 149, 23/9/1995, p. 23344.

<sup>199</sup> O massacre em Eldorado dos Carajás seria assim apresentado no plenário da Câmara dos Deputados no dia 18 de abril de 1996 pelo deputado federal Paulo Rocha:

“Nós, os trabalhadores do Pará, estamos de luto. Dezenove agricultores e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) foram massacrados e assassinados pela Polícia Militar, em Eldorado de Carajás. Outros 45 trabalhadores estão feridos e hospitalizados. O massacre ocorreu ontem, no final da tarde. Trata-se de mais um capítulo na longa crônica de mortes anunciadas. É que no último dia 2 de abril solicitei aqui da tribuna desta Casa a instalação de uma Comissão Externa, formada por Deputados, para tentar intermediar o conflito envolvendo fazendeiros e sem-terras da região sudeste do Pará.

Já enviei diversas cartas ao Governador do Pará, Almir Gabriel, solicitando o empenho das autoridades federais e estaduais para resolver o conflito. Foi mais forte a pressão dos fazendeiros, os quais desde o último dia 28 de março anunciaram, em Belém, que iriam pegar em armas para retirar os sem-terras da região. O Sr. Geraldo Milton Soares, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará e Presidente dos Sindicatos dos Fazendeiros da região, foi o porta-voz da radicalização dos empresários.

Nós já conhecemos esse procedimento. Trata-se de uma senha para criar um clima, tanto na opinião pública quanto nos aparelhos de repressão. Daí o nosso alerta para o Governador, para os Srs. Deputados e para a Mesa Diretora desta Casa, a quem encaminhei pedido de formação da Comissão Externa. Mas não adiantou. Mais uma vez temos que chorar os nossos mortos.

Já são mais de 300 trabalhadores rurais e líderes sindicais assassinados nos últimos 25 anos, segundo levantamento feito pela última CPI da Assembléia Legislativa do Estado e atualizada com informações da Comissão Pastoral da Terra.

Enquanto isso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tem coragem de fazer a reforma agrária. Mas assegura recursos do Tesouro para rolar a dívida dos latifundiários representados pela chamada bancada ruralista no Congresso Nacional.

A responsabilidade por esse massacre e por tudo o que ocorreu aos trabalhadores é do Estado, pela insensibilidade dos que foram alertados para o banho de sangue que poderia ocorrer, mas preferiram ignorar, trabalhadores inocentes e até crianças pagaram com a vida por reivindicarem o cumprimento de um direito que lhes foi negado.

Honra e glória aos sem-terras de Curionópolis, que tomaram lutando pelo direito de conquistar um pedaço de terra para produzir”. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.

<sup>200</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.

brasileiros e a Justiça estimularia a continuidade das chacinas pela prática da impunidade. Falar-se-ia no episódio havido no Pará até surgir um maior. “Depois ninguém mais falará no massacre do Pará. É assim que este País vai-se comportar?”, questionaria Adão Pretto.<sup>201</sup>

Para os parlamentares da base governista, os trabalhadores sem terra iniciariam o tumulto com a polícia militar em Eldorado dos Carajás por meio de barricadas, e o Presidente da República seria isentado da responsabilidade de violência. Para Agnaldo Timóteo (PPB), a televisão manipularia as imagens de violência em Eldorado dos Carajás para distorcer a função policial, e os parlamentares negariam os atos violentos praticados pelos manifestantes.

Estou preocupado. Será que somente eu vi aquelas cenas? Será que os Deputados Paulo Paim, José Genoíno e outros não as viram também? Não é a primeira vez que eles partem contra a polícia, jogando pedras e fazendo pontas em pedaços de pau, para usarem como arma. Todo mundo viu um facão na mão daquela senhora que levou um tiro na perna, e um revólver na mão de um deles. Nós os vimos atirando!<sup>202</sup>

Para o deputado federal, haveria a necessidade de que a verdade fosse mostrada dos dois lados, porque a violência partiria da polícia militar e dos trabalhadores rurais sem terra, por isso, o que teria acontecido seria “uma tragédia provocada pela insensibilidade e pelo terrorismo de alguns canalhas que se travestem de líderes dos sem-terra para criar movimentos políticos e tirar proveito da situação política em todas as eleições”.<sup>203</sup> Para Paulo Paim, seria uma brincadeira, uma irresponsabilidade de discurso parlamentar que relacionaria a violência do uso militar da metralhadora e do uso dos manifestantes de pau e de pedras, o que mostraria a falta de seriedade que “este Parlamento, com este nível de debate, desrespeita os mortos e suas famílias. Só sendo débil mental! É não ter o mínimo de sensibilidade, usar esse tipo de argumento num debate sério como o da reforma agrária”.<sup>204</sup>

A prática política neoliberal de juros altos, de privilégio e isenção de impostos para os latifundiários, a cobrança de dívidas agrícolas para os pequenos agricultores, e a retenção de recursos para a reforma agrária demonstraria o limite da atuação na agricultura do Governo Federal do PSDB. Para Paulo Rocha, a Assessoria de

---

<sup>201</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10263.

<sup>202</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.

<sup>203</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.

<sup>204</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10377.

Orçamento da Câmara dos Deputados teria realizado um estudo que comprovaria a retenção de recursos previstos para a área social e a reforma agrária no ano de 1995 e constataria “que apenas 3,47% do total previsto para a reforma agrária foi liberado. Isto é um exemplo claro da falta de vontade política para resolver o problema da concentração da terra”.<sup>205</sup>

O Governo Federal, entre os anos de 1995 e 1998, tentaria transferir sua responsabilidade sobre a reforma agrária para os governos municipais, limitar o acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), e transformar o INCRA em imobiliária fundiária com a criação do programa Cédula da Terra.<sup>206</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, haveria a necessidade da reforma agrária, para que a relação entre o campo e a cidade fosse modificada no país para a criação de uma ampla classe média rural. A limitação da democracia política comprometida com os interesses das classes dominantes se representaria na falta de compreensão do presidente da República e dos neoliberais na luta dos movimentos sociais pela garantia dos direitos.

Sobre a questão agrária, vista há pouco pela estratégia presidencial como um cenário para a expansão do grande capital, e que se institui hoje, por força dos movimentos dos trabalhadores sem-terra, como o lugar de democratização da propriedade e do capitalismo no país.<sup>207</sup>

Na concepção de Rubens Ricupero, o medo da mobilização social pelos políticos brasileiros representaria o receio dos homens livres sem terra questionarem o problema agrário e a concentração da propriedade no país com as sesmarias, a Lei de Terras, os grileiros e os conflitos sangrentos de “um passado de esbulhos, de apropriação criminosa do patrimônio público por particulares, de distribuição ilegal por governadores de terras devolutas a protegidos políticos”.<sup>208</sup> Para o articulista, os opositores da reforma agrária acreditariam na naturalidade da solução dos problemas de terras no país com o tempo e a transição demográfica, e não entenderiam a violência e a radicalização como formas de desespero e de sofrimento do homem no campo.

A emergência do movimento dos trabalhadores rurais é um dos fenômenos mais importantes da história brasileira, desmistificando toda uma tradição de

---

<sup>205</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 87, 17/5/1996, p. 14094.

<sup>206</sup> Os discursos são respectivamente: Adão Pretto. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 199, 12/12/1996, p. 27925; Adão Pretto. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 98, 18/6/1997, p. 16501; Adão Pretto. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23671-23672.

<sup>207</sup> O presidente e a revolução passiva. *O Tempo*, Belo Horizonte, 28/10/1997.

<sup>208</sup> Cupins e caifazes. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 4/4/98.

suposta passividade e anomia do nosso povo. Revela um problema real gravíssimo, a incomensurável miséria do campo.<sup>209</sup>

Para Paulo Rocha, a política praticada pelo Governo Federal do PSDB seria a concessão limitada de terras, que teria sido finalizada abruptamente pelo presidente da República e sua política de alianças, que atenderia “aos interesses dos grandes latifundiários, das grandes agroindústrias, do capital financeiro, que tem uma perna no latifúndio. Então, chegou ao limite o número de assentamentos que o Governo Fernando Henrique Cardoso pode conceder para resolver o problema da terra”.<sup>210</sup>

A condenação da prática da mobilização popular na luta pela reforma agrária mostraria o estado permanente de opressão, de negação de direitos e da violência estabelecida no Brasil. O caminho para evitar o conflito social seria a realização da reforma agrária dentro da lei, com a conciliação e com o compromisso. Para Rubens Ricupero, a morosidade do Judiciário e a violência como ação política dos governantes brasileiros representariam o condicionamento governista para a reforma agrária – os assentamentos – e ignoraria a ocupação e a desapropriação como métodos reformistas. O Governo Federal, que não se esforçaria para mudar a situação agrária no país, tentaria culpar o MST e ignoraria “o país real dos coronéis e dos jagunços, de quatro séculos sim de invasões, mas dos latifundiários em terras de índios e do governo”.<sup>211</sup>

A transformação das reivindicações pela reforma agrária em reivindicações políticas por parte dos Governos Federais representou os métodos governistas para ignorar a legitimidade dos movimentos rurais que tiveram a reforma agrária como bandeira de luta política e social. A omissão das instituições estatais no direcionamento político da reforma agrária e da existência da violência no campo brasileiro mostrou a prioridade neoliberal para o grande capital na questão agrária e o descaso da reforma agrária que não se incluiu entre as reformas neoliberais para o país.

O elevado déficit do Estado e a diferença entre o Regime Geral da Previdência Social e o Regime Especial dos Servidores Públicos seriam as justificativas para a defesa da reforma previdenciária pelo Governo Federal do PSDB entre os anos de 1995 e 1998. A influência das agências multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Internacional do Trabalho

---

<sup>209</sup> Cupins e caifazes. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 4/4/98.

<sup>210</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9585.

<sup>211</sup> Injustiça e desordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11/4/98.

(OIT) e Associação Internacional de Seguridade Social como patrocinadoras das reformas, mostraria a internacionalidade do projeto neoliberal.

Para Marcus André Melo (2002), a proposta da reforma previdenciária do Executivo entre os anos de 1995 e 1998, seria pela correção do viés distributivo e pela desconstitucionalização do capítulo de seguridade social, para eliminar as aposentadorias especiais, proibir vantagens aos inativos, e desvincular o salário mínimo do salário dos aposentados e dos pensionistas.

A idéia básica era retirar do texto constitucional as regras de aposentadoria por tempo de serviço e por idade e o valor do benefício, deixando-as para que as leis complementares que definiriam os regimes previdenciários dos funcionários públicos civis, militares, e o regime geral a ser aplicado aos demais casos. Pela PEC 33 seria extinta a aposentadoria por tempo de serviço, substituída pela aposentadoria por tempo de contribuição; seriam eliminadas algumas aposentadorias especiais (professores, parlamentares), e proibida a acumulação de aposentadorias tanto quanto as remunerações recebidas em função de cargo, emprego ou função (MELO, 2002, p. 113).

Os custos políticos para o Executivo, da defesa da reforma previdenciária, mostrar-se-ia na falta de apoio do Legislativo, no dissenso entre as propostas dos sindicalistas, das centrais sindicais e do Governo Federal, e na resistência dos partidos de oposição, em uma negociação que seria “um experimento neocorporativista fugaz e malogrado” (MELO, 2002, p. 140). Para o autor, a votação da reforma previdenciária representaria a concessão governista para as reivindicações dos parlamentares da base aliada, e envolveria “um intenso e demorado mecanismo de barganha, incluindo nomeações, liberações de emendas do orçamento, demandas individuais e de bancadas” (MELO, 2002, p. 113).

O Executivo conseguiria introduzir o fator previdenciário como elemento político para diminuir o déficit da seguridade social e aprovaria completamente sua proposta reformista: “a reforma da previdência implementada no país representa, em larga medida, os limites do possível” (MELO, 2002, p. 113).

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) / Guarapari, no Espírito Santo, o PT defenderia o sistema público de previdência social e a ampliação do caráter universal dos direitos adquiridos dos aposentados e dos trabalhadores ativos brasileiros. O partido combateria e denunciaria os “efeitos reais da privatização dos sistemas previdenciários” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 622).

A justificativa econômica para a realização da reforma previdenciária representou a negação dos direitos dos funcionários públicos, que foram nivelados aos trabalhadores da área privada, dos aposentados e dos pensionistas, os quais não tiveram aumento similar ao salário mínimo. Sob a justificativa do déficit público, o projeto reformista era direcionado para acabar com o direito constitucional da seguridade social, por meio da intransigência do Governo Federal em construir uma proposta e negociar com a sociedade brasileira e os partidos políticos no Congresso Nacional, uma reforma previdenciária que não prejudicasse os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas. A votação da reforma evidenciou a submissão do Legislativo ao Governo Federal do PSDB, incapacitado para decidir e dependente dos interesses particulares.

A defesa do sistema público e universal do sistema previdenciário era a opção petista pela regulamentação da seguridade social definida na Constituição Federal de 1988 e na denúncia ao projeto neoliberal da reforma previdenciária. O Partido dos Trabalhadores lutou concomitantemente com os projetos políticos presentes no Congresso Nacional e com a falta de prioridade dos partidos políticos para os aposentados, os pensionistas e os trabalhadores. A proposta petista era pela resolução dos problemas previdenciários e pela regulamentação constitucional do capítulo da seguridade social, uma opção de luta parlamentar pelas reformas sociais.

Os Governos Federais na década de 1990 teriam o objetivo de privatizar a previdência como justificativa para o ajuste econômico no país. As táticas governistas defendidas no Congresso Nacional seriam: a desvalorização da previdência social, considerada deficitária junto à sociedade e aos partidos políticos; a obstrução parlamentar da votação do plano de custeio e benefícios; e a tentativa de separação entre saúde, previdência e assistência, conceitos constituintes da seguridade social.

A desvalorização da previdência social seria combatida pelos parlamentares petistas na defesa da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigaria os argumentos governistas de falta de dinheiro na previdência social. A CPI mostraria a fraude de grandes empresas e do próprio Governo Federal, o qual desviaria o dinheiro do sistema previdenciário. Para Eduardo Jorge, o Executivo estaria transferindo recursos da contribuição sobre o lucro e do Finsocial, originários da previdência social, para outras áreas do setor público, gerando a necessidade de uma rigorosa apuração.

O Partido dos Trabalhadores vai fiscalizar e acompanhar as investigações, mas crê que uma apuração dessas tem de ter a participação do Legislativo. O Executivo está de tal forma envolvido com esta questão das fraudes na Previdência Social que não tem independência, do nosso ponto de vista, para levar até o fim as investigações e resgatar a confiança da população na nossa Previdência Social.<sup>212</sup>

Em 1992, o projeto do Executivo sobre o plano de custeio e benefícios da previdência social limitaria os direitos dos trabalhadores e do reajuste aos aposentados e pensionistas. Para Paulo Paim, o Governo Federal poderia remanejar as verbas do orçamento da união: “por exemplo, seria o caso de utilizarmos somente 5% da verba destinada a fazer acerto com os banqueiros nacionais e internacionais, o que representa quase 50% do Orçamento. Este valor é suficiente para aumentar, com tranqüilidade, no meu entendimento, o superávit de que precisa hoje a caixa da Previdência”.<sup>213</sup> Para Paulo Rocha, seria importante o acesso às contas previdenciárias pelo Congresso Nacional, pois “não podemos aceitar o argumento de que esse aumento levaria a Previdência à bancarrota. Os números demonstram que a Previdência, mesmo com a elevação do salário mínimo para 100 reais, não vai quebrar”.<sup>214</sup>

Em 1994, a proposta governista para o sistema previdenciário seria a separação da saúde, da previdência e da assistência do conceito de seguridade social, o que dividiria e desequilibraria as fontes orçamentárias, privatizaria a previdência social, e direcionaria os trabalhadores especializados e a classe média para as seguradoras privadas. Para Eduardo Jorge, a reforma previdenciária teria o objetivo de desintegrar o artigo constitucional direcionado para a previdência social e “esse tratamento integrado previsto na Constituição Federal é que está sendo ameaçado pelas propostas de reforma veiculadas pela atual e pela futura equipe de governo”.<sup>215</sup> Os projetos de lei constituiriam em importantes debates apresentados no Congresso Nacional pelos deputados federais petistas que ressaltariam as funções da seguridade social na integração entre a saúde, a assistência e a previdência, da gestão participativa e do sistema básico público universal.<sup>216</sup>

O Governo Federal do PSDB tentaria excluir o Legislativo das discussões sobre a reforma previdenciária, negociando com as centrais sindicais, quando os deputados

---

<sup>212</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 27, 2/4/1991, p. 2799.

<sup>213</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 6, 21/1/1992, p. 671.

<sup>214</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 187, 9/12/1994, p. 15142.

<sup>215</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 191, 15/12/1994, p. 15354.

<sup>216</sup> Discurso do deputado federal Paulo Paim. Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 25, 9/11/1995, p. 4873.

federais petistas defenderiam a independência e autonomia do Congresso Nacional. Para José Genoíno, o Congresso Nacional deveria discutir os temas limitados pela negociação entre as centrais sindicais e o Governo Federal, e compreender as diferentes funções exercidas pelos partidos políticos e pelos movimentos sindicais.

Esse é o caminho para o Congresso, que representa a sociedade: não ficar enredado numa disputa com as centrais sindicais, as quais representam parte da sociedade, e mergulhar a partir da semana que vem, no debate e na negociação dos grandes temas de uma reforma estrutural e profunda da Previdência, não contemplados no acordo entre as centrais sindicais e o Governo.<sup>217</sup>

A destituição da função social da previdência seria defendida como proposta de reforma para o setor previdenciário sem critérios, com a anistia dos devedores, o fim do direito adquirido e da aposentadoria por tempo de serviço. A proposta governamental baseada na reforma realizada no Chile ignoraria o fracasso da previdência chilena. Para Paulo Paim, a falência dos bancos nacionais chilenos e a presença dos fundos de pensão não resolveriam os problemas, “a situação dos trabalhadores de baixa renda, pois estes não deixarão de comprar produtos básicos de sobrevivência para contribuir com os fundos privados”.<sup>218</sup>

O critério da estabilidade monetária teria apoio popular porque, em tese, conseguiria melhorar a vida da maioria da sociedade brasileira. Na concepção de Rubens Ricupero, a estabilidade na economia deveria ser conquistada com o apoio do regime democrático, da viabilidade econômica e da reforma social, para estender os benefícios à sociedade brasileira. No Governo Federal faltaria um programa integrado de reformas para a eliminação da pobreza absoluta e a redução da desigualdade. Para o articulista, o Executivo deveria propor um roteiro e persuadir a sociedade para segui-lo, o que mostraria a capacidade de liderança na condução das reformas no país.

Certas reformas, como a da Previdência, a administrativa ou a busca do equilíbrio orçamentário, andam devagar e aos solavancos porque enfrentam, sem dúvida, interesses contrariados. Só o interesse geral poderá impor-se a esses interesses setoriais. Isso não acontecerá, contudo, se não se conseguir

---

<sup>217</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 8, 19/1/1996, p. 1988.

<sup>218</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 145, 8/8/1996, p. 22044. Para Denise Barbosa Gros, no Chile “as reformas institucionais visavam descentralizar as instituições públicas, transferir responsabilidades ao setor privado, eliminar todas as interferências no mercado e potencializar a liberdade de escolha dos indivíduos com relação aos serviços sociais básicos. Além disso, visavam liberar os indivíduos da influência e do controle indevidos exercidos pelos monopólios sindicais e de associações profissionais” (GROS, 2003, p. 42-43).



demonstrar ao conjunto da população como e por que cada uma dessas mudanças é indispensável para melhorar a vida concreta de todos os brasileiros.<sup>219</sup>

A privatização da previdência representaria o ajuste da economia brasileira à realidade mundial. No entanto, segundo José Pimentel, a campanha governista sobre a falência da previdência seria mentirosa, uma vez que ignoraria os lucros e a arrecadação no ano de 1996 de 79,4 bilhões de reais e a despesa de 51,9 bilhões com o saldo positivo de 27,5 bilhões, o que mostraria o objetivo de “cada vez mais, em querer massacrar e pisotear os aposentados e pensionistas que, neste País, já recebem uma miséria. Dos 16 milhões de aposentados, cerca de 14 milhões recebem apenas um salário mínimo”.<sup>220</sup>

Os parlamentares petistas defenderiam uma aproximação entre o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e as centrais e as confederações sindicais que juntos construiriam, capacitariam e definiriam uma proposta previdenciária. Para Paulo Paim, a sintonia entre as instituições sociais possibilitaria a união das propostas reformistas e da ação política de divulgação dos parlamentares que votariam contrariamente aos interesses dos trabalhadores e dos aposentados. O método político seria eficiente para interagir com a sociedade brasileira, por meio de painéis em praças públicas e dos boletins nos sindicatos.

Por que não botar um carro de som a percorrer a base de cada Deputado solicitando à população que faça uma vigília para ver quem é quem aqui no fórum do Congresso Nacional? Botem um carro de som na cidade do Deputado “x” ou “y” dizendo: “O Deputado que tem sua base eleitoral nesta cidade está, neste momento, no Congresso Nacional, e poderá retirar sua aposentadoria proporcional, sua aposentadoria especial ou por tempo de serviço; ele poderá modificar até a fórmula de cálculo de sua aposentadoria”.<sup>221</sup>

A privatização da previdência social seria questionada pelos parlamentares do PT, que continuariam acreditando na viabilidade e na permanência institucional da previdência social como patrimônio público e estratégico para os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas. Para Paulo Paim, o déficit público divulgado pelo Governo Federal seria falso, porque os números da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (ANFIP) mostrariam que em 1997 houve receitas de 77,9

---

<sup>219</sup> Um povo à procura de uma elite. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21/9/96.

<sup>220</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 26, 21/2/1997, p. 4702.

<sup>221</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 23, 7/2/1998, p. 3436.

bilhões e despesas de 71 bilhões, tendo um superávit de 7 bilhões de reais. Para o parlamentar, o Executivo esconderia a arrecadação da seguridade para transferir os valores para as suas áreas de prioridades, “a Previdência pública, apesar das pequenas aposentadorias e pensões, é uma das poucas coisas neste País que deu certo. Talvez por isso pretendam acabar com ela”.<sup>222</sup>

Os deputados federais petistas mostrariam a disposição e a necessidade da luta contra as reformas neoliberais. Na concepção partidária, a defesa das reformas sociais colocaria uma perspectiva para o futuro político do país. Para Paulo Rocha, a luta pelas reformas mostraria a perversidade dos Governos Federais neoliberais, que ignorariam o diálogo e a negociação como método de luta: “por isso, haveremos de construir nesta Casa e nos governos democráticos uma concepção que pensa o País a partir do cidadão, dos interesses nacionais, da riqueza para os brasileiros, enfim, uma concepção que visa gerar bem-estar social para o nosso povo”.<sup>223</sup>

A Câmara dos Deputados teria participado dos debates e decidido temas importante entre os anos de 1995 e 1998, tais como a alteração da ordem econômica, a alteração da reforma administrativa e da reforma previdenciária. Para Aécio Neves (PSDB), a autonomia do Congresso Nacional deveria ser valorizada e capacitada para enfrentar “a demagogia de um lado, o atraso de outro, para colocar o Brasil em condições de enfrentar os gravíssimos desafios do próximo milênio. Sr. Presidente, orgulho-me de ter feito parte desta legislatura!”.<sup>224</sup>

A crença dos deputados federais petistas na autonomia do Legislativo mostrou aos parlamentares a opção política dos parlamentares da base aliada governista em se submeterem às propostas do Governo Federal do PSDB. O método praticado pelos Governos Federais para as reformas neoliberais na década de 1990, por meio do convencimento das lideranças do Legislativo representou a intolerância e a intransigência para a participação, o diálogo e a negociação política com o Legislativo e com a sociedade brasileira. A atitude política dos Executivos se limitou às tentativas inconstitucionais de aprovação de projetos de leis e de desconstrução do conceito de seguridade social direcionados à privatização do patrimônio público brasileiro. Os deputados federais petistas se restringiram novamente à crença na Constituição Federal como documento inabalável e perfeito, que deveria apenas ser cumprido e nunca

---

<sup>222</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 127, 20/8/1998, p. 21673.

<sup>223</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 180, 6/11/1998, p. 25032.

<sup>224</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 207, 16/12/1998, p. 29404.

questionado, reformulado e desfeito. A atuação dos deputados federais e dos senadores petistas dificultou a efetividade das reformas neoliberais na década de 1990 no país, mas não impediu sua efetivação pelos Governos Federais, o que mostrou novamente que a opção pela negociação teria pouco impacto na política praticada no Brasil entre os anos de 1990 e 1998.

A crítica dos deputados federais petistas sobre o apoio das centrais sindicais à proposta do Executivo, de forma generalizada, demonstrou o distanciamento dos partidos oposicionistas e ressaltou a liberdade das decisões sindicais, que se colocaram como ator político independente das instituições políticas e afirmaram o apoio à privatização da previdência e à perda dos direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988. Os parlamentares petistas se distanciaram das centrais e se aproximaram do DIAP e da ANFIP, que foram os escudos protetores, inabaláveis e inquestionáveis, relativos aos trabalhadores ativos e inativos brasileiros, em uma substituição das centrais sindicais para as instituições sociais como prioridade partidária. A defesa da Constituição, da regulamentação dos artigos de direitos coletivos, motivou os deputados federais petistas em torno de conceitos abstratos e puros, tais como justiça, dignidade e bem-estar, e representou a escolha partidária para deter e derrotar o neoliberalismo na década de 1990. A afirmação da autonomia do Legislativo nas decisões sobre as reformas neoliberais no país foi a tentativa de omissão das decisões impostas pelo Governo Federal aos parlamentares aliados, mostrou a suficiência das reformas para o enfrentamento dos desafios do país, e ignorou os efeitos reformistas para os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas.

Na década de 1990, a política neoliberal praticada pelos governantes no país mostraria a falta de responsabilidade do Estado, que não elevaria os salários e aumentaria o desemprego entre os trabalhadores. Neste momento, o salário mínimo teria uma função protetora do limite de pauperização dos trabalhadores por meio da repartição da renda. Para Pochmann (2001), os anos 1990 proporcionariam “o estabelecimento do menor patamar de poder aquisitivo do mínimo nacional nos últimos sessenta anos” (POCHMANN, 2001, p. 137).

As justificativas dos neoliberais para continuar com o baixo valor do salário mínimo seriam para a definição do mercado para o pagamento individual a cada trabalhador e a necessidade do ajuste fiscal que impediria os gastos com a previdência social. A insuficiência salarial praticada pelas políticas neoliberais na década de 1990 representaria o desrespeito constitucional dos Governos Federais no país, o que

evidenciaria a necessidade da recuperação do salário mínimo para os trabalhadores. Para Pochmann, seriam “cerca de 28 milhões de pessoas diretamente envolvidas com o valor do salário mínimo no Brasil, sendo 12,6 milhões de aposentados e pensionistas, 14,9 milhões de trabalhadores ativos e deste total 1,9 milhão de assalariados com carteira assinada” (POCHMANN, 2001, p. 145).

A necessidade do aumento do salário mínimo seria relevante para o crescimento econômico, a valorização do emprego e da produção nacional e “de forma contrária ao que muitas vezes se procura difundir no país, a elevação real do salário mínimo pode atuar contra o desemprego e favorecer a expansão do emprego formal, a diminuição da desigualdade de renda e a pobreza” (POCHMANN, 2001, p. 146).

No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 30 de maio e 3 de junho de 1990 no Palácio das Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores confirmaria o aprofundamento da recessão, da perda de liquidez da economia, do congelamento de preços e do arrocho salarial defendido pelo Plano Collor.<sup>225</sup> Para o partido, o Plano Collor estaria entre a recessão e a retomada da inflação, desorganizaria a economia, destruiria a credibilidade do sistema financeiro e imporá perdas salariais e de renda para os trabalhadores: “a gravidade política e social da situação, confirmada pela ausência de uma política de salvaguarda do emprego e de salários da classe trabalhadora, é acentuada pela proposta de livre negociação, que o governo quer impor num quadro recessivo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 455).

No 1º Congresso, realizado entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, o PT definiria como essencial para sair da crise econômica, social e política, a democratização radical do poder, da riqueza e da renda no país. Para o Partido dos Trabalhadores, a crise se aceleraria e mostraria o descontrole da inflação, a recessão, as demissões em massa, a queda da produção e o fechamento de empresas.

---

<sup>225</sup> Para Danilo Martuscelli, “entre as principais diretrizes políticas do Plano Collor I, posto em prática em março de 1990, constavam: a abertura da economia brasileira com a redução das alíquotas de importações; a redução do quadro de funcionários públicos com a imediata colocação de cerca de 40.000 funcionários em disponibilidade; a privatização de empresas estatais, instituindo mais tarde, através da lei n. 8.031 de 12 de abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização; a desindexação da economia; o congelamento de preços e salários; e o confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros, depositados nos bancos em conta corrente ou em cadernetas de poupança, e acima de vinte e cinco mil cruzeiros, no caso dos ativos aplicados em *overnight* – o que significou um bloqueio de um total de US\$ 115 bilhões, por 18 meses, no Banco Central do Brasil” (MARTUSCELLI, 2005, p. 14-15).

Enquanto o presidente Collor impõe e aprofunda sua política de arrocho, a maioria dos trabalhadores luta para preservar o emprego, numa situação em que o medo do desemprego é maior que a capacidade, até aqui demonstrada pelo movimento sindical, de articular lutas que dêem conta de recuperar e manter o poder aquisitivo dos salários, via indexação automática, reajustes periódicos ou outra forma qualquer (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 539).

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) em Guarapari no Espírito Santo, o PT defenderia a tese de uma política salarial justa, que fortaleceria a indexação salarial e lutaria contra o aumento do desemprego e a violação dos direitos sindicais. O Partido dos Trabalhadores colocaria a política econômica nas reformas sociais que teriam a participação popular na defesa do emprego e da retomada do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda, riqueza e poder para a sociedade brasileira. A negociação entre os trabalhadores, o Governo Federal e os empresários seria importante para assegurar uma política salarial de “gradual e permanente elevação dos rendimentos do trabalho, em especial do salário mínimo, como elemento de indução de um modelo de desenvolvimento de bens de consumo de massas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 619).

Na década de 1990, o combate entre os projetos políticos era entre o neoliberalismo e as reformas sociais. O projeto político neoliberal foi a prioridade no ajuste fiscal e monetário colocada em prática pelos Governos Federais e ignorou o aumento do desemprego, a desvalorização dos trabalhadores e dos servidores públicos, a miséria e a pobreza da sociedade brasileira. As reformas sociais ressaltaram a necessidade do debate político para a definição dos gastos sociais, principalmente da recuperação da política salarial. A luta salarial aconteceu no cenário político da década de 1990 com o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores ativos e inativos no país. A tentativa de definição de uma proposta partidária para a política salarial mostrou a dificuldade petista para propor um critério para o aumento do mínimo, que não limitasse à crítica ao desemprego e à livre negociação, e a recuperação do poder aquisitivo. A crença na participação popular e na negociação como método de ação política na luta pelo salário mínimo representou a possibilidade do diálogo entre os Governos Federais e os empresários com os trabalhadores e a definição de uma política salarial suficiente para todos.

No entanto, esta crença no Legislativo na definição de políticas salariais e do aumento do salário mínimo por meio das instâncias e da participação dos parlamentares

mostrou o direcionamento das soluções institucionais para a garantia do direito dos trabalhadores, principalmente com a divergência entre os partidos políticos no Congresso Nacional relativa à política salarial.

As funções das instâncias legislativas mostrar-se-iam incapacitadas para definição da política salarial no país na década de 1990. O Congresso Nacional se omitiria na definição do salário mínimo e na discussão com os trabalhadores e os empresários no período entre 1990 e 1992<sup>226</sup> e reafirmaria a proposta do Executivo na votação da política salarial. Para Paulo Paim, o dia 28 de novembro de 1991 ficaria marcado pela manutenção dos vetos presidenciais ao projeto de lei referente à política salarial pelo Congresso Nacional e endossaria a posição de submissão do Legislativo ao Governo Federal, que se transformaria em “um apêndice do Executivo. Isto porque, quando o voto é aberto, ele se posiciona a favor de projeto de interesse do trabalhador, e, quando o voto é secreto, como na questão do veto, num segundo momento, nega as próprias propostas que aprovou”.<sup>227</sup> Os partidos governistas no Colégio de Líderes seriam omissos e negariam a inclusão do projeto de lei sobre o salário mínimo na ordem do dia.<sup>228</sup> As reuniões contínuas na Comissão do Trabalho entre os representantes dos trabalhadores, dos empresários e o Governo Federal seriam inócuas.<sup>229</sup>

Os projetos de leis aprovados na Câmara seriam modificados no Senado Federal. Para Paulo Paim, a atitude dos senadores seria decepcionante politicamente e haveria a necessidade de insistir “em uma emenda constitucional de 1989, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que torna o Congresso unicameral. Os Senadores, em grande parte, infelizmente, mais uma vez, votaram contra os interesses dos trabalhadores”.<sup>230</sup>

Os governantes se mostrariam resistentes ao aumento do salário mínimo, principalmente porque continuariam com relações privilegiadas com os empresários, que seriam os seus patrocinadores políticos e não assegurariam os direitos para os trabalhadores.<sup>231</sup> Os parlamentares da base aliada do Governo Federal do PSDB

---

<sup>226</sup> Discurso do deputado federal Paulo Paim. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 88, 2/8/1991, p. 12412.

<sup>227</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 168, 29/11/1991, p. 24972.

<sup>228</sup> Discurso do deputado federal Paulo Paim. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 90, 28/5/1993, p. 11023.

<sup>229</sup> Discurso do deputado federal Paulo Paim. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 99, 10/6/1993, p. 12297.

<sup>230</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 120, 10/7/1993, p. 14922.

<sup>231</sup> Discurso do deputado federal Paulo Rocha. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIX, nº. 177, 25/11/1994, p. 14302.

queriam prioridades para as reformas e colocariam em segundo plano o aumento do salário mínimo.<sup>232</sup>

Os deputados federais petistas estimulariam o debate na Câmara para construção de uma política salarial que atendesse aos trabalhadores e criticariam o reajuste irrisório do aumento do salário mínimo para o ano de 1997 no valor de R\$ 7,50 reais<sup>233</sup> e o Executivo desestimularia a discussão no Legislativo por meio de medidas provisórias que definiriam, sem critérios, o reajuste anual do salário mínimo entre os anos de 1995 e 1998. A Câmara dos Deputados se negaria a legislar sobre o salário mínimo e se submeteria a aprovação de medidas provisórias no período do Governo Federal do PSDB.<sup>234</sup> A miséria e a pobreza continuariam na sociedade brasileira por meio do aumento irrisório do salário mínimo para os trabalhadores brasileiros na proposta governista para o ano de 1997. Segundo Fernando Ferro, a definição do salário mínimo seria feita “por acordos com o capital nacional e estrangeiro. Mão-de-obra barata é uma tradição neste País. O trabalhador brasileiro continua sendo explorado”.<sup>235</sup>

Na concepção de Rubens Ricupero, as reformas propostas pelo Executivo seriam contestadas e pressionadas por motivos táticos, que retardariam as mudanças econômicas e sociais no país. Para o articulista, a sociedade brasileira teria dificuldades para aceitação das mudanças e resistiria às reformas propostas pelo Governo Federal, e seria importante ter como “consolo de nossas desventuras reformistas no fato de que elas são quase universais no espaço e perenes no tempo”.<sup>236</sup> Em sua perspectiva, a iniciativa das mudanças e das reformas mostraria a necessidade da condução transparente das lideranças para o acesso à educação, à terra, à previdência social e à saúde com o apoio da sociedade brasileira. Para Ricupero, as reformas seriam necessárias e restaria “ver se de fato salvarão o paciente ou apenas lhe aumentarão os sofrimentos inutilmente”.<sup>237</sup>

A convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro de 1998, para votação das reformas defendidas pelo Executivo, representaria a agilidade na votação das reformas almejada pelo Governo Federal do PSDB, que cortariam os gastos sociais

---

<sup>232</sup> Discurso do deputado federal Arthur Virgílio (PSDB). Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 27, 21/2/1995, p. 2100.

<sup>233</sup> Discurso do deputado federal Paulo Paim. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 169, 12/9/1996, p. 25364.

<sup>234</sup> Discurso do deputado federal Paulo Paim. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 69, 26/4/1997, p. 10763.

<sup>235</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 71, 30/4/1997, p. 10943.

<sup>236</sup> O castigo de Deus na mão da história. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10/5/97.

<sup>237</sup> Mudam os tempos, mudam as vontades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14/6/97.

e continuaria com a opção da estabilidade econômica. Para Paulo Paim, as propostas governistas não importariam com os prejuízos causados aos interesses legítimos dos trabalhadores, servidores públicos, aposentados e pensionistas porque teria como prioridades “destinar recursos para cobrir os altos juros visando, a qualquer preço, atrair investimentos externos”.<sup>238</sup>

A falta de definição política pelas instituições legislativas no Congresso Nacional mostrou aos parlamentares petistas que o salário mínimo não era uma proposta defendida pela base aliada do Governo Federal na década de 1990, porque o Executivo priorizou a imposição das propostas reformistas para a prática política no país. Os direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas eram ignorados por meio dos aumentos pífios do salário mínimo entre os anos de 1995 e 1998. A submissão legislativa e a intransigência governamental na definição dos aumentos anuais para o salário mínimo transformaram a questão salarial em um problema econômico do Governo Federal e ignoraram os efeitos sociais da definição de uma política salarial para a sociedade brasileira. Os anos de 1990, supostamente, representaram à universalidade da perspectiva reformista, com a opção política neoliberal pela indefinição no salário mínimo pelos Governos Federais, que continuou sendo um peso e um problema direcionado ao ajuste econômico. A tentativa governista para conduzir o salário mínimo e as reformas mostrou a intolerância neoliberal para as críticas e os questionamentos da sociedade brasileira sobre a perspectiva reformista.

Em resumo, a década de 1990 foi representada politicamente no país, por duas perspectivas reformistas diferenciadas: as reformas sociais defendidas pelos deputados federais petistas, como garantia do cumprimento e da regulamentação dos artigos da Constituição Federal, principalmente no que se refere às questões agrária, previdenciária e salarial; e as reformas neoliberais, que tiveram como objetivo desconstitucionalizar o aspecto social da Constituição Federal de 1988.

A luta dos deputados federais petistas pelas reformas sociais mostrou a crença nas soluções institucionais para os problemas da sociedade, a exemplo das questões da reforma agrária e da propriedade de terra; da defesa da previdência social pública e universal; e da definição de um critério para o salário mínimo.

A defesa das reformas sociais pelo PT no Congresso Nacional representou uma tentativa de manter sua identidade partidária direcionada para o social. A legitimidade

---

<sup>238</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 1, 8/1/1998, p. 297.



dos movimentos sociais que reivindicaram a reforma agrária, a crítica à campanha de privatização da previdência social sob o argumento do ajuste econômico, e a falta de definição do salário mínimo pelos Governos Federais na década de 1990, eram fatos políticos constituintes dos discursos dos deputados federais petistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A definição da negociação e do diálogo como método de luta parlamentar teve como impacto político a aceitação dos limites institucionais e constitucionais das mudanças sociais defendidas pelo PT na década de 1990. A defesa da aplicação política dos artigos constitucionais construiu a crença nos parlamentares como atores políticos que defenderam a sociedade contra o neoliberalismo e construíram uma política direcionada para o social.

A política de negação e de denúncia na década de 1980 contrárias à negociação das elites partidárias no Colégio Eleitoral e na Assembléia Nacional Constituinte mudou de perspectiva na década de 1990, transitando para a defesa do diálogo e da negociação parlamentar. A identidade parlamentar petista se difundiu nos discursos dos seus deputados federais e senadores por meio da crítica ao neoliberalismo e da defesa das reformas sociais propostas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A luta parlamentar e institucional entre os anos de 1990 e 1998 representou um tempo de mudanças no Partido dos Trabalhadores.

Esta luta parlamentar se consolidaria entre os anos de 1999 e 2006, por meio da inserção no espaço institucional dos deputados federais e senadores petistas. O fim do governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva mostrariam a continuidade na prática política legislativa dos parlamentares petistas. A crítica à crise no país, a relação aproximativa entre os parlamentares e os movimentos sociais, a defesa das reformas estruturais e a relação entre parlamentares e o Governo Federal priorizando o entendimento como prática política petista, serão os temas apresentados e discutidos no terceiro capítulo.

## **TEMPO DO ENTENDIMENTO (1999-2006)**

Os anos entre 1999 e 2006 foram marcados por uma crise social no Brasil, proveniente dos desdobramentos da política neoliberal. Dentro destes oito anos, o Partido dos Trabalhadores, por meio dos discursos dos seus deputados federais e senadores, criticou a efetivação do neoliberalismo, apoiou as greves, as marchas e os gritos dos movimentos sociais, defendeu as reformas estruturais para a viabilização do Estado brasileiro, e manteve uma relação de apoio, crítica e silêncio com o Governo Federal petista. Neste sentido, neste capítulo faremos uma análise que precisará considerar dois processos distintos, o do PT enquanto oposição, a relação dos deputados petistas com o Governo Federal conduzido pelo PSDB, e o do PT enquanto situação, as assimilações e os dilemas do Legislativo, em sua relação com o Governo Lula. Analisaremos como no início dos anos 2000, as expectativas dos parlamentares do PT em torno das reformas estruturais, das marchas e dos gritos dos movimentos sociais e da crítica ao neoliberalismo modificaram a luta parlamentar na solução dos problemas da sociedade brasileira por meio do entendimento. As resoluções de encontros e congressos do PT, os jornais publicados entre 1999 e 2006 e os discursos dos deputados federais e dos senadores mostraram as mudanças e as continuidades na identidade e na carreira parlamentar petista.

### **3.1 O Brasil em crise.**

O fim da década de 1990 e o começo dos anos 2000 iniciariam para o PT com a realização do II Congresso do Partido dos Trabalhadores no ano de 1999, qual definiria a ação partidária para a conquista da presidência da República e com o aumento do número de parlamentares no Congresso Nacional nas eleições de 2002 e de 2006, afirmando a inserção institucional do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional.<sup>239</sup>

O final da década de 1990 seria marcado por contexto de grave crise política e social, o que exigiria profundas reflexões e propostas para solucionar os problemas nacionais. Para o Partido dos Trabalhadores, a desconstrução nacional e a falta de políticas direcionadas para o social, defendidas pelo governo do PSDB, seriam as

---

<sup>239</sup> O aumento do número de parlamentares do PT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal aconteceria nos anos de 2002 e 2006, ver anexos 7, 8, 12 e 13.

causas da crise: “os problemas que afetam a maioria do povo brasileiro são estruturais e têm raízes históricas profundas. Decorrem da ação de uma elite poderosa, reacionária e predatória que se considera dona do poder, revela desprezo pelo povo e profunda aversão a qualquer reforma” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 1).

O segundo governo do PSDB seria marcado por condicionamentos políticos e pela agenda de políticas públicas com o foco na política, na economia e nas reformas constitucionais. Para Abrúcio e Couto (2003), o período entre 1999 e 2002 teria a proposta da âncora fiscal, com a desmanche da coalizão de apoio ao Governo Federal, ensejada pela falta do crescimento econômico e pela crise cambial. O crescimento próximo à zero teria feito “com que rapidamente se desintegrasse a imagem positiva do governo do presidente Fernando Henrique – percebido à época da fácil eleição como o único capaz de conduzir o país a um porto seguro” (ABRÚCIO E COUTO, 2003, p. 284).

Para os autores, três fatores prejudicariam o Governo Federal e o controle do processo sucessório: a crise energética em 2001, que atingiria o argumento da eficiência técnica governista; a incapacidade de reformar o modelo econômico com a concepção fiscalista; o enfraquecimento da base política, que ficaria sem coordenação no Legislativo. O PSDB se mostraria fragilizado, com dificuldades para indicar uma candidatura consensual para a eleição presidencial no ano de 2002 e por manter uma relação de tensão e complementaridade com o presidente da República e o estilo de governo feito pelas medidas provisórias, pela prioridade à área econômica e pela restrição de lideranças partidárias na participação política do governo.

Para Abrúcio e Couto (2003), não haveria no PSDB “um projeto completamente coerente e acabado de transformações do Estado” (ABRÚCIO E COUTO, 2003, p. 295), porque no período de oito anos prevaleceria o peso da estabilidade econômica como política pública, a falta de coordenação intragovernamental entre as áreas política, econômica e social e a falta de qualidade e de força política das agências regulatórias.

A agenda dos anos FHC não definiu claramente qual seria o novo modelo de Estado. Isto se deveu, basicamente, a três fatores. O primeiro foi a existência de divisões internas à coalizão, tanto em termos de ideários – liberais *versus* desenvolvimentistas – como em termos partidários. Na resolução dos diversos conflitos daí originados, a intervenção do presidente procurou evitar decisões que gerassem mudanças muito profundas no *status quo*, capazes de alijar definitivamente um ou outro grupo. Mais do que isso, Fernando Henrique exerceu seu poder nutrindo-se da existência de opiniões diferentes dentro do governo (ABRÚCIO E COUTO, 2003, p. 295-296).

A incapacidade do PSDB de manter o projeto político defendido e praticado a partir do ano de 1995 foi ignorado por Abrúcio e Couto. Os autores ressaltaram a falta de coordenação entre os partidos e o presidente da República como iniciadora da crise governista que contribuiu para a crise existente na sociedade brasileira, marcado por um baixo crescimento econômico. O argumento da falta de coordenação omitiu as decisões políticas do Governo Federal do PSDB em priorizar a estabilidade econômica e ignorar a efetivação do método neoliberal na sociedade brasileira, por meio da incompetência das empresas privadas que adquiriram empresas públicas e das conseqüências na área social, principalmente o desemprego e a falta de cidadania.

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, o PT responsabilizaria o neoliberalismo pela crise existente no país, com a permanência da postura conformista e conservadora, que impediria o crescimento econômico com a inclusão social e o pleno emprego. O fortalecimento do Governo do PSDB significaria a falta de uma alternativa consistente das esquerdas e a desmobilização do movimento social, por isso seria importante a organização da oposição por meio de um projeto que incluiria as necessidades da sociedade brasileira.

Derrotar FHC e o bloco de forças dominantes no país – na prática e não apenas no terreno do voluntarismo verbal – passa necessariamente por consolidar um amplo movimento de oposição ao neoliberalismo, abrangente e não sectário, capaz de galvanizar, além das esquerdas e dos setores populares já organizados, também milhões de brasileiros insatisfeitos (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 19).

Para o partido, haveria necessidade de transformações radicais e de caráter estratégico para transpor problemas estruturais históricos no país. A proposta petista teria três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional, articulando-os na luta institucional como projeto político. Neste momento, seria importante derrotar a proposta do governo do PSDB e construir um governo popular com o apoio dos movimentos sociais.

Para o PT, as esquerdas e os movimentos sindical e popular, a questão de fundo é como aumentar as mobilizações e criar uma alternativa de governo, pois pelas experiências das “diretas” e do *impeachment* de Collor, é evidente que não bastam a renúncia, o afastamento do presidente ou mesmo sua derrota eleitoral; é preciso formar uma aliança social e uma coalizão política para governar. Perseguir de modo coerente e conseqüente – este objetivo – o de derrotar pela via democrática o governo e substituí-lo por outro radicalmente alternativo – supõe apresentar ao país, cada vez com maior intensidade e contundência, na esteira das manifestações populares dos

últimos meses, uma plataforma alternativa e um Plano de Lutas. Assim seremos capazes de entusiasmar multidões, dar-lhes uma perspectiva política palpável e concreta e comprometê-las cada vez mais com a construção de um novo governo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 19).

Na luta institucional, a política de alianças teria como prioridade a continuidade da Frente Democrática Popular, composta por PT, PDT, PSB, PC do B e PCB, e com setores do PPS e do PMDB que se oporiam à política praticada pelo Governo Federal. O PT definiria as alianças por meio de “acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 21).

O PT articularia intensas lutas sociais e transformações institucionais como método de ação política no Estado brasileiro. Para o partido, não seria pretensão partidária se constituir em eterno partido de oposição e “dono da verdade”, por isso a importância de combinar “as ocupações de terra, as lutas no chão de fábrica, as greves e as mobilizações da sociedade em busca de novos direitos sociais e políticos com a ação nos parlamentos e nos governos municipais e estaduais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 3).

O Partido dos Trabalhadores definiria a política de rendas como um instrumento para a distribuição da riqueza no país, defenderia o aumento substancial do salário mínimo e a viabilidade para o novo modelo de desenvolvimento nacional, porque neste momento político haveria a redução dos salários. “Tal como ocorreu em outros países latino-americanos, a eventual melhoria desse ou daquele indicador macroeconômico nunca é acompanhada pela melhoria da vida material das pessoas. A ‘economia real’ piora cada dia” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 17).

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, o PT identificaria a crise no país como o fim do modelo neoliberal corrupto, sem projeto social, com baixo salário mínimo e aumento do desemprego. As eleições no ano 2000 mostrariam que o PT se consolidaria como partido nacional, majoritário nas esquerdas, com uma política de alianças contra o neoliberalismo, um amplo programa de inclusão social, uma proposta de radicalização da democracia e de inserção soberana do Brasil no mundo. Para o PT, seria importante a conquista da maioria parlamentar nas eleições no ano de 2002 para sustentar as mudanças históricas e o cumprimento dos objetivos programáticos, com intensa mobilização social: “a eleição para a Câmara e para o Senado, na medida em que as esquerdas no governo, necessitarão aumentar substantivamente sua atual

representação parlamentar, em que está nitidamente abaixo de seu potencial eleitoral” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 13).

A continuidade dos eixos social, democrático e nacional mostraria a viabilidade do projeto democrático e popular para o Brasil, por meio da revalorização dos aspectos sociais, da distribuição de renda, da afirmação dos direitos, da autonomia da economia nacional, da reconstrução do Estado e da construção de um “novo” modelo de desenvolvimento. Para o PT, as mudanças deveriam ser profundas, transparentes, previsíveis, marcadas pelo permanente diálogo, e deveriam respeitar “os princípios de nosso projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática. Por outro lado, a implementar desse novo modelo terá que equacionar limitações legais e institucionais importantes” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 38).

A situação política brasileira representaria o abalo de uma concepção política e econômica que ampliaria as possibilidades, as alternativas e os desafios políticos para a esquerda e para o PT no Brasil. O debate do projeto político do PT na disputa eleitoral em 2002 teria como principais características a mobilização do país, a unificação do partido, a credibilidade da política de alianças, o resgate da soberania nacional, a implantação de um programa de reformas e o fortalecimento das expectativas da sociedade brasileira. Por isso, “a grande tarefa das forças de esquerda é a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento que promova a superação do neoliberalismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 3).

O Partido dos Trabalhadores teria como projeto uma recuperação progressiva e sustentável do salário mínimo nas políticas de inclusão social, para que pudesse avançar o esforço do crescimento econômico, da geração de emprego, do redirecionamento do gasto público, e da democratização dos direitos da terra e do capital. Para o partido, o salário mínimo deveria ser compatível com a satisfação das necessidades básicas familiares, para que gerasse “condições políticas para regular e dar garantia às novas atividades e prestações de serviços que surgiram recentemente à margem do trabalho assalariado e que permanecem sem regulação do Estado” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 27).

O reconhecimento partidário da necessidade das alianças para a derrota do neoliberalismo mostrou as dificuldades do Partido dos Trabalhadores para mobilizar e convencer a sociedade brasileira da necessidade de mudanças estruturais no Brasil. A presença na Câmara e no Senado demonstrou o caráter institucional das lutas, das mudanças e dos projetos defendidos e praticados pelo PT, em concordância com a

Constituição Federal. A luta no Parlamento mostrou a opção do projeto político do partido para a defesa das mudanças dentro da constitucionalidade e das leis existentes no país.

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, já na gestão do presidente Lula, o PT afirmaria a necessidade da reeleição do presidente da República, de forma a impedir o retrocesso do país, que seria causado em função de uma vitória neoliberal. A reeleição seria alcançada por meio da ampliação da “força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessária(s) para realizar a transição do modelo econômico e social” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 23).

Neste ponto o PT continuaria trabalhando para a superação do neoliberalismo em todas as dimensões e deveria transformar o ano de 2006 em um momento político das grandes mobilizações, através do discurso da esperança no debate político, contra o discurso reacionário e conservador da oposição.

O fundamental é afirmar a validade e a atualidade de uma transição de um velho Brasil, para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que harmonize o econômico e o social, impulsionando as potencialidades locais produtivas e sociais, capaz de avançar mais rapidamente em direção a um ciclo de crescimento acelerado, fundado na distribuição de renda, macroeconomicamente sustentado, com mínima vulnerabilidade externa a realizar-se em um marco de expansão da democracia e da solidariedade continental. Esse modelo resgata a esperança desatada pela candidatura Lula em 2002 e pelos 26 anos da história do PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 53-54).

O partido reafirmaria a necessidade de superar o neoliberalismo nos níveis internacional e nacional. No nível internacional seria por meio do anti-capitalismo e da ampliação das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas na América Latina, com um plano de integração econômica, política e cultural. No nível nacional seria importante dimensionar a continuidade política dos neoliberais no poder entre os anos de 1990 e 2002, os quais queriam recuperar o Governo Federal, “elegendo ainda a maioria dos governadores, senadores, deputados e prefeitos, além de manter enorme poder econômico e influência sobre os meios de comunicação” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 28).

As reivindicações grevistas ocorridas entre os anos de 2003 e 2006 foram importantes para a avaliação do Partido dos Trabalhadores da capacidade de resolução dos movimentos sindicais no país. Para o PT, o Governo Federal mostraria a capacidade

de introduzir novas relações do Estado com o mundo do trabalho, com diálogos e aumentos superiores à inflação nos dissídios coletivos com os trabalhadores, e projetaria para o futuro a necessidade de empregos equânimes relativos à raça, ao gênero e a faixa etária. Assim, o Executivo petista conseguiria atingir as propostas dos grevistas e as necessidades dos trabalhadores no país.

No Governo Federal petista, a perspectiva salarial teria sido valorizada, com o início da reversão da política econômica, com a contenção da inflação, da distribuição de renda com impacto no rendimento dos trabalhadores, da queda do custo da cesta básica e dos preços, e da redução da pobreza. Os movimentos sindicais e populares como interlocutores, contribuiriam como apoiadores dos avanços das propostas governistas para a área social, implicando em uma “diminuição significativa do desemprego, formalização do mercado de trabalho, forte expansão do salário mínimo, progresso efetivo na reforma agrária” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 51).

A responsabilidade pela crise foi direcionada para a proposta conservadora de estabilidade econômica, que exigiu das esquerdas e dos movimentos sociais a necessidade das alianças políticas e da colaboração de todos para a superação do neoliberalismo no país. O objetivo definido pelo projeto político partidário era pelo apoio de forças populares e democráticas em um momento de transição, de oposição para ser governo. A definição do projeto do Partido dos Trabalhadores pela ampliação dos objetivos para a sociedade brasileira e reconhecimento da necessidade do Estado brasileiro eram as metas partidárias para o combate ao neoliberalismo.

A combinação das lutas sociais e da ação parlamentar mostrou a necessidade de “novos” direitos, que foram colocados em prática pelo Governo Federal petista por meio do diálogo e do entendimento com os trabalhadores, que representaram a consolidação da política partidária na defesa das reivindicações sociais e das soluções políticas para o país.

A defesa e a valorização do salário mínimo como critério para o crescimento econômico representou uma amplitude do impacto salarial na sociedade brasileira. A expectativa do PT para a função do salário mínimo mostrou a responsabilidade social do Governo Federal em priorizar o aumento contínuo do salário mínimo nacional, com a função de suprir as necessidades subjetivas dos trabalhadores.

A consolidação do “novo” projeto do PT para o país confirmou a crença partidária na relação entre democracia, participação e reformas, as quais eram, na



perspectiva partidária, suficientes para solucionar os problemas da sociedade brasileira. A opção partidária pelas alianças políticas e pela proposta de derrota do neoliberalismo mostrou as expectativas do PT para o futuro político no país.

### **3.2 Os movimentos, os sindicatos, as marchas e os gritos.**

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, durante a gestão FHC, o PT colocaria na pauta um projeto de construção de um governo popular para o país, por meio do aumento das mobilizações dos movimentos sindicais e populares, que seriam motivados pela plataforma alternativa e pelo plano de lutas das esquerdas, como uma perspectiva concreta. Importava demonstrar como seria falso o antagonismo entre a luta social e a luta institucional.

A mobilização da sociedade deveria se refletir na formulação política e programática partidária, pois sindicalistas, dirigentes dos movimentos populares, políticos e intelectuais estariam ausentes da vida interna do partido. Para o Partido dos Trabalhadores, a estratégia e a política cotidiana necessitariam de “uma interlocução maior com a sociedade, o que supõe diálogo com as universidades, artistas, intelectuais, profissionais das áreas de comunicação, lideranças políticas e sociais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 26).

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, o PT definiria como prioridade no debate político e na luta social contra o neoliberalismo, a construção da “nova” ordem mundial democrática e justa, econômica e socialmente. Para o partido, a elaboração do programa de governo para o Brasil exigiria a participação dos partidos e da sociedade civil por meio de experiências e reflexões sobre as regiões e a cultura nacional, considerando quatro vertentes: “a) experiências de governos; b) acúmulo das áreas acadêmicas e técnico-científicas; c) contribuições da sociedade (empresariado, igrejas, instituições sociais etc.); d) contribuições dos movimentos sociais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 42).

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, já com o presidente Lula no poder, o PT ainda teria como perspectiva para as eleições de 2006, o enfrentamento com a oposição neoliberal. Para vencê-la, haveria a necessidade de eleger mais políticos para o Legislativo Federal e os Executivos

Estaduais, de modo a constituir uma “sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 24).

Para alguns membros do Partido dos Trabalhadores, o Governo Federal entre os anos 2003 e 2006, mesmo sob condução petista, teria cometido um erro ao priorizar a política de “governabilidade” congressual e ignorar a construção “orgânica” de apoio da esquerda política, dos movimentos sociais e da intelectualidade progressista. A aliança “orgânica” seria importante por meio da participação, da definição e do diálogo entre o Governo Federal e os movimentos sociais, porque “um governo de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, não sobrevive se não construir uma base de apoio popular, organizada e mobilizada” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 38). Neste momento, o partido se colocaria com a responsabilidade de rearticular organicamente o campo democrático e popular, em uma cooperação de política permanente entre a luta social e a luta institucional, pois “o PT e os partidos de esquerda que apóiam o Governo continuam a ser referências para os movimentos sociais mais importantes do país” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 60).

A expectativa, a autonomia, a articulação e a submissão existente entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais foram debatidas repetidamente pelo PT entre os anos de 1999 e 2006. Como situação ou oposição dentro do Governo Federal, o partido considerou com “naturalidade” o apoio dos movimentos sociais para governar o país. A questão é que ainda não estava capacitado para solucionar as reivindicações dos movimentos sociais, que não se restringiram às políticas definidas pelo Governo Federal petista. O reconhecimento da necessidade de rearticulação dos movimentos evidenciou a desunião entre a perspectiva social e a prática institucional, principalmente pela morosidade e limitação da prática governista e constitucional da política brasileira. A insistência na relação entre a luta parlamentar e a luta social não permitiu ao PT o reconhecimento da necessidade de autonomia e de articulação dos movimentos sociais como atores políticos direcionados para ação política e métodos que questionavam à prática democrática, à governabilidade e à defesa constitucional do Estado brasileiro.

A atuação dos movimentos sociais na década de 1990 e nos anos 2000 se expandiu na criação de novos fatos, na negociação e na forma de luta com o Governo Federal, construindo um espaço político de manifestação pacífica que não se restringiu à ação sindical e à ação parlamentar. No período entre 1999 e 2006 ocorreram as marchas dos Cem Mil (1999), em defesa da educação pública (1999), das nações indígenas

(2000), das margaridas (2000, 2003), das barragens (2000, 2004), de uma luz para o Brasil (2001). Haveria ainda os gritos da terra (1999, 2000, 2001, 2002), do campo (1999), dos excluídos (1999), da Amazônia (2000, 2005), e em favor da vida do homem do mar e contra a pirataria (2001). Neste ponto, as marchas e os gritos ocorridos nos governos federais do PSDB e do PT mostrarão há existência de uma continuidade das reivindicações sociais e das dificuldades das propostas sociais se consolidarem no Congresso Nacional.

No Governo Federal do PSDB haveria uma diversidade de reivindicações que mostraria o descaso do Executivo com as necessidades econômicas e sociais da sociedade brasileira. Para Adão Pretto, o movimento ocorrido no Brasil no ano de 1999 incluiria desde grandes produtores rurais aos sem-terra: “a situação em que vive nosso país, que está dividido. Metade está em movimento e metade está em estado de alerta, observando o que propõem os que estão em movimento”.<sup>240</sup>

A reação governista naquele ano, diante das marchas e dos gritos, foi de desqualificação, o que representaria o desespero e a falta de apoio popular. Para Paulo Paim, as marchas significariam a luta da sociedade brasileira pelo direito à cidadania e “a Marcha dos Cem Mil é a marcha dos que entendem que o Governo está sem rumo - justamente para mostrar-lhe que nós é que temos rumo”.<sup>241</sup> Para José Pimentel, o dia nacional de paralisação e protesto em defesa do emprego no Brasil, ocorrido no dia 10 de novembro de 1999, coordenado pela CUT e pelo Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, representaria o projeto para a nação brasileira e a exigência de um “novo” governo e uma “nova” sociedade: “enganam-se aqueles que vêm nessas atividades de protesto uma iniciativa isolada dos setores de esquerda. Afinal, a luta pela superação desse modelo econômico é de interesse de toda a sociedade”.<sup>242</sup>

O grito da terra e as marchas das margaridas, ocorridos entre os anos de 1999 e 2003, representariam as reivindicações dos trabalhadores do campo brasileiro, que produziram 80% dos alimentos consumidos no país, e que exigiriam assessoria técnica governamental, preço mínimo para os produtos cultivados na agricultura, dignidade na vida rural com infra-estrutura, e combate à violência contra os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. A marcha Zumbi+10, ocorrida em 2004, foi proposta pelo

---

<sup>240</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, n.º. 122, 6/8/1999, p. 32577.

<sup>241</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, n.º. 135, 25/8/1999, p. 36768.

<sup>242</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, n.º. 186, 10/11/1999, p. 53402.

movimento negro e refletiria as condições de vida da população negra e a superação da opressão racial.<sup>243</sup>

Para Rubens Ricupero, as marchas no Brasil, ocorridas em 2005, no Governo Federal do PT como a luta pelo acesso à terra e à repartição do recurso natural, teria valores morais relacionados à marcha de Gandhi, que questionaria a taxaçoão do sal pelos ingleses há 70 anos. As marchas representariam a ruptura de confiança entre eleitores e o MST e todos os Governos Federais e seriam identificadas com malevolência e indiferença social pela imprensa brasileira.

Por que um país que tem justo orgulho de sua moderna agricultura de exportação não consegue eliminar a abjeta miséria do homem do campo? Por que a eficiência e a técnica se alcançam apenas ao preço da concentração da propriedade e do bem-estar, da expulsão e desemprego em massa da mão-de-obra, da propagação de favelas e bóias-frias até nas zonas pioneiras mais prósperas?<sup>244</sup>

As manifestações sociais seriam utilizadas como reivindicações pessoais diante do desemprego no país, como o caso de João Alberto Xavier de Miranda, que em 11 de janeiro de 2005 marcharia solitário do Rio Grande do Sul até Brasília. Para Paulo Paim, o protesto de milhares de brasileiros desempregados e discriminados pela idade, os idosos, e aqueles que não teriam experiência profissional, estaria canalizado na marcha solitária do brasileiro, pois “nunca, na história do Brasil, um homem fez um gesto como esse. É a caminhada de um homem só, representando no seu gesto a saga de milhões de brasileiros desempregados”.<sup>245</sup>

As lutas políticas diversificadas mostraram a ampliação das necessidades e das reivindicações da sociedade brasileira e a incapacidade dos governos tanto psdebista, quanto petista, na assimilação e na solução as reivindicações das marchas e dos gritos. Os parlamentares petistas tentaram incluir as reivindicações das marchas e dos gritos dentro da defesa da superação do neoliberalismo e da inclusão na cidadania, contudo, a capacidade parlamentar para agir diante dos anseios sociais era restrita à sua inclusão no projeto político, econômico e social de todos. Assim, as reivindicações não tiveram previsão de quando e em qual situação política pudessem ser solucionadas, no futuro indefinido.

---

243 Os discursos são respectivamente: José Pimentel. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 64, 22/5/2002, p. 25230; Paulo Paim. Diário do Senado Federal. 8/7/2004, p. 21356.

<sup>244</sup> A Marcha do Sal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15/05/05.

<sup>245</sup> Diário do Senado Federal. 15/6/2005, p. 19608.

Durante o Governo Federal do PSDB, entre os anos de 1999 e 2002, o movimento sindical vivenciaria uma crise corrosiva e degenerativa. As lutas, os avanços e as mobilizações seriam prejudicados por brigas internas nos sindicatos, quando se restringiria ao uso da verba destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou o uso do imposto sindical. Para Paulo Paim, as preocupações internas seriam equivocadas, porque “neste momento em que deveríamos unificar as lutas, estamos promovendo uma discussão interminável entre aqueles que acham que a atual estrutura sindical deve ser eliminada e os que entendem que ela deveria permanecer como é”.<sup>246</sup> Os problemas internos se multiplicariam com a promoção pessoal e a vida sindical inerte, contrariamente ao sindicato vivo, atuante e exercendo pressão sob os poderes instituídos. Para o deputado federal, haveria a necessidade de esquecer o saudosismo do passado sindical para conduzir a prática com uma “nova” concepção de luta, identificando descaminhos e apontando possibilidades para o enfrentamento da realidade dos sindicatos.

Os fatores econômicos, a globalização da economia, o acirramento da competição internacional, as relações de trabalho modificadas, em que a empresa se relaciona diretamente com o trabalhador sem passar pelo sindicato, e a própria hostilidade da empresa em relação ao sindicato corroboram para o agravamento das dificuldades estruturais do sindicato.<sup>247</sup>

Para Paulo Paim, os rumos do sindicalismo deveriam considerar a cultura, os costumes, os hábitos e as tradições dos trabalhadores brasileiros para a adequação à realidade do Brasil. A atitude de reavaliação seria relevante para o êxito da reconstrução do modelo sindical por meio da reflexão, do enfrentamento político e do debate com as bases, definindo objetivos permanentes para a mobilização dos trabalhadores e dos aposentados. A proposta dos parlamentares naquele momento de oposição ao Governo Federal do PSDB, conteria as seguintes bandeiras:

a) Salário mínimo constitucional (500 dólares); b) Redução da jornada de trabalho (36 horas/semanais); c) Redução das taxas de juros (não poderiam superar a inflação); d) Educação e Saúde; e) Reforma Agrária; f) Aposentadoria com dignidade; g) Valorização do trabalhador da área pública e privada; h) Combater todo e qualquer tipo de discriminação; i) Dívida Externa e Interna.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 105, 12/6/1999, p. 27458.

<sup>247</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 207, 7/12/2000, p. 65171.

<sup>248</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 207, 7/12/2000, p. 65172.

Contrariamente a estas expectativas, entre os anos de 1999 e 2002, a política governista do PSDB seria pela supressão dos direitos como salário, décimo terceiro, emprego, aposentadoria, FGTS e seguro desemprego. Neste sentido, na perspectiva petista, haveria necessidade de o movimento sindical realizar plenárias nos municípios, regiões e estados, para subsidiar uma discussão da política entre o Governo Federal e os trabalhadores brasileiros. Para Paulo Paim, nas plenárias seriam definidas propostas políticas para a realização de um congresso nacional “em Brasília, reunindo trabalhadores da área pública e privada, do campo e da cidade, aposentados e pensionistas, para juntos encontrarmos uma forma de enfrentar a economia globalizada”.<sup>249</sup>

Entre os anos de 1999 e 2000, ainda na gestão FHC, os movimentos sindicais proporião mobilizações, encontros e congressos, com o objetivo de direcionar a atuação sindical. A crença seria a de que a existência de divergências entre as centrais sindicais e as confederações de trabalhadores impediria a concepção e a similaridade do pensamento sindical brasileiro, que se deveria buscar uma definição e clareza das reivindicações, na valorização dos proventos dos aposentados e pensionistas, e no aumento do salário mínimo. Para Paulo Paim, seria fundamental para o sindicalismo “uma pauta de luta coordenada, encampada e dirigida pelos líderes sindicais, com o apoio de todos os homens públicos e partidos políticos que entendem necessária uma mudança de rumo no projeto econômico que dirige hoje a sociedade”.<sup>250</sup>

A forma agressiva como o Governo Federal, entre os anos de 1999 e 2002, se colocaria diante o movimento sindical, atacando os direitos dos trabalhadores, motivaria as centrais sindicais na defesa da CLT e dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Para Paulo Paim, o projeto do Executivo não teria apoio do Congresso Nacional e a vitória do PT nas eleições no ano de 2002 não terminaria com a luta dos trabalhadores, o mundo do trabalho “não seria o mesmo a partir de agora, pois o movimento sindical, a sociedade organizada e a classe trabalhadora perceberam que ‘a lei não faz a luta, mas a luta faz a lei’, como sempre acreditamos”.<sup>251</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, o projeto da esquerda no poder mostraria para a sociedade os instrumentos de emancipação social e de garantia da cidadania, por meio de uma revolução silenciosa e contínua, de renovação da esfera pública e da vontade

---

<sup>249</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 25, 10/2/2000, p. 7445.

<sup>250</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 130, 16/8/2000, p. 43577.

<sup>251</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 31, 4/4/2002, p. 13078.

coletiva. A perspectiva era que o Estado, nas mãos do Partido dos Trabalhadores, acolheria a sociedade brasileira e colocaria em prática os princípios defendidos pela esquerda: “nesse sentido, tudo mudou, pois nossas instituições surgem, agora, como lugares confiáveis para a operação das mudanças que a sociedade decidir empreender”.<sup>252</sup>

Entre os anos de 2003 e 2006, primeira gestão do presidente Lula, o movimento sindical contaria com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na crítica relativa às altas taxas de juros cobradas no país. Para o senador Paulo Paim, seria relevante o entendimento entre governo, trabalhadores e empresários, para estimular os investimentos nas indústrias, por meio da redução da taxa básica de juros, que estaria no ano de 2004 em torno de 16% ao ano. A manutenção do alto valor dos juros no Brasil não atrairia o investimento produtivo e o capital se tornaria especulativo. Para o senador, o acordo entre a CUT e a FIESP contribuiria para solucionar o problema, com a “redução da jornada sem a redução do salário, por um salário mínimo mais justo, participação nos lucros, reforma agrária, redução da taxa de juros, e uma verdadeira reforma tributária que leve à desoneração da folha de pagamento”.<sup>253</sup>

A luta do movimento sindical teria a defesa do salário mínimo como meta principal. No ano de 2005, com a realização da 2ª Marcha Nacional pela valorização do salário mínimo, as centrais sindicais, a coordenação dos Movimentos Sociais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura defenderiam a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, geração de novos empregos, reajuste na tabela do imposto de renda e taxaço das grandes fortunas. Paulo Paim afirmaria a conquista de uma audiência para negociação entre os movimentos sindicais e o governo, com a presença “dos representantes das delegações com os Ministros do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e da Coordenação Política, momento que considero importante, já que cinco Ministros se reunirão para receberem o Movimento Social”.<sup>254</sup>

As audiências públicas continuariam no ano de 2006, com a discussão da questão sindical, com a participação das centrais e do Governo Federal sobre as contribuições sindicais e o fator previdenciário. Paulo Paim acreditaria, em tese, que o resultado da audiência se transformaria em projeto de lei defendido unitariamente pelos

---

<sup>252</sup> VIANNA, Luiz Werneck. O que mudou. *Ideias à Esquerda*, Lisboa, nº. 1, 2003.

<sup>253</sup> Diário do Senado Federal. 29/9/2004, p. 30722.

<sup>254</sup> Diário do Senado Federal. 30/11/2005, p. 41707.

participantes, o que representaria a unidade do movimento sindical. O salário mínimo como bandeira de luta dos sindicatos brasileiros chegaria ao Congresso Nacional para exigir o aumento real, que modificaria a vida dos trabalhadores brasileiros, compatibilizando com a defesa salarial feita por Paulo Paim. Para o senador, o movimento seria “muito importante, porque elevar o salário mínimo é elevar o salário daqueles que mais precisam”.<sup>255</sup>

O dilema autonomia X submissão, entre o PT e o sindicalismo, existiu entre os anos de 1999 e 2006, principalmente nos discursos do parlamentar Paulo Paim. A autonomia era direcionada na crítica consistente às práticas sindicais no país, no fim da década de 1990 e no início dos anos 2000. A submissão teve como foco na tentativa de definição e de delimitação da luta sindical brasileira em torno do salário mínimo, do aumento das aposentadorias e das pensões e da defesa da CLT, reivindicações pertencentes à esquerda no Congresso Nacional. A crença nas instituições políticas para a solução dos anseios dos movimentos sociais mostrou-se insuficiente em relação ao aumento salarial, a geração de empregos e a queda de juros. As reuniões e as audiências foram utilizadas pelo Governo Federal para propor o entendimento como solução política para as reivindicações dos movimentos sindicais entre os anos de 2003 e 2006.

A relação Governo Federal e o MST ficaria entre a desestabilização e a falta de diálogo entre os anos de 1999 e 2002. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reivindicaria do Executivo investimentos no setor agrícola, com assistência técnica e na infra-estrutura dos assentamentos, liberação de crédito para a agricultura familiar, diálogo com o INCRA, combate ao êxodo rural e a submissão aos interesses do agrobusiness. A política agrária governista teria ação no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e no Programa Cédula da Terra. A perspectiva seria para o nivelamento dos créditos concedidos para o grande proprietário, o pequeno proprietário e o assentado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), sem o qual, poderia conduzir à extinção da agricultura familiar. No PROCERA haveria corte nos recursos destinados à reforma agrária e no Cédula da Terra, os pequenos agricultores estariam com dificuldades para o pagamento de empréstimo junto ao Banco Mundial, por causa da cobrança de juros no valor de 9%. Para Adão Pretto, o Programa Cédula da

---

<sup>255</sup> Diário do Senado Federal. 6/12/2006, p. 37054.



Terra estaria envolvido com problemas de corrupção e não conseguiria “resolver os problemas agrários do País”.<sup>256</sup>

O descaso do Executivo para a situação agrária brasileira estaria nos dados fornecidos e nas propagandas governistas. Para Paulo Rocha, a impunidade contra os assassinatos no campo e a criminalização da luta pela reforma agrária seriam omitidas na propaganda governista sobre os assentamentos realizados no país, pois de acordo com a propaganda governista, nos últimos cinco anos, o Governo teria assentado cerca de 350 mil famílias. Omitiu, no entanto, que nesse mesmo período, 830 mil famílias foram expulsas da terra, em função da ausência de políticas agrícolas.<sup>257</sup>

A legitimidade do MST deveria ser reconhecida pelo Governo Federal do PSDB, para possibilitar a discussão da reforma agrária, do financiamento para os assentados, da dívida dos pequenos e médios produtores e da solução para o desemprego e a violência social. Para José Genoíno, a atitude governista relativa ao movimento seria repressiva e desmoralizadora, pois trataria “a questão social, particularmente a do Movimento dos Sem-Terra, como se fosse uma questão de segurança do Estado, como se fosse uma questão policial militar”.<sup>258</sup> Para Adão Pretto, as manchetes nos jornais “FHC diz que a lei deve valer para o MST”, “FHC diz que a morte deve servir de alerta”, “FHC diz que não tolerará a desordem” mostrariam a radicalização do Executivo sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e revelariam as decisões do Palácio do Planalto. Haveria uma determinação em massacrar o MST e estabelecer uma guerra de armas, cassetete e mídia contra o MST. “Sejam quais forem as conseqüências”.<sup>259</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, a atitude do Governo Federal do PSDB relativa ao MST seria pela limitação ao procedimento, o esquecimento dos princípios e a negativa à universalização das terras. Por isso o Executivo teria o objetivo de administrar as reivindicações sociais por meio da cidadania passiva, da legitimidade da ordem, da transformação dos direitos em benefícios, e da estabilidade monetária em conquista social. Para o autor, a opção governista seria “por investir em uma política pública de assentamentos rurais, sem, no entanto, trazer para o interior do Estado o cerne das

---

<sup>256</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 196, 25/11/1999, p. 56925.

<sup>257</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 67, 13/4/2000, p. 15714.

<sup>258</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 78, 4/5/2000, p. 21291.

<sup>259</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 82, 10/5/2000, p. 23532.

questões envolvidas, basicamente a democratização do acesso à terra e o financiamento da produção das novas unidades familiares camponesas”.<sup>260</sup>

O Governo Federal do PSDB tentaria intervir nas cooperativas administradas pelo MST, sob a justificativa do movimento exigir 3% de contribuição dos seus integrantes. Para Adão Preto, o Executivo estaria questionando uma ação legítima do movimento, porque as contribuições seriam acordadas entre os membros e teriam como finalidade a manutenção dos acampamentos. Por isso, somente um governo democrático popular teria capacidade para “dar um verdadeiro rumo ao País e fazer que não só um número reduzido de cidadãos mas que todo o povo brasileiro tenha um lugar digno e humano para descansar na velhice”.<sup>261</sup>

Para Fernando Ferro, a situação da reforma agrária no Brasil seria desmoralizada pelos dados do Governo Federal e do INCRA, que mostrariam uma incompatibilidade numérica. Nos dados governistas, as famílias assentadas seriam de 542.359 e a área em hectares seria de 19.852,434, e nos dados do INCRA, as famílias assentadas seriam de 404.896 e a área em hectares seria de 17.485,690, o que demonstraria a manipulação das informações sobre a reforma agrária.

Para se ter uma idéia da manipulação do Governo com os dados da reforma agrária, podemos, a partir dos estudos feitos com dados do INCRA, saber que o Governo FHC inclui nos dados de 1995 a 2001 famílias assentadas que tiveram sua situação fundiária regularizada e que já estavam alocadas na área, inclusive sendo contadas pelo INCRA como já assentadas. Essas manobras aumentaram, no período, o número de famílias em 275.028. Desse modo o número efetivo de assentados é de 267.331 famílias. Portanto, 49% do anunciado.<sup>262</sup>

A violência no campo perpassou os anos entre 1999 e 2006, em meio a assassinatos e chacinas de trabalhadores sem-terra, nos estados do Pará, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia. Os latifundiários como mandantes dos crimes, a impunidade da justiça brasileira, e o uso da repressão policial mostraram que, independente do partido no Governo Federal, a violência no campo continuou contra a luta pela reforma agrária. A violência no campo aconteceu por causa da morosidade da Justiça e do INCRA na resolução dos conflitos, da falta de eficiência na ação política integrada entre o Governo Federal e a Justiça, e da

---

<sup>260</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Entre duas Repúblicas. *Política Democrática*, ano 1, nº. 1, janeiro/abril de 2001.

<sup>261</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 55, 9/5/2002, p. 23043.

<sup>262</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 45, 24/4/2002, p. 19803.

falta de inibição do arbítrio e da truculência da polícia. A proteção do latifundiário pela elite nacional, a concentração de terras, os assassinatos de políticos e trabalhadores na luta pela terra mostraram a parcialidade da justiça brasileira.

As reivindicações do MST em relação à agricultura familiar e a reforma agrária foram ignoradas pelo Governo Federal, por meio de programas que não atingiram os trabalhadores que necessitavam dos financiamentos, da tentativa de transformação e de intervenção do movimento em clientes, e principalmente na omissão dos dados e da violência no campo brasileiro. No entanto o Governo Federal do PSDB era transparente na relação com o MST, esclarecendo que o movimento não participava e nem negociava o projeto governista para o país.

Os parlamentares petistas acreditaram que entre os anos de 2003 e 2006, a prática governista relativa à questão agrária e ao MST fosse modificada, pois o Governo Federal era mais capacitado para o entendimento com o movimento, e os órgãos governamentais eram direcionados para as necessidades da agricultura brasileira. A negociação, o diálogo e o entendimento aconteceram por meio da subordinação compulsória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra às leis vigentes no país, que questionou a falta de políticas para o campo e a ocupação desordenada das cidades brasileiras.

Os movimentos rurais continuariam, no Governo Federal petista, reivindicando a realização de ampla e massiva reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, a democratização do acesso à terra e à água, o reassentamento das famílias atingidas pela construção de barragens, a criação de um seguro agrícola, assistência técnica e crédito para todos os agricultores. Para Adão Pretto, as ocupações representariam o direito de greve e de protesto para os trabalhadores rurais sem-terra e “os colegas brincavam comigo dizendo que depois que Lula assumiu os sem-terra pararam de invadir, viraram pelegos. Nada disso, o Movimento estava dando uma trégua ao Governo”.<sup>263</sup>

O MST realizaria a Marcha Nacional pela Reforma Agrária no ano de 2005, para apoiar a proposta do Governo Federal no assentamento de 430 mil famílias até o ano de 2006. As exigências do movimento seriam: pela agilidade na reforma agrária, pela instalação de agroindústrias, pela defesa da Amazônia, pela luta contra os transgênicos,

---

<sup>263</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 59, 15/4/2004, p. 16366. Para o deputado federal, “as mobilizações que acontecem no campo são reflexos da necessidade real dos agricultores. Por isso, Sr. Presidente, nosso Governo tem que ser sensível a essas manifestações, pois o emprego no campo é para toda a vida”. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 89, 28/5/2004, p. 24811.

pela punição para o uso do trabalho escravo, pela demarcação de terras indígenas, pelo investimento nas áreas sociais, pela elevação do salário mínimo, pela política de juros compatível com as necessidades da sociedade brasileira. Para Eduardo Suplicy, o movimento teria como um objetivo “promover um verdadeiro mutirão nacional para debater, junto com a sociedade, um projeto de desenvolvimento que garanta o direito de todos partilharem da riqueza desta Nação e da verdadeira soberania nacional”.<sup>264</sup>

No ano de 2005, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomaria a iniciativa para solução de desapropriação de terra no Estado de São Paulo. O Ministro Luiz Fux convidaria os trabalhadores sem terra, o proprietário da fazenda Três Barras, no município de Castilho, e o INCRA, para o diálogo. Para Eduardo Suplicy, o entendimento sugerido pelo STJ e apoiado pelo proprietário da fazenda, MST e INCRA seria importante para a ponderação e o acordo de todos, “a iniciativa de promover um entendimento é muito positiva, um exemplo a ser seguido, porque é a forma de resolver o impasse de modo mais rápido”.<sup>265</sup>

A luta pela reforma agrária no país deveria ser legitimada pelo Governo Federal petista, principalmente como solução para crise da agricultura, e da questão da improdutividade do latifúndio. Os recursos repassados para os assentados seriam da ordem de 20.800 reais, para a construção de casas pelas famílias do MST. Para Adão Pretto, o Produto Interno Bruto (PIB) da pequena propriedade baseada em 10 hectares de terras, para 32% dos proprietários, contribuiria com 33% para a agricultura brasileira: “97% da produção de fumo, por exemplo, vêm da pequena propriedade, assim como 74% da produção de milho; 58% da soja; 89% do leite; 74% das aves; 71% dos suínos; 38% dos bovinos”.<sup>266</sup> Para o deputado federal, haveria a necessidade da reforma agrária para equilibrar o tamanho da propriedade, o valor da terra e o volume de produção, e seria “por isso que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que luta para que a reforma agrária seja feita, é tão rechaçado pelos latifundiários e seus representantes, que sabem que, na hora em que for distribuída a terra, este País vai explodir”.<sup>267</sup>

A violência praticada pelos movimentos que reivindicariam a reforma agrária seria abominada pelos parlamentares petistas. As ações do MST e do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) seriam justas na defesa da agilidade da reforma agrária e na pressão junto ao Congresso Nacional para a votação de medidas para a sua

---

<sup>264</sup> Diário do Senado Federal. 18/5/2005, p. 15028.

<sup>265</sup> Diário do Senado Federal. 16/9/2005, p. 31080.

<sup>266</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 203, 22/11/2005, p. 56094.

<sup>267</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 203, 22/11/2005, p. 56094.

realização. Para Eduardo Suplicy, o povo brasileiro apoiaria os movimentos rurais por meio dos instrumentos de luta dos métodos democráticos e pacíficos, porque a violência contra o patrimônio público e os latifúndios seria utilizada para criminalização dos movimentos. Os métodos de luta pacíficos e criativos para as manifestações seriam importantes para garantir o apoio da sociedade brasileira junto aos movimentos defensores da reforma agrária: “de outra forma, estaremos dando razão aos que, em pleno século XXI, preferem utilizar os instrumentos bélicos em vez dos instrumentos civilizatórios do bom senso e da inteligência”.<sup>268</sup> Para o senador, haveria a necessidade de “recomendar fortemente ao MLST e aos movimentos sociais que a sua causa ganhará maior respaldo do povo à medida que seus movimentos se caracterizarem por meios democráticos e não violentos”.<sup>269</sup>

Os parlamentares petistas acreditaram na tentativa de controle e de submissão do MST em relação às propostas partidárias e aos projetos do Governo Federal. A imposição da submissão representou a falta de diálogo, assim como a imposição dos projetos políticos para os movimentos sociais, principalmente o respeito às leis existentes no país. Porém, os movimentos continuaram com a pauta de reivindicação, exigindo agilidade nas soluções dos problemas agrários, realizando as marchas e ocupando as terras, o que mostrou a autonomia da luta social em relação às expectativas partidária e governista.

O uso do argumento numérico para a defesa da viabilidade da agricultura familiar mostrou que não haveria possibilidades de críticas contra os números, como se fosse inquestionável a prática política direcionada para a pequena e a média propriedade. A intervenção nos movimentos reivindicatórios pela reforma agrária demonstrou a continuidade da desqualificação das ações violentas, e da restrição à tática democrática e pacífica como única merecedora do apoio da sociedade brasileira. O método democrático viável era o entendimento na solução dos problemas relacionados à ocupação de terras. O Governo Federal e os parlamentares petistas utilizaram o entendimento e se negaram ao apoio irrestrito aos movimentos rurais em defesa da reforma agrária, porque agora no poder, a reforma agrária seria realizada na perspectiva constitucional e em respeito às leis.

Os movimentos, os sindicatos e o MST mostraram uma perspectiva de aproximação com os parlamentares petistas, que ressaltaram suas reivindicações no

---

<sup>268</sup> Diário do Senado Federal. 15/3/2006, p. 7864.

<sup>269</sup> Diário do Senado Federal. 8/6/2006, p. 19433.

Parlamento brasileiro. Contudo, representaram uma inconformidade com a política institucional praticada no país, nos partidos e nas instituições políticas por proporem mudanças, sem conseguirem efetivar suas reivindicações. A relação entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores estava comprometida, um relacionamento que seria rompido gradualmente, sem ruptura e sem controle, consolidando um distanciamento político entre os objetivos partidários e a luta parlamentar, e os objetivos sociais e a pauta de reivindicações cotidianas da sociedade brasileira.

### **3.3 As reformas estruturais: agrária, previdenciária, trabalhista e tributária.**

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, durante a segunda gestão do Governo FHC, o PT afirmaria que na história do Brasil predominariam as soluções impostas pelos grupos dominantes às classes populares, impedindo as reformas e mantendo a exclusão social. O partido pretendia implantar, na prática, uma “nova” relação com a sociedade, para a chegada da esquerda ao governo e a prática do poder com reformas econômicas e radicais, que teriam na aplicação “um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 5).

Contudo, a intenção do Governo Federal do PSDB no ano de 1999 seria a implantação de medidas de retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas e a austeridade e a contenção na economia. Para Paulo Paim, haveria a necessidade da oposição “mostrar-se à altura para liderar um amplo movimento nacional por um modelo de desenvolvimento que priorize o mercado interno, o emprego e a conquista da dignidade para todos os brasileiros”.<sup>270</sup> A função social das reformas estruturais seria defendida no Congresso Nacional por meio de uma agenda de projetos das oposições, que incluiria o salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, a reforma tributária, o combate ao desemprego e a miséria que aumentariam numericamente no país, e promoveria a justiça social que “enfim, de vários projetos que entendemos viriam minorar os problemas vivenciados pela população brasileira e que se tornam a cada dia mais agudos”.<sup>271</sup>

---

<sup>270</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 4, 8/1/1999, p. 789.

<sup>271</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 101, 8/6/1999, p. 26496.

A necessidade de reformas existiria nas instituições brasileiras que presenciariam uma crise de credibilidade dos poderes instituídos, por causa da impunidade e do descaso com a sociedade brasileira. Para José Genoíno, a crise existente no Brasil necessitaria de ação política enérgica e ágil, por meio de “uma ampla e profunda reforma das instituições, tendo como centro o combate à impunidade e à corrupção. Vamos agir, senão as instituições vão morrer devido ao descrédito e à falta de legitimidade perante a população brasileira”.<sup>272</sup> A igualdade e a justiça social seriam os principais critérios para o desenvolvimento das reformas estruturais, com o objetivo de reafirmar a decência da sociedade, a dignidade humana, os desejos e as necessidades essenciais “por isso, o ideal de igualdade e de justiça continua presente e universal”.<sup>273</sup>

Neste ponto, a defesa da cidadania seria fundamental para as oportunidades individuais, a consciência dos direitos, a constituição de uma humanidade solidária e da distribuição da renda. Para Paulo Paim, “somos todos seres humanos e queremos uma prática social inspirada em valores universais, nos quais o indivíduo pense que só pode ir à frente se pensar no coletivo e o coletivo só se desenvolva se pensar no indivíduo”.<sup>274</sup>

A luta pelas reformas era pela garantia da cidadania e dos valores universais representados nas necessidades essenciais da dignidade, da igualdade e da justiça social que tentaram minorar a situação dos problemas sociais brasileiros. Com o objetivo de minorar, as reformas estruturais mostraram a prioridade para a área social como projeto político para a sociedade brasileira. A definição da proposta do Partido dos Trabalhadores para o país era reforçada com conceitos abstratos para as práticas cotidianas no país: lutar pela igualdade, pela justiça e pela dignidade era similar à proposta da Constituição Federal de 1988.

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, o PT definiria as reformas produzidas pelo Governo Federal entre 1995 e 2002 como conservadoras, as quais teriam o objetivo de liberalizar e desregulamentar a economia comercial e financeiramente, privatizar e eliminar os direitos trabalhistas. Para o Partido dos Trabalhadores, a herança neoliberal mostraria a necessidade da reconstrução do Brasil pela esquerda, por meio “de um amplo movimento nacional capaz de reerguer o país,

---

<sup>272</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 71, 19/4/2000, p. 16574.

<sup>273</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 216, 28/12/2000, p. 70125.

<sup>274</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 123, 30/8/2001, p. 40410.

resgatar sua soberania, implementar um programa de reformas e fortalecer a auto-estima do nosso povo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 3).

Com o objetivo de vencer as eleições no ano de 2002, o PT teria a disponibilidade para a flexibilidade, o abandono do sectarismo e da vocação hegemônica, porque haveria a necessidade de “novas” forças sociais e políticas que ganhariam as eleições, que governariam o país e iniciariam “um programa de reformas que mudará a face do Brasil e terá enorme repercussão internacional, particularmente na América Latina” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 14). A prioridade dada pelo partido para a área social se consolidaria com a afirmação dos direitos de raça, gênero, orientação sexual, condição física e mental, com o objetivo de resgatar a dignidade e a igualdade de direitos para todos os brasileiros, e estimularia a organização e a autonomia dos segmentos sociais como “parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os direitos de cidadania” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 30).

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, já com o partido no poder, o PT definiria as reformas estruturais como método de luta da esquerda, para vencer os desafios políticos no médio prazo: a crise do modelo nacional-desenvolvimentista pela aplicação do receituário neoliberal e a superação da hegemonia neoliberal norte-americana, na ditadura do capital financeiro, no Estado mínimo e no conservadorismo político. Para o partido, a corrupção existente no país não isentaria a esquerda, que estaria em risco permanente com a integração ao Estado e à sociedade burguesa. Por isso seria importante a responsabilidade partidária por propostas democráticas e transparentes com “que versem sobre os mecanismos de controles públicos e sociais sobre o orçamento estatal, sobre o sistema político-eleitoral, bem como a continuidade do reforço do aparato jurídico e policial destinado a reprimir a corrupção no país” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 37).

Na avaliação do partido sobre o Governo Federal nos anos de 2003 e 2006, os investimentos na área social teriam importantes avanços, tais como a diminuição do desemprego, a formalização do mercado de trabalho, a expansão do salário mínimo e do crédito popular, a progressividade na reforma agrária e a transferência de renda. A prioridade ao social seria um objetivo partidário para a superação da desigualdade e da exclusão existente no Brasil. Para o Partido dos Trabalhadores, haveria a necessidade da continuação das reformas na área política, eleitoral, partidária e judiciária, por meio da participação da sociedade e da garantia de novos direitos essenciais para a cidadania. O



processo em curso não poderia ser interrompido, porque representaria um “novo impulso à mudança histórica anunciada em 2002, iniciada nos últimos três anos, e para cuja aceleração estão criadas condições excepcionais, dentre outros fatores pelas reformas até agora já realizadas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 60).

As reformas estruturais mostraram a opção partidária para a solução da crise brasileira e o direcionamento para a área social. O futuro do Brasil por meio dos “novos” direitos sociais e da cidadania eram viáveis por meio da inclusão de todos. Os objetivos partidários para as reformas estruturais eram a superação da desigualdade, da exclusão e do neoliberalismo e a garantia da cidadania, o que mostrou que a possibilidade da realização das reformas no sistema capitalista, sem questioná-lo e sem submetê-lo aos objetivos dos trabalhadores. Os trabalhadores defendidos pelo Partido dos Trabalhadores, principalmente na década de 1980, se transformaram em cidadãos, e os direitos se tornaram abstratos, no subjetivismo da dignidade e da igualdade.

Para Luiz Werneck Vianna, a mudança da identidade da esquerda na década de 1990 com a valorização da competição eleitoral, a procura do centro político e a apropriação da tradição republicana possibilitaria a vitória nas eleições do ano de 2002 com o projeto político em defesa das políticas sociais, da função do Estado e do crescimento econômico.

Assim, foram recuperados os temas do Estado como agência indutora do desenvolvimento econômico, da questão nacional e, ainda mais importante, da própria idéia de República, cuja noção de bem-comum se viu desprestigiado por duas décadas de mobilizações em que a tônica no agir de cada ator foi a de privilegiar o interesse próprio.<sup>275</sup>

No Governo Federal petista, as reformas estruturais seriam colocadas em prática por meio de Comissões Especiais formadas por deputados federais e senadores, que analisariam e construiriam projetos de lei para serem votados no Congresso Nacional. O diálogo seria um método eficiente para a construção de propostas favoráveis para a sociedade brasileira pelo Executivo e pelo Legislativo. Paulo Paim afirmaria a relevância da reunião com o Vice-Presidente da República – José Alencar – e com o Ministro da Previdência Social – Ricardo Berzoini – com o objetivo de ponderar as reformas em tramitação na Câmara e no Senado. Para o senador, o Parlamento brasileiro teria condições para alterar a proposta original do Governo Federal, sobre a reforma da

---

<sup>275</sup> Pacto social e generalização da representação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1/1/2003.

previdência, e construir uma alternativa que representasse a média do pensamento da sociedade.

Acredito na negociação, acredito no entendimento. A proposta está aqui na Casa e temos a obrigação de debatê-la e colocar o nosso ponto de vista item por item, porque é importante dizer que o papel do Parlamento não é só carimbar propostas que venham do Judiciário ou do Executivo. É discutir, aprimorar, negociar, estabelecer o diálogo com os Ministros correspondentes e até mesmo com o Senhor Presidente da República.<sup>276</sup>

Haveria a necessidade de diálogo e de negociação com a sociedade brasileira, para colocá-la como ator responsável pelas decisões políticas de amplitude nacional. Para Chico Alencar, um governo de esquerda necessitaria de apoio da sociedade para a realização de mudanças no pensamento e na política nacional, para que “organizados politicamente - e essa foi a boa escola do Presidente Lula -, demandem as alterações nas estruturas fundiária e econômica, nas relações de trabalho, jurídicas e políticas do País”.<sup>277</sup>

O Governo Federal petista conseguiria atingir metas fundamentais entre os anos de 2003 e 2006, para a continuação das reformas e a modificação da economia, da sociedade, do humano e do social. Para Virgílio Guimarães, no ano de 2006 o país estaria em condições de crescimento sustentável e justo, por causa do alcance das reformas propostas pelo Governo Federal: “com o maior desenvolvimento da infraestrutura e com essas conquistas, que são objetivos em si mesmo, teremos os instrumentos essenciais para a retomada do crescimento sustentável, justo e socialmente desejável. Essa é a constatação que fazemos”.<sup>278</sup>

Os parlamentares petistas ressaltaram a necessidade de autonomia do Legislativo para decisão das reformas, por meio da prática democrática, da negociação e do entendimento com o Governo Federal e com a sociedade brasileira. A prioridade das reformas para a área social foi o projeto político defendido pelo Governo Federal, com a defesa da função do Estado e do crescimento econômico por meio do direcionamento para o “bem comum”, que representou a inclusão de todos nos objetivos reformistas. O “bem comum” mostrou a pulverização dos direitos e das lutas dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e dos servidores públicos, que se submeteram as suas reivindicações aos objetivos republicanos e ao entendimento. O “bem comum” era mais

---

<sup>276</sup> Diário do Senado Federal. 31/5/2003, p. 13863.

<sup>277</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 119, 1/8/2003, p. 36036.

<sup>278</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 114, 30/6/2006, p. 32872.

uma opção política na tentativa de incluir as expectativas e os anseios da sociedade brasileira, e as reformas eram valorizadas como solução para os problemas estruturais do país.

Para o Partido dos Trabalhadores, haveria a necessidade da reforma agrária por meio da terra, do emprego e do financiamento para os trabalhadores rurais, para a criação de um mercado interno de bens de consumo e um projeto de desenvolvimento sustentado por meio da agricultura familiar. A reforma agrária contribuiria para erradicar a fome e o desemprego no país, proporcionar segurança alimentar, acabar com a violência e a impunidade no campo, e combater a concentração fundiária: “a implantação de um verdadeiro Programa de Reforma Agrária deverá contar, entre outros instrumentos, com o concurso da desapropriação da grande propriedade rural improdutiva, nos termos da Constituição Federal” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 28).

As propostas parlamentares sobre como fazer a reforma agrária no país seriam: a realização de auditoria na dívida externa para conhecimento e aplicação de recursos da dívida na reforma agrária; retirada do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, por defender interesses do agronegócio; investigação dos crimes cometidos pelos latifundiários; e o corte dos benefícios financeiros concedidos aos latifundiários brasileiros. Neste ponto o Governo Federal petista, com os investimentos no PRONAF, a renegociação de dívidas dos agricultores, a criação do Seguro Safra e do Programa Conviver no Semi-Árido, mostraria ações concretas para as políticas agrícola e agrária no país. Para José Pimentel, a meta colocada pelo Governo Federal seria assentar todos os trabalhadores acampados no país, caberia “aos homens e às mulheres de boa-fé dar um voto de confiança ao Governo e ajudar a promover a paz no campo e realizar uma verdadeira reforma agrária em nosso País”.<sup>279</sup>

Os argumentos defendidos pelos parlamentares petistas para a realização da reforma agrária no Brasil seriam: o combate e a geração de empregos no campo direta e indiretamente, a produção de alimentos, a concretização da paz no campo, a melhoria da distribuição da terra e da renda, a garantia do preço justo para os alimentos, a geração de mais produtividade e a melhoria dos salários.

As dificuldades existentes no país para a realização da reforma agrária seriam: o uso da violência pelos latifundiários, a omissão do Governo Federal sobre a violência

---

<sup>279</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 94, 27/6/2003, p. 29606.

praticada no campo, a morosidade nas desapropriações, nas arrecadações das terras devolutas e nos assentamentos de famílias. Para Adão Pretto, os limites impostos pela Constituição Federal de 1988 para a execução da reforma agrária mostrariam a dificuldade de colocá-la em prática com a desapropriação de terras improdutivas “porque o índice utilizado para avaliar a produtividade é muito baixo. E quando os fazendeiros sabem que o Governo está negociando uma área, a UDR, organizada, vai atrás do proprietário e tenta pagar mais”.<sup>280</sup> Para o deputado federal, a agilidade da reforma agrária aconteceria com a aprovação do projeto de núcleo agrário petista que limitaria a propriedade, pois “enquanto não houver esse limite de propriedade, vamos ter muitas dificuldades”.<sup>281</sup>

As instituições sociais que defenderiam a reforma agrária como Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Nacional Justiça e Paz, CUT, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Fórum Nacional de Direitos Humanos e Terra de Direitos mostrariam que a morosidade governista alimentaria a violência no campo. O MST se mobilizaria para criticar o Governo Federal petista em relação às desilusões geradas nos trabalhadores rurais sem-terra, com as desapropriações e os assentamentos limitados, a falta de abertura de crédito para os assentados, e a falta de reestruturação e de condições operacionais do INCRA. Para Adão Pretto, as mobilizações poderiam “sensibilizar o Governo para a situação das famílias acampadas, que ainda têm esperança de uma resposta positiva, pois além de gerar emprego e renda, a região onde existem assentamentos torna-se altamente desenvolvida”.<sup>282</sup>

Para o deputado federal, ex-agricultor e um dos fundadores do MST no Rio Grande do Sul, a reforma agrária seria o método fundamental, mais econômico e mais eficiente para resolução dos problemas no campo “a reforma agrária no Brasil só será

---

<sup>280</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 153, 16/9/2004, p. 40097.

<sup>281</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 153, 16/9/2004, p. 40097.

<sup>282</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 168, 28/9/2005, p. 47133.

feita quando a sociedade compreender que não vai beneficiar somente o agricultor sem terra, mas toda a sociedade”.<sup>283</sup>

A reforma agrária foi proposta na Constituição Federal de 1988, por meio da desapropriação de terras e da compra de propriedades. A opção do Governo Federal petista pelo respeito às leis e à Constituição era uma dificuldade governista para concretizá-la. O Governo Federal do PT priorizou a agricultura familiar porque não conseguiu votar o limite de propriedade no Congresso Nacional, e não aceitou a crítica das instituições sociais defensoras da reforma agrária, o que mostrou a opção da legalidade para sua realização. Nas circunstâncias viáveis, o Governo Federal petista teve dificuldades para colocar em prática a reforma agrária por causa dos limites constitucionais definidos na Constituição Federal de 1988.

Sobre a reforma previdenciária, os parlamentares petistas a defenderiam como um meio transparente e eficiente para distribuir renda, com financiamento para cada modalidade de benefício, e com a gestão quadripartite entre Estado, empregados, empregadores e aposentados. A nova previdência social deveria conter o princípio da aposentadoria integral para todos, por meio dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tributação sobre lucros, jogos lotéricos e contribuição do empregado e do empregador. Para Paulo Paim, os recursos da previdência social tradicionalmente seriam desviados, o que não poderia acontecer no futuro governo petista, principalmente porque a reforma previdenciária deveria ser “o resultado da ampliação da fiscalização, da adoção de punições severas a sonegação e fraude, da agregação dos milhões de trabalhadores que estão na informalidade”.<sup>284</sup>

A proposta governista teria apoio e defesa na Câmara dos Deputados pelos parlamentares petistas, que acreditariam nas finalidades de inclusão de 40 milhões e 700 mil pessoas, na redução da contribuição patronal, na desoneração da folha de pagamentos, no pagamento de 7% dos autônomos, na gestão quadripartite e deliberativa, na previdência complementar pública e privada, no tempo de contribuição, na recuperação dos créditos e no combate a sonegação e a fraude.

A direção do Partido dos Trabalhadores se reuniria em 12 de maio de 2003, com a intenção de discutir a situação dos parlamentares críticos às reformas propostas pelo Governo Federal petista, principalmente a reforma previdenciária. Para Paulo Paim,

---

<sup>283</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 197, 24/11/2006, p. 51990.

<sup>284</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 176, 3/12/2002, p. 51647.

seria necessário o estabelecimento do “bom” debate para a continuidade do diálogo da reforma no Legislativo e com a sociedade, “um diálogo fraternal, generoso, equilibrado e solidário com aqueles que construíram a história e a caminhada do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.<sup>285</sup> Neste momento, a ocorrência e a continuidade do debate interno seria exacerbada e explícita em conflitos entre parlamentares críticos, direção partidária e Governo Federal. Para Paulo Delgado, a crítica dos parlamentares ao Governo Federal visaria constranger o Executivo, não teria mérito, e nem seria construtiva, por isso “registro, como tenho feito, reiteradamente, nas reuniões internas do meu partido, que a divulgação de posições de confronto com as posições oficiais do nosso Governo devem ser feitas internamente”.<sup>286</sup>

A reforma previdenciária representaria ataques aos direitos dos servidores públicos por meio do compromisso com o FMI, com os fundos de pensão privados e com os sonegadores da Previdência Social para o ajuste fiscal e a continuidade do pagamento das dívidas interna e externa do país. Para Henrique Eduardo Alves (PMDB), a reforma previdenciária enviada pelo Governo Federal retiraria direitos dos trabalhadores por meio da manutenção do redutor de 30% e da taxaçoão dos inativos que pagariam a contribuição de 11% para a previdência após a aposentadoria, o que mostraria o desrespeito ao direito adquirido e trataria o servidor público cruelmente.<sup>287</sup>

Para Luciana Genro, a decisão partidária representaria uma mão de ferro, suspendendo e ameaçando diariamente os parlamentares críticos do Executivo de expulsão do partido. A situação política exigiria uma resposta ao caminho escolhido pelo Governo Federal, porque “nos recusamos a aceitar o pacto de silêncio diante dos absurdos que vêm ocorrendo desde o início do Governo. Felizmente outros também estão rompendo o silêncio”.<sup>288</sup> As críticas à proposta governista para a reforma previdenciária, feitas pela parlamentar, seriam para a consideração pelo Governo Federal da opinião dos movimentos sociais, dos sindicatos e das entidades dos trabalhadores e dos servidores públicos, para acabar com os privilégios, instituir o teto salarial, valorizar os servidores públicos brasileiros e realizar uma auditoria nas contas da Previdência Social, para conhecimento do superávit ou do déficit previdenciário.<sup>289</sup>

---

<sup>285</sup> Diário do Senado Federal. 13/5/2003, p. 10664.

<sup>286</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 76, 31/5/2003, p. 24245.

<sup>287</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 79, 5/6/2003, p. 25429.

<sup>288</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 79, 5/6/2003, p. 25438.

<sup>289</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 89, 19/6/2003, p. 28373.

Haveria a necessidade de debates para aprofundamento da proposta governista, principalmente incluindo as contribuições da sociedade para a ampliação dos direitos e do entendimento com o Executivo. Para Chico Alencar, não haveria uma reforma da previdência social, mas sim a alteração do regime próprio dos servidores públicos, com o nivelamento dos direitos dos trabalhadores públicos com os trabalhadores da iniciativa privada.<sup>290</sup>

O procedimento democrático adotado na Câmara dos Deputados por meio do diálogo, da negociação e do entendimento com os prefeitos, os governadores, os senadores, o Poder Judiciário, as centrais sindicais e os empresários brasileiros, seria questionado no dia da votação da proposta. O presidente da Câmara dos Deputados teria convocado o Pelotão de Choque da Polícia Militar para dar segurança aos deputados federais no dia da votação no plenário, da proposta defendida pelo Governo Federal petista porque acreditaria que a presença dos movimentos sociais no Legislativo geraria uma turbulência entre a perspectiva da sociedade e a proposta parlamentar.

Para Babá, o Pelotão de Choque da Polícia Militar seria convocado para rodear a Câmara dos Deputados, reprimir os trabalhadores e impedir a entrada dos servidores públicos que queriam acompanhar a discussão sobre a reforma previdenciária. Para o deputado federal, o Pelotão de Choque seria o setor mais reacionário da Polícia Militar e teria sua ação nas dependências da Câmara dos Deputados corroborada pelo presidente da Câmara dos Deputados – João Paulo Cunha – que ignoraria a pressão dos servidores públicos pela continuidade dos seus direitos e corroboraria a falta de legitimidade da reforma previdenciária defendida pelo Governo Federal petista.<sup>291</sup>

A atitude dos movimentos sociais seria considerada intolerante à ordem social e à liberalidade do Parlamento brasileiro. Para Paulo Delgado, a atitude do Presidente da Câmara dos Deputados – João Paulo Cunha – teria sido de um líder que se envolveria no conflito e impediria o prevailecimento da minoria, o que representaria o desafio do PT: “chegamos ao Congresso Nacional na condição de partido dos trabalhadores, mas só vamos progredir se nos transformarmos em partido do povo, dos pobres, sem impedir

---

<sup>290</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, n.º. 108, 17/7/2003, p. 33936.

<sup>291</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, n.º. 113, 24/7/2003, p. 34777. Por causa da postura crítica do deputado federal Babá, o parlamentar estaria, segundo ele mesmo, “sendo ameaçado de expulsão do Partido dos Trabalhadores por me recusar a votar favoravelmente à proposta”. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, n.º. 113, 24/7/2003, p. 34777.

que outros promovam sua organização, porque não podemos aceitar que a sociedade brasileira tenha apenas um partido”.<sup>292</sup>

O discurso crítico à proposta governista seria considerado reacionário, caluniador, aproveitador, irresponsável e privilegiado pelo deputado federal Fernando Ferro, discurso que tentaria impor ao Governo Federal a vontade dos servidores públicos, o jogo rasteiro da oposição, da acusação e do oportunismo. Para o parlamentar, o processo democrático da reforma previdenciária exigiria a participação, a pressão, o confronto e o conflito com a sociedade brasileira, e a autonomia da Câmara dos Deputados diante da vontade do Executivo. Para o deputado federal, o compromisso dos deputados seria com a democracia e com o repúdio à repressão, à violência e à truculência como método de ação política, pois não seria “por esse caminho que vamos resolver os nossos problemas. Muito pelo contrário, é pelo diálogo, pela negociação, pelo respeito, com os quais estamos acostumados. Temos de continuar desse jeito”.<sup>293</sup>

Para Luiza Erundina (PSB), ex-deputada federal petista, a proposta governista seria precária e insuficiente, por não apresentar soluções para os problemas estruturais da seguridade social no país.<sup>294</sup>

Para Rubens Ricupero, a aprovação da reforma da previdência na Câmara seria um caminho para o Governo Federal deter a inflação e mostrar sua determinação reformista, o que demonstraria ao mercado, um momento necessário para o corte nas taxas de juros para consolidação de um crescimento solidário e distributivo. A vitória da proposta governista na Câmara representaria a coragem na ação política e “o presidente e o ministro da Fazenda já demonstraram compreender essa verdade e desejam retomar o desenvolvimento o quanto antes. A vitória parlamentar oferece-lhes a oportunidade em bandeja de ouro. O momento de aproveitá-la é já”.<sup>295</sup>

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados teria falhado nas prioridades, nos métodos e nos méritos propostos, por não fazer nada pelos pobres, por não incluir 40 milhões de trabalhadores, por não dar condições dignas de trabalho e salários justos ao funcionalismo público, e por privilegiar os fundos de pensão e o risco do mercado. Para Luciana Genro, outra deputada do PT expulsada por não votar conforme a orientação do PT, a aprovação da Câmara mostraria a continuidade do desmonte do Estado, da vilanização dos servidores públicos e dos interesses do FMI: “a reforma da Previdência

---

<sup>292</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 114, 25/7/2003, p. 34995.

<sup>293</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 123, 7/8/2003, p. 36965.

<sup>294</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 123, 7/8/2003, p. 37054.

<sup>295</sup> O tempo de crescer é já. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/08/03.



não faz nada pelo Brasil. Ela se insere no contexto de desmonte dos serviços públicos, promovido pelo modelo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso”.<sup>296</sup>

Chico Alencar argumentaria sobre o momento decisivo da vida partidária do PT por causa do ano de contradições, de dificuldades e de transição do partido oposicionista para o partido governista. O deputado federal entenderia que a punição drástica de expulsão dos parlamentares por causa do voto contrário à reforma previdenciária seria incoerente, uma vez que a temática da previdência social sempre teria sido uma questão muito polêmica internamente no Partido dos Trabalhadores. Na concepção do parlamentar, a divergência seria importante na vida partidária e “se for o caso, a ponto da dissidência em questões mais essenciais aos rumos do País. No entanto, temos de terminar este ano na pacificação”.<sup>297</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, as reformas propostas pelo Governo Federal no ano de 2003 corroborariam a perspectiva anti-Estado da origem do Partido dos Trabalhadores e de Lula, “de um lado, foi politicamente muito arriscada, pois tocou em setores organizados que podem ser minoritários, mas têm grande capacidade de comunicação capilar com o resto da sociedade. De outro lado, torna bastante vulnerável as chamadas carreiras estratégicas do Estado”.<sup>298</sup>

A década de 1980 mostraria o Partido dos Trabalhadores irredutível na negociação política com o Estado, como recurso para a manutenção da autenticidade partidária. Na década de 1990, o PT mudaria a perspectiva com a concepção da política por meio de acordos, de negociações e de alianças, e a revalorização do Estado, do público, da soberania nacional e do Parlamento. “Para o mundo lá fora avançar, tem de respeitar a dinâmica interna do Parlamento, pois é onde se votam as leis. Para votar boas leis, é preciso fazer alianças”.<sup>299</sup>

Para o articulista, a mudança mostraria que o Governo Federal e o PT se tornariam de centro-esquerda e seria um processo feito pela direção partidária, sem justificativas às bases e sem a democracia interna. Neste momento, o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores representariam as mudanças moderadas, concebidas como positivas, para a construção de novas possibilidades para o futuro do país.

---

<sup>296</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 138, 28/8/2003, p. 40670.

<sup>297</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 203, 28/11/2003, p. 64796.

<sup>298</sup> VIANNA, Luiz Werneck. A identidade é mudar, e não adaptar. *Teoria e Debate*, ano 17, nº. 56, dez. 2003/jan.2004, pp.8-12.

<sup>299</sup> VIANNA, Luiz Werneck. A identidade é mudar, e não adaptar. *Teoria e Debate*, ano 17, nº. 56, dez. 2003/jan.2004, pp.8-12.

A crença na reforma previdenciária mostrou aos servidores públicos do Estado brasileiro que o Governo Federal e o PT não se limitaram às suas reivindicações. O objetivo era nivelar a previdência social com a inclusão de todos os brasileiros, sem diferenciá-los por suas funções sociais. A crítica à proposta governista com a continuidade do dismantelamento do Estado, a improvisação e a agilidade da aprovação, mostrou a similaridade entre o último e o atual Governo Federal em relação aos funcionários públicos: não negociar, particularizá-los da sociedade brasileira e, questionar seus privilégios. O argumento democrático da valorização dos servidores públicos brasileiros na inclusão de todos ignorou a perspectiva do mercado, com a realização da reforma previdenciária e o direcionamento dos funcionários públicos para os fundos de pensão privados, e se limitou ao compromisso e à moderação das mudanças democráticas e a transformação do PT em partido dos pobres e do povo.

No Senado, a proposta governista seria criticada pela ausência da aposentadoria integral para todos, da vinculação dos vencimentos dos aposentados e dos pensionistas ao salário mínimo, e do diálogo entre os parlamentares e os trabalhadores públicos e privados. Os critérios exigidos pelo senador Paulo Paim para a reforma da Previdência Social seriam: a paridade do servidor público e do servidor aposentado, o aumento do valor das pensões, o nivelamento do servidor público ao regime geral da previdência, o princípio da integralidade na aposentadoria, a retirada do fator previdenciário como redutor da aposentadoria e a crítica aos fundos de pensão. Para o senador, haveria a necessidade da criação de alternativas: “o Plenário do Senado nos dá condições de realizar um debate qualificado, tranqüilo. Aqui, ninguém é contra ninguém. Somos a favor de construir uma proposta que busque a justiça social. É isso que queremos”.<sup>300</sup>

A atitude do Governo Federal petista por meio do Ministro da Previdência – Ricardo Berzoini – em negar a receber a proposta do Senado para a reforma previdenciária mostraria um desrespeito à instituição parlamentar e falta de vontade para dialogar com a sociedade brasileira. Para Paulo Paim, o andamento das reformas seria ágil por meio do diálogo, do “bom” senso, da diplomacia e da elegância entre os poderes, por meio de debates equilibrados e respeitosos.

Agora, se for necessário um gesto forte, como eu disse, um gesto extremo, não tenham dúvidas de que o tomarei. Não vejo nenhum problema em tomar uma atitude extrema, desde que eu entenda que esse gesto mais extremado vai ajudar, de fato, a melhorar essa reforma e a defender os interesses dos

---

<sup>300</sup> Diário do Senado Federal. 3/6/2003, p. 14082.

trabalhadores da área privada, do serviço público, dos aposentados e também dos pensionistas.<sup>301</sup>

O Executivo petista reconheceria o erro na imposição da reforma previdenciária e proporia reuniões entre os poderes e os servidores públicos federais, para a negociação dos efetivos previdenciários para o funcionalismo público. Neste momento, o Senado seria favorável à reforma previdenciária, com a inclusão dos trabalhadores do mercado informal, do percentual de recursos dos fundos de pensão, das mudanças na transição e na paridade, que seria feito pela Comissão Mista, e o debate com a sociedade brasileira. Para Paulo Paim, o Legislativo teria a responsabilidade para “deliberar sobre a redação final em proposta de emenda à Constituição, mas é importante que se ouçam todos aqueles que querem colaborar para esse grande acordo sobre a PEC da Previdência”.<sup>302</sup>

A postura crítica do Senado Federal mostraria a reivindicação da autonomia política para contribuir e aprofundar o debate para melhoria da proposta aprovada na Câmara dos Deputados, que incluiria o subteto, a integralidade, a paridade, a preservação do poder aquisitivo, as remunerações e as pensões. A apresentação da emenda paralela à reforma previdenciária no dia 8 de outubro de 2003 seria encarada como surpresa pelo Senado e entendida como um acordo realizado pelo Governo Federal, os senadores e os deputados federais, de que as propostas do Legislativo seriam incluídas, votadas e aprovadas. Para Paulo Paim, o Senado teria a capacidade para a construção de um entendimento favorável a sociedade brasileira por meio da reforma previdenciária, e por isso preferiria “construir um processo de negociação que atenda em grande parte aos interesses dos servidores públicos a partir para o tudo ou nada”.<sup>303</sup>

A morosidade na aprovação da PEC paralela pela Câmara dos Deputados no ano legislativo de 2004 mostraria a necessidade de cumprimento do acordo entre o Executivo e o Congresso Nacional para a manutenção do bom relacionamento entre os poderes. Na PEC paralela seriam garantidos os direitos de paridade e de integralidade, da regra de transição geral, do teto nacional, da isenção de contribuição dos inativos e dos pensionistas, das aposentadorias especiais e da inclusão previdenciária. Para Paulo Paim, “se a PEC nº. 77 não for aprovada como foi acertado, inclusive com a redação

---

<sup>301</sup> Diário do Senado Federal. 7/6/2003, p. 14634.

<sup>302</sup> Diário do Senado Federal. 15/7/2003, p. 17987.

<sup>303</sup> Diário do Senado Federal. 26/11/2003, p. 38662.

desses assuntos que citei, com a participação do Ministro Berzoini, estou fora. Prefiro encerrar a minha vida parlamentar com este mandato a participar de uma farsa”.<sup>304</sup>

No ano de 2004, o senador teria confiança na aprovação da PEC paralela pela Câmara dos Deputados, que corroboraria a unanimidade votada pelo Senado, relativa à paridade, à transição, ao subteto, à aposentadoria para donas de casa, a previdência para os desempregados e ao controle social. Para Paulo Paim, a Câmara deveria restabelecer a votação do texto aprovado no Senado, para não desfazer o entendimento entre o Legislativo e o Executivo, e para ignorar a questão ideológica em temáticas importantes para a sociedade brasileira, pois não importaria “se a proposta é do PFL, do PSDB, do PT ou do PSB. Se é boa para o País, se é boa para a Nação, não tenho problema nenhum de votar”.<sup>305</sup>

A morosidade da Câmara dos Deputados na votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) paralela no ano de 2004 prorrogaria sua votação para o ano de 2005. O Senado não faria objeção à votação realizada na Câmara, o acordo construído pelos deputados teria apoio dos senadores e “se assim ocorrer, não criaremos obstáculos. Assim sendo, espero que a PEC paralela seja votada e promulgada ainda neste semestre”.<sup>306</sup> A aprovação na Câmara acontecida no dia 16 de março de 2005 não respeitaria o acordo realizado no Senado, por isso haveria a necessidade de entendimento e de diálogo entre os senadores para aprovação do projeto que beneficiaria 10 milhões de brasileiros.

Para Paulo Paim, a aprovação da PEC paralela no dia 30 de junho de 2005 no Senado representaria o “momento importante do Parlamento brasileiro em que o acordo entre as partes foi efetivamente cumprido”.<sup>307</sup> A satisfação pela aprovação da PEC paralela mostraria a funcionalidade dos parlamentares no país, corroborando na vitória do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, o que dimensionaria a meta da luta parlamentar na vitória que “nos lava a alma porque ela colabora em nossa caminhada pela construção de um país melhor”.<sup>308</sup>

Assim, as futuras reformas da previdência deveriam garantir o poder do salário concedido há época da aposentadoria, a equidade e os direitos conquistados pelos trabalhadores, a universalidade, a integralidade e a irredutibilidade dos vencimentos, a

---

<sup>304</sup> Diário do Senado Federal. 24/1/2004, p. 1278.

<sup>305</sup> Diário do Senado Federal. 8/7/2004, p. 21463.

<sup>306</sup> Diário do Senado Federal. 17/3/2005, p. 5159.

<sup>307</sup> Diário do Senado Federal. 2/7/2005, p. 21907.

<sup>308</sup> Diário do Senado Federal. 7/7/2005, p. 22377.

gestão quadripartite, a auditoria nas contas da seguridade social, a arrecadação pela folha de faturamento do empregador e o fim do fator previdenciário. As reformas deveriam ter a capacidade de resolução do problema previdenciário: a má gestão feita durante os anos passados. Para Paulo Paim, a previdência social brasileira teria viabilidade e seria suficiente “aumentar a fiscalização e melhorar a gestão. Com isso, haveremos de mostrar que não há necessidade de fazermos uma outra reforma na Previdência”.<sup>309</sup>

A isenção ideológica da reforma previdenciária no Senado ignorou a pressão existente dos funcionários públicos e dos fundos de pensão como atores políticos que participaram diretamente do projeto reformista. O Legislativo questionou a radicalidade da aprovação da proposta governista sem intervenção parlamentar, o que mostrou a ausência da prática, no Governo Federal petista, dos métodos necessários para as reformas estruturais do Estado brasileiro: o diálogo, a negociação e o entendimento político. Os critérios defendidos para a aprovação da reforma previdenciária no Senado demonstrou a crença dos senadores na prioridade da reforma da previdência social para a sociedade brasileira, sem ouvi-la e sem questioná-la. A questão ideológica com a viabilidade da previdência social, por meio da qualidade da gestão, mostrou a opção do projeto político do PT pela reforma previdenciária.

O Partido dos Trabalhadores se posicionaria contrariamente ao projeto do Governo Federal do PSDB de reforma trabalhista, que representaria a eliminação, a precarização e a exploração das mínimas condições trabalhistas para milhões de trabalhadores brasileiros, por meio da ofensiva e da “implacável cruzada internacional do neoliberalismo para desregular e liquidar direitos trabalhistas fundamentais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 48).

Sobre a reforma trabalhista, os parlamentares petistas acreditariam que a proposta defendida no Congresso Nacional pelo Governo Federal do PSDB entre os anos de 1999 e 2002, teria a função de modificar os artigos sétimo e oitavo da Constituição Federal de 1988. O objetivo seria a flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, tais como 30 dias de férias, acréscimo de um terço na remuneração das férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença-maternidade, aviso prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e multa de 40% no ato da dispensa, para serem livres e negociados coletivamente. Para Paulo Paim, o projeto governista

---

<sup>309</sup> Diário do Senado Federal. 12/12/2006, p. 38147.

acabaria com “a CLT e também com grande parte dos direitos sociais da Constituição Federal inseridos no capítulo dos direitos sociais e que dependem de lei”.<sup>310</sup>

Para os parlamentares da base governista, haveria a necessidade da reforma trabalhista, porque no âmbito mundial, por exemplo, os Estados Unidos teriam 5,2% de desempregados e a menor legislação relativa ao trabalho e a Espanha teria 21,6% de desempregados e a maior legislação trabalhista. Ou seja, seria necessária a opção dos parlamentares brasileiros pela proposta trabalhista aplicada nos Estados Unidos. Para José Lourenço (PMDB), o Brasil teria uma lei trabalhista do tempo de Mussolini, o que necessitaria ser modificada, em consonância com os novos tempos, o que não prejudicaria os trabalhadores, pois lhes daria “instrumentos de negociação que vão evitar, sem dúvida alguma, o desemprego. Mas parece que nesta Casa há pessoas que querem o desemprego, porque gera miséria, e a miséria gera votos”.<sup>311</sup>

Para Paulo Paim, a Espanha e os Estados Unidos pagariam um salário mínimo de 1.200 dólares, o que viabilizaria a livre negociação, algo bem diferente da nossa realidade. Em função de perceber a necessidade da discussão, Paim proporia o debate da reforma trabalhista no Congresso Nacional com os movimentos sindicais, os empresários e a OAB ou o estabelecimento do plebiscito para que a sociedade brasileira decida. Para o deputado federal, seria “inadmissível que o Governo queira, num canetaço, anular direitos conquistados durante mais de sessenta anos, a CLT e as leis derivadas do art. 7º da Constituição”.<sup>312</sup> Para Fernando Ferro, a pretensão governista da livre negociação seria uma perversidade para os trabalhadores que receberiam o menor salário mínimo da América Latina, e um constrangimento na aprovação do projeto pela Câmara, que seria pressionada para “aprovar a qualquer custo a mudança nessa legislação. ‘Uma vergonha!’”.<sup>313</sup>

Entre os anos de 2003 e 2006, a proposta de reforma trabalhista defendida pelo PT no Congresso Nacional deveria conter pontos relativos no combate ao desemprego, à redução da jornada de trabalho e o cumprimento das normas existentes para inviabilizar a flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores. Para Paulo Paim, haveria a necessidade “de atualizar a CLT sem revogar direitos adquiridos por um trabalhador tão desprotegido como é o brasileiro. Por isso precisamos de um projeto discutido e

---

<sup>310</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 157, 19/10/2001, p. 51520.

<sup>311</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 183, 28/11/2001, p. 60512.

<sup>312</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 183, 28/11/2001, p. 60515.

<sup>313</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 187, 5/12/2001, p. 62010.

elaborado pela sociedade, com início, meio e fim. Que parta de discussões como esta que fazemos aqui”.<sup>314</sup>

A negociação dos parlamentares com a sociedade brasileira incluiria as assembleias legislativas estaduais, os sindicatos, as federações, as confederações, os aposentados, as centrais sindicais e os empresários, para discussão do impacto da reforma trabalhista para os trabalhadores. Para o senador, o debate sobre os direitos dos trabalhadores poderia acontecer para a adequação aos novos tempos, “mas deixamos muito claro que não acreditamos que essa revisão seja milagrosa”.<sup>315</sup>

O neoliberalismo praticado na década de 1990 teria fechado fábricas, desempregado os trabalhadores, achatado os salários e aumentado a informalidade. O crescimento da economia no ano de 2004, com a recuperação e a criação de 1,2 milhão de empregos formais com carteira assinada, com a segurança dos direitos e a melhoria na renda seriam suficientes para impedir a flexibilização da CLT. Para Paulo Paim, não seria necessária a revogação de direitos dos trabalhadores para a solução do desemprego no país, conforme proposta anterior do PSDB, principalmente porque “a flexibilização da CLT certamente vai atender a outros interesses, mas não aos dos trabalhadores”.<sup>316</sup>

Esta reforma trabalhista não foi aceita no Parlamento, principalmente porque tinha a finalidade de retirar os direitos dos trabalhadores brasileiros, em desrespeito à Constituição Federal de 1988. A base governista acreditou na necessidade de atualização das leis trabalhistas, que eram velhas e não conseguiram impedir o desemprego, o que mostrou a conotação de que o Governo Federal do PSDB tinha como objetivo a eliminação dos direitos dos trabalhadores. A contrariedade à reforma trabalhista demonstrou que os problemas sociais não eram resolvidos mudando as leis constitucionais, e sim por meio da negociação e do entendimento entre os políticos e a sociedade brasileira, que construíram um projeto favorável a todos, sem a necessidade da retirada dos direitos sociais da Constituição Federal.

Sobre a reforma tributária, os parlamentares petistas defenderiam entre os anos de 1999 e 2002 mudanças na arrecadação governamental, para evitar transtornos e perseguições à sociedade brasileira, no combate aos sonegadores de impostos, na flexibilidade do sigilo bancário e fiscal, na implantação do sistema progressivo de

---

<sup>314</sup> Diário do Senado Federal. 13/8/2003, p. 23295.

<sup>315</sup> Diário do Senado Federal. 13/3/2004, p. 6862.

<sup>316</sup> Diário do Senado Federal. 27/8/2004, p. 27935.

impostos, no fortalecimento do pacto federativo, na proteção do Estado nacional e na correção do imposto de renda.

A reforma tributária seria defendida pelos parlamentares petistas como método de luta para combater a deterioração da qualidade e dos impactos sociais das alterações tributárias no Governo Federal do PSDB no país. Para Eduardo Suplicy, o Executivo, entre os anos de 1999 e 2002, seria negligente e irresponsável com as contas públicas do Estado brasileiro, sem a apresentação de dados numéricos, e mobilizando a reforma tributária exclusivamente para “arrecadar, arrecadar e arrecadar. Arrecadar para alcançar as metas de ajuste fiscal estabelecidas no acordo com o FMI”.<sup>317</sup>

A proposta apresentada pela oposição petista no ano de 1995 teria quatro objetivos e princípios equitativos, transparentes e corretivos dos recursos públicos para os três níveis governamentais: condições fiscais para os gastos na área social, para a recuperação do investimento público, para a reversão do desmantelamento do Estado e para alteração da injustiça do sistema tributário, que oneraria os setores de baixa renda. Para Suplicy, haveria a necessidade de participação do Senado “de forma mais ativa da discussão desse tema para não acontecer o que muitas vezes temos visto, ou seja, esta Casa desempenhar o papel de simples carimbadora do que foi aprovado pela Câmara”.<sup>318</sup>

A partir do ano de 2003, o projeto de reforma tributária apresentado pelo Governo Federal petista na Câmara e no Senado, deveria desonerar o produtor brasileiro, para sua concorrência no mercado de exportação em melhores condições, para a distribuição de recursos e de responsabilidades com estados e municípios, a possibilidade do crescimento econômico, da geração de empregos, da justiça fiscal e da participação das pessoas na riqueza da Nação. Para Fernando Ferro, a prática desenvolvida no Congresso Nacional para a reforma tributária teria sido transparente e democrática com diálogo entre os parlamentares, os prefeitos e os governadores. A proposta do Executivo petista teria o mérito de tentar reverter a tragédia herdada pelo Estado brasileiro, e “isso é o que deve provocar todo esse estranhamento na base da Oposição, que se está recusando a realizar um debate democrático. Não estamos impondo nada; estamos apoiando e aprovando, dentro desse debate, o tramitar da reforma tributária”.<sup>319</sup>

---

<sup>317</sup> Diário do Senado Federal. 17/8/2000, p. 17079.

<sup>318</sup> Diário do Senado Federal. 17/8/2000, p. 17079.

<sup>319</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 143, 4/9/2003, p. 42141.



A proposta dos parlamentares petistas para a reforma, receberia críticas dos empresários nordestinos, que teriam seus privilégios cortados, e da deputada federal Luciana Genro, que argumentaria sobre a falta de debate no dia da votação do projeto de lei, assim como sobre a manutenção da Desvinculação de Recursos da União (DRU) e da CPMF como impostos federais. Para Luciana Genro, sua votação contrária à reforma tributária seria utilizada no processo de sua expulsão do PT, mas sua consciência e a coerência pessoal sairiam intactas, por não “compactuar com uma reforma tributária que mantém a injustiça fiscal no País, tributando os assalariados e os pobres, deixando os ricos com as mãos livres para acumular riqueza e propriedade”.<sup>320</sup> Fernando Ferro veria a situação desta votação como positiva, assim como Paulo Delgado. Segundo Ferro, a votação da reforma tributária teria a característica pessoal do presidente da Câmara – João Paulo Cunha – na condução competente e democrática das negociações com a sociedade brasileira. Para o deputado federal, a vitória na votação estaria relacionada “graças à competência pessoal do nosso Presidente, que, com habilidade, humildade, mas ao mesmo tempo com muita generosidade, foi capaz de promover essa negociação da qual todos nós participamos. Considero que foi um grande momento do Parlamento brasileiro”.<sup>321</sup>

Para Rubens Ricupero, a vitória nas eleições no ano de 2002 teria construído um sentimento de esperança e alegria na sociedade brasileira, ao passo que nas eleições do ano de 2006, a sociedade estaria abatida e desanimada, com a gravidade da corrupção e com a ausência de punição aos políticos corruptos. Para o articulista, a revisão da legislação partidária e eleitoral, da manipulação pelos meios de comunicação, da falta de profissionalização no serviço público e da punição aos corruptos e aos crimes políticos, deveria ser realizada e cumprida pelos políticos brasileiros, em obediência às leis.

O esgotamento do programa de reformas do passado não evitou a deterioração a que se assiste dos costumes políticos. Para alguns, isso prova que as reformas são inúteis, quando apenas prova que, se certos problemas do passado foram resolvidos, outros, velhos e novos, continuam à espera de solução.<sup>322</sup>

A proposta defendida no Congresso Nacional contribuiria para combater os desequilíbrios regionais, acabar com a guerra fiscal, por meio da unificação das

---

<sup>320</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, n.º. 143, 4/9/2003, p. 42276.

<sup>321</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, n.º. 144, 5/9/2003, p. 43143.

<sup>322</sup> Questão de decálogo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01/10/06.

alíquotas de ICMS como critério de capacidade de arrecadação e aumentar 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Para Virgílio Guimarães, a partir da votação da reforma tributária, o Congresso Nacional estaria mais maduro, mais tranqüilo e mais gratificante para a condução das reformas estruturais.

Sei que foi grande a decepção do povo brasileiro com a reforma tributária, mas é preciso dizer que igualmente grande foi a frustração de quem aqui estava sentado, ante a inércia resultante não dos Parlamentares que tentavam produzir, mas da conjuntura de disputa, de quedas-de-braço e de crises que levaram a Casa ao atoleiro, ao pântano, à areia movediça no processo legislativo. Passada essa fase, acredito, a reforma tributária será um passo importante.<sup>323</sup>

A reforma tributária foi questionada no Parlamento entre os anos de 1999 e 2002 porque representou o anseio do Governo Federal do PSDB na arrecadação, que não conseguiu qualificar o impacto social dos tributos brasileiros. A defesa da participação do Legislativo, para reversão dos tributos na sociedade brasileira, no período de 2003 a 2006 foi conseguida pela característica pessoal do presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal João Paulo Cunha, com o objetivo de se promover a justiça e a riqueza da Nação. A perspectiva dos parlamentares petistas mostrou a personalidade da política e a crença em conceitos abstratos para a solução de problemas sociais concretos, especificamente a desigualdade dos tributos entre os trabalhadores e os ricos no país. A prática política pessoal ignorou a pressão da sociedade, dos trabalhadores e dos empresários, para o acontecimento da reforma tributária no Brasil, das decisões direcionadas para a prática de políticos capacitados, sem a participação de todos e a crença em uma habilidade única e subjetiva do presidente da Câmara dos Deputados como solucionador dos problemas tributários do país.

#### **3.4 A relação entre o Governo Federal petista e os parlamentares: apoio, crítica e silêncio.**

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, o PT definiria a necessidade de fortalecimento do espaço público, espaço no qual a sociedade deveria criar “novos” direitos e de ampliação da democracia, conjuntamente com a representação parlamentar. Para o partido, o Estado democrático de Direito deveria permitir e unir o experimentalismo político da democracia

---

<sup>323</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 185, 7/11/2006, p. 49237.

representativa – luta institucional – e da democracia direta – luta social – constituindo-se em espaços políticos para derrotar o Governo Federal do PSDB, “especialmente nos parlamentos, aprofundando denúncias, bloqueando iniciativas antipopulares e apresentando propostas alternativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 21).

O Partido dos Trabalhadores tentaria romper a inércia existente entre a instituição e a sociedade brasileira, com as divisões internas no partido, na CUT, na UNE e na CMP, para a superação dos desafios. Internamente, a reafirmação da subordinação dos parlamentares, das propostas, dos projetos de lei e do mandato as decisões partidárias mostraria o temor do PT na perda dos mandatos e da política personalista que privilegiaria o candidato e ignoraria a instância partidária.

72. As bancadas terão seu representante nos diretórios e respectivas executivas; no Diretório Nacional e na CEN a representação será do líder no Senado e na Câmara Federal. As bancadas de parlamentares (que são instâncias do partido) estão subordinadas às instâncias de direção partidária, aos princípios programáticos do PT e devem observar todas as Resoluções adotadas pelos Diretórios correspondentes e demais instâncias superiores do partido. As propostas de políticas públicas do partido, bem como os projetos de lei dos parlamentares, devem ser elaboradas conjuntamente, envolvendo os parlamentares, os dirigentes, as secretarias e respectivas assessorias. O parlamentar, desde sua indicação como pré-candidato a cargo legislativo reconhece que todo mandato eletivo pertence ao partido e que suas instâncias poderão adotar as medidas necessárias para reter esse mandato quando deixar a legenda ou dela for desligado. A candidatura nata no PT não existe. Todo parlamentar petista deve combater com rigor qualquer privilégio ou regalia decorrente do cargo que ocupa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 28-29).

Para Luiz Werneck Vianna, o projeto político da esquerda no fim da década de 1990 e no começo dos anos 2000, seria a inclusão de todos, como método de luta para vencer o neoliberalismo presente na década de 1990 no Brasil.

Enfrentar, nas lutas práticas e em teoria, a poderosa coalizão que vem sustentando a reforma neoliberal, além de levar a esquerda à revalorização do tema republicano e da questão nacional, tem-lhe demonstrado a importância das alianças, principalmente com o centro político, com tudo o que ele representa em termos de continuidade da preservação do papel da esfera pública como lugar de promoção do desenvolvimento e da proteção social.<sup>324</sup>

---

<sup>324</sup> VIANNA, Luiz Werneck. A esquerda e os 15 anos de transição. *Política Democrática*, ano 1, nº. 0, outubro/dezembro de 2000.

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, na gestão do Governo Federal do PSDB, o PT definiria a relevância das eleições na Câmara e no Senado, no ano de 2002, para dar viabilidade ao futuro governo de esquerda e para construir um programa alternativo que superaria os impasses políticos, econômicos e sociais do país. A representação parlamentar se constituiria em uma força capacitada para atuar na ruptura com o neoliberalismo, na defesa das reformas, do desenvolvimento autônomo, da justiça social e da participação democrática. Para o Partido dos Trabalhadores, haveria necessidade de “construir uma candidatura e um programa de governo que possam viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 13).

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, com o partido na direção do Governo Federal, o PT destacaria o desgaste partidário na sociedade brasileira, entre os anos de 2005 e 2006, como o único critério da oposição para debilitar o partido e o Executivo petista. A continuidade da luta partidária contra o poder econômico nas eleições seria necessária e “nossas bancadas no Congresso Nacional devem se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 32). Na concepção partidária, os erros cometidos com o gasto de 20 milhões nas campanhas eleitorais no ano de 2004, as “caixas de campanha” e o “caixa dois” mostrariam a urgência na continuidade da luta partidária contra a corrupção e a apropriação de bens e recursos públicos, “as acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 34).

Para o partido, a apuração da crise interna no ano de 2005, provocado pelas práticas inaceitáveis de financiamento de campanhas e de promiscuidade na relação interpartidária, seria relevante para a autocrítica partidária no discurso e na prática, o que impulsionaria a união da militância, reconheceria a herança corruptora e as falhas estruturais do Estado brasileiro, “revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes

trabalhadoras contra a direita e suas práticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 35).

Para as eleições no ano de 2006, a retomada do debate programático contribuiria para a definição dos desafios e dos caminhos para o futuro do país. A participação dos parlamentares petistas, do campo democrático, popular, progressista e socialista seria importante para a análise do capitalismo moderno e para a realização da transição do modelo econômico e social brasileiro. A recuperação do Governo Federal nas eleições no ano de 2006, pela oposição neoliberal, seria inviabilizada pelo PT, quem teria o apoio da base popular, da militância, da eleição do presidente da Câmara dos Deputados e dos resultados da política governista. Para o Partido dos Trabalhadores, a força partidária seria corroborada com “a vitória de candidaturas petistas e de nossos aliados de esquerda, nas eleições para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 42).

A prioridade da luta parlamentar para as denúncias e os bloqueios as propostas neoliberais mostraram a definição política do Partido dos Trabalhadores aos seus parlamentares, exigindo “alternativas” para as soluções dos problemas brasileiros. As expectativas partidárias diante dos parlamentares demonstraram a ampliação das tarefas políticas exigidas pelo PT por meio das mudanças históricas, do rompimento com o neoliberalismo, da justiça social e da participação democrática. A corrupção dos partidários, o distanciamento dos movimentos sociais, a herança corruptora do Estado brasileiro, a defesa de propostas para mudanças políticas e eleitorais, e a autonomia partidária diante do Governo Federal, constituíram a tentativa de autocrítica do PT sobre a crise do “mensalão”. O projeto partidário definido acima faria com que a corrupção na política fosse considerada como “falha” do Estado, e a reforma política como suficiente para solucionar os problemas eleitorais e políticos. O reconhecimento do apoio social para a vitória do Partido dos Trabalhadores e o impedimento dos neoliberais de retornarem ao Governo Federal mostrou a suficiência do projeto político partidário.

A falta de um projeto político capacitado para a construção e a mobilização da sociedade brasileira para a defesa das reivindicações e das expectativas sociais se restringiu, no argumento de Luiz Werneck Vianna, às alianças políticas e a defesa do público, do desenvolvimento e do social para derrotar o neoliberalismo. A construção do projeto político, desenvolvimentista e social para o país, teria sido realizada sob os olhos republicano e nacional, que continuou com a proposta da inclusão de todos,

ignorou a existência da desigualdade política, econômica e social no país e nivelou a heterogênea sociedade brasileira em sentimentos abstratos como República e Nação.

O Governo Federal petista foi analisado pelos autores Valter Pomar (2005), José Genoíno (2006), Daniel Aarão Reis (2007), João Marcelo Ehlert Maia (2007), Pedro José Floriano Ribeiro (2008), Erilene Araújo (2008) e David Fleischer (2009). As interpretações dos autores, que se seguem abaixo, mostrarão os acontecimentos políticos ocorridos entre os anos de 2003 e 2006 por meio da relação do Governo Federal com a burguesia, da autonomia partidária, da opção pelas causas sociais, do pragmatismo político, do partido como correia de transmissão do Executivo, das mudanças na direção partidária e na administração governamental.

Na perspectiva de Pomar (2005), haveria a necessidade de definição do sentido geral das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores, principalmente com a vitória nas eleições no ano de 2002. Teriam sido iniciadas com a ascensão do neoliberalismo e a crise do socialismo na década de 1990, que possibilitaria a hegemonia do capitalismo e a valorização da defesa da democracia como método universal pela esquerda. O impacto no PT levaria o partido à moderação, incorporando aspectos da agenda neoliberal e os interesses do capital financeiro internacional. Para o autor, a temática do crescimento econômico tornar-se-ia hegemônica na década de 1990 para o partido, com o abandono do socialismo e com a conversão para o nacional-desenvolvimentismo, por meio da ética na política, do combate à exclusão, do desenvolvimento e da defesa da Nação. “À medida que o PT interiorizou *categorias genéricas* e reduziu a influência da análise de classes e do socialismo, cresceu sua subordinação à hegemonia burguesa, através da centralidade conferida ao *crescimento econômico*” (POMAR, 2005, p. 157).

Entre os anos de 2003 e 2005, a relação entre o Governo Federal, o PT e a burguesia estaria entre o apoio explícito e o silêncio obsequioso. A indicação de burgueses para ocupação de ministérios, a ampliação da concessão ao grande capital, a autonomia do Ministério da Fazenda, a composição e a instabilidade do Congresso Nacional, e o ataque e a desmoralização dos meios de comunicação, generalizada na crise de 2005, mostrariam ao Partido dos Trabalhadores as dificuldades do Governo Federal para definição de um projeto político para o país. A manutenção da política econômica neoliberal, a desorganização das forças sociais e democráticas, e a perda da autonomia vivenciada pelo PT entre os anos de 2003 e 2005 representariam a disputa de hegemonia no interior da classe trabalhadora e na esquerda brasileira. Para Pomar, a

disputa envolveria o Executivo e os ataques direcionados ao Partido dos Trabalhadores e “essa disputa se faz nos marcos de uma disputa mais ampla, entre o PT e a burguesia brasileira, que pretende reconquistar o governo e interditar o conjunto da esquerda” (POMAR, 2005, p. 281).

José Genoíno (2006), na condição de acusado e de participante do que a imprensa nacional denominou “mensalão”<sup>325</sup> reconstruiria a trajetória da esquerda brasileira por meio de suas memórias, as quais revelariam a dimensão humana da crise, “por isso, se as janelas da memória que Genoíno abria eram amplas, é porque através delas buscava no passado algo que lhe conferisse sentido à vida presente” (GENOÍNO NETO, PARANÁ, 2006, p. 15).

A crise acontecida em 2005 no Partido dos Trabalhadores afetaria sua imagem pública, forçá-lo-ia a re-iniciar sua carreira política. Em sua perspectiva, não seria “dramático se eu não voltar a política institucional, não tem nenhum drama” (GENOÍNO NETO, PARANÁ, 2006, p. 101). A carreira parlamentar mostraria que o deputado federal petista, entre os anos de 1983 e 2002, teria muita liberdade internamente, com intensa atuação no plenário, seguindo as orientações do partido, principalmente com a sua escolha para a disputa para o governo do estado de São Paulo e para presidente do PT. Para o militante, “o plenário para mim era uma grande terapia política” (GENOÍNO NETO, PARANÁ, 2006, p. 133).

As eleições no ano de 2002 demonstrariam a falta de explicação e fundamentação do Partido dos Trabalhadores com as bases, por meio de debates internos profundos e legítimos, que conscientizariam sobre a forma de governar o país. No Governo Federal, o PT erraria ao anistiar o governo do PSDB, ao ter como método a negociação para ter a maioria congressual, ao despolitizar a relação entre os aliados e o Executivo para agir na legitimidade e na necessidade do pragmatismo político.

José Genoíno afirmaria que na crise no ano de 2005, a imprensa brasileira estaria julgando absoluta, imperativa e precipitadamente, e transformaria denúncias em verdades inquestionáveis. A atitude do Partido dos Trabalhadores deveria ter sido

---

<sup>325</sup> Para o ex-parlamentar, o mensalão seria o engodo do financiamento de campanha de 2004, e um ano após as denúncias feitas por Roberto Jefferson, “a palavra mensalão perdeu o sentido e foi assumida pela imprensa como sendo qualquer coisa relativa a dinheiro não contabilizado, servia para tudo. Qualquer doação de campanha que não fosse contabilizada virava mensalão. Essa palavra virou uma espécie de marca política para qualificar e condenar o PT e políticos da base do governo. Foi uma espécie de conceito indutivo, não dedutivo, que surgiu de uma indução, não de uma conclusão, foi um conceito preconcebido, um preconceito. A mídia massificou esse conceito de Roberto Jefferson como uma verdade absoluta, mesmo sem provas documentais, materiais. A palavra foi transformada num grande *marketing* da oposição” (GENOÍNO NETO, PARANÁ, 2006, p. 177).

constituída na construção de debates internos sem maniqueísmo, em que seriam esclarecidas as medidas exigidas pelo partido, relativo ao dinheiro não contabilizado, e a imagem de pureza partidária, o que possibilitaria a revisão e a reformulação do PT. Para o militante, o Partido dos Trabalhadores deveria ter construído uma agenda política separada do Executivo, por meio do debate político entre partido e Governo Federal, que valorizaria a formação política de dirigentes e de militantes, por que “sempre trabalhamos com uma bancada em crise permanente: uma hora era formada por quinze, depois por dez, depois por vinte. Além dos quatro dissidentes que saíram da bancada em 2003” (GENOÍNO NETO, PARANÁ, 2006, p. 189).

Na análise de Daniel Aarão Reis (2007), o PT seria caracterizado pela gênese, pelas metamorfoses e pelo triunfo partidário. O triunfo representaria a vitória presidencial na eleição de 2002, em meio à conjuntura de erros dos adversários e preparação profissional das finanças, do discurso e da assessoria de marketing. A administração federal seria marcada pela atmosfera de pressão e de desconfiança, o cumprimento dos compromissos de campanha, sem o sentimento revanchista ao governo do PSDB, e sem uma ampla agenda reformista, o que mostraria a perspectiva de gestão do Estado brasileiro sem audácia e sem programa político. Na base política congressista, a aliança com partidos fisiológicos e conservadores seria criticada e considerada como traição pelos opositoristas do PT e do Governo Federal.

Para Daniel Aarão Reis, a crise no ano de 2005 representaria a retomada da fúria e do moralismo na grande mídia e nos formadores de opinião, nas direitas, nas esquerdas e nos empresariado, que colocariam a honestidade como valor supremo para os homens públicos, “um espetáculo de *ódio de classe*, que fazia muito não se via, jorrava agora com a força das fúrias represadas e dos sentimentos recalçados” (REIS, 2007, p. 525).

O desgaste partidário entre os anos de 2005 e 2006, por meio das denúncias unilaterais das oposições políticas e partidárias, não diminuiria a popularidade de Lula e do PT, que sacrificariam ministros, afastariam lideranças, cassariam mandatos parlamentares e aplicariam políticas públicas de impacto social, tais como a redistribuição da renda nacional. O Partido dos Trabalhadores e o presidente Lula reagiriam à crise do “mensalão” com o enraizamento na sociedade brasileira.

Foram grandes trunfos de Lula a habilidade de articular alianças e de definir um perfil político mais claro – comprometido com as causas populares, com o atendimento das demandas materiais e simbólicas dos pobres das cidades e



dos campos, com políticas distributivas e atenuadoras das trágicas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Também lhe valeram a notória capacidade de comunicação – sobretudo com as camadas populares – e as qualidades, sempre enfatizadas por ele e pelo PT, de um líder que sabe negociar, aberto ao diálogo e à discrepância, construtor de consensos. Não se quer aqui discutir se essas qualidades são efetivas, mas o fato de a imagem delas se ter gravado na imaginação de grande parte do eleitorado (REIS, 2007, p. 530).

João Maia (2007) afirmaria a necessidade de explicar a crise de 2005 no PT, por meio da trajetória e da encruzilhada do sucesso petista com as matrizes intelectuais e morais da gênese partidária. Para o autor, a crise de 2005 no PT mostraria a existência de problemas éticos e políticos na base do governo Lula, e que produziriam impacto profundo sobre o Partido dos Trabalhadores. Seria “inegável a corrosão de suas credenciais simbólicas, em especial de sua bandeira ética, brandida ao longo dos anos 90 como signo diferenciador” (MAIA, 2007, p. 84). As análises da crise interna se dividiriam: para a esquerda, a crise representaria uma traição por meio de alianças espúrias e comprometedoras; para a direita, a crise seria o maior escândalo de corrupção da história republicana; para o centro, a crise seria o uso de caminhos tradicionais no Brasil.

Para o autor, não haveria ineditismo nos processos ilegais realizados internamente pelo PT, não trataria de contaminação, de desvios particulares e de deslumbramento pelo poder, “mas de um processo que afetou boa parte da alta máquina partidária e que, defendo aqui, foi produzida por uma determinada postura diante da grande política” (MAIA, 2007, p. 86). A identidade petista construída por interesses particulares, pela indecisão programática, pela moral na política na década de 1980, mudaria para uma política aliancista e com programa moderado na década de 1990 por meio do taticismo empírico. Para Maia, o taticismo empírico representaria a obrigação cumprida pela chegada ao poder, o enfraquecimento das decisões internas do PT, e não teria sido “acompanhado por uma significativa reorganização das premissas que sustentavam a adesão de militantes e intelectuais ao partido” (MAIA, 2007, p. 91).

Erilene Araújo (2008) analisaria a cobertura feita pela revista *Teoria e Debate*, do caso “mensalão”, por meio de 8 edições com 38 textos direcionados para a política partidária. Para a autora, a crise ocorrida no Partido dos Trabalhadores em 2005 teria a capacidade de alimentar a mídia por meio da transgressão de valores e de códigos morais em que “medalhões do partido, governo e da base aliada estavam envolvidos

num emaranhado de denúncias que se entrelaçavam em diferentes casos de corrupção e formação de quadrilha” (ARAÚJO, 2008, p. 41).

A revista *Teoria & Debate* seria um importante meio de comunicação partidária, que seria editada nacionalmente pelo Diretório Nacional a partir de 1995 e subsidiada pelo fundo partidário. A crise do “mensalão” mostraria na revista *Teoria & Debate* uma paralisia total, em que se constituiriam em quatro interpretações distintas: a reafirmação da identidade do PT com o caráter estratégico, democrático e plural; a defesa da refundação partidária, por meio do reconhecimento da corrupção; a construção da crise pelos liberais e reconhecimento das falhas no Estado brasileiro; a adequação da esquerda ao neoliberalismo e as alianças no Congresso Nacional. Para Araújo, a revista não conseguiria esclarecer a crise partidária, o que deixaria o leitor sem informação, sem reflexão e sem definição política.

A crise derrubaria ministros e funcionários do governo, provocaria a cassação e a renúncia de mandatos parlamentares – como os casos dos deputados federais Paulo Rocha e João Paulo Cunha – e desmantelaria o comando do PT. Para Araújo, o PT chegaria ao Executivo, ignoraria seus princípios históricos, ampliaria as alianças e viabilizaria a manutenção das classes dirigentes no poder.

Com Lula, a crise tinha outro caráter: era ética e moral. Por se tratar de uma administração federal, a desconstrução gradual da ‘lógica da diferença’, que já vinha sendo percebida, ficou mais evidente. O PT pragmático assumiu o lugar do PT dogmático. E o partido, neste período, foi coadjuvante e agiu como ‘correia de transmissão do governo’, sem qualquer autonomia (ARAÚJO, 2008, p. 47).

O Partido dos Trabalhadores teria substituído a discurso ideológico pelo apelo generalista e pela prática social-democrática no Governo Federal. Para Pedro José Floriano Ribeiro (2008), o PT causaria problemas ao Governo Federal, principalmente as tendências internas de esquerda, quem confrontariam os projetos históricos do partido e a realidade econômica e política do país, o que mostraria um desacordo entre a luta parlamentar e a proposta do Executivo para o Brasil.

Os índices de reajustes de salário mínimo, a lentidão na reforma agrária, a abertura dos arquivos do período militar, o envio de soldados brasileiros ao Haiti e a liberação de produtos geneticamente modificados foram as principais questões que conformaram uma espécie de purgatório ideológico do PT nos dois primeiros anos de governo (RIBEIRO, 2008, p. 279).

Para o autor, o PT teria se adaptado ao *modus operandi* da política nacional, com a ocupação de cargos, os conflitos com os partidos aliados, o enfraquecimento partidário, a oligarquização da direção partidária e os fenômenos de corrupção. Para Pedro Ribeiro, a direção nacional do PT teria defendido a proposta governista por meio de “uma revisão claudicante e a reboque do governo, mas suficiente para modificar muitas das posições históricas da legenda” (RIBEIRO, 2008, p. 281). Por isso a crise de 2005 representaria a alteração da fisionomia do Partido dos Trabalhadores com a presença do Campo Majoritário, tendência política interna que dirigiu o partido entre 1995 e 2005, que resultaria “claramente das estratégias e da linha política defendidas até o fim pelo grupo” (RIBEIRO, 2008, p. 289).

A posse do presidente eleito no ano de 2002 teria fechado a transição brasileira para a democracia, com o redirecionamento das prioridades governamentais e das mudanças nas relações entre os cidadãos e o Estado brasileiro. Para David Fleischer, o Governo Federal petista não alcançaria os objetivos de maior participação popular e de inversão da política governamental, e continuaria com a estabilidade econômica, o que teria um alto custo político “o que deixou isolado seu núcleo político e enfraqueceu o apoio do Legislativo ao governo” (FLEISCHER, 2009, p. 247).

A reforma previdenciária mostraria a fragilidade da ampliação das alianças petistas e a exposição pública das “inconciliáveis divergências internas, o PT, então considerado por muitos pesquisadores como o partido mais coeso do Brasil, expulsou vários militantes que tinham persistentemente se oposto à reforma” (FLEISCHER, 2009, p. 252). Os escândalos que aconteceriam entre os anos de 2004 e 2005 manchariam a imagem petista, considerada como administração incompetente, que seria prejudicada pela relutância no compartilhamento do poder e na cooptação individual dos parlamentares pelo Executivo. Para David Fleischer, os escândalos ocorridos no Governo Federal petista seriam “fundamentados no amplo controle de um partido político nacional, e não numa vitória isolada em alguma eleição, na compra de votos no Congresso para aprovar esta ou aquela lei, ou mesmo como acontece em grande proporção, no desejo de enriquecimento pessoal” (FLEISCHER, 2009, p. 259).

O partido, o Governo Federal e a crise do “mensalão” tiveram interpretações diferenciadas por parte dos autores acima citados. A mudança partidária, com a valorização do crescimento econômico, e o abandono e a conversão do socialismo em nacional-desenvolvimentismo, foram consolidadas a subordinação partidária à hegemonia burguesa e aos projetos de combate à exclusão. O Governo Federal petista

definiu pelas causas populares, o atendimento das demandas materiais e simbólicas dos pobres, e as políticas distributivas e atenuadoras das desigualdades. Na crise do “mensalão”, as interpretações consideraram a necessidade de revisão e de reformulação partidária, da crítica ao taticismo empírico e ao enfraquecimento das decisões internas do PT, da subordinação dos princípios históricos partidários ao pragmatismo governista, da adaptação e da alteração partidária realizada pela Direção Nacional e da proposta incompetente e corruptora do partido político constituído nacionalmente.

As análises realizadas ficaram entre o imediatismo e a historicidade das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores. O imediatismo político das mudanças ressaltou o critério pragmático das mudanças e dos “princípios históricos”, que foram direcionados para o atendimento aos pobres e a atenuação das desigualdades na sociedade brasileira. A crítica imediatista não definiu o que eram os princípios históricos negados pelo Partido dos Trabalhadores, o que mostrou a inviabilidade dos critérios éticos e morais para definição da crise do “mensalão”.

Para os imediatistas, como Erilene Araújo (2008) e David Fleischer (2009), a ética e a moral eram critérios ignorados pelo Governo Federal e pelo Partido dos Trabalhadores na crise do “mensalão” no ano de 2005, o que prejudicou a imagem pública construída pelo PT. A análise imediatista não quis entender que a ética e a moral não eram critérios defendidos intransigente e cotidianamente pelo PT entre os anos 1980, 1990 e 2000. A ética era ressaltada pelos parlamentares petistas em casos esporádicos, e por isso, se não fosse contextualizada poderia se transformar em um simplismo conceitual.

A perspectiva histórica tentou localizar as mudanças acontecidas no PT e no Governo Federal. Para Pomar (2005), as mudanças aconteceram entre as décadas de 1980 e 1990, com o abandono do socialismo e a valorização do crescimento econômico; Ribeiro (2008) afirmou a responsabilidade das mudanças realizadas pela Direção Nacional a partir de 1995, que abriu o partido para a sociedade brasileira. Para Maia (2007), as mudanças aconteceram por causa da necessidade de governar o país, e para Reis (2007), a falta de um projeto político do Governo Federal para o país se transformou em um perfil político comprometido com as causas populares e as políticas atenuadoras das desigualdades na sociedade brasileira. A análise histórica localizou decisões e escolhas políticas que responsabilizaram coletivamente o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores pelas mudanças e pelas indefinições nos projetos políticos para o país.

Assim, a perspectiva histórica buscou fontes sólidas para analisar as mudanças internas realizadas pelo PT e pelo Governo Federal, e fugiu do simplismo conceitual da crítica direcionada ao Partido dos Trabalhadores, de traição aos “princípios históricos” ou de uma corrupção nacionalmente construída pelo partido. Na nossa perspectiva, a atuação dos parlamentares por meio do apoio, do silêncio e da crítica contribuirá para a análise e a compreensão dos fatos políticos ocorridos no Governo Federal petista.

O apoio dos parlamentares petistas ao projeto político e aos programas sociais implantados pelo Governo Federal do PT entre os anos de 2003 e 2006 incluiria as áreas social, econômica, da educação, energética, agrária, da saúde, esportiva e geológica.<sup>326</sup> Os objetivos dos projetos políticos e dos programas sociais defendidos pelos parlamentares petistas seriam acabar com a fome no país, produzir alimentos, gerar empregos, realizar a reforma agrária, aumentar a produtividade do agricultor, inclusão social, aumentar o salário mínimo, incentivar o crescimento e a estabilidade econômica, melhorar a distribuição de renda, efetivar a justiça e a cidadania para todos.

A conquista do Governo Federal, por meio da proposta efetiva de mudanças, precisaria de apoio e de confiança dos parlamentares e dos militantes junto ao programa e aos princípios partidários. Para Paulo Delgado, as críticas ao Governo Federal deveriam ser minimizadas, porque “todos no PT querem mudar e estão prontos para a tarefa, mas modelos que se consolidaram durante décadas não se transformam do dia para a noite, pois não foram edificados com pés de barro aceitemos ou não”.<sup>327</sup>

Antônio Carlos Valadares (PSB) constataria que o acordo político do Governo Federal para a viabilidade da maioria parlamentar, mostraria a continuidade do ideal de

---

<sup>326</sup> Na área social: Fome Zero, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Família, homologação de terras indígenas e Programa de Habitação Popular.

Na área econômica: Primeiro Emprego, a recriação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), recuperação da indústria naval, relançamento do Programa Cresce Nordeste, Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro (PROAGUA) Norte e o Programa de Financiamento da Pesca Artesanal (PESCART-Norte), Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio e da Reserva Extrativista Verde para Sempre, fortalecimento da micro e pequena empresa e Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE).

Na área educacional: o Brasil Alfabetizado e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Na área energética: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas, Luz para Todos e Programa Nacional de Biodiesel.

Na área agrária: Plano Safra, Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Na saúde: Farmácia Popular do Brasil, Programa Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Plano Saúde Amazônia, Plano Nacional de Eliminação da Hanseníase, Programa Brasil Sorridente e Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU).

Na área geológica: Programa Geologia do Brasil

Na área esportiva: a Política Nacional do Esporte com os programas Segundo Tempo e Pintando a Liberdade.

<sup>327</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 10, 19/2/2003, p. 2853.

servir ao país, contrariando a perspectiva de descaracterização do Partido dos Trabalhadores. Para o parlamentar da base aliada do governo petista, a atitude do Executivo seria “um atestado vivo e eloqüente ao povo do Brasil e do mundo inteiro de que foi eleito para governar democraticamente e não por cima do Congresso Nacional, não por cima da Câmara dos Deputados nem do Senado Federal”.<sup>328</sup>

Para Paulo Paim, a relação entre o presidente Lula e a sociedade brasileira deveria ter continuidade pela forma direta e pelo entendimento político propiciado pelo discurso presidencial, pois “sem sombra de dúvida, o Presidente Lula se comunica muitíssimo bem com a população e disso é a população que não abre mão. E Sua Excelência também certamente não abrirá mão da forma tranqüila de se comunicar diretamente com a população”.<sup>329</sup> Para Paulo Rocha, os resultados econômicos alcançados pelo país no ano de 2005 se ampliariam e solucionariam problemas nacionais nos próximos anos, porque “o aumento do salário mínimo, a política de microcrédito, o empréstimo aos aposentados são políticas de inclusão no sistema que fazem com que o trabalhador comece a participar do processo de desenvolvimento do País”.<sup>330</sup>

O Governo Federal construiria um inédito sistema de proteção social para melhoria da vida das pessoas, por meio de investimentos sociais, que no ano de 2005 estaria em torno de 14,2% do PIB. Para José Pimentel, os programas sociais mudariam “para melhor e mostram a opção clara do Governo pelos mais pobres e excluídos”.<sup>331</sup> Para o deputado federal, a criatividade das políticas públicas, focadas na melhoria de vida da sociedade brasileira e dos menos favorecidos, mostraria o rumo diferenciado escolhido pelo Governo Federal para a condução do país, que propiciaria “oportunidade para que os milhões de irmãos que até então viviam na exclusão possam prosperar e conquistar sua cidadania”.<sup>332</sup>

Para Paulo Paim, o potencial de crescimento do Brasil, com a diminuição da dívida pública e o aumento da distribuição de renda, teria mais incentivo com o aumento do poder de compra do brasileiro, o aumento nos investimentos internos, o fortalecimento das pequenas empresas, a geração de emprego e de renda, e com a definição da educação como prioridade para o país. Para o senador, a expectativa seria

---

<sup>328</sup> Diário do Senado Federal. 3/9/2003, p. 25804.

<sup>329</sup> Diário do Senado Federal. 1/3/2005, p. 3404.

<sup>330</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, n.º. 64, 30/4/2005, p. 15691.

<sup>331</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, n.º. 105, 30/6/2005, p. 28926.

<sup>332</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, n.º. 105, 30/6/2005, p. 28926.

para que o desenvolvimento “seguido de políticas públicas que objetivassem principalmente a diminuição da desigualdade social”.<sup>333</sup> Para Fernando Ferro, a política do Governo Federal petista relativa à infraestrutura revelaria o fundamento governista, com a dimensão política e social, o respeito e o atendimento às necessidades da sociedade brasileira.

Hoje, estamos reorganizando o Estado brasileiro para prestar os serviços necessários. Precisamos de Estado, sim. Um país socialmente desigual como o nosso precisa de uma máquina de Estado que trabalhe para reduzir essas desigualdades e trazer o desenvolvimento. Devemos reequipar o Estado brasileiro para promover o desenvolvimento sustentável, ambiental e socialmente justo.

Deixo nosso chamamento. Não há retrocesso. No dia 29 de outubro, vamos marchar com o povo brasileiro. É Lula de novo, com a vontade e a força do povo.<sup>334</sup>

O parlamentar parte do pressuposto de que o reconhecimento da necessidade de mudanças para o país e da valorização do Estado definiu a atuação parlamentar no Governo Federal petista. As mudanças eram importantes por meio de um governo democrático, que se sustentou no entendimento político e nos investimentos sociais, e da participação do Estado no desenvolvimento econômico para combater a desigualdade e garantir a cidadania para todos. A escolha política para as mudanças demonstrou a necessidade do Partido dos Trabalhadores em alterar a vida política brasileira e mostrou as limitações constitucionais para concretizá-las, principalmente pelo respeito dos parlamentares às leis vigentes no país.

Assim, as mudanças do Governo Federal do PT aconteceram, com o apoio dos parlamentares petistas, sem prazo e sem pressa para efetivá-las. Os deputados federais e os senadores petistas construíram grandes e otimistas expectativas em relação à atuação do Executivo entre os anos de 2003 e 2006. A crença nas soluções democráticas e no Estado desenvolvimentista foram as opções dos parlamentares petistas ao apoio das políticas públicas defendidas pelo Governo Federal petista por meio das propostas econômicas e sociais do Executivo. Enfim, a definição política do Executivo seria defendida pelos parlamentares como solução para os problemas econômicos e sociais do país.

A crítica ao Governo Federal e ao Partido dos Trabalhadores, entre os anos de 2003 e 2006, seria baseada na incompatibilidade das propostas governistas com a

---

<sup>333</sup> Diário do Senado Federal. 31/1/2006, p. 2457.

<sup>334</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 169, 10/10/2006, p. 46334.

história do PT, na atitude partidária de expulsão dos parlamentares no ano de 2003, e na crise do “mensalão” no ano de 2005. No ano de 2003, a crítica dos parlamentares ao Governo Federal petista estaria direcionada para a morosidade do Governo na apresentação das propostas, ao baixo valor do salário mínimo (R\$ 240,00) que representaria a manutenção do pagamento de juros ao FMI e o debate entre o direito e a intolerância pela divergência partidária.<sup>335</sup>

Os parlamentares críticos ao Governo Federal mostrariam a indignação relativa à rendição governista, por meio das reformas que interessariam ao mercado e ao FMI, e prejudicariam os trabalhadores.<sup>336</sup> Os governistas tentariam silenciar as críticas sob o critério da criação de instabilidade, de deslegitimação e da especulação política, as quais “mostrariam” a confusão intelectual, a demagogia e a contrariedade dos interesses dos parlamentares críticos ao Executivo. Para Paulo Delgado, não haveria glória na crítica de governistas ao Governo, principalmente porque em política não haveria crítica construtiva, se for pública, a crítica sempre seria destrutiva, uma insolência dissimulada. A proposta defendida por Delgado teria sido reiterada “nas reuniões internas do meu partido, que a divulgação de posições de confronto com as posições oficiais do nosso Governo devem ser feitas internamente”.<sup>337</sup> Para Luciana Genro, os parlamentares continuariam a crítica ao Governo Federal e seguiriam “denunciando, reivindicando e apoiando a luta dos trabalhadores. Não permitiremos que nossos mandatos, conferidos pelos trabalhadores, sejam utilizados para atacar a nossa própria classe”.<sup>338</sup>

A atitude partidária, diante da continuidade das críticas ao Governo Federal, seria a expulsão dos parlamentares. A defesa dos críticos mostraria a permanência da coerência política, evidenciando que as decisões partidárias seriam resolvidas administrativamente. Para Ivan Valente, o Partido dos Trabalhadores usaria as expulsões como casos exemplares, em que se negaria ao debate democrático, à construção da unidade na diversidade, e continuaria como uma “correia de transmissão” do Governo Federal. Por isto mesmo, o momento seria adequado para “discutir o conteúdo, o rumo geral do partido, a defesa de princípios e de coerência política”.<sup>339</sup>

---

<sup>335</sup> Discurso da deputada federal Luciana Genro. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 38, 3/4/2003, p. 12202.

<sup>336</sup> Discurso da deputada federal Luciana Genro. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 38, 3/4/2003, p. 12202.

<sup>337</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 76, 31/5/2003, p. 24245.

<sup>338</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 79, 5/6/2003, p. 25439.

<sup>339</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 211, 10/12/2003, p. 66829.



Para os parlamentares expulsos, as histórias de lutas seriam ignoradas pela cúpula partidária, que degeneraria a classe trabalhadora com mudanças ideológicas decorrentes do exercício do poder do Estado, e uniformizaria o PT entre os partidos políticos brasileiros. Para Chico Alencar, a relação entre o Partido dos Trabalhadores e a classe trabalhadora seria essencial na construção da identidade política partidária e a expulsão dos parlamentares mostraria o enfraquecimento, a postergação e a acomodação à governabilidade do poder de Estado. Para o deputado federal, a proposta partidária levaria a “desnaturar o PT, defraudar a esperança que venceu o medo e perder a chance, talvez única em nossa geração, de fazer transformações estruturais com democracia”.<sup>340</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, a expulsão dos radicais representaria a verticalização das decisões pela cúpula do Partido dos Trabalhadores, sem a livre opinião partidária e sem o consenso das convenções, seria uma decisão “do governo para o partido. É o governo que está pautando o PT. O PT tornou-se um partido de Estado, é o centralismo burocrático que prevalece hoje no partido”.<sup>341</sup>

Neste momento, o Partido dos Trabalhadores e o Governo Federal realizariam uma guinada irreversível para o centro, com a função de reformar o *status quo*, o que seria uma tragédia para a esquerda, que não teria suas expectativas praticadas no Governo Federal. Na concepção do articulista, as reformas propostas pelo Governo Federal representariam a radicalização do último governo, sem a participação política da oposição, sem a presença dos formadores de opinião do PT, com a má administração interna do Executivo, e com a perspectiva da continuidade do neoliberalismo e do distanciamento em relação aos movimentos sociais. Para Vianna, o final do ano de 2003 representaria a restrição do partido à correia de transmissão do Governo Federal, em que seria “o Estado que está organizando a posição do partido, e não o inverso”.<sup>342</sup>

A morosidade das mudanças propostas pelo Governo Federal representou a rendição e a acomodação do Partido dos Trabalhadores na direção do Executivo, por meio das relações espúrias com o FMI. A denegação partidária mostrou que a defesa dos trabalhadores foi substituída pela governabilidade com a verticalização das decisões do partido e da opção partidária pela defesa das políticas do Governo Federal. A intransigência oposicionista demonstrou as expectativas criadas no Parlamento, para que houvesse agilidade nas mudanças defendidas pelo PT, revelando a incapacidade da

---

<sup>340</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 217, 18/12/2003, p. 68423.

<sup>341</sup> O PT já se definiu como um partido de centro. *Valor*, São Paulo, 29/12/03.

<sup>342</sup> O PT já se definiu como um partido de centro. *Valor*, São Paulo, 29/12/03.

análise do Congresso Nacional como espaço político, que continha diferentes concepções políticas, que não concordaram com a agilidade das transformações. O ritmo político do Senado e da Câmara dos Deputados era incompatível com a proposta mudancista da oposição ao Governo Federal, e a culpa era direcionada exclusivamente para o Partido dos Trabalhadores.

Os parlamentares governistas não admitiram questionamentos ao Governo Federal, mantendo uma postura de intolerância às dissidências internas partidárias, que mostraram na Câmara dos Deputados e no Senado as diferenças políticas sobre o ritmo das mudanças propostas pelo Executivo. A decisão da expulsão dos parlamentares representou a transformação das divergências em problemas políticos, com a imposição, pela direção partidária, do projeto político para o país, sem diálogos e sem debates internos, demonstrando as mudanças internas ocorridas no Partido dos Trabalhadores. Após o discurso de Paulo Delgado, realizado em 11 de junho de 2003, no qual declararia que “é preciso unidade no Partido dos Trabalhadores, na base aliada, porque estamos, na verdade, trabalhando para mudar a forma de gestão e de organização da sociedade brasileira. Esse é um dado concreto”<sup>343</sup> não haveria nenhum discurso dos deputados federais como apoio à decisão do PT de expulsão dos parlamentares críticos ao Executivo. Houve reação no Senado, os senadores se posicionaram em relação à expulsão da seguinte forma: Eduardo Suplicy pediu ao Diretório Nacional e a Bancada no Senado para reconsiderar e repensar a expulsão da senadora Heloísa Helena.<sup>344</sup> Paulo Paim, Carlos Santana e Adão Pretto incluíram seus nomes no manifesto para a repactuação do PT lançado em dezembro de 2003, contrário às expulsões.<sup>345</sup> Percebe-se que a reação dos parlamentares petistas ficou entre o apoio e o silêncio em relação as decisões internas do partido e a crítica para revisão das expulsões partidárias no Legislativo.

No ano de 2004, as críticas ao Governo Federal e ao Partido dos Trabalhadores tiveram como foco as denúncias em revistas de circulação nacional sobre o caso Waldomiro Diniz – subchefe de assuntos parlamentares da presidência da República –, os baixos índices de popularidade divulgados em jornais, o uso das instituições públicas para o favorecimento do PT, e o nivelamento do Partido dos Trabalhadores aos partidos existentes no país. Os críticos decretaram a morte do PT, colocaram a mudança de

---

<sup>343</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 76, 31/5/2003, p. 24245.

<sup>344</sup> Discurso do senador Eduardo Suplicy. Diário do Senado Federal. 3/7/2003, p. 16902.

<sup>345</sup> Discurso do deputado federal Chico Alencar. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 213, 12/12/2003, p. 68612.

posição partidária como um caso de apostasia e de renegação da trajetória política, com a continuidade da política econômica do último Governo Federal, por meio das decisões do Ministro da Fazenda – Antônio Palocci – e do presidente do Banco Central – Henrique Meirelles – que beneficiaram o FMI e os banqueiros e desvalorizaram os servidores públicos.

Para Babá, a expulsão dos parlamentares, a degeneração, a renegação a luta dos trabalhadores e do povo, bem como o cumprimento do receituário neoliberal, faria a reprodução no PT de “métodos e práticas corruptas que o antigo partido sempre condenou e que o povo brasileiro continua repudiando”.<sup>346</sup> Para Luciana Genro, a queda no índice de popularidade na avaliação do Governo Federal, divulgada nos jornais brasileiros, mostraria a falta de confiança da sociedade brasileira no presidente, para solução dos problemas nacionais. Para a deputada federal, seria o “resultado de uma política econômica que tem trazido desemprego, arrocho salarial, sucateamento e deterioração dos serviços públicos no País. Trata-se da continuidade da política desenvolvida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso”<sup>347</sup>.

A crítica direcionada ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo Federal usou denúncias em revistas e pesquisas de opinião em jornais como sustentação argumentativa para afirmar a morte e a renegação da trajetória política partidária e a falta de confiança da sociedade brasileira. O uso direcionado dos meios de comunicação para a crítica ao Governo Federal mostrou a falta de critérios dos parlamentares expulsos do PT, ao usufruírem de revistas e jornais que não têm preocupações com a classe trabalhadora e que era defendida pelos opositores expulsos. Os parlamentares utilizaram as denúncias para atacar o Governo Federal sem uma crítica interna sobre as intenções e os motivos dos meios de comunicação, era a crítica pela crítica e a denúncia pela denúncia, sem definição e sem projeto político para o país.

No ano de 2005, a crítica ao Governo Federal aconteceu pela tentativa de impedimento da atuação parlamentar, na resolução de casos de corrupção no país, por meio das investigações na CPI, sobretudo em relação à CPI dos Correios. A CPI foi proposta em função de graves denúncias que envolveram os Correios em gravações que continham diálogos sobre o uso indevido de dinheiro público. A oposição valorizou a ética e a investigação da imprensa e os parlamentares petistas reagiram com propostas para a solução da crise do “mensalão”.

---

<sup>346</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 22, 17/2/2004, p. 6228.

<sup>347</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 111, 1/7/2004, p. 30443.

Para Luiz Werneck Vianna, o Governo Federal continuaria o projeto político e econômico do neoliberalismo, com o fortalecimento da dimensão institucional e da valorização da tradição republicana. A proposta política governista seria para a administração econômica do capitalismo, a garantia da governabilidade, a reorientação das políticas públicas e dos programas sociais para a parcela excluída da sociedade. Para o articulista, naquele momento, a decisão governista não seguiria outra alternativa, porque “esse governo representa a auto-reforma do capitalismo brasileiro, não uma manobra tática visando à sua superação, na expectativa de uma conjunção afortunada para uma mudança de rumos”.<sup>348</sup>

Para os senadores petistas, a instalação da CPI dos Correios seria um momento político para ofensiva do PT, sem temor das consequências políticas das investigações e apoiando a vontade popular pela investigação dos casos de corrupção.

Para Eduardo Suplicy, a assinatura dos senadores petistas para a instalação da CPI, seria baseada na história do PT e na expectativa da população, dos filiados e membros do Partido dos Trabalhadores. A CPI seria instalada no dia 25 de maio de 2005, quando teria número necessário de assinaturas no Congresso Nacional, acima de 70 na Câmara e de 25 no Senado. Os senadores petistas debateriam a viabilidade do apoio à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigaria a má gestão pública na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O Diretório Nacional do PT orientaria os deputados federais e os senadores a não assinar o requerimento, por que “nossos opositores no Congresso Nacional usariam a CPI para desestabilizar o Governo, paralisar a administração pública e até os trabalhos do Congresso Nacional. É claro que esse risco existe, já que muitos da Oposição têm tido esse tipo de atitude”.<sup>349</sup> Porém, o Diretório Nacional não fecharia questão sobre como deveriam votar os parlamentares petistas, favorável ou contrariamente a instalação da CPI. A indefinição da direção partidária motivaria a decisão autônoma da bancada dos senadores petistas, que publicariam um documento apoiando a instalação da CPI dos Correios e da CPI do “mensalão”.<sup>350</sup>

---

<sup>348</sup> Duas décadas e dos anos de governo Lula. *Jornal da UFRJ*, ano 2, nº. 4, março de 2005.

<sup>349</sup> Diário do Senado Federal. 31/5/2005, p. 16551.

<sup>350</sup> “A Bancada dos Senadores aqui no Senado entendeu que é necessário, em nome da democracia e da transparência, aqueles que não têm medo, que não temem, que não têm o rabo preso, como é dito de uma forma bem popular, instalarem a CPI. Chegou a hora do pagar para ver. Chegou a hora da verdade. Vamos ver efetivamente quem tem algum delito cometido ao longo dessa caminhada. E será punido, doa a quem doer, seja desse ou daquele partido”. Discurso do senador Paulo Paim. Diário do Senado Federal. 8/6/2005, p. 18192.

A expulsão dos parlamentares no episódio da reforma previdenciária foi uma situação de imposição da decisão partidária e de combate à autonomia parlamentar sobre a questão da previdência social; a instalação da CPI no ano de 2005 representou a incapacidade da direção do PT decidir e a abertura para a autonomia parlamentar. Assim, o Partido dos Trabalhadores não puniu os seus parlamentares por terem votado favoravelmente a instalação da CPI para investigação da má gestão de empresas públicas e dos casos de corrupção, o que mostrou medidas partidárias diferenciadas entre a atuação parlamentar na reforma previdenciária no ano de 2003 e na instalação da CPI no ano de 2005.

A autonomia da imprensa e do Congresso Nacional nas investigações eram critérios ressaltados pela oposição, para cumprirem a função de esclarecer e informar os acontecimentos políticos para a sociedade brasileira. Para Lobbe Neto (PSDB), haveria a necessidade de “que a imprensa faça a cobertura de todas as investigações e continue atuando na parte investigativa, para que se faça uma limpeza em âmbito nacional”.<sup>351</sup>

Para Fernando Ferro, a imprensa brasileira, especificamente o jornal *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*, utilizariam o critério moral – que descartaria a necessidade de provas – preconceituoso e golpista diante do Governo Federal por meio da vinculação congênita à corrupção.<sup>352</sup> Para o deputado federal, o jornalismo brasileiro teria se partidariado sob os ombros do PSDB e do PFL, aprofundado a crise e o caos institucional por meio da incompetência no convívio democrático.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa imprensa só bate de um lado. Não queremos complacência da imprensa, nem imprensa chapa-branca; queremos, sim, que ela dê a todos a mesma oportunidade tanto a quem ataca como a quem se defende. É assim que deve agir a boa imprensa. Trata-se de um preceito elementar do jornalismo. Qualquer estudante de jornalismo, a partir do primeiro ano, sabe que tem que ser dado o direito de defesa, de resposta, de igualdade a todos, para daí a população poder fazer um bom julgamento e tirar conclusões.<sup>353</sup>

Para Rubens Ricupero, o Governo Federal estaria perdendo o controle da agenda nacional, desde a expulsão de partidários no Partido dos Trabalhadores, que teriam um potencial destrutivo, e o desentendimento entre o Executivo e o Congresso Nacional, que não votaria as reformas encaminhadas pelo Governo Federal. Neste

---

<sup>351</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 101, 24/6/2005, p. 28513.

<sup>352</sup> Para Valter Pomar, a imprensa diária e semanal, principalmente a revista *Veja* deve ser considerada “não apenas como insumos de descrição e análise, mas também como parte integrante da disputa acerca dos rumos e do significado do próprio governo” (POMAR, 2005, p. 197).

<sup>353</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 97, 18/6/2005, p.26999.

momento, a crise no ano de 2005 representaria a má qualidade das instituições e evidenciaria a corrupção dos homens públicos, a falência e a desmoralização do sistema político. Para o articulista, a governabilidade adquirida pelo Governo Federal, por meio de custos morais, seria insuportável e “por isso mesmo a punição dos corruptos é condição indispensável para neutralizar os principais focos de resistência e viabilizar a reforma”.<sup>354</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, a constituição da base parlamentar de apoio ao Governo Federal exigiria do PT as alianças com pequenos partidos sem programas, sem projetos políticos e “com o que havia de mais atrasado na política brasileira”.<sup>355</sup> Houve uma escolha, o Executivo teria a alternativa de governar sozinho, por meio de consenso em episódios isolados no Congresso Nacional, preservando sua identidade.<sup>356</sup> Para o articulista, ao vencer as eleições no ano de 2002, o PT teria abandonado os movimentos sociais, se afastado da sociedade e mantido com os interesses particulares, focados no apoio incondicional ao Governo Federal, “o partido vira, então, mera escora burocrática de apoio – e torna-se uma máquina encapsulada em si mesma”.<sup>357</sup> Neste momento, a CPI se resumiria à questões relativas à moralidade e à corrupção, como sendo algo congênito ao sistema político, a crise seria ética e moral das instituições políticas, que não expressariam o “bem-comum” e desencantariam a função do político na sociedade brasileira.

A oposição agiu precipitadamente na CPI dos Correios e na CPI do “mensalão”, o que mostrou os objetivos políticos no julgamento dos casos de corrupção no país. Para Eduardo Suplicy, o momento das investigações seria importante para a apuração dos fatos por todos os partidos do Congresso Nacional, e fundamental para as decisões políticas dos parlamentares. O julgamento precipitado das oposições teria sido pronunciado por Arthur Virgílio (PSDB) “como se para S. Ex<sup>a</sup> já tivesse acabado, como se a CPMI já tivesse desvendado o que é verdade e o que é mentira. É uma conclusão a que S. Ex<sup>a</sup> chegou. Parece que S. Ex<sup>a</sup> já deseja de pronto o julgamento do ex-Ministro e Deputado José Dirceu”.<sup>358</sup>

Para Yeda Crusius (PSDB), a investigação propiciada pela CPI na Câmara e no Senado seria “um trabalho extremamente estimulante, apesar de muito pesado: colocar

---

<sup>354</sup> Tudo é igual, tudo é diferente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/07/05.

<sup>355</sup> Como construir para depois destruir. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 31/7/2005.

<sup>356</sup> Como construir para depois destruir. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 31/7/2005.

<sup>357</sup> Como construir para depois destruir. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 31/7/2005.

<sup>358</sup> Diário do Senado Federal. 4/8/2005, p. 26382.

tudo isso a limpo. E não serão cabeças pequenas que deverão pagar, mas os grandes, os líderes que causaram ao País essa vergonha”.<sup>359</sup>

O reconhecimento da crise existente no país foi realizado pelos parlamentares petistas, pela oposição e pelos articulistas. Sob a justificativa de que a imprensa brasileira tentou vincular o PT à congênita corrupção sem direito à resposta, os deputados federais desconsideraram a liberdade de opinião. Em defesa da “história” do PT, a bancada dos senadores petistas se mostrou convicta da necessidade da CPI para solução dos problemas políticos, o que demonstrou o conhecimento unilateral das reivindicações sociais e da base partidária.<sup>360</sup>

O propósito da CPI, para a oposição, se delimitou à garantia da agilidade no julgamento dos acusados, na liberdade do Congresso Nacional e da imprensa para as investigações, e na limpeza da vergonha nacional. O critério da autonomia defendido pelas oposições representou a soberania dos políticos e dos jornalistas brasileiros nas decisões políticas. O comportamento precipitado do julgamento ético e moral, e da ausência de crítica à imprensa e à oposição fomentou a radicalidade do pensamento político, com o intuito de limpar, exterminar e eliminar os políticos corruptores, entenda-se do Partido dos Trabalhadores. A intolerância oposicionista não teve a capacidade de propor soluções democráticas para problemas políticos, optando pela eliminação do adversário político.

A sustentação do critério ético entre os articulistas mostrou a opção no jornalismo brasileiro, que transformou um problema político em um problema moral. A má qualidade das instituições, a corrupção dos políticos, a tentativa de administração econômica do capitalismo e o distanciamento dos movimentos sociais pelo PT não era um problema ético, era um problema político. Afinal, foram os políticos que construíram a Constituição Federal de 1988, foram os políticos que constituíram os partidos como instituições políticas, foram os políticos os representantes da sociedade brasileira nos Governos Federais e nos Parlamentos. A desqualificação do sistema político e a exigência punitiva aos corruptos pelos articulistas, não questionou a função dos homens públicos brasileiros e levou ao simplismo da solução política: punir e menosprezar.

---

<sup>359</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 136, 12/8/2005, p. 38667.

<sup>360</sup> A bancada do PT no Senado, no ano de 2005, era composta por 13 senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Paulo Paim, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Tião Vianna.

Os parlamentares petistas reagiriam às denúncias de corrupção praticadas no Governo Federal, com o apoio às investigações, a apuração das denúncias, a instalação da CPI no Senado Federal, e o afastamento e a punição dos envolvidos. As propostas dos parlamentares para combater a corrupção seriam: a democratização e a transparência das decisões governistas, o aumento dos investimentos na área social, a reaproximação dos movimentos sociais, a presença do presidente da República no Congresso Nacional, a publicidade das receitas e das despesas nas próximas campanhas eleitorais, e a defesa das “bandeiras históricas” do PT. A opção pelo apoio e o silêncio ao Governo Federal e o reconhecimento da corrupção como característica do Estado brasileiro seriam justificativas para os erros partidários cometidos entre 2003 e 2006.

Para Paulo Delgado, o direito da dúvida sobre a ação dos políticos pela sociedade e pela imprensa brasileira seria característica da democracia no país, e a crise política no Brasil seria resolvida por meio do fortalecimento dos partidos políticos no Congresso Nacional. Para o deputado federal, os partidos políticos teriam a capacidade de apurar e explicar as irregularidades e os crimes de corrupção “e que o Poder Executivo tem sabedoria para pensar em legislações que impeçam a continuidade dessas práticas. Precisamos de leis rígidas, claras e simples, de tal forma que o cidadão passe a confiar na política e no político”.<sup>361</sup>

Para Eduardo Suplicy, a defesa das “bandeiras históricas” do PT motivaria atos políticos com a presença de parlamentares e militantes partidários. A mobilização ressaltaria a luta por ética na vida política brasileira, na administração pública e na crença na justiça, e pela correção dos erros partidários. O senador definiria as “bandeiras históricas” petistas como: “a luta pela democratização do Brasil, pelo aprofundamento e melhoria das instituições democráticas brasileiras, como a prática do orçamento participativo”.<sup>362</sup>

Para Fernando Ferro, a imprensa e a oposição partidária queriam eliminar o projeto político construído pelo PT, por meio da partidarização do jornalismo e do ataque diário ao Governo Federal, e não conseguiria analisar a corrupção como existente no sistema político brasileiro. Para o deputado federal, o Partido dos Trabalhadores estaria identificando os políticos corruptos internamente, “mas o PT não é um partido corrupto. Tiraremos os nossos corruptos, e o partido continuará. Em outros

---

<sup>361</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 128, 2/8/2005, p. 35142.

<sup>362</sup> Diário do Senado Federal. 5/8/2005, p. 26646.



partidos, se tirarem os corruptos, não restará nem sinal da legenda. Há uma diferença cultural no convívio com a corrupção”.<sup>363</sup>

Para Paulo Paim, o erro do PT seria não ter se separado do Governo Federal após a eleição para presidente em 2002, o que feriu os valores e os ideais do partido. O Executivo erraria por não dialogar com a base de apoio no Congresso Nacional, em uma atitude de desconhecimento e de negação dos partidos aliados, com seus projetos para a sociedade brasileira. Para o senador, o Governo Federal deveria aprimorar e valorizar a base de apoio e melhorar o diálogo com os parlamentares da situação e da oposição. A participação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal deveria ter acontecido por meio do debate qualificado com o Executivo e com os partidos aliados e pela negativa a submissão das propostas governistas.

O PT errou, o Governo também errou. Somos o principal Partido da base do Governo, mas não somos o Governo.

Nosso Partido deveria ter dito: “Somos da base do Governo, sim, lutaremos pelos nossos pontos de vista dentro do Governo e acompanharemos tudo o que for possível no Governo. Mas, em relação a algumas questões – que são históricas bandeiras do PT –, continuaremos a defendê-las”.

Podemos ser um Partido da base sem nos negarmos a fazer uma discussão qualificada com o Governo e com a sua composição, que é muito ampla.<sup>364</sup>

Para Adão Preto, os atos de corrupção praticados no Governo Federal petista atingiriam a imagem do partido e a confiança dos filiados e dos eleitores, por isso haveria a necessidade da punição para os envolvidos e da limpeza no Congresso Nacional. Para o deputado federal, o envolvimento de petistas em casos de corrupção mostraria a traição e a morte da honestidade, da seriedade e da transparência defendidas pelo partido. A revisão e a reconstrução partidária seriam as soluções viáveis por meio da mudança da direção partidária nas eleições internas e da reafirmação do compromisso ético.

Devemos disputar as eleições e retomar a história de nossa fundação sem esquecer que os movimentos sociais é que construíram e sustentaram o PT, em vez de afastá-los, como vem fazendo a atual direção. A luta em defesa do povo brasileiro, o compromisso com os movimentos organizados nas suas diversas formas tem de voltar a ser a diretriz do nosso partido.<sup>365</sup>

Para Luiz Werneck Vianna, o Governo Federal teria aceitado o neoliberalismo como projeto político, o que renderia apoio do Legislativo nas reformas pela

---

<sup>363</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, n.º. 146, 26/8/2005, p. 42275.

<sup>364</sup> Diário do Senado Federal. 7/9/2005, p. 30372.

<sup>365</sup> Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, n.º. 159, 15/9/2005, p. 45243.

manutenção da política econômica e o Partido dos Trabalhadores se colocaria no espectro social sem o apoio da sociedade brasileira.

Desembaraçado dos seus vínculos com a vida social, os melhores e mais treinados quadros do PT se especializaram nas atividades parlamentares, na administração da máquina partidária, no cálculo de carreiras políticas rivais entre si, tantos se perdendo em um simplório cretinismo parlamentar.<sup>366</sup>

Neste momento, a proteção da economia realizada pelo Governo Federal petista mostraria o limite da crise política que não questionaria o projeto político neoliberal. Para o articulista, a crise no sistema político e partidário no ano de 2005 seria resolvida com a autonomia da sociedade e “sob o império da Constituição, mais uma vez legitimada. A sociedade pode, agora, começar a avocar para si a soberania que lhe foi, veladamente, subtraída, e seguir o caminho que desejar”.<sup>367</sup>

Para Rubens Ricupero, entre os argumentos existentes na sociedade e na política para os casos de corrupção, faltariam reflexões profundas da política brasileira sobre o estado das leis. O momento político seria um obstáculo ao desenvolvimento econômico, mostraria a falta de uma ética universal e humanista, e a corrupção como atentado à justiça. Para o articulista, a corrupção atingiria principalmente os recursos do povo, que seria “os verdadeiros humilhados e ofendidos nessa história sórdida de um partido nascido do subúrbio, que se volta contra a sua gente”.<sup>368</sup>

Neste ponto, a busca pelos valores republicanos como igualdade, liberdade, segurança e solidariedade seriam significativos para vencer o desencanto, o conformismo da situação política causada pelo caso “mensalão”. Na concepção de Ricupero, o Governo Federal deveria solucionar os males da sociedade brasileira por meio da criação de empregos produtivos e bem remunerados, da educação como impulsionadora da promoção social, e de instituições capacitadas para evitar e punir a corrupção e o crime. Para o articulista, a falta de ação política mostraria o vazio do discurso da justiça e da igualdade, porque “quem governa tem de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, acender nos corações a esperança, precisa ter competência e visão, encarnar a eficácia e os valores morais e espirituais da sociedade”.<sup>369</sup>

---

<sup>366</sup> VIANNA, Luiz Werneck. A crise republicana e o estado de exceção. *Ciência Hoje*, vol. 37, outubro de 2005.

<sup>367</sup> VIANNA, Luiz Werneck. A crise republicana e o estado de exceção. *Ciência Hoje*, vol. 37, outubro de 2005.

<sup>368</sup> Corrupção e ética universal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16/10/05.

<sup>369</sup> Sonho intenso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24/12/06.

Os parlamentares petistas analisados na dissertação, tiveram dificuldades para reagir à crise do “mensalão” no ano de 2005. A publicação da entrevista de Roberto Jefferson na imprensa brasileira ocorrida em 6 de junho de 2005 e o primeiro discurso de um parlamentar petista propondo uma solução aconteceu no dia 2 de agosto de 2005. Um silêncio que durou dois meses e que mostrou a dificuldade nas decisões partidárias para solucionar um problema político. Os parlamentares que se posicionaram no plenário com propostas para a solução da crise do “mensalão” foram: Paulo Delgado, Eduardo Suplicy, Fernando Ferro, Paulo Paim e Adão Pretto, que mobilizaram diferentes argumentos para a solução dos problemas.

A mobilização no plenário atingiu os deputados federais Luiz Couto, João Alfredo, Nilson Mourão, Tarcísio Zimmermann, Luiz Sérgio e Maninha, que saíram em defesa do PT. E mostrou o silêncio dos deputados federais Virgílio Guimarães, João Paulo Cunha, José Pimentel, Carlos Santana e Paulo Rocha, que se calaram, se omitiram na defesa e no ataque a corrupção existente no Governo Federal.

A imprensa, e especificamente os articulistas analisados Rubens Ricupero e Luiz Werneck Vianna, continuaram com a perspectiva pelo respeito constitucional e pela valorização da ética. A Constituição Federal de 1988 foi utilizada como arma para combater e solucionar todos os problemas do país, e não precisaria questioná-la, apenas segui-la. A ética universal e humana, com a inclusão de valores republicanos como justiça e igualdade, era necessária no combate dos males da sociedade brasileira. A crença da imprensa na ética para a solução dos problemas concretos no país representou um discurso político, que transformou decisões e escolhas coletivas em anseios e perspectivas individualizadas, com impacto na sociedade brasileira.

A individualidade das propostas dos parlamentares petistas para a solução da crise mostrou a diversidade da atuação parlamentar do Partido dos Trabalhadores para a formulação das soluções para a crise do “mensalão”. Na Câmara dos Deputados, as soluções foram propostas pelos deputados Paulo Delgado, Fernando Ferro e Adão Pretto. A crença no fortalecimento dos partidos políticos e na rigidez das leis por Paulo Delgado mostrou a existência e a aplicação da solução constitucional. O convívio com a corrupção pelos partidos políticos brasileiros mostrou que o PT tinha a capacidade para identificar e punir os corruptores internos, o que significou, para Fernando Ferro, que o problema externo ao partido era mais grave que o problema interno partidário. A intolerância partidária foi defendida por Adão Pretto, com a limpeza, a eliminação e a proibição dos corruptos na política brasileira.

No Senado, Eduardo Suplicy e Paulo Paim sugeriram a defesa da ética e das “bandeiras históricas” e da revisão partidária diante da submissão e da falta de diálogo, de negociação e de entendimento com o Governo Federal. A crença nas “bandeiras históricas” do PT, pelo senador Suplicy, representada na luta pela democratização e pelo aprofundamento e pela melhoria das instituições democráticas limitou a solução da crise à democracia, que era suficiente e inquestionável na resolução dos problemas do país. Ainda mostrou uma restrição das propostas petistas às bandeiras históricas do PT, que não se limitaram à democracia. A *Plataforma política* publicada em outubro de 1979 mostrou a necessidade da expressão dos compromissos reais dos interesses dos trabalhadores e da organização partidária por meio de respostas concretas na defesa das liberdades democráticas, das melhores condições de vida e trabalho e da questão nacional.

Nesta perspectiva, a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do Partido. Seus itens – tradução do programa do Partido nos diferentes momentos da luta – devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente, de fato, os interesses que ela pretende expressar. Devem indicar os caminhos – ou as formas de luta – para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 58).

A tentativa de restrição das “bandeiras históricas” à democracia por Eduardo Suplicy não coincidiu com a perspectiva do documento *Plataforma política* do ano de 1979, que possibilitou um debate do programa, dos interesses, das lutas e dos objetivos do Partido dos Trabalhadores por democracia, por melhoria nas condições de vida e de trabalho e pela questão nacional. O critério do senador Suplicy representou o limite da proposta democrática como responsabilidade para solução dos problemas da sociedade brasileira.

A crença nos erros partidários e governistas mostrou que a submissão do PT aos objetivos do Governo Federal não tinha contribuído para atuação do partido no Congresso Nacional. Se submeter às definições políticas governistas representou a fragilidade da autonomia do projeto político do Partido dos Trabalhadores para o país. A solução para a crise interna no partido era a necessidade de diálogo, de negociação e de entendimento entre o Governo Federal, o PT e o Congresso Nacional, para que houvesse a separação dos objetivos de cada ator político e que pudessem expressar os seus projetos políticos para o país.

A defesa do entendimento mostrou o método de luta parlamentar petista que envolveu os partidos políticos, o Governo Federal e a sociedade brasileira em negociações e diálogos para a solução dos problemas do país. A reforma agrária, o salário mínimo, as greves, as reivindicações dos movimentos sociais e os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores eram resolvidos por meio do entendimento político, sem uso da violência e com a participação de toda a sociedade brasileira. A inclusão de todos na definição de um projeto político para o país mostrou que, em tese, todos teriam suas reivindicações defendidas, respeitadas e solucionadas. O entendimento político demonstrou a mudança na carreira e na identidade parlamentar dos deputados federais e dos senadores petistas, que se colocaram como responsáveis pela defesa do diálogo e da negociação como método de ação política.

A necessidade das alianças políticas e da colaboração de todos, a combinação das lutas sociais e da ação parlamentar com “novos” direitos, a superação do neoliberalismo no país e a relação entre democracia, participação e reformas representaram a definição do projeto partidário para o país. A luta institucional delimitou os limites legais das mudanças defendidas pelo PT na solução dos problemas da sociedade brasileira e representou a opção do governo e dos parlamentares petistas, em assimilar e solucionar as reivindicações das marchas e dos gritos à sua inclusão no projeto político, econômico e social. Assim, ocorreu o distanciamento da luta social, que ficou mais autônoma em relação à luta parlamentar, que se limitou a legalidade constitucional.

As reformas estruturais envolveram a área social, a defesa da função do Estado e o crescimento econômico, para que houvesse a inclusão de todos por meio da superação da desigualdade, da exclusão e do neoliberalismo. O Legislativo tentou definir critérios para as reformas agrária, previdenciária, trabalhista e tributária. A luta parlamentar afirmou os objetivos reformistas defendidos pelo Partido dos Trabalhadores por meio do respeito às leis e à Constituição, no caso da agrária e da trabalhista, da personalidade na política, no caso da tributária, e da proposta governista, no caso da previdenciária.

A relação entre Executivo e parlamentares do PT na prática democrática e na necessidade do Estado mostrou o apoio dos deputados federais e dos senadores as políticas públicas defendidas pelo Governo Federal petista. Assim, o entendimento – como método político – era a opção para que o Governo Federal, os parlamentares e a sociedade brasileira encontrassem as soluções políticas para o Brasil. A má qualidade das instituições, a corrupção dos políticos, a tentativa de administração econômica do

capitalismo e o distanciamento dos movimentos sociais pelo PT foram as dificuldades políticas enfrentadas pelos parlamentares do Partido dos Trabalhadores. A reação subjetiva dos deputados federais e dos senadores do PT para a solução da crise do “mensalão” representou a diversidade da identidade e da carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional e nos projetos diferenciados para os problemas políticos no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar a identidade e carreira parlamentar que se construiu no Partido dos Trabalhadores, por meio dos discursos dos deputados federais e dos senadores entre os anos de 1983 e 2006. Tais discursos nos permitiram identificar as mudanças e as continuidades dos discursos dos parlamentares em relação à prática e o projeto político do PT para os trabalhadores, o povo e a sociedade brasileira. Para tanto, foi realizada uma análise qualitativa, que considerou temas com prazos, ritmos e ênfases diferenciadas.

A identidade e a carreira parlamentar petista se construíram por meio de contradições internas entre os parlamentares e, individualmente, em cada parlamentar, que teria um foco de ação diferenciado em cada momento histórico entre os anos de 1983 e 2006. Os discursos parlamentares representaram pensamentos e atitudes contraditórias, às vezes complementares, às vezes coincidentes com as perspectivas do Partido dos Trabalhadores. A linearidade entre a perspectiva dos parlamentares e do Partido mostrou a construção da carreira parlamentar no Congresso Nacional por meio da defesa das resoluções partidárias.

Não haveria passividade parlamentar em relação ao PT, a exemplo das reformas sociais e estruturais defendidas no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado, que tiveram poucas orientações partidárias. A definição reformista foi se construindo no na luta parlamentar cotidiana em que os deputados federais e senadores combateram incessantemente as reformas neoliberais na década de 1990.

Os discursos dos parlamentares petistas entre 1983 e 2006 mostraram como o Partido dos Trabalhadores atuou na história política institucional do país. O Colégio Eleitoral, a Assembléia Nacional Constituinte, as reformas sociais e estruturais, as greves, a oposição ao regime militar e ao neoliberalismo foram defendidos e combatidos no plenário do Congresso Nacional. Os deputados federais e os senadores do PT construíram a identidade e a carreira parlamentar do partido por meio da capacidade de crítica e de resolução de temas políticos, o que mostrou a existência do vínculo entre os problemas econômicos, políticos e sociais dos trabalhadores, dos cidadãos e da sociedade brasileira e a luta institucional no Congresso Nacional.

Durante os governos dos presidentes João Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva os deputados federais e senadores petistas usaram o discurso como prática política para

orientar e conduzir os anseios, os objetivos e as vivências dos trabalhadores, dos cidadãos e da sociedade brasileira. Por meio da experiência parlamentar, criaram estratégias, desenvolveram temáticas utilizadas nos discursos, e direcionaram a solução dos problemas políticos da sociedade brasileira, o que incluía temas como as eleições diretas, as greves, as reformas e as conquistas sociais na Constituição de 1988, o direito de greve e de sindicalização, a reforma agrária, o salário mínimo, a previdência social e a privatização das empresas estatais.

A escolha do objeto de pesquisa direcionado para os discursos dos deputados federais e dos senadores permitiu considerá-los como parte integrante e um grupo de pertencimento ao partido. Suas identidades e suas carreiras parlamentares mostraram como a ação dos homens públicos interferiu e corroborou o método político partidário. No entanto, desvendar a identidade e a carreira dos doze (12) parlamentares do PT certamente não explicou todos os temas defendidos pelo Partido dos Trabalhadores. Assim, o trabalho pode abrir possibilidades para análise parlamentar por meio de critérios diferenciados. A nossa opção pelo critério do número de mandatos não limitou-se a análise parlamentar, teve apenas o objetivo de analisar a luta legislativa por meio dos homens públicos que estiveram presentes por maior tempo na Câmara dos Deputados e no Senado, por meio de campos de discussão e de embates de idéias.

Os parlamentares petistas mantiveram e construíram uma carreira parlamentar porque seguiram, não obstante houvesse divergências e limitações entre a perspectiva parlamentar e a proposta partidária, as orientações e as resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores. O processo de mudança partidária sob a sua base eleitoral, iniciando com os trabalhadores, permitindo uma abertura para o povo e se consolidando com a sociedade e o cidadão brasileiro, estaria presente nos discursos dos deputados federais e dos senadores petistas.

A vida parlamentar do PT entre os anos de 1983 e 2006 mostrou mudanças partidárias significativas em relação às orientações direcionadas para os parlamentares, os trabalhadores e a sociedade brasileira.

Na década de 1980, a opção pela política de negação, de denúncia e de contrariedade à negociação das elites partidárias no Colégio Eleitoral e na Assembléia Nacional Constituinte, bem como o apoio e a solidariedade aos movimentos sindicais e sociais representaram um tempo de lutas, em que o PT e os seus parlamentares se colocaram como atores políticos que demarcaram seu espaço na luta institucional do país.



A luta, o apoio e a solidariedade aos movimentos sindicais e sociais na década de 1980 se definiram nas conquistas dos direitos dos trabalhadores ocorridas na Assembléia Nacional Constituinte. O acatamento às regras existentes do jogo político mostrou a defesa das expectativas dos trabalhadores na legalidade constitucional, que a partir da publicação da Constituição Federal em 1988 buscou a melhoria da vida dos trabalhadores por meio do Estado brasileiro.

Na década de 1990, a definição da política por meio do diálogo e da negociação parlamentar para a realização das reformas sociais, pela crítica ao neoliberalismo e pelo distanciamento entre a luta institucional e os movimentos sindicais e sociais mostraram a prioridade partidária pela luta em defesa da aplicação das leis garantidas na Constituição Federal de 1988 e direcionadas para a área social. O partido definiu sua atuação parlamentar por meio da aceitação dos limites institucionais, constitucionais e democráticos das mudanças sociais na década de 1990.

Nos anos 2000, o método de ação política definido foi o entendimento para a inclusão de todos no projeto para o país, de difusão de grandes expectativas para a solução dos problemas da sociedade. A opção partidária e parlamentar foi pelo direcionamento da ação que satisfizesse anseios distintos como os empresários, os trabalhadores, os movimentos sindicais e sociais.

A tentativa da inclusão de todos mostrou a ampliação das expectativas do Governo Federal petista e de seus parlamentares para a assimilação e a solução das reivindicações das marchas, dos gritos e dos movimentos sindicais e sociais, o que levou ao distanciamento da luta social, que ficou mais autônoma em relação à luta parlamentar, que se direcionou para a legalidade constitucional. A crença na prática democrática e no Estado limitou os deputados federais e os senadores ao apoio das políticas públicas que priorizou a área social defendidas pelo Governo Federal petista e foi a opção do Partido dos Trabalhadores como projeto político para o país.

A luta pelos direitos dos trabalhadores na década de 1980, a política de negociação na década de 1990 e o método do entendimento como ação política nos anos 2000 mostraram as mudanças na ação parlamentar partidária. A intransigência partidária na luta contra as elites políticas no Colégio Eleitoral e na Assembléia Nacional Constituinte foi modificada entre os anos de 1990 e 1998 para uma política de negociação, na qual o PT aceitou dialogar com os partidos defensores da prática neoliberal no país. Porém, a negociação não garantiu que as propostas petistas fossem aceitas e colocadas em prática na política do país. Nos anos 2000 o entendimento foi

defendido como método de ação política pelos parlamentares petistas. As propostas distintas da elite e dos trabalhadores brasileiros não foram obstáculos para o entendimento, porque as reivindicações dos movimentos sindicais e sociais se estenderam para o futuro longínquo e a capacidade de entender-se era o auge da luta parlamentar dos deputados federais e dos senadores do Partido dos Trabalhadores. A luta, a negociação e o entendimento foram os métodos políticos que se construíram concomitantemente com a identidade e a carreira parlamentar do PT.

A atuação parlamentar dos deputados federais e dos senadores petistas possibilitou a identificação dos parlamentares a temáticas que construíram e consolidaram a identidade e a carreira do Partido dos Trabalhadores no Legislativo. Os parlamentares e suas temáticas defendidas no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado foram: Adão Pretto e a reforma agrária; Carlos Santana e os movimentos sindicais; Eduardo Jorge e a previdência social; Eduardo Suplicy e o programa de garantia de renda mínima; Fernando Ferro e a reforma agrária e o apoio ao Governo Federal petista; João Paulo Cunha e o apoio ao Governo Federal petista; José Genoíno e a luta com os movimentos sociais e os ideais republicanos; José Pimentel e a reforma agrária e a crítica as reformas neoliberais; Paulo Delgado e o apoio ao Governo Federal petista; Paulo Paim e o salário mínimo e a previdência social; Paulo Rocha e a reforma agrária e a crítica as reformas neoliberais; e Virgílio Guimarães e a reforma tributária.

A relação entre o parlamentar e a temática desenvolvida na Câmara dos Deputados e no Senado mostrou que a prioridade dada pelo ator político (parlamentar) para o tema defendido no plenário foi o constituinte da sua identidade e da sua carreira parlamentar. O que não significou que os deputados federais e os senadores discursaram apenas sobre determinado tema.

Enfim, a expectativa é de que o trabalho contribua para a análise dos partidos políticos por meio dos discursos dos parlamentares, que construíram uma identidade partidária nos espaços de luta política como o Congresso Nacional. A identidade parlamentar é parte da identidade partidária, que corrobora e acrescenta as propostas e aos projetos do Partido dos Trabalhadores expectativas, objetivos e projetos individuais de cada parlamentar. A abertura ao uso dos discursos parlamentares pode contribuir para a análise da política por meio da compreensão dos temas defendidos pelos partidos para os fatos na política do país.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (coleção Descobrindo o Brasil), 2002.

ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. O segundo governo Fernando Henrique: coalizões, agendas e instituições. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 15, n.2, p. 269-301, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

ALCOFORADO, Fernando. *De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz. *Discursos Americanos de Cooperação*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

ALVES, Gustavo Biasoli. Discurso, reforma do Estado e ideologia neoliberal no governo Collor. In: *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso: o campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. Porto Alegre - RS, 2005.

AMARAL, Oswaldo. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

\_\_\_\_\_. *As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.

ARAÚJO, Erilene. *O “partido partido”*: a cobertura da crise política do PT e do governo Lula em 2005 na pauta de *Teoria e Debate*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

AZEVEDO, Fernando Antônio. O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 219-238.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura (1978-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.57-98.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BRANDÃO, Marco Antônio. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

CASELA, Gabriel Teixeira. *Democracia sitiada: discursos no Congresso Nacional e na imprensa sobre os instrumentos de exceção no Brasil (1946-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2011.

CASTELLS, Manoel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Niterói, 2005.

COSTA, João Bosco Araújo. *O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CUNHA, Eliade Martins da. *Discurso política, mídia e ação parlamentar: a Amazônia no Congresso Nacional*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

DIAS, Rodrigo. *A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto (org.). *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: JB, 1985.

- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- FLEISCHER, David. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 239-271.
- GENOÍNO NETO, José; PARANÁ, Denise. *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- GRINBERG, Lúcia. *Arena – partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na revolução francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- GUIMARÃES, Juarez R. *Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP, 1990.
- GUIOT, André Pereira. *Um ‘Moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2006.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LACERDA, Alan Daniel. O PT e a unidade partidária como problema. *Dados*, vol. 45, n. 1, pp. 39-76, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

LYRA, Rubens Pinto. O impacto da falência dos regimes do leste europeu no Partido dos Trabalhadores. In: DINIZ, E., LEITE LOPES, J.S., PRANDI, R. (Orgs.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS / IPEA – HUCITEC, 1994, p. 124-155.

MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2008.

\_\_\_\_\_. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG (Impresso)*, v. 11, p. 98-108, 2011.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As armadilhas da moralidade: o PT e a República. *Desigualdade & Diversidade* (PUCRJ), v. 1, p. 83-97, 2007.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. *Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005)*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no*

Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 239-288.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do Governo Collor e a tática do PT*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

MELO, Ana Lúcia Aguiar. A Ação Política do Partido dos Trabalhadores e a Busca do Equilíbrio. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60, 1998.

MELO, Marcus André. A transição incompleta: a reforma da previdência social no governo FHC. LOUREIRO, Maria Rita & ABRUCIO, Fernando Luiz (orgs.). *O Estado numa era de reformas: os anos FHC – parte 2*. Brasília: MP, SEGES, 2002. p. 103-142.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *Historia do Brasil recente 1964-1992*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. Revista. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 1, p. 103-112, 1996.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: dilemas da burocratização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 35, 1993, pp. 217-237.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1987.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RANINCHESKI, Sônia; CORDEIRO, Nathália R. Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil. *Revista Debates* (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

REZENDE, Flávio da Cunha. As reformas e as transformações no papel do Estado: o Brasil em perspectiva comparada. LOUREIRO, Maria Rita & ABRUCIO, Fernando Luiz (orgs.). *O Estado numa era de reformas: os anos FHC – parte 1*. Brasília: MP, SEGES, 2002. p. 163-207.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um Partido em Mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004B.

\_\_\_\_\_. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: FPA, 2003.



SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SOARES, José de Lima. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias*. Brasília: Fortium, 2005.

TAFARRELLO, Paulo Moraes. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

TAROUCO, Gabriela. *O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2005. pp. 55-124.

## FONTES

### Discursos

- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1784.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 121, 28/9/1983, p. 9943.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 154, 18/11/1983, p. 12867.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 156, 22/11/1983, p. 13034.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 36, 1/5/1984, p. 2665.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 81, 9/8/1984, p. 7405.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 82, 10/8/1984, p. 7553.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 91, 23/8/1984, p. 8306-8307.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 102, 7/9/1984, p. 9395.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 114, 26/9/1984, p. 10780.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 116, 28/9/1984, p. 11067.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 131, 23/10/1984, p. 12691.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 159, 5/12/1984, p. 15990.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 24, 4/4/1985, p. 2456.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 26, 10/4/1985, p. 2620.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 31, 17/4/1985, p. 3177.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 77, 29/6/1985, p. 7203.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 101, 4/9/1985, p. 9286.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 120, 1/10/1985, p. 11076.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 121, 2/10/1985, p. 11176.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 127, 10/10/1985, p. 11818-11819.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 154, 28/11/1985, p. 14664.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 8, 13/3/1986, p. 539.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 60, 4/6/1986, p. 5220.

- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 104, 5/9/1986, p. 8596.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 117, 24/9/1986, p. 9361.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLI, nº. 161, 26/11/1986, p. 10935.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLII, nº. 8, 28/4/1987, p. 1410.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLII, nº. 27, 30/6/1987, p. 2211.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLII, nº. 51, 2/12/1987, p. 3597.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 8, 3/3/1988, p. 331.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 13, 10/3/1988, p. 527.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 14, 11/3/1988, p. 613.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 16, 16/3/1988, p. 707.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 67, 10/8/1988, p. 2721.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 75, 14/9/1988, p. 3000.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 121, 6/12/1988, p. 4629.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 124, 9/12/1988, p. 4898.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 127, 14/12/1988, p. 5185.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 32, 5/4/1989, p. 1773.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 34, 7/4/1989, p. 1924.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 35, 8/4/1989, p. 1980.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 53, 10/5/1989, p. 3309.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 57, 30/5/1990, p. 5960.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 59, 1/6/1990, p. 6194.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 67, 13/6/1990, p. 6998.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 96, 23/8/1990, p. 9522.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 166, 7/12/1990, p. 13758.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2200.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2217.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2220.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 27, 2/4/1991, p. 2799.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 29, 4/4/1991, p. 2917.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 47, 3/5/1991, p. 5196.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 88, 2/8/1991, p. 12412.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 149, 31/10/1991, p. 21563.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 168, 29/11/1991, p. 24972.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 6, 21/1/1992, p. 671.

- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 72, 22/5/1992, p. 10054.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 105, 9/7/1992, p. 16174.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 12, 28/1/1993, p. 1938.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 68, 28/4/1993, p. 8151.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 90, 28/5/1993, p. 11023.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 99, 10/6/1993, p. 12297.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 120, 10/7/1993, p. 14922.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 155, 18/9/1993, p. 19898.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 61, 26/4/1994, p. 6531.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 96, 30/6/1994, p. 10636.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIX, nº. 177, 25/11/1994, p. 14302.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15049.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15050.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 187, 9/12/1994, p. 15142.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, nº. 191, 15/12/1994, p. 15354.
- Diário do Congresso Nacional. Seção II, 19/1/1995, p. 844.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 27, 21/2/1995, p. 2100.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 67, 27/4/1995, p. 7555.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 68, 28/4/1995, p. 7615.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 77, 12/5/1995, p. 9699.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 84, 23/5/1995, p. 10814.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 92, 3/6/1995, p. 12007.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 120, 11/8/1995, p. 17550.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 124, 17/8/1995, p. 18727.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 149, 23/9/1995, p. 23344.
- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 153, 29/9/1995, p. 24015.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 12, 20/10/1995, p. 2270.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3194.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3209.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 25, 9/11/1995, p. 4873.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 8, 19/1/1996, p. 1988.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 33, 28/2/1996, p. 4974.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10263.

- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10377.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 76, 1/5/1996, p. 12096.
- Diário do Senado Federal. 1/5/1996, p. 7459.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 87, 17/5/1996, p. 14094.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 105, 13/6/1996, p. 16741.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 107, 15/6/1996, p. 17161.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 109, 19/6/1996, p. 17469.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 113, 25/6/1996, p. 18047.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 145, 8/8/1996, p. 22044.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 168, 11/9/1996, p. 25057.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 169, 12/9/1996, p. 25364.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 193, 17/10/1996, p. 27012.
- Diário do Senado Federal. 25/10/1996, p. 17635-17636.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 199, 12/12/1996, p. 27925.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 232, 13/12/1996, p. 33139.
- Diário do Senado Federal. 4/2/1997, p. 3741.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 26, 21/2/1997, p. 4702.
- Diário do Senado Federal. 7/3/1997, p. 5071.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 53, 3/4/1997, p. 8477.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 69, 26/4/1997, p. 10763.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 71, 30/4/1997, p. 10943.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 98, 18/6/1997, p. 16501.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23671-23672.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 170, 24/9/1997, p. 29426.
- Diário do Senado Federal. 21/10/1997, p. 22534.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 192, 24/10/1997, p. 33981.
- Diário do Senado Federal. 12/12/1997, p. 27945.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 1, 8/1/1998, p. 297.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 7, 16/1/1998, p. 989.
- Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2107.
- Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2109.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 23, 7/2/1998, p. 3436.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9585.

- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 85, 21/5/1998, p. 13527.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 85, 21/5/1998, p. 13541.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 86, 22/5/1998, p. 13866.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 105, 19/6/1998, p. 16777.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 116, 5/8/1998, p. 19698.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 127, 20/8/1998, p. 21673.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 180, 6/11/1998, p. 25032.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 207, 16/12/1998, p. 29404.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 4, 8/1/1999, p. 789.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 101, 8/6/1999, p. 26496.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 105, 12/6/1999, p. 27458.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 122, 6/8/1999, p. 32577.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 135, 25/8/1999, p. 36768.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 186, 10/11/1999, p. 53402.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 196, 25/11/1999, p. 56925.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 25, 10/2/2000, p. 7445.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 67, 13/4/2000, p. 15714.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 71, 19/4/2000, p. 16574.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 78, 4/5/2000, p. 21291.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 82, 10/5/2000, p. 23532.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 130, 16/8/2000, p. 43577.
- Diário do Senado Federal. 17/8/2000, p. 17079.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 207, 7/12/2000, p. 65171.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 207, 7/12/2000, p. 65172
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 216, 28/12/2000, p. 70125.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 123, 30/8/2001, p. 40410.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 157, 19/10/2001, p. 51520.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 183, 28/11/2001, p. 60512.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 183, 28/11/2001, p. 60515
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 187, 5/12/2001, p. 62010.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 31, 4/4/2002, p. 13078.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 45, 24/4/2002, p. 19803.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 55, 9/5/2002, p. 23043.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 176, 3/12/2002, p. 51647.

- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 10, 19/2/2003, p. 2853.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 38, 3/4/2003, p. 12202.
- Diário do Senado Federal. 13/5/2003, p. 10664.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 76, 31/5/2003, p. 24245.
- Diário do Senado Federal. 31/5/2003, p. 13863.
- Diário do Senado Federal. 3/6/2003, p. 14082.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 79, 5/6/2003, p. 25429.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 79, 5/6/2003, p. 25438.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 79, 5/6/2003, p. 25439.
- Diário do Senado Federal. 7/6/2003, p. 14634.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 89, 19/6/2003, p. 28373.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 94, 27/6/2003, p. 29606.
- Diário do Senado Federal. 3/7/2003, p. 16902.
- Diário do Senado Federal. 15/7/2003, p. 17987.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 108, 17/7/2003, p. 33936.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 113, 24/7/2003, p. 34777
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 114, 25/7/2003, p. 34995.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 119, 1/8/2003, p. 36036.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 123, 7/8/2003, p. 36965.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 123, 7/8/2003, p. 37054.
- Diário do Senado Federal. 13/8/2003, p. 23295.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 138, 28/8/2003, p. 40670.
- Diário do Senado Federal. 3/9/2003, p. 25804.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 143, 4/9/2003, p. 42141.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 143, 4/9/2003, p. 42276.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 144, 5/9/2003, p. 43143.
- Diário do Senado Federal. 26/11/2003, p. 38662.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 203, 28/11/2003, p. 64796.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 211, 10/12/2003, p. 66829.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 213, 12/12/2003, p. 68612.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVIII, nº. 217, 18/12/2003, p. 68423.
- Diário do Senado Federal. 24/1/2004, p. 1278.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 22, 17/2/2004, p. 6228.
- Diário do Senado Federal. 13/3/2004, p. 6862.

- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 59, 15/4/2004, p. 16366.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 89, 28/5/2004, p. 24811.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 111, 1/7/2004, p. 30443.
- Diário do Senado Federal. 8/7/2004, p. 21463.
- Diário do Senado Federal. 27/8/2004, p. 27935.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIX, nº. 153, 16/9/2004, p. 40097.
- Diário do Senado Federal. 29/9/2004, p. 30722.
- Diário do Senado Federal. 1/3/2005, p. 3404.
- Diário do Senado Federal. 17/3/2005, p. 5159.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 64, 30/4/2005, p. 15691.
- Diário do Senado Federal. 18/5/2005, p. 15028.
- Diário do Senado Federal. 31/5/2005, p. 16551.
- Diário do Senado Federal. 8/6/2005, p. 18192.
- Diário do Senado Federal. 15/6/2005, p. 19608.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 97, 18/6/2005, p.26999.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 101, 24/6/2005, p. 28513.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 105, 30/6/2005, p. 28926.
- Diário do Senado Federal. 2/7/2005, p. 21907.
- Diário do Senado Federal. 7/7/2005, p. 22377.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 128, 2/8/2005, p. 35142.
- Diário do Senado Federal. 4/8/2005, p. 26382.
- Diário do Senado Federal. 5/8/2005, p. 26646.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 136, 12/8/2005, p. 38667.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 146, 26/8/2005, p. 42275.
- Diário do Senado Federal. 7/9/2005, p. 30372.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 159, 15/9/2005, p. 45243.
- Diário do Senado Federal. 16/9/2005, p. 31080.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 168, 28/9/2005, p. 47133.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LX, nº. 203, 22/11/2005, p. 56094.
- Diário do Senado Federal. 30/11/2005, p. 41707.
- Diário do Senado Federal. 31/1/2006, p. 2457.
- Diário do Senado Federal. 15/3/2006, p. 7864.
- Diário do Senado Federal. 8/6/2006, p. 19433.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 114, 30/6/2006, p. 32872.



- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 169, 10/10/2006, p. 46334.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 185, 7/11/2006, p. 49237.
- Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXI, nº. 197, 24/11/2006, p. 51990.
- Diário do Senado Federal. 6/12/2006, p. 37054.
- Diário do Senado Federal. 12/12/2006, p. 38147.

## Jornais / Revistas

- Os problemas da abrilada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/4/1977.
- As diretas e a eleição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/11/1983.
- A caminho da eleição direta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/11/1983.
- Onde se resiste ao entendimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/5/1984.
- Entre Ulysses e Tancredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/6/1984.
- Estratégia com sinal trocado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/7/1984.
- Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.
- Não passa por Maluf ou Andreazza. *Jornal do Brasil*, 18/9/1984.
- Sistema assume Maluf e o impõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1984.
- Pela primeira vez não se fala em golpe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/1/1985.
- As mudanças e as pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1985.
- A hora ainda é de preocupação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/03/1985.
- A hora continua a ser de orações. *Jornal do Brasil*, 7/4/1985.
- É geral a falta de coesão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/5/1985.
- Sarney decide convocar Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31/5/1985.
- De conservadores e progressistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/6/1985.
- O PT bloqueia o pacto de Sarney. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/10/1985.
- Vai engordar a cesta básica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/12/1986.
- Líder da CUT propõe a extinção do Senado. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/12/1986.
- Constituinte admite todas as formas de greve. *Correio Braziliense*, Brasília, 2/3/1988.
- Demitir 100 mil, a alternativa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/3/1988.
- Aprovado direito irrestrito de greve. *Correio Braziliense*, Brasília, 17/8/1988.
- Presidente crê em uma reversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14/9/1988.
- Governo: todos no mesmo avião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/12/1988.
- Substituir a URP, proposta do Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/12/1988.
- Ulysses tentando assumir o comando. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10/5/1989.
- A quem interessa o desmantelamento do Estado no Brasil. *A Tarde*, Salvador, 15/5/90.
- Os riscos da abertura às importações no Brasil. *A Tarde*, Salvador. 12/3/92.

- O governo Itamar Franco e o futuro do Brasil. *A Tarde*, Salvador, 27/1/93.
- As barreiras ao sucesso do Plano FHC. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4/3/94.
- A degradação social no Brasil. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 28/4/94.
- América Latina: de volta à UTI? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16/9/95.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Cadernos de Conjuntura*, nº. 53, Rio de Janeiro, Iuperj, 2/1996.
- Marginalizados e excluídos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27/4/96.
- Um programa de metas contra a pobreza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22/6/96.
- O 2 de julho ontem e hoje. *A Tarde*, Salvador, 3/7/96.
- Getúlio Vargas e a soberania nacional. *A Tarde*, Salvador, 24/8/96.
- Um povo à procura de uma elite. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21/9/96.
- A privatização da Vale do Rio Doce. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7/12/96.
- Como derrotar o neoliberalismo no Brasil. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 17/4/1997.
- O castigo de Deus na mão da história. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10/5/97.
- A cinza das horas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7/6/97.
- Mudam os tempos, mudam as vontades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14/6/97.
- Vida em tempo parcial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23/8/97.
- Uma espécie ameaçada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20/9/97.
- O presidente e a revolução passiva. *O Tempo*, Belo Horizonte, 28/10/1997.
- Dança macabra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/1/98.
- Cupins e caifazes. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 4/4/98.
- Injustiça e desordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11/4/98.
- Questão de cultura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28/11/98.
- VIANNA, Luiz Werneck. A esquerda e os 15 anos de transição. *Política Democrática*, ano 1, nº. 0, outubro/dezembro de 2000.
- VIANNA, Luiz Werneck. Entre duas Repúblicas. *Política Democrática*, ano 1, nº. 1, janeiro/abril de 2001.
- VIANNA, Luiz Werneck. O que mudou. *Ideias à Esquerda*, Lisboa, nº. 1, 2003.
- Pacto social e generalização da representação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01/01/2003.
- O tempo de crescer é já. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/08/03.
- O PT já se definiu como um partido de centro. *Valor*, São Paulo, 29/12/03.
- VIANNA, Luiz Werneck. A identidade é mudar, e não adaptar. *Teoria e Debate*, ano 17, nº. 56, dez. 2003/jan.2004, pp.8-12.

- Duas décadas e dos anos de governo Lula. *Jornal da UFRJ*, ano 2, nº. 4, março de 2005.
- A Marcha do Sal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15/05/05.
- Tudo é igual, tudo é diferente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/07/05.
- Como construir para depois destruir. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 31/07/2005.
- VIANNA, Luiz Werneck. A crise republicana e o estado de exceção. *Ciência Hoje*, vol. 37, outubro de 2005.
- Corrupção e ética universal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16/10/05.
- Questão de decálogo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01/10/06.
- Sonho intenso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24/12/06.

## **Partidárias**

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. Belo Horizonte: PT, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2001b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2006.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

## Sites

- Academia Brasileira de Letras. <http://www.academia.org.br>.
- Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br>.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). <http://cpdoc.fgv.br>.
- Fundação Joaquim Nabuco. <http://www.fundaj.gov.br>.
- Plataforma Lattes CNPq. <http://lattes.cnpq.br>.
- Rubens Ricupero. <http://www.rubensricupero.com>.
- Senado Federal. <http://www.senado.gov.br>.
- Supremo Tribunal Federal. <http://www.stf.jus.br>.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Glossário dos atores políticos e sociais contidos na dissertação

**Adão Pretto:** deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1991-2009), pequeno agricultor, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul, participou da coordenação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (1980-1986), e da Comissão Pastoral da Terra (1981-1983), integrou a coordenação estadual da CUT (1984-1985) e presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí (RS).

**Aécio Neves:** deputado federal por Minas Gerais (1987-2002), é formado em economia, foi oficial de gabinete no Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro (1977), foi presidente da Comissão do Ano Internacional da Juventude do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (1985).

**Affonso Arinos:** tem carreira política pelo estado de Minas Gerais como deputado federal (1947-1959), pelo Distrito Federal como senador (1959-1961), foi ministro das Relações Exteriores (1961-1962), pela Guanabara como senador (1961-1967), pelo Rio de Janeiro como senador (1987-1990).

**Agnaldo Timóteo:** deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-1987) e (1995-1996), foi torneiro mecânico, tem carreira artística.

**Aírton Soares:** deputado federal por São Paulo (1975-1987), é formado em ciências jurídicas e sociais, foi advogado de presos políticos no período do regime militar.

**Almir Gabriel:** tem carreira política pelo estado do Pará como senador (1987-1994), e governador (1995-2002), é formado em medicina, foi diretor do Sanatório Barros Barreto (1962-1965), da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária (1977-1979), ocupou o cargo de secretário de Saúde do Pará (1979-1983).

**Almir Pazzianotto:** ministro do Trabalho (1985-1988), é formado em ciências jurídicas, foi advogado dos metalúrgicos e das indústrias químicas, assessorou a Federação dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e a Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

**André Urani:** tem mestrado e doutorado em economia, é professor da UFRJ, tem experiência em crescimento, flutuações e planejamento econômico.

**Antônio Carlos Valadares:** tem carreira política pelo estado do Sergipe como deputado federal (1979) e (1981-1983), governador (1987-1991), senador (1995-1999),

e a partir de 2003; é formado em ciências jurídicas e sociais.

**Antônio Palocci:** deputado federal por São Paulo (1999-2000), ministro da Fazenda (2003-2006), é formado em medicina, militou no Liberdade e Luta (Libelu), entre 1970 e 1980, foi médico da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (1985-1988), foi diretor do Hemocentro de Ribeirão Preto, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da cidade (1985-1986), e depois, como diretor regional do Serviço de Vigilância Sanitária de São Paulo (1986-1988), criou o Ambulatório de Saúde do Trabalhador em Ribeirão Preto.

**Arthur Virgílio:** tem carreira política pelo estado do Amazonas como deputado federal (1983-1987) e (1995-1998), prefeito de Manaus (1989-1993), ministro chefe Secretário Geral da Presidência (2001-2002), senador a partir do ano de 2003, é formado em ciências jurídicas e sociais, ingressou no Instituto Rio Branco (1975), no Ministério das Relações Exteriores (1976) como terceiro-secretário, segundo-secretário e no Departamento de Organismos Internacionais.

**Babá:** deputado federal pelo Pará entre os anos de 1999 e 2007, é formado em engenharia mecânica, é professor universitário, militante de movimentos sociais e sindical, participou da executiva da Secretaria de Movimento Social do PT em Belém (1981-1995) e a partir de 1996, presidiu a Associação dos Servidores da Universidade Federal do Pará (UFPA) (1984-1989), dirigiu a representação em Belém da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA), e a executiva estadual da CUT (1986-1989).

**Bete Mendes:** deputada federal por São Paulo entre os anos de 1983 e 1987, foi presa política no período do regime militar, tem carreira artística, militância sindical no meio artístico, participou do movimento feminista e contra a discriminação dos negros, participou da campanha pela anistia.

**Carlos Augusto Alves Santana:** deputado federal pelo Rio de Janeiro a partir de 1991, foi eleito presidente do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro para o mandato (1985-1988), foi presidente estadual da CUT (RJ) (1988).

**Carlos Castello Branco:** é formado em direito, trabalhou como jornalista na cadeia dos Diários Associados, na chefia e como repórter político, a partir de 1949, no O Jornal, no Diário Carioca e na revista O Cruzeiro, assumiu o cargo de Secretário de Imprensa do presidente Jânio Quadros (1961), chefe da Sucursal do Jornal do Brasil em Brasília, (1962-1972) e como colunista político (1963-1993).



**Chico Alencar:** deputado federal pelo Rio de Janeiro a partir de 2003, atuou no movimento estudantil, foi diretor da Juventude Estudantil Católica (JEC) (1967-1968) e presidiu o Grêmio Estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (1968-1969), é formado em história, foi coordenador do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/RJ (SEPE) (1980-1981), assumiu a presidência da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) (1983).

**Chico Vigilante:** deputado federal pelo Distrito Federal (1991-1999), foi trabalhador da construção civil e vigilante, criou a Associação dos Vigilantes do Distrito Federal (1979), criou e foi presidente a seção regional da CUT do Distrito Federal (1984), criou o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (1985).

**Dante de Oliveira:** deputado federal por Mato Grosso (1983-1985), é formado em engenharia civil, integrou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), apresentou projeto de emenda constitucional propondo o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente.

**Delfim Netto:** ministro da Fazenda (1967-1974), embaixador brasileiro na França (1975-1978), ministro da Agricultura (1979), ministro da Secretária de planejamento (1979-1985), é formado em economia, foi professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP).

**Djalma Bom:** deputado federal por São Paulo (1983-1987), foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) (1975-1980).

**Domingos Leonelli:** deputado federal pela Bahia (1983-1991), é publicitário, foi diretor da Companhia de Teatro de Arena da Bahia, em Salvador, (1965-1966), a partir de 1967, foi diretor de criação e editor das agências Vox Propaganda, GFM, Propeg, Plubivendas e Comunicação e Engenho, todas localizadas em Salvador.

**Dorothéa Werneck:** tem mestrado e doutorado em economia, trabalhou como técnica do IPEA, foi professora da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ e do Instituto Rio Branco (1978-1984), foi titular da Secretaria de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho (1985) e ministra do Trabalho no governo José Sarney.

**Edison Lobão:** tem carreira política pelo estado do Maranhão como deputado federal (1979-1987), senador (1987-1990), governador (1991-1994), senador (1995-2008), advogado, funcionário público, jornalista e empresário, dono de emissoras de rádio e

televisão.

**Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho:** deputado federal por São Paulo (1987-2001), é formado em medicina, médico concursado pelo Estado de São Paulo, tem participação no Movimento Popular da Saúde.

**Eduardo Matarazzo Suplicy:** tem carreira política no estado de São Paulo como deputado federal entre (1983-1987) e senador a partir de 1991, é professor concursado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem mestrado e doutorado em economia.

**Ernesto Geisel:** militar; comandante do Comando Militar de Brasília (1961), chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1961) e (1964-1967), ministro do Superior Tribunal Militar (1967-1969), presidente da Petrobrás (1969-1973), presidente da República (1974-1979).

**Eudes Júnior:** deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-1987), participou da Ação Popular (AP) no período do regime militar, presidiu a Associação Recifense de Estudantes Secundaristas (ARES) e foi dirigente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), foi bancário (1969-1978), é formado em direito.

**Fernando Alcoforado:** articulista de jornais da imprensa publicando artigos sobre economia e política mundial e brasileira, questão urbana, energia, meio ambiente e desenvolvimento, ciência e tecnologia, engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, consultor de órgãos públicos e privados nas áreas de planejamento econômico, energético e empresarial.

**Fernando Collor de Mello:** tem carreira política no estado de Alagoas como deputado federal (1983-1987), governador (1987-1989), e presidente da República (1990-1992).

**Fernando Dantas Ferro:** deputado federal pelo estado de Pernambuco a partir de 1995, é formado em engenharia elétrica, trabalhou na Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

**Fernando Henrique Cardoso:** tem carreira política no estado de São Paulo como senador (1983-1992) e (1994), ministro das Relações Exteriores (1992-1993), ministro da Fazenda (1993-1994), e presidente da República (1995-2003), tem doutorado em ciências sociais.

**Fernando Lyra:** foi advogado, deputado federal (1971-1999), coordenador, no Congresso Nacional, da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República (1983-84), ministro da Justiça, no governo José Sarney (1985-1986).

**Germano Rigotto:** deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1991-2002), é formado em odontologia e direito.

**Heloísa Helena:** senadora pelo estado de Alagoas (1999-2007), é formada em enfermagem, participou do movimento docente e sindical.

**Henrique Eduardo Alves:** deputado federal pelo Rio Grande do Norte a partir de 1971, é formado em direito.

**Henrique Meirelles:** foi presidente do Banco Central do Brasil (2003-2010) e presidente global do FleetBoston e do Bank Boston (1996).

**Inocêncio Oliveira:** deputado federal por Pernambuco a partir de 1975, é formado em medicina, pecuarista, foi coordenador de acidentes de trabalho na agência do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), diretor-presidente da Casa de Saúde e Maternidade São Vicente e cirurgião-chefe do Hospital Agamenon Magalhães até 1974, foi presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco, Seccional de Serra Talhada, até janeiro de 1975.

**Itamar Franco:** senador por Minas Gerais (1975-1989), vice-presidente da República (1990-1992); e presidente da República (1992-1994), é formado em engenharia civil e eletrotécnica.

**Ivan Valente:** deputado federal (1995-1999), (2001-2002), e a partir de 2003, é formado em matemática e em engenharia, participou do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), foi secretário-geral do Conselho de Engenharia e Arquitetura de Mauá (SP) (1968-1969), foi preso político no período do regime militar, tornou-se professor da Escola Pública Estadual de São Paulo (1970), foi diretor do jornal de orientação socialista *Companheiro*, em São Paulo (1979), foi representante comercial da empresa Reveladores Continental, (1979-1985).

**Jair Menegheli:** presidente da CUT (1983-1994), foi ferramenteiro, empregou-se na Willys Overland do Brasil, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (1977).

**João Alfredo:** deputado federal pelo Ceará (2003-2007), é formado em direito, atuou na Pastoral da Juventude e no movimento estudantil em Fortaleza, foi assessor jurídico no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (1982-1986).

**João Amazonas:** participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, deputado federal pelo Distrito Federal (1946-1948), participou da criação do PC do B e da Guerrilha do Araguaia.

**João Figueiredo:** militar, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1969-1974), chefe do SNI (1974-1978) e presidente da República (1979-1985).

**João Paulo Cunha:** deputado federal por São Paulo a partir de 1995, participou do movimento sem-teto e das CEBs.

**José Alencar:** senador por Minas Gerais (1999-2002), vice-presidente da República a partir de 2003, foi comerciante, atacadista de cereais, dono de uma fábrica de macarrão, atacadista de tecidos, industrial do ramo de confecções, construiu a Companhia Industrial de Roupas União dos Cometas (1963). fundou a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) (1967), foi presidente da Associação Comercial de Ubá (1965-1966), diretor da Associação Comercial de Minas (1973), presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) (1989-1995) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

**José Barroso Pimentel:** deputado federal pelo Ceará (1995-2008), foi bancário do Banco do Brasil na cidade de Fortaleza a partir 1975, é formado em direito, trabalhou como advogado da Associação dos Mutuários do Ceará, participou da direção do Sindicato dos Bancários em Fortaleza, assumiu a secretaria geral da CUT (1991-1994).

**José Genoíno Neto:** deputado federal por São Paulo (1983-2003), participou do PC do B na oposição ao regime militar, da Guerrilha do Araguaia e do movimento pela anistia.

**José Lourenço:** deputado federal pela Bahia (1983-2003), é formado em ciências econômicas.

**José Sarney:** tem carreira política pelo estado do Maranhão como deputado federal (1956-1957) e (1959-1966), governador (1966-1970), senador (1971-1985), presidente da República (1985-1990), e senador pelo Amapá a partir de 1991.

**Lobbe Neto:** deputado federal por São Paulo a partir de 2003, é formado em biomedicina.

**Luciana Genro:** deputada federal pelo Rio Grande do Sul (2003-2009), diplomada em inglês, integrou o Movimento Esquerda Socialista (MES), corrente interna petista.

**Luiz Antônio Fleury Filho:** é formado em direito, foi governador de São Paulo (1991-1994), tem atividades profissionais direcionadas para a justiça e a segurança pública.

**Luiz Antônio Medeiros:** presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) na década de 1980, trabalhou na construção civil, foi filiado ao PCB.

**Luiz Couto:** religioso, deputado federal pela Paraíba a partir de 2003, é formado em

filosofia e teologia, foi ordenado padre (1976), foi coordenador da Pastoral da Juventude e da Pastoral da Juventude do Meio Popular, membro da Coordenação Pastoral, do Conselho Pastoral, coordenador do Instituto de Desenvolvimento, membro da Coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Coordenação da Pastoral Operária, assessor em nível Diocesano e Regional das CEBs, da Pastoral Operária, da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento de Evangelização Rural, do Movimento de Promoção da Mulher e do Movimento de Crianças e Adolescentes.

**Luiz Fux:** tem mestrado e doutorado em direito, foi professor universitário, foi ministro do Superior Tribunal de Justiça e é ministro do Supremo Tribunal Federal.

**Luiz Inácio Lula da Silva:** deputado federal por São Paulo (1987-1991), candidato a presidente da República em 1989, 1994, 1998, presidente da República (2003-2011), foi torneiro mecânico, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na década de 1970.

**Luiz Sérgio:** deputado federal pelo Rio de Janeiro a partir de 1999, participou da Ação Católica Operária e nas CEBs, é formado em mecânica, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (1985-1988).

**Luiz Werneck Vianna:** é professor universitário, coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES); tem experiência em fundamentos da Sociologia, democracia, judicialização da política e das relações sociais, sindicalismo, corporativismo, intelectuais e pensamento social brasileiro.

**Luíza Erundina:** prefeita da cidade de São Paulo (1989-1993), ministra chefe da Secretaria de Administração Federal (1993), deputada federal por São Paulo a partir de 1999, foi professora primária e universitária, diretora de Educação e Cultura na cidade de Campina Grande, tem mestrado em ciências sociais.

**Maninha:** deputada federal pelo Distrito Federal (2003-2007), é formada em medicina, foi presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, (1978-1994), é concursada no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (1979), foi membro da Federação Nacional dos Médicos (1991-1994), foi conselheira do Conselho Regional de Medicina (CRM) de Brasília e presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

**Mário Covas:** tem carreira política pelo estado de São Paulo como deputado federal (1963-1969) e (1983), prefeito da cidade de São Paulo (1983-1985), senador (1987-1994), é formado em química industrial e engenharia civil.

**Newton Cardoso:** tem carreira política por Minas Gerais como deputado federal

(1979-1983) e (1995-1996) e governador (1987-1991).

**Nilson Mourão:** deputado federal pelo Acre a partir 1999, é formado em teologia, tem mestrado em ciências sociais, foi professor universitário, trabalhou como membro da coordenação da Pastoral de Diocese de Rio Branco (1978).

**Paulo Gabriel Godinho Delgado:** deputado federal por Minas Gerais (1987-2007); tem mestrado em ciência política, foi fundador e vice-presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (atual Sind-UTE/MG) em Juiz de Fora (MG).

**Paulo Maluf:** tem carreira política por São Paulo como prefeito da cidade (1969-1971), governador (1979-1982), e deputado federal (1983-1987), é formado em engenharia civil, foi vice-presidente da Serraria Americana Salim Maluf S.A., diretor-superintendente da Imobiliária Santa Teresinha S.A., diretor-superintendente da Loma S.A. Agricultura, Administração e Comércio, diretor-gerente da Salfema Ltda e diretor-superintendente da Eucatex S.A. Indústria e Comércio, foi presidente da Caixa Econômica Federal no estado de São Paulo (1967), assumiu a vice-presidência da Associação Comercial de São Paulo (1968).

**Paulo Renato Paim:** tem carreira política pelo Rio Grande do Sul como deputado federal (1987-2002), e senador a partir de 2003, foi operário metalúrgico, foi presidente do sindicato dos metalúrgicos de Canoas (RS) (1981-1985), foi um dos fundadores e primeiro presidente da Central Estadual dos Trabalhadores (CET) (1982-1983), participou da criação da CUT, foi secretário-geral (1983-1984) e vice-presidente da CUT nacional (1984-1986).

**Paulo Roberto Galvão da Rocha:** deputado federal pelo Pará (1991-2005), é técnico em artes gráficas e laboratorista fotomecânico, em 1983 foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Industriários Gráficos de Belém, em 1984 foi eleito presidente da CUT em Belém e em 1986 tornou-se diretor executivo da central sindical em São Paulo.

**Pedro Malan:** presidente do Banco Central (1993-1994), e ministro da Fazenda (1995-2003), é formado em engenharia elétrica, tem doutorado em economia, foi professor universitário, trabalhou no IPEA, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento, na Organização das Nações Unidas (ONU), no BID.

**Ricardo Berzoini:** deputado federal por São Paulo (1999-2003), e ministro da

Previdência (2003-2004), bancário, delegado do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1985), presidente da Confederação dos Bancários da CUT (1992), presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (1994-2000).

**Roberto Rodrigues:** ministro da Agricultura (2003-2006), é formado em engenharia agrônoma, tem atuação profissional na área da agricultura entre 1960 e 2002.

**Ronaldo Costa Couto:** ministro do Interior (1985-1987), governador do Distrito Federal (1985), ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1987-1989), é formado em ciências econômicas, tem doutorado em história, foi professor e pesquisador universitário, atuou em órgãos de desenvolvimento governamentais.

**Rubens Ricupero:** diplomata, embaixador do Brasil junto à ONU em Genebra, (1987-1991), embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1991-1992), ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal (1993-1994), ministro da Fazenda (1994), embaixador do Brasil na Itália (1995), embaixador do Brasil junto à ONU e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (1995-2004), articulista do jornal *Folha de São Paulo* a partir de 1995, é formado em ciências jurídicas e sociais, foi professor universitário.

**Sérgio Motta:** ministro das Comunicações (1995-1998), é formado em engenharia industrial, tem atuação profissional em empresas de engenharia.

**Tancredo Neves:** tem carreira política pelo estado de Minas Gerais como deputado federal (1951-1955), ministro da Justiça (1953-1954), presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (1960-1961), primeiro ministro (1961-1962), deputado federal (1963-1979), senador (1979-1983), governador (1983-1984), presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral (1985).

**Tarcísio Zimmermann:** deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1999-2008), é formado em ciências sociais.

**Ulisses Guimarães:** tem carreira política pelo estado de São Paulo como deputado federal (1951-1992) e foi ministro da Indústria e Comércio (1961-1962).

**Virgílio Guimarães de Paula:** deputado federal por Minas Gerais (1987-1991) e a partir de 1999, é formado em economia, teve participação na seção brasileira da IV Internacional, foi técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (1977-1981), participou do movimento pela anistia, diretor regional do DIEESE (1983-1986), presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais e diretor da Federação Nacional dos Economistas.

**Waldomiro Diniz:** foi subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República entre 1º de janeiro de 2003 e 13 de fevereiro de 2004.

**Yeda Crusius:** ministra do Planejamento (1993), deputada federal pelo Rio Grande do Sul (1995-2006), tem mestrado em economia, foi professora universitária.



## ANEXO 2 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1982

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Aírton Soares	SP
Djalma de Souza Bom	SP
Eduardo Matarazzo Suplicy	SP
Elizabeth Mendes de Oliveira	SP
Irma Rosseto Passoni	SP
José Eudes Freitas	RJ
José Genoíno Neto	SP
Luiz Dulci	MG

### ANEXO 3 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1986

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Benedita Souza da Silva Santos	RJ
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho	SP
Florestan Fernandes	SP
Gumercindo de Souza Milhomem Neto	SP
Irma Rosseto Passoni	SP
João Paulo Pires Vasconcelos	MG
José Genoíno	SP
Luís Gushiken	SP
Luís Inácio Lula da Silva	SP
Olívio de Oliveira Dutra	RS
Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG
Paulo Renato Paim	RS
Plínio Soares de Arruda Sampaio	SP
Virgílio Guimarães de Paula	MG
Vítor Buaiz	ES
Vladimir Palmeira	RJ

#### ANEXO 4 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1990

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Adão Preto	RS
Agostinho Valente	MG
Alcides Modesto	BA
Aloísio Mercadante	SP
Benedita Souza da Silva Santos	RJ
Carlos Augusto Alves Santana	RJ
Chico Vigilante	DF
Edésio Passos	PR
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho	SP
Ernesto Gradella	SP
Florestan Fernandes	SP
Hélio Bicudo	SP
Irma Rosseto Passoni	SP
João Paulo Pires Vasconcelos	MG
Jaques Wagner	BA
José Cicote	SP
José Dirceu de Oliveira e Silva	SP
José Fortunati	RS
José Genoíno Neto	SP
Lourival Freitas	AP
Luci Teresinha Choinacki	SC
Luís Gushiken	SP
Maria Laura	DF
Nilmário Miranda	MG
Paulo Bernardo Silva	PR
Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG
Paulo Renato Paim	RS
Paulo Roberto Galvão da Rocha	PA
Pedro Tonelli	PR
Raul Pont	RS
Ricardo Moraes	AM

Sandra Starling	MG
Tilden Santiago	MG
Vladimir Palmeira	RJ
Valdir Ganzer	PA

## ANEXO 5 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1994

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Adão Pretto	RS
Alcides Modesto	BA
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa	PA
Arlindo Chinaglia	SP
Carlos Augusto Alves Santana	RJ
Celso Daniel	SP
Chico Ferramenta	MG
Chico Vigilante	DF
Domingos Dutra	MA
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho	SP
Esther Grossi	RS
Fernando Dantas Ferro	PE
Gilney Vianna Amorim	MT
Haroldo Sabóia	MA
Hélio Bicudo	SP
Humberto Costa	PE
Ivan Valente	SP
Jair Meneguelli	SP
Jaques Wagner	BA
João Coser	ES
João Fassarela	MG
João Paulo Cunha	SP
José Augusto	SP
José Barroso Pimentel	CE
José Fortunati	RS
José Genoíno Neto	SP
José Fritsch	SC
José Machado	SP
Luciano Zica	SP
Luís Gushiken	SP
Luiz Mainardi	RS

Marcelo Déda	SE
Maria da Conceição Tavares	RJ
Maria Laura	DF
Marta Suplicy	SP
Miguel Rossetto	RS
Milton Mendes	SC
Milton Temer	RJ
Nedson Micheleti	PR
Nilmário Miranda	MG
Padre Roque	PR
Paulo Bernardo Silva	PR
Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG
Paulo Renato Paim	RS
Paulo Roberto Galvão da Rocha	PA
Pedro Wilson Guimarães	GO
Sandra Starling	MG
Telma de Souza	SP
Tilden Santiago	MG
Waldomiro Fioravante	RS

## ANEXO 6 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1998

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Adão Pretto	RS
Aloízio Mercadante Oliva	SP
Ângela Guadagnin	SP
Antônio Palocci	SP
Avenzoar Arruda	PB
Ben-Hur Ferreira	MS
Carlito Meress	SC
Carlos Augusto Alves Santana	RJ
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho	SP
Fernando Dantas Ferro	PE
Fernando Marroni	RS
Florisvaldo Fier	PR
Geraldo Magela Pereira	DF
Geraldo Simões	BA
Gilmar Machado	MG
Henrique Fontana	RS
Iara Bernardi	SP
Jair Meneguelli	SP
Jaques Wagner	BA
João Batista dos Santos (João Grandão)	MS
João Batista Oliveira Araújo	PA
João Coser	ES
João Fassarella	MG
João Paulo Cunha	SP
José Barroso Pimentel	CE
José Dirceu de Oliveira e Silva	SP
José Genoíno Neto	SP
José Machado	SP
Jorge Ricardo Bittar	RJ
Luci Teresinha Choinacki	SC
Luis Mainardi	RS

Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira	RJ
Luiz Carlos da Silva	SP
Marcelo Déda	SE
Márcio Mattos	PR
Marcos Afonso	AC
Marcos Rolim	RS
Maria do Carmo Lara Pérpetuo	MG
Milton Temer	RJ
Nelson Pelegrino	BA
Nilmário Miranda	MG
Nilson Moura Leite Mourão	AC
Padre Roque	PR
Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG
Paulo Renato Paim	RS
Paulo Roberto Galvão da Rocha	PA
Pedro Celso	DF
Pedro Wilson Guimarães	GO
Telma de Souza	SP
Tilden Santiago	MG
Valdeci Oliveira	RS
Valdir Ganzer	PA
Virgílio Guimarães de Paula	MG
Waldir Pires	BA
Waldomiro Fioravante	RS
Walter Pinheiro	BA
Wellington Dias	PI



## ANEXO 7 – Deputados federais eleitos pelo PT em 2002

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Adão Preto	RS
Ângela Moraes Guadagnin	SP
Anselmo de Jesus Abreu	RO
Antônio Carlos Biffi	MS
Antônio Carlos Silva Biscaia	RJ
Arlindo Chignalia Junior	SP
Ary Vanassi	RS
Assis Miguel do Couto	PR
Carlito Meress	SC
Carlos Augusto Abicalil	MT
Carlos Augusto Alves Santana	RJ
César Medeiros	MG
Clair da Flora Martins	PR
Cláudio Antonio Vignatti	SC
Devanir Ribeiro	SP
Durval Orlato	SP
Eduardo Valverde Araújo Alves	RO
Eustáquio Luciano Zica	SP
Fernando Dantas Ferro	PE
Fernando Gabeira	RJ
Florisvaldo Fier	PR
Francisca das Chagas da Trindade	PI
Francisco Rodrigues de Alencar Filho	RJ
Gilmar Alves Machado	MG
Guilherme Menezes de Andrade	BA
Hélio Esteves	AP
Henrique Afonso Soares Lima	AC
Henrique Fontana Junior	RS
Iara Bernardi	SP
Irineu Mario Colombo	PR
Iriny Nicolau Corres Lopes	ES

Ivan Valente	SP
Ivo José da Silva	MG
João Alfredo Telles Melo	CE
João Fontes	SE
João Batista dos Santos (João Grandão)	MS
João Batista Oliveira Araújo	PA
João Magno de Moura	MG
João Paulo Cunha	SP
José Antônio Nogueira de Sousa	AP
José Barroso Pimentel	CE
José Eduardo Martins Cardozo	SP
José Eduardo Vieira Ribeiro	BA
José Dirceu de Oliveira e Silva	SP
José Geraldo Torres da Silva	PA
José Leonardo Costa Monteiro	MG
José Mentor Guilherme de Mello Neto	SP
Josias Gomes da Silva	BA
Jorge Catarino Leonardeli Boeira	SC
Jorge Miguel Samek	PR
Jorge Ricardo Bittar	RJ
Luci Teresinha Choinacki	SC
Luciana Krebs Genro	RS
Luiz Alberto Silva dos Santos	BA
Luiz Albuquerque Couto	PB
Luiz Carlos Bassuma	BA
Luiz Carlos da Silva	SP
Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh	SP
Luiz Lindbergh Farias Filho	RJ
Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira	RJ
Maria José da Conceição Maninha	DF
Maria do Carmo Lara Pérpetuo	MG
Maurício Rands Coelho Bastos	PE
Maria de Fátima Bezerra	RN

Maria do Rosário Nunes	RS
Mauro Passos	SC
Neide Aparecida da Silva	GO
Nelson Vicente Portella Pelegrino	BA
Nilson Moura Leite Mourão	AC
Odair José da Cunha	MG
Orlando Desconsi	RS
Orlando Fantazzini Neto	SP
Patrus Ananias de Souza	MG
Paulo Bernardo Silva	PR
Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG
Paulo Roberto Galvão da Rocha	PA
Paulo Roberto Severo Pimenta	RS
Paulo Rubem Santiago Ferreira	PE
Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes	MG
Ricardo José Ribeiro Berzoini	SP
Roberto Gouveia Nascimento	SP
Rubens Otoni Gomide	GO
Sigmarina Seixas	DF
Tarcísio João Zimmermann	RS
Telma Sandra Augusto de Souza	SP
Terezinha Fernandes	MA
Vander Luiz dos Santos Loubet	MS
Vicente Paulo da Silva	SP
Virgílio Guimarães de Paula	MG
Walter de Freitas Pinheiro	BA
Zico	AC

## ANEXO 8 – Deputados federais eleitos pelo PT em 2006

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Adão Pretto	RS
André Luiz Vargas Ilário	PR
Anselmo de Jesus Abreu	RO
Antônio Carlos Biffi	MS
Antônio Eudes Xavier	CE
Antonio Jose Castelo Branco Medeiros	PI
Antônio Palocci Filho	SP
Arlindo Chignalia Junior	SP
Assis Miguel do Couto	PR
Cândido Elpidio de Souza Vaccarezza	SP
Carlito Meress	SC
Carlos Alberto Rolim Zarattini	SP
Carlos Augusto Abicalil	MT
Carlos Augusto Alves Santana	RJ
Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos	PE
Cláudio Antonio Vignatti	SC
Décio Nery de Lima	SC
Devanir Ribeiro	SP
Domingos Francisco Dutra Filho	MA
Eduardo Valverde Araújo Alves	RO
Edson Santos de Souza	RJ
Elismar Fernandes Prado	MG
Elo Carlos Vanhoni	PR
Fernando Dantas Ferro	PE
Fernando de Melo da Costa	AC
Francisco Ednaldo Praciano	AM
Francisco Jose D'angelo Pinto	RJ
Florisvaldo Fier	PR
Guilherme Menezes de Andrade	BA
Geraldo Simões de Oliveira	BA
Geraldo Magela Pereira	DF

Gilmar Alves Machado	MG
Gilberto José Spier Vargas	RS
Henrique Afonso Soares Lima	AC
Henrique Fontana Junior	RS
Iriny Nicolau Corres Lopes	ES
Janete Rocha Pietá	SP
Jilmar Augustinho Tatto	SP
João Paulo Cunha	SP
José Airton Félix Cirilo da Silva	CE
José Barroso Pimentel	CE
José Eduardo Martins Cardozo	SP
José Eduardo Vieira Ribeiro	BA
José Genoíno Neto	SP
José Geraldo Torres da Silva	PA
José Iran Barbosa Filho	SE
José Leonardo Costa Monteiro	MG
José Mentor Guilherme de Mello Neto	SP
José Nazareno Cardeal Fonteles	PI
José Nobre Guimarães	CE
José Roberto Oliveira Faro	PA
Jorge Ricardo Bittar	RJ
Juvenil Alves Ferreira Filho	MG
Luiz Alberto Silva dos Santos	BA
Luiz Albuquerque Couto	PB
Luiz Carlos Bassuma	BA
Luiz Paulo Teixeira Ferreira	SP
Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira	RJ
Marco Aurélio Spall Maia	RS
Maria Aparecida Diogo Braga	RJ
Maria Dalva de Souza Figueiredo	AP
Maria de Fátima Bezerra	RN
Maria do Carmo Lara Pérpetuo	MG
Maria do Rosário Nunes	RS

Maurício Rands Coelho Bastos	PE
Miguel Correa da Silva Junior	MG
Nelson Vicente Portela Pellegrino	BA
Nilson Moura Leite Mourão	AC
Odair José da Cunha	MG
Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral	PE
Paulo Roberto Galvão da Rocha	PA
Paulo Roberto Severo Pimenta	RS
Paulo Rubem Santiago Ferreira	PE
Pedro Wilson Guimarães	GO
Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes	MG
Ricardo José Ribeiro Berzoini	SP
Rubens Otoni Gomide	GO
Sérgio Barradas Carneiro	BA
Tarcísio João Zimmermann	RS
Vander Luiz dos Santos Loubet	MS
Vicente Paulo da Silva	SP
Virgílio Guimarães de Paula	MG
Walter de Freitas Pinheiro	BA

## **ANEXO 9 – Senadores eleitos pelo PT em 1990**

*Nome*

*Estado*

Eduardo Matarazzo Suplicy

SP

## ANEXO 10 – Senadores eleitos pelo PT em 1994

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Benedita Souza da Silva Santos	RJ
José Eduardo de Barros Dutra	SE
Lauro Álvares da Silva Campos	DF
Maria Osmarina Silva de Souza	AC



## **ANEXO 11 – Senadores eleitos pelo PT em 1998**

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Eduardo Matarazzo Suplicy	SP
Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho	AL
Sebastião Afonso Vianna Macedo Neves	AC

## ANEXO 12 – Senadores eleitos pelo PT em 2002

<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Aloízio Mercadante Oliva	SP
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa	PA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque	DF
Delcídio Amaral Gómez	MS
Fátima Cleide Rodrigues da Silva	RO
Flávio José Arns	PR
Ideli Salvatti	SC
Maria Osmarina Silva de Souza	AC
Serys Marly Shessarenko	MT
Paulo Renato Paim	RS

### **ANEXO 13 – Senadores eleitos pelo PT em 2006**

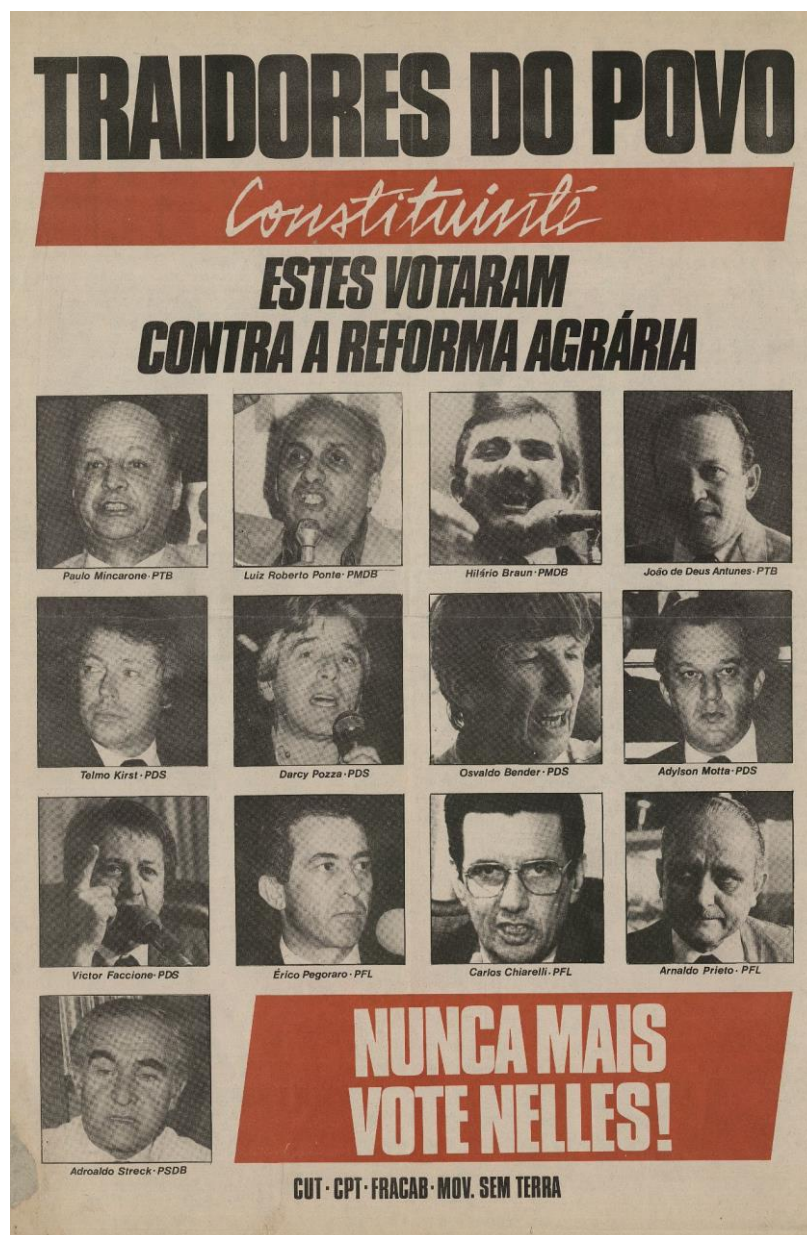
<i>Nomes</i>	<i>Estado</i>
Eduardo Matarazzo Suplicy	SP
Sebastião Afonso Vianna Macedo Neves	AC

ANEXO 14 – Cartazes da CUT contrário ao Centrão durante a Assembléia Nacional Constituinte



<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/cartazes/608>

**ANEXO 15 – Cartazes da CUT divulgando os constituintes que votaram contra a reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte**



<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/cartazes/688>